

UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE COLOMBIA

Racionalidad campesina en el uso de la tierra en la Panamazonía (Brasil y Colombia)

Irenildo Costa da Silva

Universidad Nacional de Colombia
Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía
Bogotá, Colombia
2021

Racionalidad campesina en el uso de la tierra en la Panamazonía (Brasil y Colombia)

Irenildo Costa da Silva

Tesis presentada como requisito para optar al título de doctor en Geografía.

Directora:

Doctora Nohra León Rodríguez

Codirector:

Doctor Júlio César Suzuki

Línea de Investigación:

Amenazas y riesgos naturales e inducidos antrópicamente

Universidad Nacional de Colombia

Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía

Bogotá, Colombia

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586r Silva, Irenildo Costa da
Racionalidade camponesa no uso da terra na
Pan-Amazônia (Brasil e Colômbia) / Irenildo Costa da
Silva; orientador Júlio César; Nohra Rodriguez
Suzuki; León - São Paulo, 2021.
265 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina. Área
de concentração: Integração da América Latina.

1. Campesinato. 2. Amazônia. 3. Uso do solo. 4.
Sustentabilidade. I. Suzuki; León, Júlio César; Nohra
Rodriguez, orient. II. Título.



Universidade de São Paulo – Prolam
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome da aluna: Irenildo Costa da Silva

Data da defesa: 11/10/2021

Nome do orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 14/12/2021


Prof. Dr. Júlio César Suzuki
Orientador



Universidade de São Paulo

Janus

ATA DE DEFESA

Aluno: 84131 - 8647267 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Irenildo Costa da Silva no Programa: Integração da América Latina, do(a) Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2021, no(a) Google Meet, realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Irenildo Costa da Silva, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulado:

"Racionalidade camponesa no uso da terra na Pan-Amazônia (Brasil e Colômbia)"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Maria Cristina Cacciamali	Presidente	FEA - USP	Aprovado
Sueli Angelo Furlan Kátia	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Souza Rangel	Titular	UNIFAP- Externo	Aprovado
Luis Carlos Jiménez Reyes Valterlei	Titular	UNAL - Externo	Aprovado
Borges de Araújo	Suplente	IFRN - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora

Aprovado

Eu, Maria Cristina Cacciamali, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 11 dias do mês de outubro de 2021.


Valterlei Borges de Araújo


Sueli Angelo Furlan


Kátia Souza Rangel

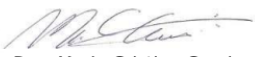

Luis Carlos Jiménez Reyes


Maria Cristina Cacciamali
Presidente da Comissão Julgadora

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 13/10/2021 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Integração da América Latina.


Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Eu, Maria Cristina Cacciamali, presidente da banca de doutorado, na condição de servidor público, atesto e dou fé que os docentes Profs. Drs. Valterlei Borges de Araújo, Sueli Angelo Furlan, Kátia Souza Rangel e Luis Carlos Jiménez Reyes participaram nesta data, mediante videoconferência, da defesa do doutorado do Sr. Irenildo Costa da Silva, pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina PROLAM/USP, em dupla titulação com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidad Nacional de Colombia.


Prof. Dra. Maria Cristina Cacciamali

DEDICO

Aos meus pais,
Irene Nogueira Costa e José Maria dos Santos Silva.

Ao meu padrasto,
Sebastião Dias de Souza Filho.

Aos meus avós maternos,
Maria Neusarina Nogueira Costa e Pedro Ferreira.

Aos meus avós paternos (*in memória*),
José Lima da Silva e Deulinda Barbosa da Silva.

Aos meus tios (*in memória*),
Antônio de Lima e Silva e Raimundo Silva.

Ao meu grande guerreiro e homem da minha vida,
Ryan Silva.

Às mulheres da minha vida,
Rosiani Barros e Ayla Barros.

Aos meus irmãos,
Irenize Costa da silva, Tainara Costa Silva, Taiane Costa Silva, Eloane Costa Silva, Jaimison
de Souza Costa

Às minhas sobrinhas,
Pérola Silva e Ellen Silva Serra.

Para todos os demais familiares que não foram citados acima.

Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Ninguém faz uma tese sozinho. E aqui está a oportunidade para deixar registrado os agradecimentos àqueles que foram especiais e importantes para que se concretizasse este trabalho de pesquisa.

Primeiramente, agradeço ao senhor Deus e Pai pelo dom da vida e pelas bênçãos concedidas ao longo da minha jornada acadêmica.

Sou muito grato ao professor Dr. Júlio César Suzuki pela sua magnífica orientação nesta pesquisa.

Deixo meu enorme agradecimento também à professora Dr^a. Nohra León Rodríguez, Universidade Nacional da Colômbia, pelas contribuições de excelência como orientadora da UNAL (convênio de dupla titulação entre a USP e a UNAL).

Registro também meus agradecimentos ao professor Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, meu co-orientador, pessoa por quem tenho um grande carinho e apreço.

Estendo meus sinceros agradecimentos aos professores Dr. Antônio Carlos Diegues e Dr^a. Sueli Furlan pelas preciosas contribuições feitas durante a qualificação.

Aproveito também para agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Nacional da Colômbia.

Um imenso agradecimento à Universidade de São Paulo e à Universidade Nacional da Colômbia pela oportunidade do curso e pelo convênio de dupla titulação entre as duas.

Um extenso agradecimento a todos os agricultores da colônia agrícola do Matapi.

Meus agradecimentos a todos que contribuíram de forma indireta, pois a vida acadêmica depende também da vida não acadêmica.

Agradeço a CAPES pela oportunidade da bolsa.

Enfim, meus cordiais agradecimentos à academia e à ciência.

A Pan-Amazônia é um lugar único,
mas com diversas realidades.

Racionalidade camponesa no uso da terra na Pan-Amazônia (Brasil e Colômbia)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a racionalidade camponesa na sua forma de (re)produção e a sustentabilidade dos seus sistemas de uso da terra praticados na Pan-Amazônia, tomando como referência a colônia agrícola do Matapi, situada no município de Porto Grande, estado do Amapá, Brasil, e a Zona de Reserva Camponesa El Pato-Balsillas, localizada no município de San Vicente del Caguán, departamento de Caquetá, Colômbia (por questões de segurança e da situação de pandemia não foi possível realizar o trabalho de campo em El Pato-Balsillas), em análises que se dão no período a partir da segunda metade do século XX (chegada dos sujeitos no local da pesquisa) até os dias atuais. A tese postulada teve como base o entendimento de que a racionalidade camponesa proporciona a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na Amazônia, o que mantém a manutenção e a reprodução das famílias em seus espaços produtivos e uso da terra ao longo dos anos, promovendo a conservação da natureza e diferenciando-se o grau de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra pelas diferentes formas de ocupação e das trajetórias históricas distintas dos sujeitos que chegaram aos espaços rurais da região no período analisado. Os procedimentos metodológicos foram caracterizados por um aprofundamento na análise dialética juntamente com avaliações quantitativas e qualitativas, sendo que para a coleta de dados primários foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas, aplicação de formulários, sondagens e história de vida. Para a avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra utilizou-se de indicadores contemplando um conjunto de análises nas questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais, com variáveis que tiveram como referência o marco MESMIS e elementos dos princípios da agroecologia, assim como houve a proposta de construção de índices de sustentabilidade para os efeitos de comparação entre os sistemas nos locais onde a investigação se realizaria. No panorama geral, considerando a avaliação multidimensional, identificou-se que os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi apresentam precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca (índice 0,47). Como avanço de pesquisa, pontua-se a contribuição para o aprimoramento de uma metodologia que visa analisar a sustentabilidade de sistemas de uso da terra na região amazônica, a qual pode ser adaptada às especificidades de um determinado contexto, assim como avanços nas análises sobre a formação, estruturação e consolidação do que denominamos de um novo campesinato na Amazônia, o qual tem suas origens por entorno de meados do século XIX. Diante de tais contribuições e resultados da pesquisa, espera-se que estes se configurem como subsídios para tomadas de decisões em políticas públicas para a região, assim como também auxiliie na leitura de situações para além da Pan-Amazônia, pois apresentam fundamentos para discutir a produção camponesa.

Palavras-chave: Campesinato. Amazônia. Uso da terra. Sustentabilidade.

Racionalidad campesina en el uso de la tierra en la Panamazonía (Brasil y Colombia)

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar la relación entre la racionalidad campesina en su forma de (re) producción y la sustentabilidad de sus sistemas de uso de la tierra practicados en la Pan-Amazonia, tomando como referencia la colonia agrícola de Matapi, ubicada en el municipio de Porto Grande, Estado de Amapá, Brasil, y la Zona de Reserva Campesina El Pato-Balsillas, ubicada en el municipio de San Vicente del Caguán, departamento de Caquetá, Colombia (por razones de seguridad y la situación de pandemia no fue posible realizar el trabajo de campo en El Pato-Balsillas), en análisis que se desarrollan en el período comprendido entre la segunda mitad del siglo XX (llegada de los sujetos al sitio de investigación) hasta la actualidad. La tesis postulada se basó en el entendimiento de que la racionalidad campesina brinda la sustentabilidad de los sistemas de uso de la tierra en la Amazonia, que mantiene el mantenimiento y reproducción de las familias en sus espacios productivos y uso de la tierra a lo largo de los años, promoviendo la conservación de la naturaleza y diferenciando el grado de sustentabilidad de los sistemas de uso de la tierra por las diferentes formas de ocupación y diferentes trayectorias históricas de los sujetos que arribaron a los espacios rurales de la región en el período analizado. Los procedimientos metodológicos se caracterizaron por una profundización en el análisis dialéctico junto con evaluaciones cuantitativas y cualitativas. Para la recolección de datos primarios se utilizó de la observación, entrevistas, aplicación de formularios, encuestas e historia de vida. Para la evaluación de la sustentabilidad de los sistemas de uso de la tierra se utilizaron indicadores que incluyeron un conjunto de análisis sobre temas sociales, económicos, ambientales, políticos y culturales, con variables que tenían como referencia el marco MESMIS y elementos de los principios de la agroecología, también hubo la propuesta de construir índices de sustentabilidad con el propósito de comparar los sistemas en los lugares donde se realizaría la investigación. En general, considerando la evaluación multidimensional, se identificó que los sistemas de uso de la tierra que se practican en la colonia agrícola de Matapi presentan una precariedad de sustentabilidad o sustentabilidad débil (índice 0.47). Como avance de la investigación presentase el aporte al perfeccionamiento de una metodología que tiene como objetivo analizar la sustentabilidad de los sistemas de uso de la tierra en la región amazónica, que se pueda adecuar a las especificidades de un contexto local, así como avances en el análisis de la formación, estructuración y consolidación de lo que llamamos un nuevo campesinado en la Amazonia, que tiene sus orígenes hacia mediados del siglo XIX. Ante tales aportes y resultados de la investigación, se espera que estos se configuren como subsidios para la toma de decisiones en políticas públicas para la región, así como ayude en la lectura de situaciones más allá de la Pan-Amazonia, ya que presentan fundamentos para discutir la producción campesina.

Palabras clave: Campesinado. Amazonia. Uso de la tierra. Sustentabilidad.

Peasant rationality in land use in the Pan-Amazon (Brazil and Colombia)

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relationship between peasant rationality in their form of (re)production and the sustainability of their land use systems practiced in the Pan-Amazon, taking as reference the agricultural colony of Matapi, located in the municipality of Porto Grande, State of Amapá, Brazil, and the El Pato-Balsillas Peasant Reserve Zone, located in the municipality of San Vicente del Caguán, department of Caquetá, Colombia (due to security reasons and the pandemic situation, it was not possible to carry out the work of field in El Pato-Balsillas), in analyzes that take place in the period from the second half of the 20th century (the arrival of the subjects at the research site) to the present day. The postulated thesis was based on the understanding that peasant rationality provides the sustainability of land use systems in the Amazon, which maintains the maintenance and reproduction of families in their productive spaces and land use over the years, promoting nature conservation and differentiating the degree of sustainability of land use systems by different forms of occupation and different historical trajectories of the subjects who arrived in the rural spaces of the region in the analyzed period. The methodological procedures were characterized by a deepening in dialectical analysis along with quantitative and qualitative assessments, and for the collection of primary data, observation, interviews, application of forms, surveys and life history were used. For the assessment of the sustainability of land use systems, indicators were used that included a set of analyzes on social, economic, environmental, political and cultural issues, with variables that had as reference the MESMIS framework and elements of the principles of agroecology, thus as there was the proposal to build sustainability indices for the purposes of comparison between systems in the places where the investigation would take place. Overall, considering the multidimensional assessment, it was identified that the land use systems practiced in the agricultural colony of Matapi present a precariousness of sustainability or weak sustainability (index 0.47). As a research advance, the contribution to the improvement of a methodology that aims to analyze the sustainability of land use systems in the Amazon region, which can be adapted to the specifics of a given context, as well as advances in the analysis of the formation, structuring and consolidation of what we call a new peasantry in the Amazon, which has its origins around the mid-nineteenth century. In view of such contributions and research results, it is expected that these will be configured as subsidies for decision-making in public policies for the region, as well as assisting in the reading of situations beyond the Pan-Amazon, as they present fundamentals to discuss the peasant production.

Keywords: Peasantry. Amazon. Land use. Sustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados no Matapi.....	190
Gráfico 2 – Faixa etária dos moradores do Matapi abrangidos na pesquisa.....	191
Gráfico 3 – Religião das famílias na colônia do Matapi.....	192
Gráfico 4 – Faixa etária dos entrevistados na colônia do Matapi.....	193
Gráfico 5 – Experiência na agricultura dos agricultores do Matapi (anos).....	194
Gráfico 6 – Naturalidade dos entrevistados na colônia do Matapi.....	195
Gráfico 7 – Escolaridade dos entrevistados na colônia do Matapi.....	196
Gráfico 8 – Tempo de moradia dos entrevistados na colônia do Matapi.....	197
Gráfico 9 – Receita mensal das famílias na colônia do Matapi.....	204
Gráfico 10 – Principal fonte de receita das famílias na colônia do Matapi.....	205
Gráfico 11 – Momento em que mais se precisa de assistência técnica na colônia do Matapi.....	210
Gráfico 12 – Associados em uma associação/cooperativa na colônia do Matapi.....	218
Gráfico 13 – Maior dificuldade na colônia do Matapi para a manutenção dos sistemas....	225
Gráfico 14 – Vontade por mudar de cultura principal na colônia do Matapi.....	226

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Amazônia brasileira e os respectivos estados abrangentes.....	21
Figura 2 – Amazônia colombiana e os respectivos departamentos abrangentes.....	22
Figura 3 – Pan-Amazônia e localização espacial da colônia agrícola do Matapi e ZRC El Pato-Balsillas.....	32
Figura 4 – Localização espacial da colônia agrícola do Matapi (Brasil).....	33
Figura 5 – Localização espacial da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas (Colômbia).....	36
Figura 6 – Situação jurídico-institucional das zonas de reserva camponesas na Colômbia..	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis/elementos considerados por dimensão, indicador e atributos para avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados pelos agricultores..	47
Quadro 2 – Calendário agrícola na colônia agrícola do Matapi.....	215

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cultivo de hortaliças na colônia agrícola do Matapi.....	183
Fotografia 2 – Cultivo de mandioca na colônia agrícola do Matapi.....	183
Fotografia 3 – Cultivo de abacaxi na colônia agrícola do Matapi.....	184
Fotografia 4 – Produção de laranja na colônia agrícola do Matapi.....	184
Fotografia 5 – Plantio de seringueiras na colônia agrícola do Matapi.....	187
Fotografia 6 – Curso sobre o cultivo do açaí irrigado, anunciado na colônia.....	223
Fotografia 7 – Lotes para venda ou abandonados na colônia agrícola do Matapi.....	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador social, por elementos/variáveis.....	202
Tabela 2 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador econômico/o, por elementos/variáveis.....	212
Tabela 3 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador ambiental, por elementos/variáveis.....	217
Tabela 4 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador político, por elementos/variáveis.....	221
Tabela 5 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador cultural, por elementos/variáveis.....	227
Tabela 6 – Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi por dimensão /indicador.....	227

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA.....	24
II OBJETIVO GERAL.....	31
III OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
IV METODOLOGIA.....	32
V A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	50
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA, SOCIOECONÔMICA ESPACIAL DA PAN-AMAZÔNIA	55
1.1 DA COLONIZAÇÃO E CONQUISTAS ÀS DIVISÕES DA AMAZÔNIA.....	56
1.2 AMAZÔNIA COLOMBIANA E BRASILEIRA.....	65
1.3 A BORRACHA E SEU PAPEL NA AMAZÔNIA.....	85
1.4 A AMAZÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI..	98
1.5 FORMAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI E DA ZRC EL PATO-BALSILLAS.....	111
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA PAN-AMAZÔNIA	122
2.1 O CAMPESINATO.....	125
2.2 O CAMPESINATO DA AMAZÔNIA.....	133
2.3 UM NOVO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA.....	137
2.4 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI E NA ZRC EL PATO-BALSILLAS.....	153
CAPÍTULO 3 – OS CAMPONESES E SEUS INGREDIENTES AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA	161
3.1 AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA TECNIFICADA.....	169
3.2 AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	175
CAPÍTULO 4 – SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI	182
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES.....	190

4.2 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO SOCIAL.....	198
4.3 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO ECONÔMICA.....	203
4.4 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO SOCIAL AMBIENTAL.....	212
4.5 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO POLÍTICA.....	217
4.6 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO CULTURAL.....	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICE.....	257

INTRODUÇÃO

A investigação realizada nesta tese teve sua origem com o anseio por aprofundar a reflexão de um processo de pesquisa realizado dentro dos limites da dissertação de mestrado defendida pelo autor em 2014, na Universidade Federal do Amapá. Naquela oportunidade, analisou-se o uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP, com significativos estudos sobre o processo de produção extrativista do campesinato amazônico. Nesse novo momento de pesquisa, o esforço acadêmico se concentrou em expandir e avançar com as análises para outras realidades geográficas e históricas na busca por entender a racionalidade camponesa¹ típica na Amazônia e qual sua relação com a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na região, aprofundando a discussão sobre a especificidade camponesa na sua forma de reprodução e a consolidação da metodologia desenvolvida na pesquisa anterior para avaliar a sustentabilidade dos sistemas, bem como o aprofundamento da reflexão sobre o arranjo atual e a viabilidade dos sistemas estudados em continuarem produzindo, além do grau de implicações que as estratégias utilizadas podem provocar no ambiente e nas relações socioeconômicas. A metodologia de avaliação dos sistemas de uso da terra foi aprimorada para dar conta das especificidades características da região amazônica no que diz respeito à forma de relação dos camponeses com esse ecossistema.

Mais que uma coleta de dados, a natureza desta pesquisa se orientou pelo propósito da realização de uma análise comparativa que permitisse caracterizar as condições estruturais e os elementos que operam no processo de construção dos sistemas de uso da terra praticados pelos camponeses, os quais embora estejam em regiões diferenciadas² (em termos de altitude, temperatura, relevo), estão inseridos e fazem parte do grande ecossistema amazônico e apresentam como base social a reconhecida trajetória pela luta e permanência na terra, e no caso em estudo, de imigrantes que chegaram à região amazônica por volta dos anos de 1940-60 e que trouxeram de seus lugares de origem costumes culturais, ambientais e de produção que eram muito diferentes para serem desenvolvidos no seu novo destino. Foi necessário um

¹ Entre os camponeses predomina a racionalidade em que o objetivo maior é a reprodução da unidade familiar e não a acumulação capitalista (FILOCRAO, 2007).

² A Pan-Amazônia por ser uma região muito grande apresenta algumas diferenciações naturais, estando dividida em florestas de terras baixas ou planície amazônica, florestas de terras altas e florestas de alto-montanhas, sendo drenadas pelo rio Amazonas, o qual nasce a 5.150 metros de altitude e percorre por vários níveis de altitude até chegar ao mar (COSTA, GALARZA e GÓMEZ, 2008; RAISG, 2020). Além do mais, em linhas gerais, a precipitação média na região varia muito, entre 1.000 e 3.000 mm/ano, chegando a ser inferior a 300 mm/ano em algumas áreas muito específicas. A temperatura média é alta na região, embora mostre grande variabilidade espacial e temporal, diminuindo com a maior altitude. A temperatura média anual da região flutua entre 24 e 26 graus centígrados (GÓMEZ *et. al.*, 2008). Diante disso, a Amazônia não é uma região de paisagem homogenia.

processo de adaptação ao novo ecossistema totalmente desconhecido por parte daqueles que não apresentavam um passado econômico, social e ecológico com a região, fato que demanda tempo. É por esse contexto que se discute a ideia de um novo campesinato na Amazônia nesta pesquisa, diferenciando-se daqueles que já se encontravam na região quanto à forma de uso dos recursos.

As análises e discussões formuladas nesta tese caracterizam-se como um novo olhar sobre a realidade amazônica, na qual é marcante a permanência do rural (SUZUKI, 2016), e que levam em conta as especificidades locais da forma de manejar os recursos naturais (Guzmán e Molina, 2005) e os sujeitos sociais envolvidos para compreender se os sistemas de uso da terra praticados nessa região apresentam características para continuarem mantendo a sobrevivência e a reprodução das famílias ao longo do tempo sem a degradação do ambiente, das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como a conservação de outros parâmetros relacionados à vida dos camponeses de forma individual ou coletiva. Investigam-se as estratégias e ações que os camponeses consideram para se adaptar diante de novas demandas e necessidades para que possam permanecer no seu local desenvolvendo seus sistemas de produção.

Assim, buscou-se avaliar a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no sentido da capacidade de permanência demonstrada pela produção familiar³, não somente como capacidade de resistência, mas, sobretudo, enquanto capacidade de mudança, com a investida de novas estratégias de produção para a manutenção ou melhor usufruto das condições reprodutivas (COSTA, 1994), uma vez que a terra é o lugar onde o camponês se enraíza, vive e trabalha, o que faz com que ele busque moldar os sistemas que lhe proporcionará a sustentabilidade. Nesse sentido, o camponês vive e produz numa relação construtiva com a natureza (CARVALHO, 2014). Fato que ocorre diferentemente da racionalidade capitalista em que a terra é tida como um lugar sem vínculo, apenas com valor de negócio e de oportunidade momentânea de acumulação, que logo poderá se deslocar para lugares mais favoráveis. O objetivo principal da racionalidade econômica⁴ dos agentes capitalistas é a

³ Revelou-se como importante avaliar se as ações e estratégias adotadas e vivenciadas pelos agricultores lhes permitem, considerando o âmbito social, econômico, político, cultural e ambiental, que permaneçam em seus espaços de produção, apontando e identificando a presença ou não de elementos ou situações que podem impactar na permanência ou não desses agricultores em suas terras. Uma leitura que permite presumir, ao longo do tempo, como possivelmente se comportará a dinâmica dos sistemas de uso da terra no que diz respeito ao atendimento das necessidades familiares, o que permitirá a estes concluir por permanecer ou não com seus sistemas, cambiá-los ou deixar as atividades agropecuárias, partindo para outras formas de trabalho ou emprego.

⁴ Deve ser entendida na abrangência das expressões que estão em torno dela como “Eficiência, eficácia, rentabilidade, rendimento, produtividade, minimização dos custos, satisfação máxima, decisão optimal, escolha, cálculo, previsão, gestão e organização do trabalho, da empresa, do ramo, da economia nacional,

acumulação, o que significa a busca crescente da maior taxa possível de lucro para os capitais investidos. Assim, camponeses e capitalistas possuem comportamentos diferentes, os quais utilizam a terra com objetivos que não se assemelham.

Corroborando com o entendimento de Marzall (1999), a avaliação de um sistema pode se delinear por várias finalidades como definir ou monitorar a sustentabilidade de uma realidade, facilitar o processo de tomada de decisão, evidenciar modificações significativas nos sistemas, estabelecer restrições em função de determinados padrões, detectar determinados limites aos sistemas, tornar perceptível uma tendência que ainda não é detectável, quantificar diversas informações e simplificar informações de fenômenos complexos, ajudar a identificar ações relevantes, assim como avaliar o progresso em direção a um objetivo, presumir o “status” dos sistemas, alertando para possíveis condições de riscos, detectar distúrbios e direcionar planejamento, e medir o progresso em direção á sustentabilidade. De maneira geral, a avaliação de um sistema de uso da terra é a forma prática de comunicar a situação de uma dada realidade.

A Amazônia a qual se refere esta pesquisa compreende os espaços pertencentes à drenagem da bacia amazônica, denominada por Amazônia continental, Pan-Amazônia, Amazônia internacional e Amazônia Sul-Americana (BECKER, 2007; COSTA, 2009; COSTA, 2009; CASTRO, 2012; CEPAL, 2013; PENNA FILHO, 2013; NOGUEIRA, 2014; SOUZA, 2014; RAISG, 2015; SUDAM, 2017), a qual possui área territorial de 7,8 milhões de km² e uma população de 33 milhões de habitantes, incluindo 385 povos indígenas; abrange oito países e a Guiana Francesa (departamento ultramarino). Sua extensão equivale a 60% da superfície da América Latina e 4,9% da área continental mundial, sendo considerada a Pan-Amazônia a maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo (CEPAL, 2013; RAISG, 2015). É importante ressaltar que cada país tem seus próprios critérios⁵ para delimitar o seu espaço amazônico, podendo apresentar mais de um, em conformidade com suas demandas estratégicas e políticas.

Segundo a Red Amazónica de Información Socioambiental (2015), essa grande região é um território de altíssima diversidade socioambiental, a qual se estende por 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhadas por 4.969 municípios e 68 departamentos, estados ou províncias. Mais da metade da Amazônia está no território Brasileiro (64,3%), seguido pelo Peru (10,1%), Colômbia (6,2%), Bolívia (6,2%), Venezuela (5,8%), Guiana (2,8%), Suriname

desenvolvimento, crescimento equilibrado, progresso, distribuição, justiça, entre outros” (GOLDELIER, 1966 p. 17).

⁵ De maneira geral, três são os critérios mais comuns utilizados para a delimitação da Amazônia: o critério hidrográfico, o critério ecológico e o critério político-administrativo (PNUMA/OTCA, 2008).

(2,1%), Equador (1,5%) e Guiana Francesa (1,1%). A extensão da região amazônica é bastante significativa nos países da qual faz parte, representando 58,8% do território brasileiro (Amazônia Legal), 43,3% da Bolívia, 42,4% da Colômbia, 46,9% do Equador, 60,9% do Peru, 49,5% da Venezuela e 100% nos territórios da Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Ainda, existe na região um total de 610 áreas naturais protegidas e 2.344 territórios indígenas, os quais ocupam 45% da superfície da Pan-Amazônica. Os povos indígenas representam uma diversidade cultural, com línguas e 650 dialetos (PNUMA; OTCA, 2008).

A região apresenta uma biodiversidade de importância mundial, tanto em termo de espécies e ecossistemas como de variações genéticas (ARMENTERAS; MORALES, 2008). Os seus ecossistemas são de grande valor por sua riqueza natural e cultural, abrigando uma grande variedade de espécies da flora e da fauna, sendo também, uma importante área de endemismos, o que faz dessa região uma reserva genética de importância para o desenvolvimento da humanidade. A Amazônia abriga a floresta tropical e a rede hídrica mais extensa do mundo. Todas as suas características da região foram determinadas pelos diversos processos geológicos, geomorfológicos, climatológicos, hidrográficos e biológicos que ocorreram na área. Embora ocupe apenas 6% da superfície terrestre, a região representa mais da metade das florestas tropicais úmidas do planeta, abrigando mais de 10% das espécies de plantas do globo, assim como uma quantidade de espécies animais difícil de calcular (COSTA; GALARZA; GÓMEZ, 2008). As cifras demonstram que a região amazônica apresenta como característica a grande diversidade em termos biológicos, culturais e de paisagens, nas quais predominam as florestas tropicais úmidas (ARAGÓN, 2018).

A Amazônia configura-se como uma temática comum entre vários Estados-nações, da qual integra parte dos seus territórios, em sua maioria, países da América Latina, em torno de uma perspectiva estratégica, política e econômica (CERVO, 2013). Isso se explica, especialmente, pela concentração de recursos naturais em seus ecossistemas, o que tem provocado esforços de cada nação para incorporar suas respectivas Amazônia aos seus territórios. Ao formularem suas políticas, os governos agem conforme seus interesses nacionais, muitas das vezes não considerando as consequências que tais políticas podem provocar na Amazônia dos demais países. Decorre dos esforços por acessar os recursos o incentivo e a implementação de programas governamentais que têm sido direcionados para a integração e desenvolvimento dessa região, os quais têm provocado profundas mudanças e impactos na estrutura econômica, demográfica e ecológica, com as diversas intencionalidades de usufruto das florestas, da terra, das águas, dos minerais, da biodiversidade.

Esses são elementos de disputa pelas grandes potências mundiais, as quais na corrida por explorá-los provocam profundos impactos socioambientais na região, em que os povos e comunidades e seus interesses, que não os mesmos do grande capital, pouco ou quase nada são respeitados (SOUZA, 2014). Assim, considerando que são diversos os interesses em torno do uso dos recursos naturais na região, em particular da terra, esta pesquisa originalmente teve como direcionamento a análise do uso desse recurso pelas unidades de produção camponesa, com estudo de campo em dois países, Brasil e Colômbia, as quais apresentam distintas dimensões histórico-espaciais da realidade desses agentes sociais.

Entretanto, faz-se necessário registrar que não foi possível a realização do trabalho de campo na Colômbia, Amazônia colombiana. Por questões de segurança, em decorrência dos conflitos armados e da disputa por espaço na região entre narcotraficantes, o que está muito associado à questão dos cultivos e processamento de drogas, o que se intensificou com a morte de um líder local no mês de maio de 2021 (onde a pesquisa seria realizada), não se teve a garantia, em termos de segurança e integridade física, de que fosse possível ir a campo e realizar a coleta de dados primários. Somado a esse fator, a pandemia da Covid-19 também contribuiu para a restrição de deslocamento na Colômbia, o que dificultou e, em alguns casos, impossibilitou o acesso a outras fontes de informações sobre a temática abordada nesta pesquisa. A disputa de espaço na região amazônica colombiana é uma questão delicada e não se consegue informações da realidade local de qualquer forma, muitas das vezes é necessária uma relação de confiança entre o pesquisador e os entrevistados, relação esta que não foi possível construir devido aos fatores limitantes acima expostos.

Também é importante ressaltar que as questões específicas de conflitos na Amazônia colombiana provocaram a mudança em três momentos da área de estudo onde seria realizada a investigação de campo na região. A proposta primeira desta pesquisa tinha como área de estudo os resguardos indígenas Damasco-Vides, San Andrés e Villaunió, localizados no município de Puerto Caicedo, departamento de Putumayo. Mas, com assassinato de um líder local no ano de 2019, o que provocou mais tensão na região, optou-se por mudar de área de estudo. A nova escolha recaiu sobre a Zona de Reserva Campesina El Pato-Balsillas. Esta sendo de melhor acesso e de uma estrutura organizativa mais consolidada, a qual figura a primeira zona de reserva campesina constituída na Colômbia. No entanto, pelos fatores já acima mencionados também não foi possível a realização do trabalho de campo nesta zona. Uma terceira área então foi proposta após uma conversa com os diretores da tese e articulação com outros professores da Universidade Nacional de Colombia. A proposta seria realizar o

trabalho de campo na Zona de Reserva Campesina La Perla Amazónica, localizada no município de Puerto Asis, departamento de Putumayo. Entretanto, novamente os conflitos e disputas na região, agora mais especificamente com os empreendimentos petroleiros, não possibilitaram a pesquisa de campo.

Uma lacuna estava presente na tese e o estudo comparativo foi comprometido por não ser possível as duas investigações de campo. Para amenizar tal situação um novo capítulo foi proposto para uma abordagem em nível de América Latina sobre os ingredientes ambientais dos camponeses quando das suas estratégias de uso da terra e dos ecossistemas nos quais estão inseridos. Não resolve a lacuna, mas nos proporciona um panorama para o entendimento de que os camponeses estão associados à sustentabilidade e que independentemente de onde estejam localizados, são portadores de características e de referenciais que os identificam e os relacionam ao melhor uso e manejo dos recursos, resguardadas as diferenciações quanto às formas de apropriação dos recursos em decorrência das trajetórias históricas que são distintas e de ecossistemas que não são homogêneos, variando de um lugar para outro e dentro de uma própria delimitação regional, como a Amazônia. Ademais, a estrutura metodológica desenvolvida estará disponível como um avanço que poderá ser retomado em pesquisas futuras para consolidar o estudo comparativo aqui proposto para a Pan-Amazônia.

Pelo exposto, esclarece-se que embora o estudo comparativo tenha sido comprometido, permanecem as análises sobre a Zona de Reserva Campesina El Pato-Balsillas no que se refere ao seu processo de ocupação e formação, bem como as suas características nas questões sociais, econômicas, produtivas e ambientais. Espera-se que articulações futuras possibilitem dar continuidade ao processo investigativo para a realização da coleta de dados primários na Amazônia colombiana e proporcionar a consolidação do objetivo primeiro proposto nesta tese. Feitos os devidos esclarecimentos, segue-se com os pontos introdutórios sobre a Pan-Amazônia e seus sujeitos sociais.

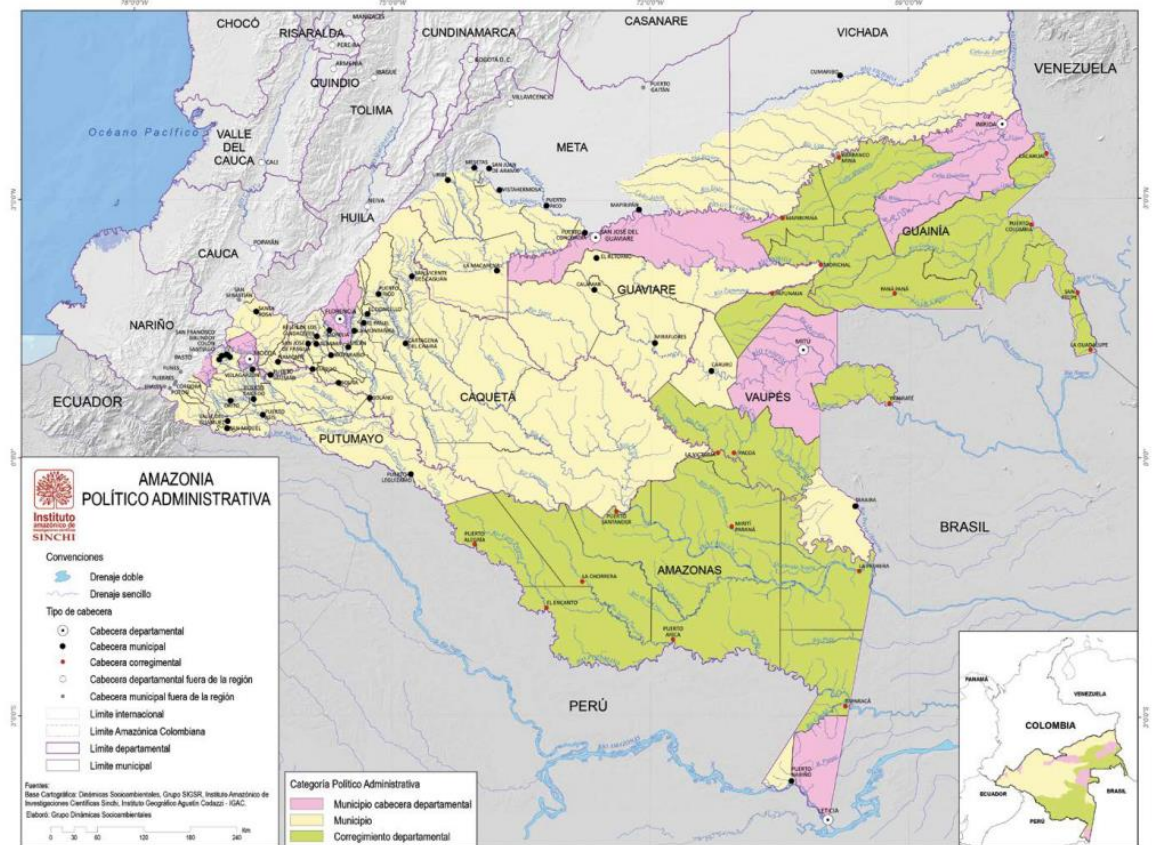
No Brasil, a Amazônia estendendo-se ao longo de 9 das 27 unidades administrativas desse país (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), somando uma população amazônica de aproximadamente 25 milhões de habitantes, e abriga 56% da população indígena do país (CEPAL, 2013; FRACHI, 2013; PENHA FILHO, 2013) (Figura 1). Por sua vez, a Amazônia colombiana estende-se por seis departamentos (Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo e Vaupés), com uma população de 717.577 habitantes, sendo que 17% dessa população correspondem a grupos indígenas (CEPAL, 2013; QUITERO, 2014) (Figura 2).

Figura 1 – Amazônia brasileira e os respectivos estados abrangentes.



Fonte: IBGE, 2007.

Figura 2 – Amazônia colombiana e os respectivos departamentos abrangentes.



Fonte: SINCHI, 2016.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, entende-se por formas de produção camponesas àquelas baseadas na unidade de produção familiar definidas por Alexander Chayanov em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*, cujo estímulo básico da família trabalhadora é a necessidade de satisfazer a demanda de seus consumidores, em que a composição familiar define antes de tudo os limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1985). Também, compartilha-se da ideia de que o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar (WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2005; MARTINS, 2008; WOORTMANN, 2009; HERÉDIA e GARCIA Jr., 2009; CANDIDO, 2010) e formas distintas de acesso à terra, sendo que a centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, o qual pode ser definido pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço (SUZUKI, 1996), juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas as formas sociais (MARQUES, 2008).

Os termos agricultor familiar e camponês serão considerados como um, pelo fato de que a lógica prevalecente é a de que, tanto o agricultor familiar quanto o camponês estão organizados em unidades produtivas tocadas pelo trabalho familiar, em que o objetivo maior é a reprodução da unidade familiar de produção e não a acumulação capitalista (CHAYANOV, 1922). Considera-se que o agricultor familiar é um camponês, e que um não existe sem o outro. Para isso, compartilho da análise de Fernandes (2017), para quem as diferenças entre esses dois sujeitos – que são um – é ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação.

No entanto, consideramos as determinações próprias e específicas do campesinato (MARTINS, 1990) típico da Amazônia, o qual, pela configuração típica e riqueza da região, conformada por muitos rios, para além da terra, utiliza a água como fundamental meio de produção. Não se trata de uma definição compilada e/ou adaptada para o campesinato da Amazônia, mas sim de uma análise empírico-teórica de um modo de vida de um conjunto social que possui singularidades, tendo a produção rural baseada no extrativismo e em atividades agrícolas e não agrícolas, um camponês agricultor, pescador e extrator (FRAXE, 2000; COSTA, 2012).

Entre os camponeses predomina uma racionalidade caracterizada pela produção de relações não capitalistas (SUZUKI, 2016), uma racionalidade não capitalista, em que a apropriação dos recursos oferecidos pela natureza ocorre no sentido de garantir a

sobrevivência das famílias, seja por meio do autoconsumo ou da conversão dos recursos naturais em dinheiro, com a exigência de vendas inevitáveis para comprar itens que a natureza não consegue oferecer de imediato, como roupas, remédios e outros bens, o que, também, lhes confere, diante das controvérsias do capitalismo, a sua capacidade de permanência (MOURA, 1978; FILOCREÃO, 2007).

Segundo Chayanov (1985), essa racionalidade é explicada como um produto das leis específicas de funcionamento interno das unidades produtivas tocadas pelo trabalho familiar, em que o objetivo maior é a reprodução e o desenvolvimento da família e não a acumulação capitalista. Nesse sentido, os camponeses raciocinam com uma lógica diferente daquela capitalista, sendo muito ligados à terra, vivendo dos produtos desta, em uma ligação que se justifica pelo valor simbólico da terra, que representa a possibilidade de sobreviver, da construção da vida, de permanecer e de reprodução social (SUZUKI; BORTOLETO, 2011).

Ainda que os camponeses não tenham como objetivo maior a acumulação capitalista e que apresentem lógica diferente desta, não podem ser entendidos como fora dos circuitos capitalistas, uma vez que a lógica capitalista está presente como uma mediação geral (SUZUKI, 2006). Os camponeses, assim como outras formas sociais de existência no campo com relações de produção não capitalistas, apresentam-se dentre múltiplas possibilidades de resistência e de criação de formas sociais, que vão se metamorfoseando, que se conformam em territórios que negam o território do capital, marcado pela lógica da modernização no sentido da constituição de uma nova relação entre o campo e a cidade (SUZUKI, 2007b).

Da perspectiva acima, entende-se que os camponeses, pela sua característica específica de apropriação dos recursos naturais, com conhecimentos e técnicas adquiridas pela tradição, exploram a natureza de maneira a proporcionar a manutenção e o uso dos ecossistemas com menores impactos (GONÇALVES, 2004), caracterizando-se por uma imbricada relação com a natureza, com profundo conhecimento de seus ciclos (DIEGUES, 2008; SUZUKI, 2017). Com isso, suas ações apresentam uma sustentabilidade no sentido de não comprometer os aspectos funcionais dos ecossistemas no futuro, com explorações sem degradar a base dos recursos, da qual a natureza depende para regenerar-se, e com estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra (ALTIERI, 2010).

Considerando o exposto acima, esta pesquisa apresenta a hipótese de que a racionalidade camponesa, expressa por meio de seus valores, seus processos simbólicos e religiosos, mitos e rituais, seus códigos de conduta e sua lógica produtiva (LEFF, 1998), proporciona a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na Amazônia, com a manutenção

e a reprodução das famílias em seus espaços de produção, em uma relação/interação com a natureza de forma que não provoca fortes impactos no meio (DIEGUES, 2008), ainda que com graus de sustentabilidade pelas diferentes formas de ocupação dos espaços rurais (assentamentos rurais tradicionais, assentamentos agroextrativistas, colônias agrícolas, reservas extrativistas, comunidades quilombolas, zonas de reserva camponesas, reservas indígenas, áreas ribeirinhas, propriedades rurais baseadas na exploração da mão de obra familiar entre outras), com manejo dos recursos vinculados aos agroecossistemas locais e específicos.

Essas diferenças se dão pelo fato de que não há uma única determinação nos usos da terra, mas de múltiplas, em que a história e dinâmica cultural dos grupos sociais interferem de maneira contundente na construção de suas características simbólica e material (SUZUKI; RANGEL, 2012). O que se verifica com a diversidade do campesinato que se intensifica na Amazônia a partir do maior movimento de migração para essa região de indivíduos de várias áreas dos países amazônicos iniciado no século XIX.

Daí a necessidade de uma metodologia que proporcione a análise do nível de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra desenvolvidos por camponeses na Amazônia, uma vez que estes agentes sociais apresentam diversidade (SHANIN, 2005) condicionada por dimensões histórico-espaciais distintas, com diferentes graus de “camponesidade” (GUZMÁN e MOLINA, 2005), tendo como elemento central o caráter familiar do trabalho e valores específicos, que revelam uma ética que caracteriza o que Woortmann (1990) chama de campesinidade, as relações existentes em graus e intensidades diferentes, que subvertem a lógica hegemônica do capitalismo. A trajetória de vida dos camponeses na Amazônia não é única e as experiências agrícolas e com a terra são diversas, o que demandou os esforços desta investigação para analisar a dinâmica e sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados por estes sujeitos sociais.

I ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

O espaço amazônico conta com reconhecidos recursos do patrimônio natural e da história humana, os quais têm sido objeto de interesse tanto por parte dos países “centrais” como das nações que o compõem. A realidade é que a Amazônia possui um enorme estoque de recursos estratégicos, o que tem provocado a acirrada disputa pelo controle e exploração dos mesmos, principalmente pelas grandes potências detentoras da moderna tecnologia, assim

como também por parte dos países detentores desses estoques (BECKER, 2004). Por seu relevante papel nas mudanças climáticas e pela abundância de recursos (AMIN, 2015), a região não é somente assunto para o interesse nacional, mas também para o regional e o global.

Embora a transformação e exploração dos ecossistemas amazônicos tenha uma trajetória milenar, foi sua incorporação na expansão das relações internacionais a partir de finais do século XV que aprofundou as pressões sobre seus patrimônios. Entrava em pauta desde então na agenda internacional a exploração da maior floresta tropical, da maior bacia hidrográfica, da maior reserva de biodiversidade e banco genético e de uma das mais ricas regiões minerais existente do globo (MELLO, 2013). As diferentes histórias da transformação das colônias em Estados formalmente independentes proporcionaram condições diversas de apropriação do espaço amazônico e definiram novos tipos de relações com o âmbito externo (MONTAÑA, 2013).

A fragmentação da Amazônia em tantos países é consequência da dinâmica de colonização e penetração europeia nos séculos XVI a XIX (CEPAL, 2013). A ocupação e exploração dessa região ao longo desses séculos, particularmente no XIX, foram motivadas por diferentes surtos extrativistas. A busca por produtos, em especial o látex, provocou grandes mudanças à região, a qual recebeu investimentos de empresas europeias e norte-americanas e imigração de grandes contingentes de trabalhadores oriundos de outras regiões, fazendo surgir novas povoações e o crescimento de antigos núcleos, o que acelerou o processo de desenvolvimento urbano (COSTA, 2009).

A partir do século XX, a Amazônia encontra-se em processo de ocupação com ritmo mais intenso e acelerado, em busca de recursos minerais diversos com a abertura dessa região à exploração capitalista, sendo transformada em espaço de expansão das relações de produção capitalista, o que desencadeou um processo de ocupação desorganizado e a intensificação de graves problemas agrários e ambientais (NASCIMENTO, *et. al.*, 2013). As políticas de desenvolvimento para a Amazônia, quase todas implementadas do mesmo modo pelos Estados-nações que compartilham dessa região, têm como objetivo incorporá-la ao restante dos respectivos países, com o desenvolvimento de polos econômicos para integrar economicamente a região aos países de capitalismo central por meio de suas potencialidades produtivas, com incentivos creditícios para grandes empresas dos ramos de exploração madeireira, de recursos minerais e atividades agropecuárias (NOGUEIRA, 2014). Dessa

maneira, a ocupação capitalista proporcionou que essa região, antes desintegrada do processo macroprodutivo, fosse assim consumada (SILVA, 2007).

As pressões da colonização e ocupação, dos desmatamentos (prática da agricultura, pecuária, mineração) e do extrativismo aumentaram a vulnerabilidade dos ecossistemas amazônicos, com grandes impactos ambientais e humanos (PNUMA e OTCA, 2008). Muitas das populações autóctones foram exterminadas ou expulsas de suas terras para lugares mais afastados, de difícil acesso, empurrados pela alta concentração de terras que o capital provocou (LANDER, 2005). Os mais afetados foram os povos indígenas, os quais, ocupantes originários da região, representam, hoje, a minoria da população, e os camponeses (FILOCREÃO, 2007; PENNA FILHO, 2013).

No Século XXI, a Amazônia encontra-se com várias paisagens diversificadas, sob todos os aspectos, e cada Amazônia nacional apresenta as marcas, mais ou menos profundas, de acordo com os processos dos quais serviu como cenário. A exploração dos recursos naturais e a ocupação da terra têm aumentado em praticamente toda a região amazônica, com impactos ambientais inevitáveis (COSTA, 2009). A principal questão, hoje, não é o dilema de explorar ou não explorar, mas sim como explorar a região de forma sustentável, sem degradar ou destruir as bases das quais a natureza necessita para manter com seus serviços ecossistêmicos.

A Pan-Amazônia em sua atualidade caracteriza-se por suas diferenças étnicas, culturais, políticas, socioeconômicas e ambientais, o que estabelece concomitantemente continuidades e descontinuidades territoriais, com suas relações plurais e contraditórias, condicionando as representações e as estratégias de poder projetadas pelos diferentes agentes sociais envolvidos. Embora a Amazônia encontre-se dividida em nove partes e cada uma dessas esteja sob uma soberania diferente, permanece sendo uma só região, no entanto, diversa. Assim, existe uma heterogeneidade das “Amazônias” que não se reproduzem da mesma forma, tanto no ponto de vista concreto como sob a perspectiva da existência humana (SOUZA, 2014).

Se por um lado temos os grandes investimentos (em muitas vezes incentivados por políticas públicas) equipados com máquinas modernas, inseridas no contexto de modernização do campo e da agricultura, em que se valoriza o conhecimento tecnocientífico (SUZUKI, 2007a), com a realização de atividades estranhas à ecologia da região amazônica, em exploração máxima dos recursos naturais como oportunidade momentânea de acumulação, explorando os recursos à exaustão, limitados apenas pelo cálculo do lucro imediato

(POZZOBON e LIMA, 2001); por outro, temos os camponeses, em resistência diante do avanço do grande capital, com forma específica de uso e exploração dos recursos, o que proporciona sustentabilidade no manejo dos ecossistemas amazônicos, compreensão que assumimos nesta proposta, uma vez que têm a terra como um lugar com vínculo, onde se enraízam, vivem e trabalham, explorando-os de maneira que lhes garantirá a satisfação das necessidades da família e que assim permaneça (COSTA, 2012), por meio dos seus saberes que permitem o cultivo de alimentos, a criação de animais, os trabalhos na terra, a construção de moradias, a confecção de instrumentos de trabalho e de diversão, que expressam um forte vínculo com a natureza, resultante dos acúmulos nas dimensões materiais e imateriais (SUZUKI, 2017).

Assim, no atual padrão moderno de exploração que degrada fortemente os recursos oferecidos pela natureza, o conhecimento camponês tende a se destacar por apresentar características de produção de forma sustentável, mediante suas práticas culturais que colaboram para a manutenção da diversidade biológica, respeitando a dinâmica do tempo da natureza, desde que lhes sejam asseguradas e respeitadas suas formas específicas de manejo (DIEGUES, 2008), as quais têm sido avassaladas pela territorialização das relações capitalistas, provocando a resistência dos camponeses que enfrentam as relações sociais hegemônicas, recuperando seus territórios (SILVA, 2007).

Apesar de suas características, com tradições sustentáveis no uso dos recursos, os camponeses não se configuram como homogêneos na Amazônia, em decorrência de trajetórias históricas distintas nessa região pela imigração de muitos camponeses de diversas áreas para esse espaço, os quais passaram a reproduzir suas práticas produtivas e padrões culturais de seus antigos lugares de origem, com estratégias diferenciadas quanto ao uso dos recursos em relação aos já existentes conformando, então, a diversidade de um campesinato na região (CASTRO, 1999; FILOCREÃO, 2007; PATIÑO, 2010). No entanto, esses novos migrantes foram se adaptando em conformidade com a dinâmica da região, quando desenvolveram conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento de sistemas de produção e práticas extrativas em acordo com a característica ecológica da região.

Na Amazônia brasileira e colombiana as migrações ocorreram de maneira acelerada a partir da segunda metade do século XX, vindas do Nordeste e do Sudeste, no caso brasileiro, e dos Andes e do Pacífico, no caso colombiano. A concentração da propriedade rural nessas regiões provocou o processo de migração para a Amazônia. Somam-se a isso, as tensões sociais, no Nordeste, a industrialização da agricultura, no Sudeste, e a implantação de relações

capitalistas de produção no campo, na Colômbia (BECKER, 2007; ÁVILA, 2008). As mesmas pressões das regiões mais antigas continuam na ordem do dia para os camponeses da Amazônia, em disputa pelo usufruto dos recursos, os quais dão sinais de esgotamento caso não sejam manejados de forma sustentável, uma preocupação da sociedade (AMIN, 2015).

É desse contexto que surgiu a necessidade desta pesquisa, em meio às discussões latentes de como explorar os ecossistemas amazônicos de maneira que possa ser garantida a sustentabilidade dos serviços ecossistêmicos. Procura-se compreender a realidade do modo de vida (SUZUKI, 2013) das famílias camponesas na Amazônia em suas formas de (re)produção familiar em relação à prática de seus sistemas de uso da terra, da natureza. Não se trata em discutir sobre o conceito de campesinato/camponês, mas no estudo aprofundado e detalhado sobre a maneira como exploram a natureza, a terra, a água e a biodiversidade na Amazônia, tendo na junção da teoria e da pesquisa empírica os subsídios para a compreensão de que a racionalidade camponesa tende a configurar-se como essencial para a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na região, uma vez que exploram os recursos disponíveis sem que esta exploração alcance os limites críticos que comprometam um novo ciclo de renovação dos recursos.

Com isso, esta pesquisa teve sua formulação e processos de análises em um momento crucial e delicado pelo qual a Amazônia vem passando, em que se debate o uso sustentável da região, quando o caráter degradador das explorações dos ecossistemas amazônicos não mais se sustenta e novas alternativas são buscadas para conciliar o uso dos recursos de maneira que não degradem a base de reposição dos mesmos. É um momento em que a questão ambiental da Amazônia, como consequência da devastação, se intensificou como preocupação da humanidade, a qual já vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, passando por várias agendas mundiais sobre o meio ambiente (RIBEIRO, 2005). Desta maneira, pensar e pontuar sobre a forma como os camponeses exploram os recursos para sua reprodução é contribuir para um debate que se insere dentro de uma perspectiva que busca a melhor alternativa para o usufruto da região, considerando que estes agentes sociais são grandes responsáveis na produção de alimentos local e regional, assim como suas características de intervenção na natureza não alcançam profundos impactos nos ecossistemas.

As fortes pressões políticas advindas dos organismos internacionais se fazem cada vez mais presentes pelo interesse na conservação da biodiversidade e preocupados com os efeitos dos desmatamentos sobre as mudanças climáticas globais. Vivenciamos a necessidade de alternativas econômicas ecologicamente viáveis para o desenvolvimento da região, em

contraponto e freando o movimento de ocupação econômica por grandes projetos agroindustriais e minerais, os quais têm grande apoio dos Estados nacionais, o que caracterizou as décadas passadas, com grande destruição da floresta. Nesse sentido, as atividades econômicas que se desenvolvem sem a derrubada das florestas passam a ser melhor consideradas.

Compartilha-se do entendimento de que outras atividades de exploração, não necessariamente só aquelas praticadas pelos camponeses, mas todas as que não se desenvolvam para além dos limites críticos que comprometam os ciclos reprodutivos da natureza, apresentam condições e características que lhes proporcionam ser realizadas e executadas nos ecossistemas amazônicos, estando elas sob um plano de manejo sustentável e compatível com a ecologia da região, ainda que se considere que toda e qualquer atividade provoque impactos no meio. O que se deseja com esta tese é apresentar e aprofundar o debate de que o campesinato, na sua forma de reprodução, configura-se como sujeito que desenvolve suas ações e estratégias de exploração dos recursos (terra, floresta, água) sem degradar a base de tais recursos, e que ainda que esteja em situação crítica para produzir e satisfazer as necessidades de consumo da família consegue se adaptar às possibilidades de exploração se adequando à capacidade de resposta do meio sem que este seja comprometido a ponto de não permitir a continuidade de atividades produtivas pelas famílias camponesas.

Diante de uma situação crítica para produzir e estando em um ambiente diferente, no qual não se tem experiência produtiva, a necessidade imediata pela sobrevivência pode provocar a tomada de ações e estratégias de exploração por parte dos camponeses que sejam altamente impactante e desastrosa para o meio, mas os costumes e valores próprios desses sujeitos os conduzem para encontrar soluções, embora isso possa demandar algum tempo, que lhes permitam fixar-se na terra e superarem a situação crítica de início, passando a desenvolver atividades explorativas que sejam compatíveis ou que pelo menos não comprometa a capacidade de resposta do ambiente onde estão. Esse é o contexto dos migrantes camponeses que chegaram à Amazônia, de forma intensa, por volta dos anos de 1950, discutidos aqui especificamente as chegadas às Amazônia brasileira e colombiana. Esses novos migrantes integram o novo campesinato amazônico.

São migrantes que, em sua maioria, vieram de regiões periféricas da grande bacia amazônica, os quais sem um passado histórico, social, cultural, ambiental e econômico com os ecossistemas amazônicos trouxeram de seus lugares de origem seus costumes e práticas produtivas e que na região passaram a praticá-los. Foi um momento crítico para esses

migrantes, os quais desconhecendo a dinâmica da floresta amazônica e na imediata necessidade de sobrevivência passaram a desenvolver práticas estranhas à ecologia da floresta, com o ciclo de derrubada e queima desta. O uso da terra e os cultivos, de início, ocorreram de acordo com o histórico produtivo dos novos migrantes, os quais introduziram na região uma diversidade no uso da terra. Foi necessário um espaço de tempo para que esses novos migrantes conseguissem adaptar suas ações e novas práticas produtivas ao novo meio, conformando assim um novo campesinato na região.

É contribuir com as discussões e debates acerca desse novo campesinato e sua trajetória dentro da região amazônica, apresentando os motivos e fatores associados dentro desse contexto, que esta pesquisa demonstra seu avanço em termos teóricos. Também, e considerando a diversidade de origem desse novo campesinato, bem como as práticas diferenciadas quanto ao uso da terra, postulou-se como de grande importância avaliar a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados pelos camponeses, o que pode fornecer informações e conhecimentos importantes para inferir sobre a permanência destes em seus espaços produtivos ou necessidades de mudanças e adequações, dentro do processo de adaptação aos ecossistemas amazônicos. E é nesse ponto que se encontra a contribuição desta pesquisa, em termos metodológicos, ao avançar para consolidar uma metodologia que permitiu avaliar o grau de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados por camponeses na Amazônia. Metodologia que também poderá ser utilizada em outras áreas na região, sendo passíveis ajustes e adequações para a demanda da realidade local e dos objetivos buscados.

A metodologia proposta para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra se justifica considerando a diversidade presente do campesinato amazônico (FILOCREÃO, 2007), no entendimento de que as práticas adotadas podem variar os graus de sustentabilidade dos sistemas na região, as quais podem apresentar características para a insustentabilidade em longo prazo, quando consideradas as relações econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais. Tais características podem sinalizar indícios para mudanças produtivas em adequação aos ecossistemas amazônicos, ou, em última hipótese, indicar a não permanência das famílias em seus locais de (re)produção em caso de persistência da não satisfação de suas necessidades, provocando, em muitos casos, a migração das famílias para áreas periféricas das cidades, contribuindo para o aumento e agravamentos de problemas sociais nos meios urbanos (SILVA; FILOCREÃO, 2016).

Que os resultados, as informações e os conhecimentos gerados por esta pesquisa proporcionem subsídios quando das tomadas de decisões em políticas públicas para a Amazônia, de maneira geral – as quais muitas ainda são estranhas ao modo de vida e cultura dos camponeses –, e para área de estudo em caso específico, visando estimular a exploração e uso dos ecossistemas amazônicos dentro das possibilidades que não provoquem deteriorização das relações sociais e do meio. Também, que alimentem o processo de construção de alternativas sustentáveis, somando-se a outros estudos, com o objetivo de suprir a carência existente de conhecimentos científicos multidisciplinares necessários para subsidiarem o usufruto dos ecossistemas da região. Ainda, que a metodologia desenvolvida e as discussões teóricas, assim como a possibilidade de generalização e universalidade dos resultados, proporcionem a leitura de situações para além da Pan-Amazônia, da América Latina, pois trazem fundamentos para discutir a produção camponesa.

II OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre a racionalidade camponesa na sua forma de (re)produção e a sustentabilidade dos seus sistemas de uso da terra praticados na Pan-Amazônia, tomando como referência a colônia agrícola do Matapi, localizada no município de Porto Grande, estado do Amapá, Brasil, em análises que ocorrerão no período da segunda metade do século XX até os dias atuais.

III OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contextualizar a ocupação e formação histórica, socioeconômica e espacial da Pan-Amazônia, com aprofundamentos na Amazônia brasileira e colombiana;

Caracterizar a ocupação e formação da colônia agrícola do Matapi e da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas;

Analisar o processo de formação do campesinato Amazônico, com desdobramentos para o debate da diversidade desse campesinato, o novo campesinato, e como este faz a escolha e exploração dos sistemas de uso terra;

Discutir sobre os ingredientes ambientais dos camponeses na América Latina;

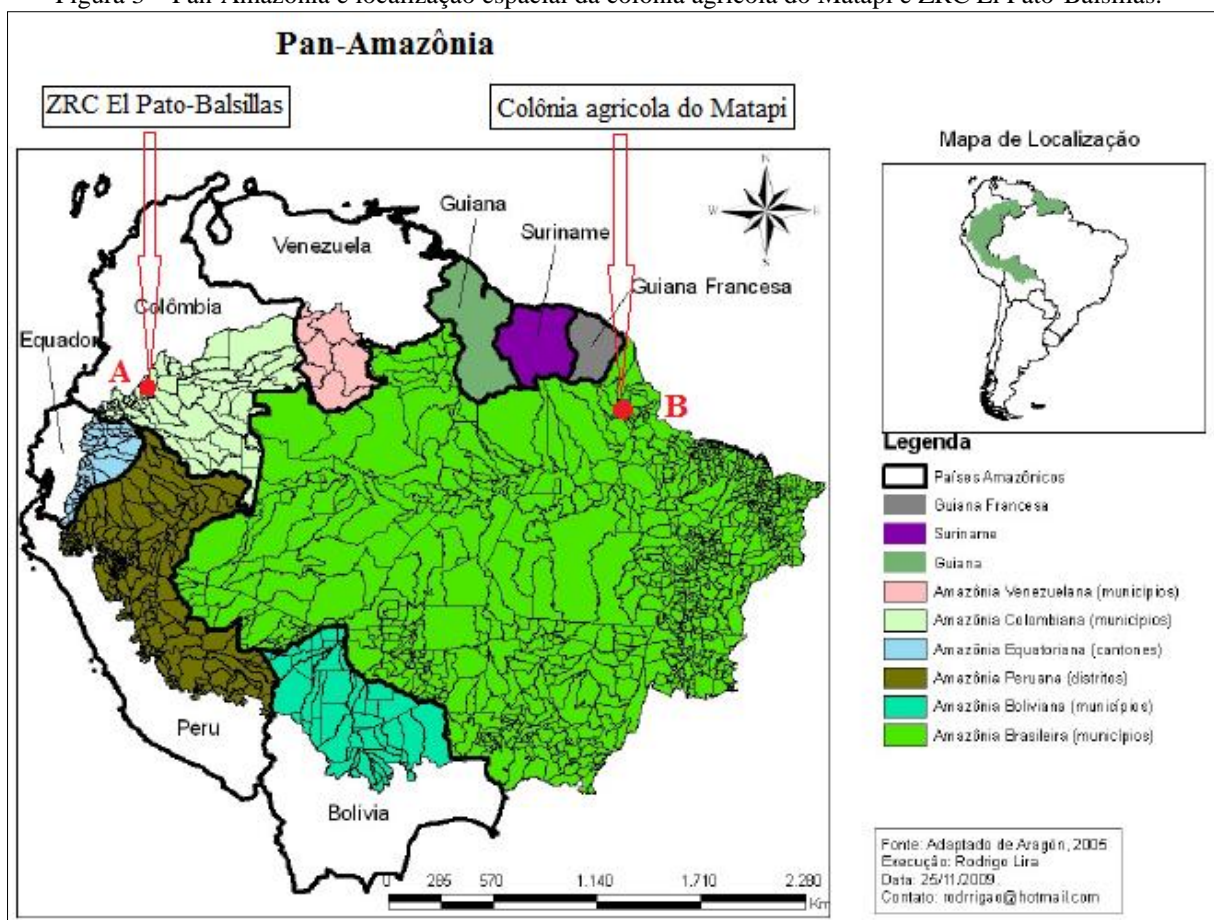
Aprofundar e consolidar a metodologia para avaliação da sustentabilidade de sistemas de uso da terra praticados por camponeses na Pan-Amazônia, com análises nas dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural;

Avaliar os sistemas de uso da terra praticados pelos camponeses na colônia agrícola do Matapi, discutindo os motivos pelos quais foram adotados e os fatores que contribuem para o grau de sustentabilidade dos sistemas.

VI METODOLOGIA

O estudo de campo para avaliar o grau de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra e análise da (re)produção camponesa foi realizado na colônia agrícola do Matapi. A figura 3 mostra a localização espacial da colônia, bem como da ZRC El Pato-Balsillas, na Pan-Amazônia.

Figura 3 – Pan-Amazônia e localização espacial da colônia agrícola do Matapi e ZRC El Pato-Balsillas.

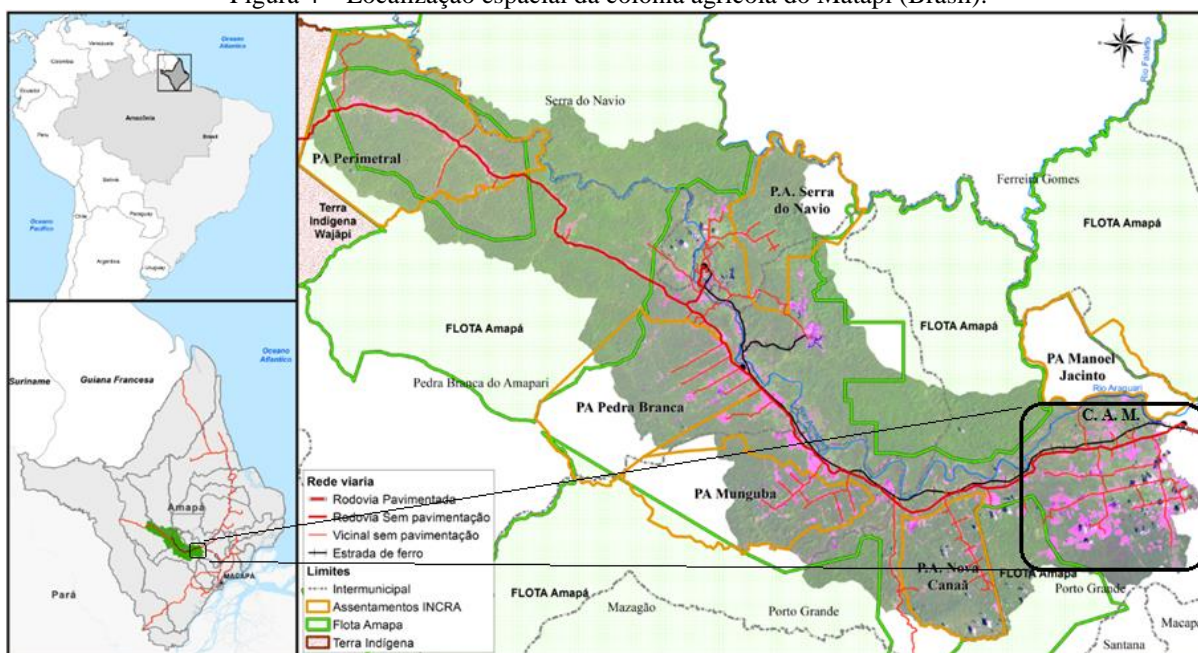


Fonte: Aragón (2011), adaptado por Irenildo Costa da Silva.

Nota: A= representação da localização espacial da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas, município San Vicente del Caguán, departamento de Caquetá, Colômbia. B= representação espacial da localização da colônia agrícola do Matapi, município de Porto Grande, estado do Amapá, Brasil.

A colônia agrícola do Matapi está localizada na cabeceira do rio Matapi, no município de Porto Grande, Amapá, Amazônia brasileira (Figura 4). O Amapá é um estado brasileiro do norte que ocupa uma área de 143.453,7 km², que em sua maior parte encontra-se localizada ao norte da linha do equador e tem uma população de 861.773 habitantes (população estimada pelo IBGE). É limitado a leste pelo oceano Atlântico, a sul, sudeste e oeste pelo estado do Pará e a noroeste com a Guiana e o Suriname. Atualmente 16 municípios compõem o espaço estadual. Porto Grande é um dentre esses municípios, o qual está localizado no centro-oeste do estado, com uma extensão territorial de 4.402 km² e uma população de 22.452 habitantes (população estimada pelo IBGE). Faz limite com os municípios de Ferreira Gomes a norte e nordeste, com Macapá e Santana a sudeste, com Mazagão a sudeste e com Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio a noroeste (IBGE, 2021).

Figura 4 – Localização espacial da colônia agrícola do Matapi (Brasil).



Nota: C.A.M = Colônia Agrícola do Matapi.

Fonte: GEA-IEF, 2018.

A colônia está situada a 120 km da capital do estado, Macapá, tendo como acesso a BR-156 e o rio Matapi. A colônia foi instalada em 1949 (CUNHA Jr. e GENSCHOW, 1958; FILOCREÃO, 2015), para onde muitas famílias foram direcionadas pelo processo de colonização induzida pelo estado, especialmente nordestinos e japoneses. A produção local é de cupuaçu, laranja, coco, limão, maracujá, pupunha, abacaxi, alface, couve, pimenta de cheiro, cheiro-verde, milho, farinha de mandioca e pequena criação de gado bovino. É presente na colônia a prática do consórcio de algumas culturas (mandioca com milho, por

exemplo), assim como também a presença de sistemas agroflorestais (açai com coco, por exemplo). A população, segundo Muto (2010), é de aproximadamente 2.000 habitantes.

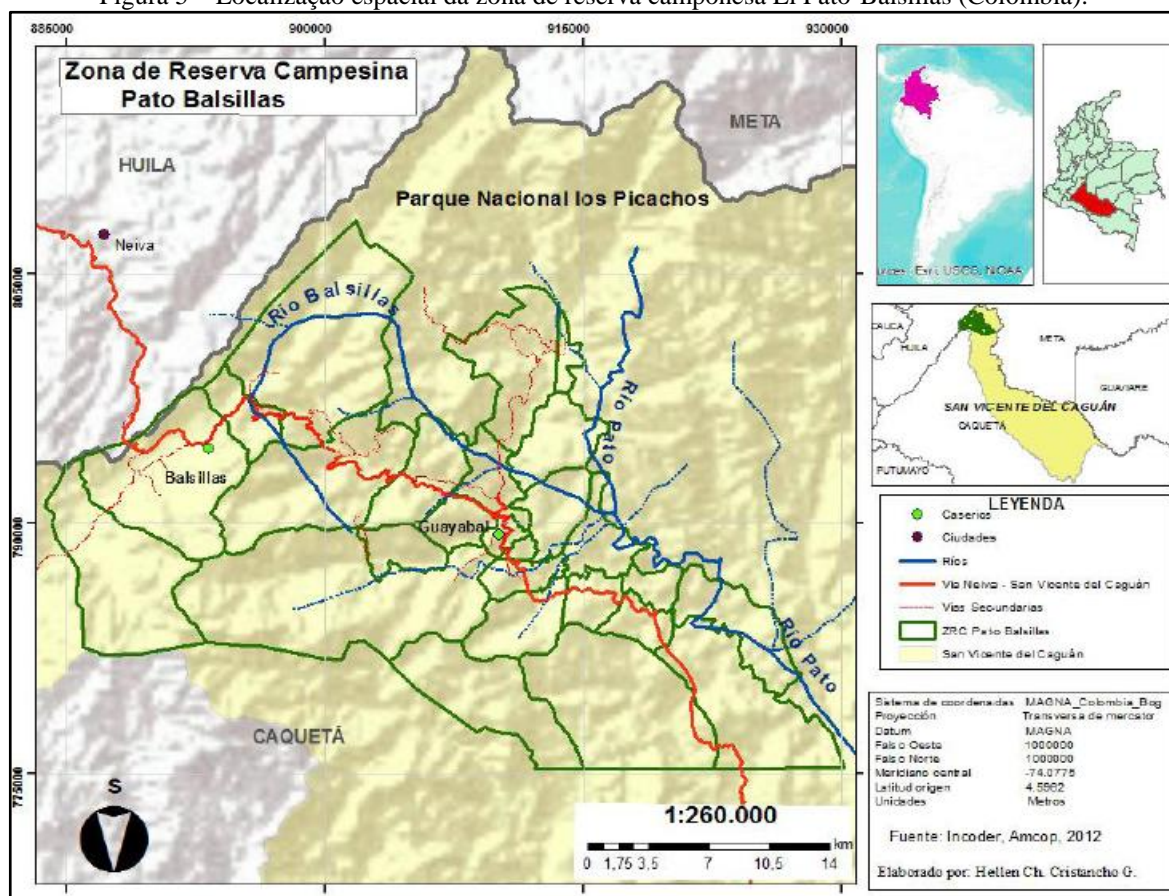
No que se refere aos solos da colônia, são encontrados os tipos latossolo amarelo, latossolo vermelho e o podzólico amarelo-vermelho. O solo predominante é o latossólico, de fertilidade baixa, com restrições tanto de natureza química quanto física. A precipitação média anual na região varia entre 60 mm/ano, nos meses mais secos, e 1500 mm/ano, nos meses mais chuvosos. A região apresenta duas estações bem definidas, verão (junho a novembro) e inverno (dezembro a maio). As médias de temperatura são fortemente condicionadas pelas chuvas, com temperaturas mais elevadas ocorrendo nos meses de agosto a novembro (época da estação menos chuvosa). A média fica em torno dos 26 graus, com máxima de 32 e mínima de 20 graus. A vegetação é composta por cerrados ou campos naturais de terra firme e floresta densa, destacando-se espécies como cupiúba, cajuí, andiroba, pracaxi, sucuuba e mututi. Quanto à fauna, há uma diversidade de espécies, destacando-se a anta, queixada, ariranha, tatu-canastra, veado galheiro e o macaco aranha. Com relação às aves, há inúmeras espécies, destacando-se a acurana, andorinha-de-coleira, arapaçu-pardo, chororó-escuro, sabiá-coleira, vissíá-cantor, entre outras. Nos rios e lagos da região são encontrados peixes como as traíras, os jijus, os trairões, os piaus e as bicudas (PLANO DIRETOR DE PORTO GRANDE, 2013; BRITO, 2016).

A colônia agrícola do Matapí foi criada como decorrência da ação do governo territorial do Amapá que iniciou uma política de colonização, formando núcleos de povoamento de agricultores localizados em pontos distribuídos pelo território para tentar atenuar os contrastes entre o crescimento demográfico acelerado com a baixa capacidade de absorção por parte da economia local e aumentar a produção agrícola. A criação da colônia estava de acordo com os esforços da política do governo federal para a Amazônia, a qual objetivava a fixação dos colonos e ao mesmo tempo amenizar problemas sociais de outras áreas brasileiras, principalmente do Nordeste. Nos seus primeiros meses, contava com apenas 5 colonos, em 1950 dispunha de 17 casas e 100 pessoas, e em 1955 atingia um total de 696 pessoas. Desse total, 60% eram de origem nordestina, 40% eram japoneses e alguns pouco nortistas. Matapi era a maior e mais populosa colônia agrícola do Amapá na década de 1950. Os esforços dos colonos eram empregados primordialmente na plantação de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e gêneros alimentícios como cana, batata doce, milho, arroz, feijão e, principalmente, mandioca (LOBATO, 2013).

O rápido avanço da colônia agrícola do Matapi ocorreu por dois motivos. O primeiro deles se refere ao fato de que a mesma foi instalada no período em que se instituiu a superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a qual tinha a finalidade de incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, visando melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país, a partir de planejamentos quinquenais para a valorização da Amazônia. O segundo motivo diz respeito ao fato de que a colônia foi criada nos anos iniciais em que se instalou no estado do Amapá a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), para exploração e beneficiamento do manganês em Serra do Navio, da qual também recebeu investimentos para desenvolver uma agricultura temporária para suprir os empregados dessa indústria, assim como também para participar do abastecimento de gêneros alimentícios à população que trabalhava na região manganífera do rio Amapari (FERREIRA, 2013).

Quanto à zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas, esta encontra-se localizada no piedemonte amazônico, ao noroeste do departamento de Caquetá, fazendo parte do município de San Vicente del Caguán, com uma extensão territorial de 74.078 hectares (Figura 5). El Pato-Balsillas limita-se a nordeste com o Parque Nacional Natural Cordillera de los Picachos, ao sul encontra-se limitada pelo rio Caguán e a inspeção das Guacamayas, a leste com departamento de Meta e ao oeste com o departamento de Huila. O acesso à zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas é realizado com certas dificuldades pela população local, uma vez que se encontra localizada em uma zona de montanhas (altitudes que podem variar de 700 a 3200 metros), com suas vias de acesso deterioradas em virtude da pouca intervenção estatal. As cidades de Neiva e San Vicente del Caguán (maior interação para comercialização e outras demandas de serviços básicos) ficam distante 84 e 69 km da reserva, respectivamente, com tempo de deslocamento variando entre 2 e 5 horas. É importante destacar que a área de ocupação e atividade, com maior concentração, ocorre na base das montanhas, na paisagem de piedemonte. As principais rotas de acesso a zona são as estradas Neiva – Balsillas – Las morras e San Vicente del Caguán – Las morras – Balsillas. Existe também algumas conexões terciárias, tais como: Guayabal – San Luis del Oso; Guayabal – Alto Pato; Los Andes – El venado; Lusitania – Miravalle; Chorreras – La unión – Alto avance; Balsillas – La división (AMCOP, 2012).

Figura 5 – Localização espacial da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas (Colômbia).



Fonte: GARRIDO, 2016.

As dinâmicas econômicas e os modos de produção da zona são caracterizados pela produção agrícola e pecuária, destacando-se a cultura do café, o cultivo da banana, da mandioca, do milho, do feijão, da ervilha, da batata e de frutas como o arazá, cocona, cubiu, cupuaçu, cacau, entre outras. Na pecuária, destaca-se a criação de gado de corte, a suinocultura, a avicultura e a piscicultura. A venda da produção comercializada é feita diretamente ao consumidor final em feiras organizadas aos domingos no município de San Vicente del Caguán e também no município de Neiva, no departamento de Huila (CAÑÓN, 2015).

A zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas foi criada no ano de 1997 pela Junta Diretiva do Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA, por meio da resolução 055/97. No entanto, a proposta de criação da zona é dos anos 1990, quando a Corporación para el Desarrollo de Sur de la Amazonía – CORPOAMAZONÍA e o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – SINCHI apresentaram propostas do Estado que correspondiam às demandas dos camponeses radicados na região, os quais viam no modelo de zona de reserva camponesa uma alternativa para a resolução de seus problemas socioeconômicos,

assim como também uma forma de substituir o cultivo de culturas ilícitas (coca e maconha) e como uma estratégia de limitação da violência que caracterizava a região (VÉLEZ, 2018).

Segundo Vélez (2018), a população em El Pato-Balsillas é de aproximadamente 6.609 habitantes, representando 9,5% dos residentes no município de San Vicente del Caguán. A população está distribuída em 26 comunidades, chamadas veredas, as quais compõem a zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas. O auge da extração da quina, na década de 1870, e logo depois a extração da borracha, gerou um grande impacto econômico e aumento da população na zona, quando a exploração desse produto provocou a migração de colonos do interior do país, os quais, interessados na exploração da região, atravessaram a cordilheira que divide os Andes do espaço amazônico na Colômbia.

A região de El Pato-Balsillas sofreu novos fluxos migratórios na década de 1930 e início de 1940, vindos principalmente do departamento de Tolima e Huila. Era a chegada de novos colonos que procuravam terras inexploradas para trabalhar. No entanto, foi na década de 1950, a qual marcou o início do período conhecido como “La violencia”, que houve o grande fluxo de pessoas para a região amazônica em busca de refúgio. A região de El Pato-Balsillas foi o refúgio de pessoas que vieram dos departamentos de Huila, Tolima e do Planalto Oriental, ou região da Orinoquia, que procuravam fugir da crescente violência nesses territórios (expulsão por latifundiários, no processo de expansão do capital nessas áreas). Porém, a dinâmica do novo contexto acabou por reproduzir da mesma violência, em decorrência da chegada também de bandidos, ex-guerrilheiros e do assentamento das autodefesas rurais conhecidas como “Columnas de marcha” (VÉLEZ, 2018).

De maneira geral, a história da ocupação e colonização da região de El Pato-Balsillas está envolta de um conjunto de processos de ordem social, econômica e política, os quais podem ser resumidos em quatro aspectos: 1 – a extrema debilidade do capital social; 2 – os altos níveis de violência, associados à presença grupos armados (guerrilhas e exército); 3 – o incremento de uma economia rural baseada no cultivo, processamento e tráfico de culturas ilegalizadas e 4 – a uma alta fragilidade ambiental na região (ecossistema de transição entre os Andes e a Amazônia) (AMCOP, 2012).

No que se refere ao clima, a região de El Pato-Balsillas apresenta climas frios e úmidos, com média anual de 18 graus. As precipitações apresentam dois períodos bem definidos, com maior incidência nos meses de abril a maio e menor nos meses de dezembro e janeiro, sendo que as precipitações podem variar entre 2300 a 3000 mm/ano. A paisagem da região é composta por relevos monoclinais fortemente empinados e vales abruptamente

marcados (IGAC, 1987). Quanto aos solos, predominam na região os solos superficiais, com inclinações que vão desde moderadas até fortemente escarpadas. A maior incidência são os solos udortênticos, os quais são muito ácidos, apresentam alta porcentagem de alumínio e baixa fertilidade. Também são encontrados os “solos de lomerío amazónico”, os quais são profundos e compostos por argila, baixa fertilidade, sendo estes utilizados na prática agrícola e pecuária (IGAC, 2013). Quanto à hidrografia, a região é composta pelos rios Balsillas e El Pato, sendo este último o principal eixo da bacia hidrográfica (AMCOP, 2012).

No que se refere à flora, a zona apresenta vários tipos de cobertura vegetal, variando desde florestas (primárias e secundárias), culturas agrícolas (temporárias e perenes), pastagens (cultivadas e naturais), restolho e vegetação própria de terras úmidas. Prevalece na região a floresta tropical úmida. Dentre as espécies predominam os bambus, a helicônia, a árvore-decoral, a mamufeira, a cajazeira, a quaxinduba, a luehea, a copaíba e árvores próprias de florestas de galeria com a açacurana e a ingá (IGAC, 2013). Quanto à fauna, esta representa uma importante fonte de recursos para as famílias da zona, caracterizada com a principal fonte de proteína da dieta familiar. A fauna é variada e pode ser classificada em silvestre, própria do ecossistema, e doméstica, composta de animais de estimação e de criação. A fauna silvestre é diversa e abundante, destacando-se os animais como a paca, a cutia, o tatu, o macaco-barrigudo, o macaco de cauda longa e o urso-de-óculos. Em relação às aves, a população é abundante e diversa, destacando-se as araras, os papagaios e as ciganas ou jacus. Quanto à fauna hídrica, destacam-se as espécies de peixes truta-arco-íris, a enfermeirinha e a jatuarana. Também, existe na região uma quantidade inumerável de anfíbios, répteis e outros animais aquáticos (AMCOP, 2012; VELÉZ, 2018).

Com um aprofundamento da análise dialética, juntamente com avaliações quantitativas e qualitativas, foi possível analisar as estratégias de sobrevivência dos camponeses na área de estudo e o entendimento de como têm ocorrido as suas ações quanto à adoção e exploração dos seus sistemas de uso da terra. Para isso, esta pesquisa considerou vários aspectos relacionados ao cotidiano das famílias, que foram capazes de mostrar não só a realidade em que se encontram como também apresentaram uma gama de informações que possibilitaram inferir na sustentabilidade dos sistemas de uso da terra e sobre a permanência de manutenção e reprodução das famílias ao longo dos anos. As análises contemplaram estudos sobre os aspectos da vida social, econômica, ambiental, política e cultural.

Na dimensão social foram avaliadas a educação, moradia, saúde e bens domésticos dos camponeses proporcionados pelos resultados das atividades nos sistemas de uso da terra; na

econômica foram analisados os resultados econômicos dos sistemas; na dimensão ambiental a avaliação recaiu sobre a condição de conservação do meio, como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução; na política as análises foram em torno do processo de organização dos camponeses nas suas relações produtivas e com o externo e; na dimensão cultural se avaliaram os conhecimentos, os valores e práticas dos camponeses quanto à maneira de exploração dos seus sistemas.

Por sistemas de uso da terra entende-se o arranjo/combinção dos diferentes elementos/recursos disponíveis da unidade produtiva no espaço e no tempo, adotados para extrair do solo, das águas e da floresta o sustento da família, com produções vegetais e animais. No que se refere à sustentabilidade parte-se do entendimento que sustentável é a exploração que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de satisfação das demandas futuras, com explorações sem degradar a base de recursos da qual a natureza depende para regenerar-se, o que garante a estabilidade dos sistemas ao longo dos anos e a permanência dos camponeses, os quais exercem atividades com tecnologias de baixo impacto ao meio (VIANNA, 2008), em suas unidades de (re)produção; bem como o entendimento sobre agricultura sustentável, baseada na agroecologia, com práticas que sejam ambientalmente consistente, produtiva e economicamente viável (CMMAD, 1991; LEFF, 1998; ALTIERI, 2004). Associamos ainda a concepção de sustentabilidade à qualidade do que é sustentável, o que está associado com a possibilidade de uma determinada atividade humana prosseguir por um tempo indeterminado, com a continuidade das atividades humanas ao longo de um tempo que transcende gerações e gerações (SILVEIRA, 2017).

Para a avaliação do grau de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra, com a formulação de indicadores e variáveis, foi utilizado como referência o Marco para Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales Incorporando Indicadores de Sustentabilidad (MESMIS), criado em 1995 por um grupo interdisciplinar do México, com o intuito de traduzir princípios gerais de sustentabilidade no contexto de gestão de recursos naturais em comunidades camponesas (LÓPEZ-RIDAURA *et. al.*, 2001; PRIETO, 2011). A escolha considerou o fato de que este marco seja o que mais se adéqua ao objetivo proposto, uma vez que possibilita a utilização de agroecossistemas como escala de análise, basear-se em uma análise multidimensional – ambiental, econômica e social, às quais foram acrescentadas as dimensões política e cultural, ampliando as análises, além do seu alto grau de utilização em comunidades camponesas da América Latina, já com alguns trabalhos realizados na

Amazônia (SILVA, 2008; NOGUEIRA, 2012; RESQUE, 2012; CARVALHO, 2013; SILVA, 2014).

O MESMIS baseia-se em cinco atributos relacionados às diferentes dimensões: produtividade, resiliência, adaptabilidade, equidade e autonomia. Esses atributos colocam-se como balizadores na elaboração e escolha dos elementos e variáveis a serem avaliados nos sistemas de uso da terra. A produtividade se refere à capacidade dos sistemas em gerar bens e serviços ecossistêmicos requeridos num determinado período de tempo (dimensões social, ambiental, econômica); a resiliência é a capacidade dos sistemas em manter o ambiente dinâmico e estável, quando em face de distúrbios no ambiente geral (dimensão ambiental); a adaptabilidade faz referência à capacidade dos sistemas de encontrarem novos níveis de adaptações quando em face de alterações de longo prazo no ambiente (dimensões ambiental, econômica, cultural); a equidade se refere à capacidade dos sistemas distribuírem de maneira justa, tanto intra como inter-geracionalmente os benefícios e custos relativos à gestão dos recursos naturais (dimensões social, econômica) e; a autonomia é a capacidade dos sistemas em regular e controlar as alterações com o exterior, definindo endogenamente os seus objetivos, prioridades, identidades e valores (econômica, política, cultural) (MASERA et. al., 2000).

Na avaliação da sustentabilidade também foram considerados alguns elementos dos princípios da agroecologia, pois os sistemas sobre esses princípios são biodiversos, resilientes, eficientes energeticamente, socialmente justos e constituem a base de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à soberania alimentar. Do ponto de vista da agroecologia, os sistemas devem atender aos seguintes critérios: a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos do ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais; e) manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; f) conservação e preservação da biodiversidade e da cultura e; g) a utilização do conhecimento e da cultura da população local (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Segundo Altieri (2004), a agroecologia apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologia para estudar, analisar, dirigir e avaliar agroecossistemas com o objetivo de favorecer a implantação e o desenvolvimento de sistemas de produção com maiores níveis de sustentabilidade. Assim, nos princípios da agroecologia é possível o desenvolvimento do uso da terra menos agressivo ao meio, que proporcione melhores condições de vida para os camponeses.

Assim, os sistemas foram avaliados considerando um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais, com variáveis que tiveram como ponto de referência o marco MESMIS e alguns elementos dos princípios da agroecologia. Para tal avaliação houve a construção de índices de sustentabilidade, o que permitiria a comparação entre os sistemas praticados na colônia agrícola do Matapi e na ZRC El Pato-Balsillas. Os cálculos para obter os índices tiveram como inspiração o estudo *Índice de sustentabilidade dos municípios da Amazônia: metodologia para o cálculo de indicadores* elaborado pela Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia – IPPA (2012). Também, para a avaliação utilizou-se de métodos estatísticos com ponderações capazes de mensurar em uma escala com magnitude de 0 a 1 o grau de sustentabilidade dos sistemas. O conjunto de dados e informações levantados em campo e depois analisados possibilitou a avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra, o que permitiu inferir sobre o desenvolvimento e dinâmica de reprodução dos sistemas ao longo do tempo.

A construção e alcance dos índices de sustentabilidade permitiu avaliar formas de uso da terra na Amazônia praticadas por agricultores camponeses, tendo como referência o estudo de campo realizado na colônia agrícola do Matapi, possibilitando a construção de um diagnóstico da área investigada e o apontamento de práticas e atividades merecedoras de incentivo e das que precisam de limites ou correções, para que se tornem mais condizentes com um modelo de desenvolvimento mais adequado à região. Os elementos e variáveis que foram avaliados em cada dimensão são descritos a seguir.

Na dimensão social/indicador social foram analisadas as seguintes variáveis ou elementos:

- 1) Educação: nessa avaliação foi investigado se as atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra possibilitam que os membros familiares frequentem a escola, não sendo necessário que os membros que estudem falem em algumas aulas para trabalhar no sistema ou que as atividades dos sistemas dificultem a realização de tarefas escolares; caso as atividades dos sistemas de uso da terra dificultem o desempenho escolar, os mesmos foram considerados não sustentáveis, uma vez que a instrução escolar poderá ser comprometida. Nesta avaliação será considerada a dinâmica do modelo de escola rural, uma vez que o calendário escolar nesse meio pode alterar e se adaptar para que não ocorra altas no número de evasão em decorrência dos ciclos produtivos;

- 2) Exposição ao sol, posições desfavoráveis e aplicação de agrotóxicos sem EPI: nessas análises foi avaliado se as atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra apresentam risco/complicações para a saúde física dos agricultores, sendo consideradas situações de risco para a saúde a longa exposição ao sol, a aplicação de agrotóxicos sem as devidas precauções com os equipamentos de proteção individual e a frequente realização de posições ergométricas desfavoráveis (fazer muita força, agachar muito); caso a intensidade destas situações seja frequente os sistemas de uso da terra foram caracterizados como não sustentáveis, uma vez que a frequência de tais situações pode comprometer seriamente a saúde dos agricultores;
- 3) Trabalho para todos os membros no sistema: nessa avaliação foi investigado se as atividades dos sistemas de uso da terra conseguem oferecer e envolver toda a mão de obra disponível para o trabalho nas unidades familiares; essa avaliação pode indicar que o envolvimento de toda a mão de obra possibilita que qualquer membro da família possa desenvolver as atividades no sistema caso não seja possível a presença do membro mais responsável pelas atividades; caso constatado que as atividades dos sistemas envolvem todos os membros da família (considerando aqueles que tenham estrutura e capacidade física para os trabalhos demandados nas atividades), os sistemas foram considerados sustentáveis;
- 4) Motivação para continuar trabalhando no sistema: nessa análise foi investigada a motivação dos agricultores por continuarem realizando as atividades nos sistemas de uso da terra; se os agricultores indicam pouca motivação, por circunstâncias variadas, os sistemas serão considerados não sustentáveis, uma vez que a baixa motivação pode apresentar como consequência o abandono ou a não continuidade dos sistemas de uso da terra.

Também, fazendo parte do conjunto de análise na questão social, foram avaliados, na concepção dos agricultores, elementos como infraestrutura social (escolas, posto de saúde, segurança, energia elétrica e as condições das vias de acesso), a situação conjugal dos agricultores, o tempo de moradia, a questão sanitária, uso e disponibilidade água, a quantidade de moradores por residência, a prática de alguma religião, a naturalidade e os materiais predominantes na construção das residências (parede, telhado e piso).

Na dimensão econômica/indicador econômico foram analisadas as seguintes variáveis ou elementos:

- 1) Receita dos sistemas: nessa avaliação foi verificada a capacidade que os sistemas apresentam em continuarem gerando receitas, sendo considerados sustentáveis aqueles que apresentam receitas que contribuem significativamente com a reprodução das unidades familiares, sendo capazes de manter o mínimo das despesas das famílias quando na ausência de outras receitas;
- 2) Diversidade dos canais de comercialização: com a avaliação desse elemento verificou-se as alternativas para a venda dos produtos oriundos dos sistemas; com isso, foi avaliado se existe boa saída e mercado para os produtos, caso sim, os sistemas serão considerados sustentáveis nessa avaliação;
- 3) Dependência de insumos externos: nessa avaliação foi verificada a dependência dos sistemas de uso da terra em relação a insumos externos (adubos químicos e orgânicos), uma vez que se entende que a grande dependência desses insumos, quando na impossibilidade de serem fornecidos, pode acarretar na instabilidade produtiva dos sistemas causando até mesmo a extinção da prática do sistema; assim, a forte dependência de insumos externos caracteriza um fator que tende para a insustentabilidade;
- 4) Acesso a inovações e assistência técnica: nessa avaliação foi verificado se nos sistemas de uso da terra adentram ou são aperfeiçoadas inovações no processo de manejo dos sistemas, tais como a prática de novas técnicas ou o aperfeiçoamento das já existentes para manter os sistemas produzindo. Essa análise teve como base a introdução ou não de inovações na prática de manejo nos últimos cinco anos; para tanto, foram considerados os serviços de assistência técnica, uma vez que estes serviços podem representar importantes orientações técnicas para o desenvolvimento dos sistemas, possibilitando a introdução de novas tecnologias e práticas que venham contribuir para melhorar a vida do agricultor e aumentar a produção nos sistemas; se constatado que os serviços de assistência técnica são efetivos e atendem às mínimas necessidades dos agricultores os sistemas foram considerados sustentáveis nessa avaliação;
- 5) Necessidade de outras atividades: nessa avaliação foi verificado se as receitas e as atividades dos sistemas de uso da terra são suficientes para manter os agricultores trabalhando no seu próprio estabelecimento sem a necessidade de deslocamento para outras atividades em busca de alcançarem o mínimo para suprir as necessidades da família; caso as atividades e receitas geradas nos sistemas, por serem insuficientes,

obriguem a necessidade por outras atividades fora estabelecimento os sistemas tendem a ser considerados insustentáveis para os agricultores;

Ainda, fazendo parte do conjunto de análise na questão econômica, foram avaliados e investigados elementos como a origem da maior parte da receita, a existência de benefícios sociais e sua contribuição para manutenção da família, a quantidade da receita mensal, a existência de financiamento agrícola, o grau de satisfação com os locais de venda e comercialização, as dificuldades enfrentadas durante a produção, mudança ou não da cultura principal ao longo do tempo, o grau de satisfação com a quantidade produzida e a vontade dos agricultores por mudar ou inserir novas culturas nos seus sistemas.

Na dimensão ambiental/indicador ambiental foram analisadas as seguintes variáveis ou elementos:

- 1) Uso e intensidade de aplicação de agrotóxicos: na avaliação dessa variável foi investigado se os sistemas de uso da terra praticados utilizam agrotóxicos e qual a intensidade dessa utilização, se constatado que o uso de agrotóxicos é frequente os sistemas foram considerados insustentáveis, uma vez que o uso frequente de agrotóxicos pode comprometer negativamente a saúde dos agricultores, o meio e o desenvolvimento dos sistemas;
- 2) Presença ou risco de erosão: nessa avaliação foi verificado se as atividades e práticas realizadas nos sistemas têm provocado ou tendem a provocar erosões no terreno; caso sim, e não havendo nenhum mecanismo que vise à contenção desse fenômeno o sistema foi considerado não sustentável, uma vez que ao longo do tempo a erosão pode impossibilitar o desenvolvimento das práticas agrícolas;
- 3) Uso e intensidade de aplicação de queimadas: por meio dessa avaliação foi investigado se a preparação da área para a prática dos sistemas é realizada com o uso do fogo; caso a utilização desse mecanismo seja frequente os sistemas foram considerados não sustentáveis, uma vez que o uso do fogo de forma frequente pode ser prejudicial para o ambiente e pode até mesmo acarretar no empobrecimento do solo. Ainda, nessa análise foi avaliada a ocorrência de desmatamento na área estudada;
- 4) Diversidade de cultivos: nessa avaliação foi investigada a diversidade de cultivos nos sistemas de uso da terra, sendo a diversidade considerada importante para o prolongamento dos sistemas, uma vez que pode ajudar no controle de pragas e fornecer vários produtos para a comercialização e para o próprio consumo dos

agricultores. Nessa análise foi considerada a prática do extrativismo como diversidade na produção;

- 5) Uso e intensidade de adubos químicos e orgânicos: nessa avaliação foi investigada a intensidade do uso de adubos químicos nos sistemas; se constatado o uso frequente de adubos químicos nos sistemas, os mesmos foram considerados com baixa sustentabilidade para os agricultores a longo tempo, uma vez que a falta destes adubos pode acarretar muitas dificuldades para a manutenção, devido aos custos ou mesmo o não prosseguimento das atividades nos sistemas.

Ainda, fazendo parte do conjunto de análise na questão ambiental, foram avaliados e investigados elementos como a intensidade do uso de tratores, a intensidade de compra de sementes e o destino dado às embalagens dos produtos utilizados durante os processos de manutenção e manejo dos sistemas.

Na dimensão política/indicador político foram analisadas as seguintes variáveis ou elementos:

- 1) Grupos organizados (associações, sindicatos ou cooperativas): nessa avaliação foi investigada a forma de organização dos agricultores para manter a dinâmica dos sistemas de uso da terra e como eles se organizam para discutir sobre como continuar produzindo; se constatado que a presença de associações, sindicatos ou cooperativas contribuem fortemente no processo de continuação dos sistemas de uso da terra, estes foram considerados sustentáveis;
- 2) Intensidade de participação dos agricultores nos grupos organizados: nessa avaliação foi verificado se os agricultores participam de maneira frequente em grupos organizados (associações, sindicatos ou cooperativas); caso constatado a participação frequente nesses grupos foi considerado que os agricultores, ao se reunirem, conseguem trocar ideias e estreitar relações políticas que sejam favoráveis para manter a reprodução dos sistemas; sendo assim, a forte participação dos agricultores em grupos organizados tende a ser um aspecto sustentável para a manutenção dos sistemas de uso da terra;
- 3) Realização de mutirão ou trabalhos coletivos entre os agricultores: nessa avaliação foi investigado se os agricultores realizam entre si troca de serviços/cooperação ou se sentem a necessidade por isso; se constatado a ocorrência desse fenômeno os sistemas foram considerados sustentáveis, uma vez que a prática do mutirão pode

favorecer o fortalecimento comunitário e suprimir a limitação da atividade individual ou familiar.

Também, fazendo parte do conjunto de análise na questão política, foram avaliados e investigados elementos como a pretensão dos agricultores por tornar-se presidente do grupo organizado em que participam, caso participe, assim como a frequência com que emite suas opiniões durante as reuniões.

Na dimensão cultural/indicador cultural foram analisadas as seguintes variáveis ou elementos:

- 1) Difusão/troca de conhecimento entre os agricultores: nessa avaliação foi investigado se os agricultores trocam entre si conhecimentos sobre algumas práticas de como realizar atividades dentro dos seus sistemas, pois a troca de conhecimento e saberes entre os agricultores é importante para o prolongamento dos sistemas; assim, se isso acontece os sistemas foram considerados sustentáveis para esta avaliação;
- 2) Cursos de capacitação e geração de conhecimentos: nessa avaliação foi investigado se os agricultores recebem e participam em cursos que tenham a finalidade de aprimorar ou introduzir metodologias de como manejar os seus sistemas para que estes apresentem boa produção; se constatado que cursos dessa natureza são disponibilizados aos agricultores e os mesmos participam entendeu-se que isso representa bons retornos para o desenvolvimento dos sistemas, sendo assim considerados sustentáveis;
- 3) Participação em eventos realizados no local (eventos da própria comunidade ou outros apenas realizados no local): nessa avaliação foi investigado se as atividades dos sistemas de uso da terra têm impossibilitado que os agricultores e seus familiares participem de eventos realizados na localidade; caso isso aconteça os sistemas foram considerados não sustentáveis, uma vez que tal fato pode ser um indicativo de que os sistemas dificultam a socialização e o lazer dos agricultores.

Ainda, fazendo parte do conjunto de análise na questão cultural, foram avaliados e investigados elementos como o tempo de trabalho e experiência com a agricultura, a forma de aquisição do conhecimento para trabalhar na agricultura, o nível de dificuldade para manter a produção, a disponibilidade de tempo para descanso e os motivos para a escolha do sistema de uso da terra.

No Quadro 1 são apresentadas as variáveis/elementos que possibilitaram a construção dos índices de sustentabilidade, por dimensão e indicador, que foram avaliadas para verificar

a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados pelos agricultores, assim como os atributos relacionados a cada uma delas.

Quadro 1 – Variáveis/elementos considerados por dimensão, indicador e atributos para avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados pelos agricultores.

Dimensão avaliada	Indicador	Variáveis/elementos	Atributos
Social	Social	<ul style="list-style-type: none"> • Escolarização; • Exposição aos raios solares; • Aplicação de agrotóxico sem EPI; • Posições desfavoráveis; • Trabalho para todos os membros familiares nos sistemas; • Motivação para o trabalho. 	Equidade, estabilidade e produtividade.
Econômica	Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Receita dos sistemas; • Diversidade dos canais de comercialização; • Dependência de insumos externos; • Satisfação com a comercialização; • Acesso a inovações e assistência técnica; • Necessidade de outras atividades; • Satisfação com a quantidade produzida. 	Autonomia, produtividade, confiabilidade, adaptabilidade e estabilidade.
Ambiental	Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso e intensidade de aplicação de agrotóxicos; • Presença ou risco de erosão; • Uso e intensidade de aplicação de queimadas; • Diversidade de cultivos; • Uso e intensidade de adubos químicos e orgânicos; • Compra de sementes; • Uso de tratores. 	Resiliência, adaptabilidade e produtividade.
Política	Político	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos organizados e a participação dos agricultores nestes. • Contribuição dos grupos organizados para o desempenho dos sistemas; • Emissão de opinião nas reuniões; • Realização de mutirão. 	Autonomia, confiabilidade e estabilidade.
Cultural	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão de conhecimentos entre os agricultores; • Recebimento de cursos de capacitação ou aprimoramento; • Participação em eventos realizados no local; • Tempo para descanso e lazer da família; • Dificuldades para manter os sistemas. 	Confiabilidade, adaptabilidade e autonomia.

Fonte: elaboração própria.

O entendimento assumido é o de que cada dimensão, consideradas as variáveis avaliadas em cada uma, apresenta importância igual para a sustentabilidade dos sistemas. Ou seja, é muito complicado o desenvolvimento e permanência de um sistema se ele tiver dificuldades em atender satisfatoriamente uma das dimensões, podendo ser inviabilizado. Não adianta o sistema ser econômico, social, político e culturalmente sustentável e apresentar fortes complicações ambientalmente, uma vez que este fato pode comprometer a sustentabilidade ao longo do tempo nas demais dimensões, inviabilizando a manutenção dos

sistemas. Nesse sentido, houve ponderações apenas para as variáveis e entre elas, considerando o melhor ou pior impacto para a sustentabilidade, com a distribuição de pesos segundo a relevância para a sustentabilidade. Entre as alternativas, nas variáveis investigadas em campo, a melhor considerada para sustentabilidade dos sistemas teve peso 1, possibilidade máxima, e, a pior, peso 0. Sendo distribuídos entre as demais, pesos situados nesse intervalo, decrescendo da melhor alternativa para a pior.

Os índices das variáveis foram obtidos pela multiplicação da frequência de cada alternativa de resposta (aplicação de formulários) pelo seu respectivo peso, sendo depois somada às demais possibilidade das alternativas, também com seu respectivo peso, e dividido pelo número de entrevistados. O cálculo foi realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Is = (Fa_1 * P_1 + Fa_2 * P_2 + Fa_3 * P_3 \dots + Fa_n * P_n) / Ne$$

Onde:

Is = índice de sustentabilidade;

Fa = frequência de resposta na alternativa;

P = peso relativo atribuído para a alternativa e;

Ne = número de entrevistados.

Os índices de cada indicador e dimensão foram obtidos pela média ponderada dos índices das variáveis. Para cada elemento/variável avaliado foi distribuído pesos de acordo com o grau de importância e impacto para a permanência dos sistemas, aqueles considerados com o menor impacto para o desenvolvimento e permanência dos sistemas receberam o menor peso em relação àqueles considerados com maior impacto, os quais, dependendo do contexto, podem ser cruciais para a permanência ou declínio dos sistemas.

Por fim, obteve-se o índice de sustentabilidade geral para a área de estudo pela média aritmética dos índices encontrados nas cinco dimensões/indicadores. Com o alcance e obtenção dos índices foi possível situar o grau de sustentabilidade dos sistemas em uma escala de quatro situações: sustentável ou sustentabilidade muito forte (índices situados entre 1 e 0,75), dificuldade de sustentabilidade ou sustentabilidade forte (0,74 e 0,50), precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca (0,49 e 0,25) e insustentável ou sustentabilidade muito fraca (0,24 e 0).

Nos procedimentos para a coleta de dados em campo foram utilizados os mecanismos de observação, entrevistas (gravadas), aplicação de formulários (apêndice), sondagens e história de vida, para acessar as narrativas dos camponeses em suas experiências e resistências (SUZUKI; SOARES, 2015), uma vez que se assume que as populações camponesas estão marcadas pela presença da oralidade na manutenção da sua história e de suas práticas sociais (SUZUKI; LOPES, 2009), gravador de voz e máquina fotográfica. A pesquisa de campo na colônia agrícola do Matapi ocorreu no segundo semestre de 2019, nos meses de outubro e novembro.

A coleta de dados e informações foi realizada em duas fases. Na primeira, ocorreu a coleta de dados secundários, na qual, por meio de pesquisas bibliográficas, foram levantados os dados quantitativos e qualitativos existente sobre a temática abordada, com buscas que ocorreram em vários documentos, como relatórios técnicos, censos demográficos, resultados de pesquisas, livros, revistas científicas, periódicos, dissertações, teses, nos debates em construção, entre outros. O segundo momento se caracterizou pela coleta dos dados primários, os quais foram obtidos com a pesquisa de campo, por meio da aplicação de formulários, entrevistas e observações.

As entrevistas foram estruturadas e realizadas mediante o uso e aplicação dos formulários, abordando uma série de questões alvo da pesquisa como questão socioeconômica, fundiária, formas de uso da terra, composição dos sistemas produtivos, receita da família, principais problemas enfrentados pelos camponeses, utilização de mão de obra, quantitativo de produção, período de produção, formas de comercialização entre outros. Antes da aplicação em definitivo dos formulários e dos procedimentos em campo foram realizados testes prévios para averiguar necessidades de eventuais adequações.

O pré-teste foi realizado para verificar o desenvolvimento dos procedimentos de aplicação dos instrumentos de pesquisa, testar o vocabulário empregado nas questões a serem analisadas e assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitam identificar e estudar as variáveis a serem pesquisadas. Tomou-se como tamanho da amostra 47 famílias, a partir das fórmulas sugeridas por Barbetta (2004), considerando a tolerância de um erro amostral de até 10% para efeito de inferência estatística.

Também, foi adotado o agendamento de dias e horários para com os entrevistados, acertados em primeiro contato, o qual teve como finalidade explicar os objetivos e procedimentos da pesquisa, solicitando a participação dos camponeses. Os dados coletados em campo foram organizados e sistematizados em bancos de dados com planilhas, arquivos

de texto, arquivos de áudio, vídeos e imagens. A elaboração de gráficos e tabelas foi realizada com o auxílio do software estatístico Statistical Package for Social Sciences (SPSS) da International Business Machines (IBM). Informações adicionais colhidas por meio de observações foram registradas em caderneta e em material fotográfico.

V A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA TESE

Para alcançar o objetivo proposto nesta tese a sua estruturação e organização foi pensada de maneira a ser desdobrada em 4 capítulos, o que consideramos como plausível para dar conta da complexidade dos temas que o título da mesma envolve, os quais consistem no estudo da Pan-Amazônia, da racionalidade camponesa no uso da terra, por meio de suas características específicas, e no estudo e análises de campo. As articulações nas ideias e discussões nos capítulos dão conta de fornecer um conhecimento sólido acerca de um recorte temporal e analítico dentre muitos outros dos quais a Amazônia é cenário. Trata-se aqui da reprodução camponesa na Pan-Amazônia e como a realidade e racionalidade desses sujeitos se expressam nas suas relações de uso da terra, da natureza, nas dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Como já citado, o estudo de campo na Amazônia colombiana não foi possível de realização pelos motivos já explicados, fato que demandou um capítulo a mais na tentativa de preencher a lacuna de tal trabalho de campo.

No primeiro capítulo a discussão está centrada no esforço acadêmico por contextualizar a ocupação e formação histórica, socioeconômica e espacial da Pan-Amazônia, com aprofundamentos na Amazônia brasileira e colombiana, e dentro desses aprofundamentos se analisa o contexto e processo de formação e colonização da colônia agrícola do Matapi e da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas (ZRCPB). É abordada a formação histórica da Pan-Amazônia desde a chegada dos europeus e as investidas de exploração pela qual a região vem passando a partir de então, assim como a disputa que se perpetua em torno da região por parte dos interesses internacionais nos recursos presentes nos ecossistemas amazônicos, processos esses que foram e são responsáveis pelas dinamizações das levas de ocupações populacionais no interior da grande floresta.

No que refere aos aprofundamentos da análise sobre a formação e ocupação territorial da Amazônia brasileira e colombiana é de suma importância considerar o posicionamento de cada um desses países quanto a suas preocupações políticas e econômicas para com suas respectivas Amazônias, o que tem sua gestação mesmo antes da independência de cada um

desses países (a Amazônia colombiana encontrava-se sob domínio da Espanha e a Amazônia brasileira sob o de Portugal). Esse fato é de muita relevância para a compreensão e entendimento da dinâmica atual dessa região tanto do lado brasileiro quanto do lado colombiano, uma vez que a forma de atuação dos Estados independentes, Brasil e Colômbia, foi bem diferenciada para com o espaço amazônico.

Resguardadas as devidas peculiaridades, a Amazônia colombiana tem uma história de ocupação semelhante à brasileira, como área de expansão agrícola, ação dos missionários religiosos, aberturas de rodovias, exploração dos recursos naturais, pecuária, colonização espontânea e direcionada pelo Estado, entre outras situações (NOGUEIRA, 2015). Entretanto, a região amazônica não pode ser concebida como um espaço social, político, econômico e cultural independente e único, uma vez que nela se expressa e reproduz o tipo de relação que cada um dos Estados tem instaurado com a área, em resposta a seus interesses econômicos-políticos e necessidades de inserção na economia mundial. Nesse sentido, é diferente o espaço social amazônico construído no Brasil, o qual exerceu um papel geopolítico e econômico determinante no ordenamento territorial da região, daquele construído na Colômbia, no qual o Estado tem exercido um papel conjuntural e pouco significativo no ordenamento social e político da região amazônica (BECKER, 2007).

São diferentes as concepções que cada um dos Estados tem diante da sua região amazônica, o que tem levado a diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e uso da mão de obra da população. Diante disso e consideradas as diferenças nos processos de intervenção do Estado e a ocupação social da região amazônica, o que tem gerado um complexo e heterogêneo espaço social, ocorre uma demanda de análises em suas diferenças e em sua articulação região-Estado-mundo, uma vez que as estruturas sociais produzidas, as intervenções e as alterações no processo histórico de construção social da Amazônia têm uma relação direta e indireta com as dinâmicas econômicas nacionais e internacionais (RUIZ, 2012).

No segundo capítulo, a discussão se faz em torno da análise do processo de formação do campesinato na Pan-Amazônia, com desdobramentos para o debate da diversidade e desenvolvimento desse campesinato e como a racionalidade camponesa se expressa quando da escolha e exploração dos sistemas de uso da terra. A análise decorre desde o período colonial até o momento de ocupação e migração mais intenso vivenciado pela região amazônica por parte de cada país, Brasil e Colômbia, o que ocorre na sua maior expressão a partir da segunda metade do século XX, conformando e consolidando um novo campesinato

amazônico, um encontro que colocou em contato e interação o camponês amazônico com muitos outros de trajetória de fora região, os quais trouxeram consigo diversas práticas produtivas diferentes.

Considerou-se de suma importância a realização de um debate sobre o campesinato antes mesmo de estudarmos especificamente a formação e desenvolvimento do campesinato na Amazônia. Para isso, recorreremos aos estudos dos clássicos e muitos outros autores que estudam a questão de forma geral para o entendimento de como a racionalidade própria do campesinato tem lhe conferido uma estabilidade histórica que perpassa e pode se estabelecer por diferentes modos de produção. Trata-se de um grupo diferenciado, com regras de funcionamento particulares (CHAYANOV, 1922; MENDRAS, 1978), sobre o qual muitos autores já se debruçaram para compreendê-lo, com a construção de teorias que vão desde o fim desse grupo até a sua permanência por meio da sua recriação ou adaptação a partir de um rearranjo interno ao sistema capitalista que permeia por todas as arenas de relações de produção sem, no entanto, o camponês tornar-se um capitalista ou um proletário.

O campesinato típico da Amazônia, compreendendo a sua formação histórica e o desenvolvimento de suas atividades produtivas e uso da terra, guarda estreitas relações com a dinâmica dos ecossistemas nos quais estão inseridos, os rios e florestas que são característicos da região, o que faz com que esse campesinato tenha vários tipos de inserção, seja como agricultor, pescador ou extrator. O mundo ordenado do camponês continua, mas os ambientes (rios e florestas) variam podendo um ser mais vivenciado que outro ou serem de igual maneira. Diferentemente de como um trabalhador é classificado como camponês em várias partes do mundo, na Amazônia ele tem determinações próprias, são os caboclos, os caucheiros, seringueiros, pescadores, castanheiros, os ribeirinhos, os agricultores, agricultores familiares, trabalhadores rurais, trabalhadores do campo e pequenos produtores, os quais são resultado de diferentes temporalidades pela qual a região tem passado ao longo de mais de cinco séculos.

É importante ressaltar que tanto na colônia agrícola do Matapi quanto na ZRC El Pato-Balsillas os camponeses são imigrantes recentes (a partir de 1940-50 eles se deslocaram para a Amazônia), os quais foram adaptando na região o seu modo de viver e as formas de interação com os ecossistemas amazônicos. Por isso, não podem ser considerados como populações ou comunidades tradicionais, uma vez que não apresentam um passado econômico, cultural, social e ecológico no local. No entanto, suas práticas, valores, costumes e uso da terra revelam como elemento central o caráter familiar do trabalho com valores

específicos, o que lhes caracterizam dentro das dimensões dos sujeitos camponeses, fazendo parte da diversidade camponesa identificada e apresentada por Shanin (2005), assim como também podem ser identificados como camponeses nas argumentações de Guzmán e Molina (2005) e Woortmann (1990), quando as análises destes autores propõem e identificam a existência de diferentes graus de camponesidade e campesinidade.

Por sua vez, no terceiro capítulo são abordados os elementos que caracterizam os camponeses como atores fundamentais na América Latina para o manejo dos recursos da natureza durante suas atividades produtivas, uma vez que estes apresentam melhores relações com meio e são responsáveis por parte significativa da produção de alimentos básicos que atendem a demanda regional. Estrutura-se a argumentação de que a racionalidade camponesa é de grande importância no atual contexto em que se discutem as relações do homem com a natureza dentro de um panorama de melhor uso dos recursos do meio e de conservação e preservação das bases de produção, especialmente da agricultura, como a terra, floresta, água e dos elementos humanos, o que envolve as relações sociais dentro da produção de alimentos. Na discussão que percorre o capítulo são colocados e apresentados os pontos característicos da agricultura tecnificada e da agricultura camponesa durante o processo de produção e apropriação dos recursos e quais as consequências implicadas para o meio das duas diferentes formas de se fazer agricultura e os alcances dos alimentos produzidos. Também, são abordadas duas questões de forte relação com o campesinato na América Latina, a agroecologia e a soberania alimentar.

Por fim, no quarto capítulo são analisados os sistemas de uso da terra praticados pelos camponeses na Amazônia. A análise estrutura-se pela avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi nas dimensões social, econômica, ambiental, política e cultural. Busca-se dentro dessa análise demonstrar que a forma de uso da terra e exploração dos recursos naturais dos ecossistemas amazônicos pelos camponeses é socioeconômica e ecologicamente compatível com a capacidade de reposição dos rios, terras e florestas em seus processos de renovação. Fato que tem suas explicações na forma como o camponês age e desenvolve seus sistemas produtivos utilizando de práticas agroecológicas, as quais são compatíveis com a racionalidade camponesa, combinando-se nelas o conhecimento tradicional com a ciência agrícola moderna. É uma produção que resulta de uma combinação entre práticas tradicionais camponesas, da ciência moderna e da cultura como elemento mediador e estruturante dessa construção (LEFF, 2000). Esta forma de construção e uso dos recursos pelos camponeses está alinhada com a demanda pelo uso

sustentável da Amazônia, muito presente nos debates internacionais que tratam sobre o futuro do planeta nesse início do século XXI, especialmente no que diz respeito à redução dos desmatamentos e mudanças climáticas globais.

Enfim, de maneira geral e para proporcionar melhor articulação e entendimento das discussões não se utilizará da metodologia por separar em partes distanciadas no texto as análises do local de estudo, o que tende a provocar itemizações excessivas ao longo do texto. Assim, as análises sobre a área de estudo perpassam por todos os capítulos. Ainda, o foco nas abordagens realizadas é constituído de uma lente que não se aprofunda em detalhes demasiados, mas também não as deixam superficiais. É um ajustamento focal que permite o encadeamento de uma discussão sólida e um entendimento específico da perspectiva de leitura realizada sobre a reprodução camponesa na Amazônia. Também, as bases teóricas de cada temática encontram-se no decorrer de cada capítulo, fundamentando as discussões que são levantadas e a organização das ideias e argumentações elaboradas.

Capítulo 1 –

Formação histórica, socioeconômica e espacial da Pan-Amazônia

Os mais de 500 anos de história de formação das sociedades contemporâneas na Amazônia construíram uma paisagem diversificada, sob todos os aspectos, e cada sub-região apresenta as marcas, mais ou menos profundas, de acordo com os processos de que serviu de cenário (COSTA, 2009. p. 21).

A Amazônia é um território de importância global, representa para seus países um amplo desafio, território de oportunidades, riqueza, abundância e, por sua vez, pobreza; sobre a qual se conhece pouco e se especula muito, e em torno da qual se vertem múltiplos interesses e expectativas (GONZÁLES *et. al.*, 2015 p. 8)

Depois de transcorridos mais de cinco séculos desde as primeiras explorações que irromperam no novo mundo e das profundas transformações ocorridas, a configuração atual da Amazônia continua refletindo os ecos da cristalização de uma conjuntura que condensou a correlação de forças entre as potências europeias ao longo do século XVI, o que simultaneamente deu origem a fragmentação e repartição do vasto espaço amazônico, o qual constituía até então uma só unidade. A história nos mostra, e assim confirma o mapa da Pan-Amazônia atual, que os descendentes das grandes potências da época (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda entre outras) conseguiram estabelecer-se nesse vasto território, contra a vontade e consentimento da população que já estava habitando a região, os povos nativos, denominados a partir de então como índios.

A Amazônia atual é produto do aprofundamento de um longo processo de globalização que começou no século XVI e que ainda não terminou, no qual a região tem se configurado como uma das últimas fronteiras extrativas do planeta e se prepara para mais um dos assaltos dentro das tentativas de sua vinculação ao circuito global de produção e comércio, o mesmo que desde muito tempo converteu em mercadoria a diversidade biológica da região e que prossegue hoje nessa mesma direção com os discursos e práticas relacionadas com a conservação ou exploração. A economia extrativa tem sido e continua sendo uma constante básica na Amazônia, o que desde o século XVI tem servido para obter produtos e mão de obra que passaram a enriquecer os centros de poder colonial e os países centrais que hoje exploram suas riquezas.

A Amazônia de hoje se encontra profundamente marcada por muitos séculos de exploração de suas riquezas, a qual teve sua configuração se desenhando com o colonialismo, com o imperialismo e, ainda, nos marcos do processo de organização societária em curso (GONÇALVES, 2001). Desde a busca pelos produtos extrativos, as “drogas do sertão”, e a caça de escravos em meados do século XVI até as grandes empresas de mineração, petroleiras e madeireiras da segunda metade do século XX, a tendência econômica sempre tem sido a exploração sem criação. Tanto os estrangeiros quanto os nacionais têm seguido pautas muito semelhantes para atuar na região, retirando seus recursos como se fosse terra de ninguém.

O objetivo tem sido tirar riqueza, porém não estabilizar ou criar riqueza. Os vários momentos de exploração da Amazônia demonstram a incapacidade de reverter para a região a riqueza que nela se cria. Depois de passado cada processo extrativo que se produziu na Amazônia esta fica mais pobre do que antes, com os recursos superexplorados ou esgotados, a população indígena dizimada e os povoados deixados ao abandono, à espera de um novo ciclo que os venha tirar da “ruína”. Os empreendimentos extrativos, quase sem exceção, têm a região como um lugar entregue somente para a exploração, utilizando dos caminhos, estradas e rios para transportarem toneladas de produtos que gerarão milhões em dinheiro, deixando para a região um saldo social, econômico e ambiental negativo, permanecendo a triste realidade de mais retrocesso ao invés de avanços (DOMINGUEZ; GÓMEZ, 1990).

1.1 DA COLONIZAÇÃO E CONQUISTAS ÀS DIVISÕES DA AMAZÔNIA

As pesquisas revelam que a configuração socioeconômica e territorial da Amazônia teve suas origens nos primeiros dias de fevereiro de 1500, quando foi descoberta pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, que ao entrar na foz do Amazonas, sem saber ainda as características geográficas do rio que havia descoberto, dele tomou posse em nome da coroa espanhola. As primeiras notícias sobre as novas terras, chegando à Europa acompanhadas das lendas do “El Dorado” e das “Índias Guerreiras”, provocaram logo o interesse de países e aventureiros em busca de riquezas, os quais iniciaram expedições por conhecê-la, estudá-la e explorá-la que não pararam mais (RIBEIRO, 2005).

A Amazônia descoberta tratava-se apenas da parte litorânea, em especial a foz do rio Amazonas. A parte interior somente seria conhecida pelos europeus por meio da expedição de Francisco de Orellana, o qual percorreu o rio Amazonas da nascente para a foz, entre 1541 e 1542, o que se concretizou com a soma de um desejo dos espanhóis por descobrir o território

além da muralha que a cordilheira dos Andes formava, depois de terem conquistado o império Inca, na costa do pacífico. Território este que Orellana sabia pertencer à Espanha por força do tratado de Tordesilhas. No entanto, o objetivo mais específico era descobrir uma especiaria de grande valor comercial, a canela, e também encontrar o reino do “El Dorado”, fabuloso pela riqueza em ouro que possuía.

Orellana realizou sua expedição com 54 tripulantes, entre os quais estava o dominicano Frei Gaspar de Carvajal, o qual era o responsável pelo relato da viagem. Navegou com o apoio das populações indígenas, mas seu contato com eles era quase sempre violento, os quais eram mortos e torturados na busca por tomar os suprimentos de que necessitava, sendo que vez outra fez-se amigo deles e assim obtinha o apoio de que necessitava. Durante sua viagem se depararam com uma tribo constituída de mulheres guerreiras, assim descritas por Carvajal. Desse contexto, Orellana lembrou-se das mulheres combatentes da Capadócia, na costa do mar Negro, na Ásia, as amazonas, o que lhe fez denominar o grande rio que estava percorrendo de rio das Amazonas. A expedição deixou o Amazonas em agosto de 1542, retornando para a Espanha.

A viagem de Orellana teve grande impacto sobre o futuro da Amazônia. As descobertas das dimensões fantásticas do rio Amazonas levaram a Coroa da Espanha a reconhecer, como seu, todo território percorrido por Orellana, ou seja, a Amazônia, cujas terras estavam a oeste do meridiano do tratado de Tordesilhas, das quais Vicente Pinzón havia tomado posse para a coroa de seu país. Ainda, os relatos de Carvajal sobre o novo descobrimento do rio grande das Amazonas despertaram os interesses não só dos espanhóis, mas dos demais povos europeus para as riquezas da região, tornando-se o marco inicial da revelação da Amazônia para o mundo. A partir de então, alemães, franceses, ingleses e irlandeses despertaram seus interesses pela região descoberta e passaram a disputar com os espanhóis e os portugueses a posse das riquezas e o território da Amazônia.

Diante dos relatos de viagem houve a manifestação dos reis da Espanha por assumir efetivamente as posses das terras amazônicas atendendo ao pedido de Orellana pelo título de Adelantado, o qual se tornou governador das terras descobertas, chamando-as de Nova Andaluzia. No entanto, não lhe foram concedidos recursos financeiros indispensáveis para assumir e explorar as novas terras. Mesmo assim, com recursos próprios e emprestados conseguiu retornar para a Amazônia. Durante a viagem teve sua tripulação quase toda dizimada por doenças e tempestades, pelas quais também foi afetado vindo a falecer em 1546 em uma das ilhas da foz do Amazonas, onde foi sepultado. As buscas espanholas pelas

riquezas, tesouros e domínio sobre a Amazônia continuaram por meio de muitas outras expedições, das quais muitas se caracterizavam pelo assombroso nível de crueldade a que chegou a fúria incontida pelo encontro das riquezas.

De início, praticamente toda a Amazônia pertencia a Coroa espanhola por força do tratado de Tordesilhas, o qual dividia as terras descobertas no novo mundo entre as duas potências da época, Espanha e Portugal. Por esse tratado somente uma pequena franja costeira pertencia a Portugal, cujo limite ocidental chegava apenas até a ilha de Marajó na desembocadura do Amazonas. Portugal e Espanha eram potências absolutas nos séculos XV e XVI, mas já vislumbravam suas hegemonias serem ultrapassadas pelas novas potências que surgiam no cenário mundial, como França, Holanda e Inglaterra, as quais também consagraram mais tarde suas participações no mapa da Amazônia, nas Guianas. Em decorrência disso, as coroas ibéricas acabaram se configurando em uma relação de apoios para manter o domínio sobre a Amazônia.

Apesar de dividirem entre si todas as terras descobertas no novo mundo, as coroas não dispunham de condições materiais nem demográficas para efetivar a ocupação e colonização de toda a vasta extensão territorial que conquistaram. Em decorrência disso, obrigaram-se a fazer opções nas diferentes circunstâncias históricas, privilegiando outras áreas em detrimento da Amazônia, a qual não propiciava atividades tão lucrativas como a extração do ouro ou prata ou a exploração de cana-de-açúcar. Por seu lado, a Amazônia portuguesa conseguiu articular uma conexão mais ou menos forte com o mercado mundial, com os produtos da floresta e especiarias. Por sua vez, a Amazônia espanhola se manteve distante no encadeamento com a sua metrópole em decorrência de vários fatores. A solução disponibilizada para ocupar as imensas terras viria com as ações missionárias.

A razão para o distanciamento maior por parte da coroa espanhola encontrava-se basicamente no fato de que a Espanha havia mobilizado seus recursos financeiros, humanos e institucionais para serem aplicados no domínio e exploração do Império Asteca, no México; do Império Maia, no sul do México e América Central; e do Império Inca, no Peru e adjacências ao norte e ao sul. A preocupação maior da Coroa e seus colonizadores era maximizar a exploração dos tesouros que possuíam esses impérios, e a partir das colônias que havia implantado na América dominar e explorar, então, a Amazônia, o que para este último caso não houve sucesso, devido ao difícil obstáculo imposto pela transposição das Cordilheiras dos Andes, o que gerou um grave problema geopolítico para a coroa espanhola (RIBEIRO, 2005).

Foi com a união das duas coroas, conhecida como União Ibérica (1580-1640), em que Amazônia começou de fato a sua colonização e conquistas. As coroas da Espanha e Portugal foram reunidas sob a tutela da dinastia espanhola dos Hasburgos. Durante esse período, a Amazônia ficou sob domínio direto da coroa espanhola, e todos os territórios conquistados por Portugal sob domínio indireto daquela coroa. O período também marcou os maiores avanços das expedições portuguesas para além do meridiano do tratado de Tordesilhas, ainda em vigor, embora unidas as duas coroas. Portugal se tornou o maior interessado nessa união assumindo o objetivo de ocupar a Amazônia para além do seu então limite.

As expedições eram caracterizadas pelo estilo militar nas chamadas tropas de resgate que escravizaram e aniquilaram boa parte da população indígena que habitava as margens dos rios. Pelo lado português, as expedições fluviais seguiam sob o comando do capitão Pedro de Teixeira, e do lado espanhol, seguiam as missões desde Quito. Os portugueses utilizavam os nativos nas atividades de extração de diferentes espécies vegetais, as chamadas “drogas do sertão”, apreciadas no mercado mundial por seu valor alimentício e medicinal. Enquanto isso, os missionários jesuítas do lado espanhol, encabeçados por Samuel Fritz, buscavam por consolidar uma fronteira mediante a fundação de povos de missão ou reduções onde concentravam a população de maneira quase sempre compulsiva, com o apoio militar precário proveniente de Quito. Em ambos os casos, concentrava-se a busca pelos recursos da floresta e pela população que os coletavam.

O ano 1615 marca o momento em que as coroas tomam a decisão política de ocupar a foz do Amazonas a partir do estado do Maranhão. Uma expedição, constituída e comandada por portugueses, foi designada para realizar as operações de expulsão de invasores. À frente da expedição estava o capitão-mor da capitania do Maranhão Francisco Caldeira Castelo Branco, o qual no início de 1616 ergueu provisoriamente uma fortificação, denominando-a Forte do Presépio, em torno do qual se desenvolveu a futura cidade de Santa Maria de Belém. A preocupação com a expulsão dos invasores era tanta, a qual alcançou sucesso em 1625, pela expulsão dos invasores de grande parte da região, que o Conselho Ultramarino resolveu, em 1621, criar o Estado do Maranhão e Grão-Pará, para melhor caracterizar a importância política da cidade de Belém, a ponto dos governadores passarem a permanecer mais tempo na cidade de Belém do que em São Luís.

Com a separação das coroas portuguesa e espanhola em 1640, Portugal tinha grande parte da Amazônia como sua, o que reclamava por força das disposições constantes da ata da povoação franciscana que Pedro Teixeira mandou lavrar em que declarava que as terras do

interior da região pertenciam à sua pátria, resultado das ações realizadas para garantir a posse e estender o território pelos portugueses no período de 1636-37. Tratava-se, entretanto, de um ato formal, quando pelo tratado de Tordesilhas a Amazônia ainda pertencia à Espanha. Tratado este que se encontrava amparado pelo Direito Internacional Público vigente à época, assinado entre monarquias europeias, ou administrado pelo poder temporal do papa. No entanto, os portugueses não aceitavam o domínio dos espanhóis sobre a região, com os quais iniciaram uma longa disputa pelas fronteiras, a qual foi pacificada somente no ano de 1750 com a assinatura do tratado de Madri. Enquanto isso, os portugueses, de fato, ocupavam já grande parte da Amazônia, mas do ponto de vista jurídico-formal, a região permanecia sob o domínio da Espanha.

A insatisfação de ambas as partes com essa situação era muito grande, o que gerou um quadro de conflitos latente que se exprimia, com frequência, em pequenos incidentes. Do lado espanhol, a mobilização por ocupação da região amazônica continuava precária em termos militares, devido sua maior preocupação por domínio de outras partes da América, direcionando sua maior ação na Amazônia por meio das intervenções missionárias. Por seu lado, Portugal desenvolvia uma estratégia de ocupação efetiva da vasta região por meio da colonização realizada em pontos escolhidos ao longo do rio Amazonas, preferencialmente, na foz dos seus gigantescos afluentes. Em pontos estratégicos foram sendo construídas fortificações militares, as quais se somavam o apoio das ações missionárias por estender a ocupação da Amazônia.

A maior medida por intensificar a ocupação, colonização e dinâmica econômica portuguesa na região veio logo após a assinatura do tratado de Madri, quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi nomeado para ocupar o cargo de secretário de negócios estrangeiros e da guerra, o qual exerceu o comando pleno do império português por cerca de três décadas. Com seu perfil autoritário e de largas experiências adquiridas em funções que exerceu perante outras cortes europeias, Pombal pôs em ação no território da colônia a concepção política que tinha como filosofia de governo, o absolutismo, na gestão do governo; o anticlericalismo, nas relações com a igreja e; o mercantilismo, como modelo de política econômica.

Pombal entendia que a administração da soberania portuguesa sobre a região amazônica deveria ser feita diretamente pela coroa portuguesa, sem qualquer vinculação com o então Estado brasileiro, o que o fez com a reestruturação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1751, o qual passou a denominar-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo por sede

a cidade de Belém, agora o centro de decisão. Em conflito com a igreja, Pombal esforçou-se por expulsar o missionário e criar na região uma economia que pudesse ser usufruída pelo Estado português. Ele entendia as ações missionárias como um grande obstáculo que se antepunha à ordem econômica que havia decidido aplicar na região. As ordens religiosas, por sua vez, não admitiam a intervenção dos governos portugueses porque estes sempre falavam em nome dos colonos portugueses que queriam o indígena aldeado e pacífico para torná-lo escravo.

As tentativas das duas coroas por negociar e definir suas áreas de controle e o limite de suas fronteiras amazônicas só se concretizou, embora parcialmente, em meados do século XVIII, mediante a negociação dos tratados de Madrid em 1750 e de Santo Ildefonso em 1777, quando da conformação das comissões de limites criadas para esse fim. Esses tratados pretendiam substituir o acordo de Tordesilhas de 1494, mas não conseguiram se aperfeiçoar e acabaram sendo arquivados. No entanto, apesar de não alcançarem a sua finalidade, as comissões tiveram um grande significado na atual configuração dos espaços fronteiriços da região. Constituíram, em grande medida, o avanço oficial das frentes de colonização imperiais e, mais tarde, nacionais, e foram modeladoras das atuais fronteiras. Estas comissões, de forma direta ou por processos associados, estão na origem da atual rede de assentamentos fronteiriços nacionais e binacionais que divide a Amazônia andina da Amazônia brasileira.

A configuração das fronteiras entre Espanha e Portugal na Amazônia expressa a construção de dois mundos contrastantes, de duas maneiras de ocupação, expansão e controle territorial e de dois modelos diferentes de organização social, política e econômica. Em contraste com o apoio recebido de Portugal em seu avanço expansivo na região, do lado espanhol se governava com poucas investidas, com negativas de enviar soldados para consolidar a fronteira missionária espanhola na região. Por sua vez, ocorria o estabelecimento de fortes militares fronteiriços do lado português, o que não deixava dúvidas do tipo de mecanismos que utilizaram para assegurar o controle do espaço conquistado. No modelo português de ocupação, a presença missionária cumpria uma função subsidiária e complementar, o contrário do que acontecia no lado espanhol.

Essa situação representou um sério problema para questão jurídica de delimitação da fronteira amazônica entre as repúblicas sul-americanas do alto Amazonas, quando no final do século XVIII se consolida uma fratura que deu origem a grande divisão da Amazônia. A expulsão das ações missionárias da Amazônia portuguesa em 1759 e da Amazônia hispânica em 1767 acabara prejudicando em maior medida os avanços da coroa espanhola. O abandono

dos povos de missão criados, especialmente pelos jesuítas, não só significou o desmantelamento da fronteira hispânica, mas também, anunciou, com bastante antecipação, a derrubada do estabelecimento colonial espanhol na Amazônia. A expulsão das ações missionárias dos domínios amazônicos era consequência dos intentos por implementar as reformas Pombalinas do lado português e das Borbônicas do lado espanhol, o que mais tarde levaria ao surgimento dos Estados-nação e às divisões da Amazônia entre esses Estados.

Essas divisões do espaço amazônico estiveram associadas às revoluções de independência que deram origem as novas entidades nacionais, em um longo processo que se desenrolou durante a primeira metade do século XIX, com o surgimento das repúblicas bolivarianas, de um lado, e do nascimento do Brasil, como império separado de Portugal, por outro. A forma imperial do Brasil se manteve quase até o final do século XIX, quando do surgimento da república brasileira. Por conta disso, o vasto território amazônico herdado pela nova república, diferentemente das repúblicas andinas, não perdeu a sua unidade, o que facilitou as negociações pontuais para anexar algumas áreas em disputa. Por outro lado, as novas repúblicas segregadas do império espanhol, em decorrência da formação de lideranças regionais, desmembravam-se com as guerras de independência e as subsequentes guerras políticas internas e nacionalistas com seus vizinhos, gerando intensas negociações em torno dos limites amazônicos.

De acordo com Gonçalves (2001), a delicada posição das metrópoles coloniais em face da Amazônia foi transferida aos novos Estados que surgiram com o fim do jugo colonial. Portugal logo criara uma administração territorial específica para dar conta da sua parte amazônica, a qual havia sido ampliada com a presença militar e religiosa para muito além do que havia sido estabelecido pelo tratado de Tordesilhas, o qual garantia a esta coroa somente uma faixa estreita das terras amazônicas a leste de Belém. A cartografia oficial portuguesa foi capaz de deslocar o ponto do meridiano para além das terras que lhes pertencia para justificar seu domínio territorial, e se dedicava por consolidar a hegemonia territorial nos novos espaços ocupados a oeste do meridiano do tratado, alcançados durante a vigência da união das coroas de Portugal e Espanha. Após longas disputas, enfim, a Amazônia é incorporada ao Estado brasileiro em 1823, o qual recém-nascia.

Por sua vez, as novas entidades nacionais geradas pelo desaparecimento do estabelecimento colonial hispânico tiveram que abrir duas frentes de ação para empreender não só o desafio de delimitação entre si, como também a delimitação com o Brasil, o qual embora independente de Portugal manteve a forma de governo imperial até o fim do século

XIX. Entre si, as novas nações deveriam enfrentar o fato de que a delimitação dos territórios amazônicos e sua nacionalização não estavam dentro dos interesses das elites crioulas. E ainda, como consequência da fragmentação da Amazônia andina no começo do período republicano, cada nova entidade nacional, por separado, deveria iniciar processos de negociação com um império que manteve a unidade territorial e política em seu transito relativamente tranquilo e gradual da colônia para a república, o Brasil.

A isso, somava-se o fato de que a Espanha não fazia leis para países separados, mas para administrar as colônias americanas como um todo; por isso era muito pouco preciso as fronteiras, porque estas não existiam na realidade. Fato esse que se agravava na região amazônica, uma vez que o despovoamento sistemático, devido à escravidão, criou um deserto onde habitavam pequenos grupos indígenas que se orientavam pelo pertencimento a clãs ou comunidades, e não por vagos pertencimentos nacionais. Dada a situação não esclarecedora das fronteiras amazônicas, cada país elaborou cartografias nas quais reivindicavam, sobre o papel, enormes territórios dos quais somente tinham notícias muito imprecisas, o que gerou enfrentamentos entre os países pela disputa de várias partes da região, sendo mais emblemático o caso do Equador e Peru que pretendiam, simultaneamente, a antiga província de Maina, praticamente toda a Amazônia ao ocidente do rio Madeira e do rio Negro (DOMINGUEZ; GÓMEZ, 1990).

Pouco a pouco, ao longo da primeira metade do século XX e depois de intensos conflitos e processos de negociação política e diplomática, as nações andinas amazônicas foram estabelecendo suas respectivas jurisdições sobre seus territórios amazônicos. A demarcação completa da Amazônia andina só aconteceu na última década do século XX, com o fim do longo conflito entre Peru e Equador, ao acordarem a delimitação definitiva da Cordilheira do Condor, na alta Amazônia de ambas as nações, logo depois que as Guianas se somaram ao processo descolonizador americano iniciado no final do século XVIII, com a única exceção do território ultramarino francês que ainda subsiste. Durante o processo de delimitação das fronteiras, as buscas e exploração do látex desempenhou um papel importante do lado dos territórios amazônicos andinos.

As caucherías⁶, ao converter as fronteiras amazônicas em fronteira de recurso, produziram situações, em que na maioria dos casos foram mais efetivas dos que as decisões

⁶ Aqui devemos fazer um esclarecimento, no contexto da Amazônia andina se utilizou o termo caucho e seus derivados para fazer referência ao látex ou gomas exploradas durante final do século XIX e primeira metade do século XX. E no caso da Amazônia brasileira se utilizou do termo borracha. Para os casos mais generalizados, considerando a Pan-Amazônia, utilizou-se o termo borracha. A simples tradução de tudo para a palavra borracha e seus derivados não é suficiente e pode gerar a ideia de que seja a mesma coisa, ocultando diferenças que são

jurídicas. Os caucheros, interessados em manter seus interesses pessoais, se converteram em verdadeiros defensores dos interesses nacionais. Levantaram mapas, pagaram seguranças de fronteiras com seus próprios recursos, fizeram informes pormenorizados sobre as situações de fronteiras, se opuseram aos caucheros de outros países vizinhos pela exploração das gomas e mão de obra de sua respectiva nação e, em alguns casos, realizaram estudos pormenorizados, históricos e jurídicos, sobre direitos territoriais amazônicos. Os interesses dos caucheros convertiam-se no interesse geral e pressionava o Estado para assumir, como tal, a negociação internacional de fronteiras para preservar esses interesses.

À semelhança da atitude colonialista, as negociações desse novo momento se realizavam sem considerar se são convenientes ou inconvenientes para a população nativa, quando foram localizadas ou realocadas onde melhor serviam ao interesse nacional dominante. Em decorrência disso, muitos grupos étnicos e famílias foram repartidas em nacionalidades diferentes, sendo, em alguns casos, removidas a centena de quilômetros de seus lugares de origem. É importante ressaltar que a indefinição de delimitação territorial constituiu uma das condições de prosperidade do lucrativo negócio de extração, transporte e comércio de borracha, já que durante o auge de produção, quando toda a Amazônia se incorporou a essa atividade, os lugares das principais frentes extrativas coincidiam com zonas fronteiriças em disputa, sem jurisdição definida, o que levou a maximização dos lucros dos patrões, das casas comerciais e dos exportadores. Em certo sentido, as indefinidas fronteiras onde se extraía o látex eram terras de todos e de ninguém ao mesmo tempo, propícias para a evasão fiscal, para o desconhecimento dos mínimos direitos dos indígenas.

De maneira geral, a definição das jurisdições nacionais na Amazônia tanto da herança hispânica como da portuguesa e em menor medida a das Guianas, foi orientada pela questão da soberania territorial, a qual foi acompanhada e reforçada com o deslocamento e a implementação de rudimentares políticas públicas setoriais, as quais foram se desenvolvendo de maneira incipiente e precária, quando a Amazônia se tornou periferia de cada um dos novos Estados-nação. Em maior ou menor grau, estas políticas buscaram reforçar a ideia da soberania nacional em suas respectivas Amazônias, a partir de programas tanto de deslocamento ou reforçamento da presença militar, como de colonização e ocupação dessas novas periferias amazônicas nacionais (BOTÍA, 2015).

A presença física nas fronteiras amazônicas se desenvolveu com o enraizamento dos imaginários de identidade nacional, o que levou à demarcação de pontos-chave das fronteiras,

importantes do ponto de vista ecológico e no processo de apropriação dos recursos do espaço amazônico. Adiante se apresenta com mais detalhes essa diferenciação e opção pelo uso dos dois termos.

seguida do estabelecimento de instituições estatais, as quais por geral se caracterizavam por ser muito frágeis. Ainda, a definição das fronteiras nacionais na Amazônia também propiciou a implementação de uma organização tributária para regular o comércio fronteiriço sob bases nacionais, o que se deu por meio de convênios e acordos comerciais e aduaneiros para a regulamentação do trânsito de mercadorias e pessoas através dos novos territórios nacionais. Os acordos firmados são frutos da necessidade da criação de mecanismos para regular de maneira conjunta os espaços que foram negociados ou finalmente aceitos conjuntamente, demonstrando que a construção das fronteiras internacionais decorre da negociação de duas ou mais nações, com regras, condições e requisitos diferenciados.

Enfim, todo o processo que vem se desenvolvendo na grande bacia amazônica pela disputa da região e seus recursos, e cujos efeitos perduram até hoje, assim como a definição de suas fronteiras entre os diversos países parte, foram se conformando como uma resposta aos interesses extrarregionais. Dessa maneira, foi se adequando juridicamente um espaço para poder submetê-lo melhor a economia extrativista e não para o bem-estar da sua população local. A atuação interna tem se caracterizado pela mesma forma como ocorreu no período colonial, com a organização de regiões para a exploração e o enriquecimento dos detentores do poder político, econômico, tecnológico ou militar, externos a grande região.

1.2 AMAZÔNIA COLOMBIANA E BRASILEIRA

Tanto a Amazônia colombiana quanto a brasileira constituem palco de vários acontecimentos históricos e econômicos, os quais contribuíram e são responsáveis pela configuração e dinâmica atual dessa região em cada um dos dois países. Podemos dividir esses acontecimentos em três grandes períodos que marcaram a história dessas duas Amazônias: o período antes do ciclo extrativista da borracha, o período da borracha (os dois ciclos) e o período depois do ciclo da borracha (pós anos 1950), o qual é caracterizado, principalmente, pelos avanços na exploração de novos recursos (como minerais, madeira, petróleo e da produção de coca no caso específico da Amazônia colombiana) e pelos projetos de colonização que marcaram de vez a ocupação populacional desses espaços. No caso da Amazônia colombiana é interessante ressaltar que o intervalo entre os ciclos da exploração da borracha foi marcado pela ação do governo por ocupar militarmente essa região, em decorrência dos avanços dos peruanos sobre a mesma, fato que contribuiu para a abertura de

algumas vias de acesso e posterior utilização das mesmas nos processos de colonização, sejam eles espontâneos ou dirigidos.

Quanto à ação governamental nas duas Amazôniaas, incluído o período colonial, é de pontuar que esses dois espaços tiveram atenção e ações estratégicas muito distintas em termos de ocupação e exploração. A Amazônia que hoje integra o espaço territorial colombiano desde o período colonial foi relegada ao segundo plano nos interesses da coroa espanhola, assim como também nos interesses dos governos que fizeram/fazem parte da Colômbia independente⁷, fato que tem suas explicações, principalmente, pela dificuldade de acesso (características geográficas da região), o que mais tarde se somou aos conflitos armados⁸ muito presente na região, dificultando ações planejadas de ocupação, uso e exploração da mesma pelo governo. Por sua vez, a Amazônia que hoje integra o espaço territorial brasileiro foi objeto de preocupação da coroa portuguesa desde cedo, assim como também foi/é palco de investidas dos governos brasileiros, o teve maior tônica a partir dos anos de 1950, com incentivos ao desenvolvimento de grandes projetos de exploração e colonização da região.

Nesse tópico pretende-se analisar os acontecimentos que foram parte e construíram a história da Amazônia colombiana e brasileira no período que compreende entre a chegada dos europeus até o início do ciclo de exploração da borracha nas duas Amazôniaas. Para o caso da Amazônia colombiana também se faz a análise do período que marcou o conflito Colombo-Peruano, o qual teve desdobramentos muito significativos, como o marco primeiro mais importante da presença do estado na região e como ponto de partida, especialmente em termos de rotas e vias abertas, para muitas outras ações de ocupação que tiveram vez na região. Os acontecimentos posteriores a esse primeiro período (o extrativismo da borracha e os acontecimentos pós 1950) têm suas análises em tópicos específicos mais adiante. Assim, espera-se conformar um panorama com os principais fatos históricos, assim como daqueles que até hoje marcam presença nas duas Amazôniaas, que são fundamentais para entendermos a configuração atual da Amazônia brasileira e da Amazônia colombiana.

Começamos pela Amazônica colombiana. Assim como as demais Amazôniaas da parte andina (Venezuela, Equador, Peru e Bolívia), a Amazônia colombiana não teve grandes investidas realizadas durante o período colonial pela coroa espanhola, espaço à qual lhe tocava pelos efeitos do tratado de Tordesilhas. Mesmo passado o período colonial foi tardia a

⁷ Conforme a análise de Rueda (1992), a presença do Estado na Amazônia até os anos de 1980 foi quase que desconhecida. A partir desse ano começa-se a vincularem-se à região alguns programas institucionais relacionados principalmente com a área técnica agropecuária. A chegada de instituições governamentais na região ocorre de maneira tão súbita e massiva nesses anos.

⁸ Ações de grupos de guerrilha, paramilitarismo e narcotráfico.

incorporação do espaço amazônico pelo governo colombiano, o que ocorreu em virtude de satisfazer a demanda do mercado internacional de matérias primas e recursos energéticos, a partir da segunda metade do século XX, fato este que significou uma acelerada deteriorização dos ambientes naturais e exploração de sua população pelo curto prazo de tempo em que as investidas exploratórias aconteceram (FONTAINE, 2006), já em um momento em que muitas técnicas e máquinas avançadas para a exploração dos recursos estavam a serviço das empresas que exploravam a região.

Pelas condições climáticas, de acesso geográfico difícil e de salubridade da região amazônica que hoje faz parte do território colombiano (RAIG, 2012), o que se associou aos interesses da coroa espanhola por encontrar metais preciosos em lugares de melhor acesso, constitui parte de fatores determinantes⁹ que fizeram com que os esforços e recursos da coroa não fossem direcionados para a ocupação dessa região, deixando-a como uma área praticamente isolada durante muito tempo. Mesmo com a busca do El Dorado pelos espanhóis nas terras amazônicas, foram pontuais as investidas no espaço que corresponde à Amazônia colombiana, limitando-se ao piemonte andino-amazônico. Os mesmos fatores que contribuíram para a não investida na Amazônia colombiana durante o período colonial também se fizeram marcante nos primeiros governos independentes, os quais priorizaram a exploração das florestas pacíficas e caribenhas, em detrimento do interesse por integrar as terras amazônicas ao resto do contexto nacional (RAISG, 2015).

Embora não estivesse nas prioridades da coroa espanhola a ocupação de todo o espaço amazônico que lhe pertencia não poderia deixar de tomar algumas ações para que essa enorme região fosse dominada e ocupada por outras nações interessadas, o que poderia comprometer seu domínio sobre a vasta área que lhe pertencia. A estratégia encontrada para essa questão, pois não desfrutando de recursos humanos e econômicos para abranger presença em toda região, foi transferir tal responsabilidade para as ações missionárias, com destaque para os missionários franciscanos¹⁰ (RODRÍGUEZ, 2014). No espaço amazônico colombiano as missões tiveram muita dificuldade para atuar, pois não contavam com um respaldo militar e

⁹ Devem ser considerados também como determinantes nesse processo de ocupação a conjuntura política e econômica da região, a qual não configurava como parte pertencente e de territorialidade para a coroa (ABELLA, 2019).

¹⁰ No espaço amazônico colombiano desde o final do século XVII os franciscanos reuniam grupos indígenas dispersos em pequenos grupos, nos quais ensinavam os princípios da religião católica e a vivência de acordo com os padrões europeus no que se refere ao modo de viver, vestir, organização social e política. Para isso, faziam o uso da persuasão ou da força, uma vez que não tinham a confiança ou amizade dos indígenas, muito pelo contrário, estes ofereciam resistência (LÓPEZ, 1998).

ainda sofriam forte resistência por parte da população nativa. É apenas no século XVIII¹¹ que o avanço das missões vai marcar expansão na Amazônia colombiana, quando numerosos grupos de missionários adentraram as florestas¹² em busca de tribos indígenas com o objetivo de evangelizá-las. A atividade missionária se concentrou na área que hoje conforma o departamento de Putumayo e Caquetá, de onde saíam para fazer suas excursões de reconhecimento para as demais partes da região (HOZ e VALENCIA, 2010). Com as ações missionárias as vias de comunicação entre a parte andina e Amazônia começaram a se configurar, a partir de Huila, Cauca e Nariño (DOMÍNGUEZ e GÓMEZ, 1995).

Esses autores argumentam que as dificuldades para entrar no território amazônico, já na segunda metade do século XVIII, desde os Andes, eram muitas, pois os caminhos de acesso se tratavam de verdadeiros precipícios, com todo gênero de perigo, de arriscadas navegações, as quais se davam tanto pelas fatais circunstâncias de alguns rios como pelos ataques que com frequência sofriam as ações missionárias ou de exploração por parte dos índios que por repugnância ou desconfiança se manifestavam quando algum estranho pisava e registrava suas terras. Quase um século mais tarde permanecia esse cenário e penetrar a região seguia muito perigoso até mesmo para os mais experimentados expedicionários da época. A exploração na região durante esse período acontece, principalmente, em torno do comércio do mel (negociado em maior parte nos Andes), da cera de abelha (muito utilizada para iluminar as atividades religiosas) (GÓMEZ, 2014). Por volta de 1835 alguns comerciantes, desde Nariño, já utilizavam o rio Putumayo e desciam até Manaus e Belém para vender produtos colombianos e comprar objetos e produtos elaborados no Brasil ou na Europa. Durante esse percurso realizam pequenas negociações ao longo do rio Putumayo.

O fato é que o estado colonial não conseguiu impor o seu domínio sobre a totalidade que hoje conforma a Colômbia, relegando algumas regiões à margem do processo de ocupação e conquista. Dentre essas regiões encontra-se a Amazônia. Embora desde o século XVI conquistadores, viajantes, ações missionárias e cientistas europeus tenham tido passagem

¹¹ De acordo com Arcila Niño (2010), o século XVIII foi a época em que muitos grupos missionários adentraram a Amazônia colombiana em busca de tribos indígenas para os ensinos de sua religião, com o propósito de reunir os indígenas e organizar paróquias. No século XIX chegam à região missões estrangeiras (franciscanos ingleses, entrando a rivalizar com os capuchinos espanhóis e fundando novas bases missionárias), as quais dão continuidade a tarefa empreendida pelos espanhóis. Os locais de ensino religioso foram a gênese de alguns povoados na região. O respaldo produtivo e econômico desses povoados se dava por meio da atividade extrativa, agrícola e pecuária.

¹² É importante ressaltar que as primeiras ações de exploração e ocupação, ainda no período colonial, assim como outras que tiveram vez na Amazônia colombiana até por volta de meados do século XX, tiveram forte dinâmicas mais na parte ocidental da região, a qual configura o primeiro espaço na transição entre a parte andina e Amazônia. O cultivo da coca é a atividade que vai marcar maior espacialidade de presença em toda a região, abrangendo de forma intensa, também, a parte mais oriental da mesma.

pela Amazônia colombiana na busca por apropriar-se dos recursos naturais não atribuíram a denominação de um nome em particular para esta¹³. Entrando o século XIX e dentro do processo de conformação do Estado colombiano, quando a Colômbia declara a sua independência em 1831, a parte amazônica passa a receber olhares e preocupações por inseri-la dentro da unidade política da nação na ideia de que ela deva fazer parte do todo desejado do Estado nascente. Entretanto, não se tratava de preocupações que reconhecesse as particularidades dessa região, mas sim de uma estratégia por dominá-la ou, melhor dizendo, incluí-la nos planos do então Estado como parte da totalidade do território nacional que se formava (RODRÍGUEZ, 2014).

Por esse período, final da era colonial, a Amazônia colombiana seguia ignorada e ainda como um território desconhecido. As comunidades eclesíásticas configuraram-se como as fundadoras de povos de missão, atuando muitas vezes como autoridade civil. A ação missionária pouco a pouco deu configuração ao território amazônico com o alcance de novas “pacificações” dos índios. Entretanto, a resistência e ataque dos índios persistiam contra as investidas missionárias. Mesmo assim, as missões continuavam com seus esforços por estabelecer novos povos de missão ou reduções, ou de refundar outros, até que em definitivo não alcançaram sucesso. As reduções até então fundadas tiveram extinção total o que, por fim, marcou o fracasso da evangelização e, em geral, do trabalho missionário na região durante o período colonial (LÓPEZ e BECERRA, 2012). O ponto final do protagonismo das ações missionárias se dá com a formação do Estado independente, o qual formalmente fazia presença na região, retirando toda autoridade que era exercida pelas ações missionárias até então.

Já no Estado independente da Gran Colombia a parte amazônica seguia praticamente esquecida e marcada pelo desinteresse durante os anos que seguiram a independência. A região passou a ser dependente, pelo menos formalmente, da província de Popayán. Isso sucedeu porque a região deveria pertencer a alguma província, estado ou departamento quando foram traçados os imaginários limites sobre o mapa do país. Não existia uma descrição oficial para a região amazônica durante os primeiros anos de independência. Por conta do desinteresse da época, a região permaneceu por mais um período em franco isolamento, sendo este quebrado pela esporádica presença de algum comerciante que se

¹³ Não se pode deixar de mencionar e deixar registrado que ação missionária dos franciscanos, desde o século XVII, já denominavam a região como “Gran Caquetá”, a qual compreendia quase toda a região da Amazônia colombiana de hoje (ARCILA NIÑO, 2010; LÓPEZ e BECERRA, 2012).

atrevia a percorrer pela região e ali realizar seus negócios com os indígenas que continuavam fazendo a extração e troca de mel, cera, peles e de outros produtos da floresta.

Ao igual como as demais Amazônias, com exceção do espaço amazônico brasileiro, no terreno político essa região não era prioritária para os setores dirigentes das novas repúblicas independentes que estavam lutando pelo poder nos principais centros urbanos. Também, não constituía prioridade definir a extensão da parte territorial para cada uma das nações, uma vez que estas estavam ainda começando a reconhecer-se como entes separados, não configurando por momento uma clara consciência do que significava ou poderia significar a delimitação do contorno da fronteira dessa região. Por sua vez, no terreno econômico a região passava por lenta substituição dos agentes coloniais por atores nacionais ao longo da primeira metade do século XIX, quando a região não se deparava com maiores surpresas e continuava associada aos limitados fluxos comerciais de caráter extrativista. A presença de pessoas de diferentes nacionalidades nas difusas fronteiras amazônicas seguiria incipiente ao longo da maior parte do século XIX até o advento do auge do caucho/borracha nas últimas décadas deste século e início do XX, o qual proporcionou novos rumos em toda a região (ZÁRATE, 2006).

A região amazônica começa a ganhar um capítulo específico na história da Colômbia com a constituição política de 1843, quando esta cria a figura dos “Territorios Nacionales”. Em decorrência disso, em 1845 se criou e organizou o “Territorio del Caquetá”, o qual abrangia quase a totalidade da Amazônia colombiana atual. Para promover a ocupação do território o governo colocou em marcha a pretensão de reativação das missões religiosas, autorizando a contratar uma missão católica, mas estas não tiveram sucesso e se fizeram presente na região até por volta de 1848. Iniciando os anos de 1850 o país promoveu algumas mudanças na divisão política-administrativa e forma de gestão do território nacional¹⁴, reafirmando a permanência do “Territorio del Caquetá”, o qual seguia sem autonomia jurisdicional¹⁵. Mesmo diante desse contexto ainda muito pouco se conhecia acerca da região amazônica colombiana por esse período, sobre seus limites, sua população e recursos. O conhecimento que se tinha descrevia a região como a mais deserta e selvagem e a menos habitada e conhecida da república (LÓPEZ e BECERRA, 2012). A constituição de 1986 deu base para que o “Territorio del Caquetá” se tornara uma província em 1988, a “Provincia del

¹⁴ Com essa mudança cada província teria, a partir de então, o poder constitucional para dispor segundo julgasse conveniente a sua organização, regime e administração interior.

¹⁵ O governo colombiano mantinha a administração do “Territorio del Caquetá”, nomeando para este um prefeito.

Caquetá”, fato este que a partir de 1905 contribuiu para a subdivisão da mesma, o que deu início à formação dos atuais departamentos que hoje conformam a região.

O marco que vai configurar o ponto de partida na intensidade de exploração e ocupação da região amazônica colombiana se dá com o início da expansão da fronteira econômica pela extração da quina¹⁶ (*Cinchona officinalis*), com maior destaque para esta, e da zarzaparrilla¹⁷ (*Smilax áspera*) a partir da segunda metade do século XIX (RODRÍGUEZ, 2014). A primeira foi muito utilizada como medicamento contra febre, tônico, antisséptico e, principalmente, para o tratamento da malária. A segunda, por sua vez, utilizada como planta medicinal no tratamento de reumatismo, doenças de pele, casos de gripe e como diurético. A demanda por esses produtos vinha de alguns países europeus e dos Estados Unidos (CUBIDES, 2018). A partir dessas explorações a Amazônia colombiana vai ser palco de uma sucessiva onda de ciclos extrativistas, os quais perduram até os dias atuais na região, mudando apenas o produto de maior interesse em cada ciclo (quina, caucho, peles de animais, madeira, mineração, petróleo entre outros).

Os minguados caminhos até então abertos pelas explorações anteriores utilizados para o comércio e pelas missões¹⁸ (busca de mel e cera de abelha) foram estendidos e adequados, assim como outros foram surgindo, para a busca de quinas, a qual era realizada pelos novos aventureiros que adentravam a floresta. Os caminhos ainda eram bem restritos e poucos e levavam muito tempo para serem percorridos, sendo que alguns passaram a receber melhorias por conta do incentivo comercial proporcionado pela exploração da quina (URIBE, 1995). Também se intensificou a navegação. Aos poucos foram se instalando empresas¹⁹ na região para explorar esse recurso, intensificando-se a chegada de novas empresas por volta do ano de 1960 quando a exploração da quina praticamente se esgotou nas outras regiões da Colômbia que até então eram lugares de exploração de desse produto (Cundinamarca, Huila, Tolima, Santader, Zonas de San Martín entre outras), passando então a região amazônica a ser o centro de exploração da quina, coincidindo com o aumento do preço desse produto no mercado internacional, o que provocou a aceleração no ritmo de trocas comerciais realizadas na região (CALDERÓN, 2018).

¹⁶ Consumida na forma de chá, o qual é feito a partir das folhas e da casca da árvore. É da casca que se extrai a substância quinina utilizada no tratamento da malária.

¹⁷ Consumida na forma de bebida, a qual é feita utilizando-se as raízes.

¹⁸ Não só os caminhos abertos pelas missões foram utilizados durante exploração da quina como também as antigas fundações feitas por estas.

¹⁹ Uma das empresas mais importante na exploração da quina foi a “Compañia de Colombia”, a qual iniciou sua atividade de exploração desse produto no território de Huila e depois nas zonas de San Mantín antes de sua operação na Amazônia (RODRÍGUEZ, 2014).

O auge da exploração da quina na Amazônia colombiana ocorreu em 1860 e 1884 (DOMÍNGUEZ e GÓMEZ, 1995). Apesar do curto período foi fundamental como atividade que provocou novas dinâmicas na região, estruturando rotas de comercialização e dando vida comercial para os rios, os quais se firmaram no circuito de comércio da região (ABELLA, 2019). A exploração desse produto faz com que a Amazônia colombiana se descole do período de isolamento pela qual passou durante os primeiros anos da independência da Colômbia. Também, sentou as bases de novas modalidades de articulação e integração territorial abrindo caminho para a conexão com o interior do país e com o mercado mundial. Ainda, o período configurou a abertura de uma brecha para as posteriores correntes colonizadoras vindas do interior do país e também para o estabelecimento dos ciclos extrativistas posteriores. De acordo com Arcila Niño (2010), foi a primeira atividade extrativista na região geradora de excedente econômico, sendo explorada com o fim de exportação e para satisfazer a demanda mundial²⁰.

O maior acontecimento no auge do período da quina e que de fato significou profunda transformação na Amazônia colombiana, principalmente em termos de comunicação dessa região com outras, foi o início da navegação a vapor, introduzida em 1876 (REYES, 1986). Até então a produção de quinas era embarcada pelo pacífico, sendo muito dificultosa a logística de exportação, a qual era feita atravessando as cordilheiras. Com a navegação a vapor uma nova rota se criou, com saída pelo Atlântico, e as quinas não mais subiam as cordilheiras. Agora a produção baixava pelo rio Amazonas, o que contribuiu na ampliação e expansão da área explorada na busca da quina. Isso possibilitou o encurtamento da distância com os portos na Amazônia brasileira e favoreceu a intensidade de comercialização com estes. Esse fato alavancou ainda mais a articulação da Amazônia colombiana com os mercados mundiais (RODRÍGUEZ, 2014). A produção quineira descia pelo rio Amazonas e passava por Manaus e Belém para então ser embarcada em grandes navios rumo a Europa. Para Wallerstein (1984), esta forma mais ampla de rota significou a inserção definitiva do espaço amazônico colombiano na economia mundo.

Durante o período do auge da exploração da quina aumentaram as relações entre comerciantes e indígenas, a circulação de mercadorias e o incentivo para a chegada de população migrante à região. A mão de obra dos indígenas juntamente com a dos migrantes e somados com a navegação a vapor proporcionaram o aumento dos ritmos de extração de

²⁰ O auge da exploração e exportação da quina foi muito favorecido pela demanda dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão entre 1861 e 1865, a qual foi utilizada como matéria prima em medicamentos para aliviar a febre dos soldados durante e depois da guerra (ARCILA NIÑO, 2010).

forma vertiginosa. Ainda, as negociações com o império brasileiro que estabeleceu a rota comercial para a exportação das quinas pelos principais portos brasileiros demandaram uma complexa infraestrutura para a mobilização e deslocamento até os portos de Manaus e Belém (CALDERÓN, 2018). Em decorrência disso foram se espalhando pela região o surgimento de alguns povoados e lugares que serviam como ponto para a concentração da quina coletada, assim como também para as demais negociações que estavam envolvidas no processo de exploração desse produto. O ritmo da busca pela quina seguia de acordo com a demanda dos mercados naquele momento.

O que parecia tão vertiginoso logo ganhou novo rumo a partir do ano de 1984, quando o preço internacional das quinas baixou ostensivamente e fez com que tal negócio fracasse na região. A demanda da quina amazônica se contraiu diante da produção das plantações coloniais de quina no sudeste asiático (DOMÍNGUEZ, 1994), as quais ofereciam o produto a menores preços retirando a viabilidade econômica da exploração da quina na Amazônia colombiana, a qual entrou em colapso. Assim como a exploração da quina marcou o início de uma nova fase na região, em termos de dinâmica econômica, também anunciava o que viria a acontecer nos demais ciclos de bonança pelo caráter extrativista, a não geração de riqueza²¹ na própria região e a não estabilidade econômica, deixando a região a mercê do produto da vez nas demandas internacionais. No entanto, como afirma Rodríguez (2014), o período da exploração da quina na Amazônia colombiana deixou marcas que jamais seriam apagadas, especialmente no que se refere à rota de saída para o oceano Atlântico e a abertura de vias que conectaram comercialmente o interior do país com o espaço amazônico.

No momento em que a exploração da quina na Amazônia colombiana entrava em colapso um novo ciclo extrativista já se fazia presente na região, a exploração do caucho (látex). Como isso, os exploradores da quina logo se tornaram exploradores de caucho. Com o conhecimento sobre a região e utilizando a infraestrutura empregada na extração das quinas, algumas empresas a partir dos anos de 1880 já dedicavam parte dos seus esforços na atividade de exploração do caucho. Apesar do curto auge e apogeu do ciclo extrativista da quina, a exploração desta criou as bases para a comercialização do novo produto que rapidamente a substituiu (CALDERÓN, 2018). É a economia extrativista do/a caucho/borracha que vai marcar profundos impactos na vida econômica, demográfica, política e de divisão territorial e

²¹ A riqueza econômica desse período se concentrou na mão de poucas pessoas e empresas dedicadas à atividade de exploração da quina, principalmente daquelas de fora da região, fato que se repete nos ciclos extrativistas posteriores, os quais apresentam caráter concentrador e excludente, ficando para a região as consequências e heranças que se resumem em poucos incrementos tecnológicos e algumas infraestruturas e altos prejuízos sociais e ambientais.

espacial na Pan-Amazônia²². Em virtude do importante papel e abrangência que desempenhou essa economia em toda a região amazônica, e em específico na Amazônia colombiana e brasileira, as quais são objeto para análise aprofundada, formulou-se um tópico especificamente (próximo) para discutir o desenvolvimento dessa economia na região. Adiante, tem sequência a análise de dois momentos que foram importantes e marcaram a histórica da Amazônia colombiana logo após o primeiro ciclo do extrativismo do caucho na região.

A economia do caucho/borracha foi tal magnitude que levou os países amazônicos a disputar entre si a incorporação territorial e a demarcação de limites da sua região amazônica, utilizando-se de diferentes estratégias para se beneficiar do auge econômico desse período²³. Em decorrência dessa disputa pelas áreas de exploração alguns conflitos irão aparecer na região, os quais terão como um dos resultados a consolidação dos limites dos espaços amazônicos pertencente a cada país que contenha parte da Amazônia. No caso específico da Amazônia colombiana algumas áreas desta será palco de disputa entre o Peru e a Colômbia, o que provocará reações do governo colombiano por responder às investidas peruanas que já acontecem desde a exploração da quina e tentam se apossar de áreas que formalmente e jurisdicionalmente pertencem à Colômbia. A resposta colombiana à investida peruana na região, no período que ficou conhecido como o conflito colombo-peruano, vai marcar uma das primeiras tentativas do governo por ocupar e colonizar a Amazônia, fato que terá suas contribuições para a dinâmica regional e servirá como antecedente para posteriores entradas no processo de colonização. Para a tarefa de ocupar a região o governo lançará mão para uma relativa benevolência, em termos fiscais, aos imigrantes interessados em assentar-se na Amazônia (ARCILA NIÑO, 2010).

O avanço territorial, especificamente da Casa Arana²⁴, durante e depois do primeiro ciclo do caucho, sobre parte do que hoje forma o departamento de Putumayo motivou a preocupação pela soberania e obrigou o governo colombiano a realizar esforços a fim de integrar as áreas em disputa e evitar perda territorial de parte da Amazônia. Configurou parte

²² A economia do caucho/borracha foi essencial na conexão de todos os países com a sua Amazônia, e desta com o mercado mundial.

²³ Referência ao primeiro ciclo do extrativismo do caucho/borracha, o qual tem início desde anos de 1850 na Amazônia brasileira e desde os anos 1880 na Amazônia colombiana.

²⁴ A Casa Arana foi uma grande empresa extrativista peruana fundada em 1903 por Júlio Cesar Arana com fim de explorar o caucho. Considerada uma grande empresa na época logo teve sua expansão de atividade na região do Putumayo, da qual conhecia o potencial a ser explorado, e iniciou sua empreitada por controlar a região. Essa grande empresa, mais tarde conhecida também como The Peruvian Amazon Company, exerceu o monopólio das atividades de extração de caucho na Amazônia peruana e em parte da Amazônia colombiana (RODRÍGUEZ, 2014).

desses esforços o apoio da administração central em incentivar o trabalho de evangelização e de colonização realizada pela igreja, delegando a abertura de novos caminhos e o melhoramento e manutenção dos já existentes (DOMÍNGUEZ e GÓMEZ, 1995). Além do mais, a disputa com o Peru obrigou o governo colombiano a estabelecer presença militar em alguns pontos estratégicos da região. Na corrida por constituir soberania sobre a região amazônica o governo teve muitas dificuldades para estabelecer uma presença estatal permanente na fronteira, uma vez que esta era muito indefinida e fragmentada, não contando com alguns centros de importância em sua própria Amazônia. Mesmo em condições desfavoráveis na região o governo teve que enfrentar o conflito fronteiriço, embora depois que boa parte da riqueza gerada pelo auge do caucho já tinha sido subtraída pelas investidas peruanas (BOTÍA e GILBERTO, 2019).

O conflito com o Peru fez com que a Amazônia colombiana não amargasse a perda por completo do dinamismo da atividade econômica e social após o término do primeiro período do auge da extração do caucho, o que por certo provocaria o desaparecimento de alguns povoados até então constituídos. O conflito injetou ânimo na reativação econômica e populacional da região com o processo de colonização militar e a construção de infraestrutura de vias requeridas para o deslocamento de tropas na Amazônia. O conflito colombo-peruano de 1932-33 teve início pela disputa entre empresários colombianos e peruanos em torno da força de trabalho indígena e das áreas para a extração do caucho. A disputa pela força de trabalho indígena se tornou recorrente conforme avançava a exploração do caucho na região. Tal disputa também era compartilhada pelos traficantes e empresários brasileiros, os quais buscavam mão de obra para suas áreas de exploração na Amazônia brasileira. Em meados de 1910 a disputa pela mão de obra indígena perdia toda a importância pela consequente queda dos preços internacionais do caucho/borracha. Entretanto, tal disputa anos mais tarde se converte em conflito territorial e de fronteira entre o Peru e a Colômbia na região amazônica, por questões ainda não resolvidas em termos de delimitação das fronteiras amazônicas entre os dois países (GÓMEZ, 2014).

Segundo revela Valenzuela (1983), os peruanos estabeleceram seu primeiro vínculo com a Amazônia colombiana, mediante suas atividades comerciais, por volta do ano de 1981 com as investidas da Casa Arana estimuladas pelo descobrimento do caucho na região. A partir de então, e aproveitando as concessões feitas pelo governo colombiano, a Casa Arana foi expandindo suas atividades comerciais e aumentando seu poder, a qual, antes de finalizar 1907, operava sobre grandes concessões na exploração de caucho na região amazônica

colombiana. Terminado o primeiro auge do caucho a Amazônia colombiana não registrou mudanças significativas no processo de ocupação devido a decadência da exploração extrativista do caucho e do seu comércio, assim como também devido à escassez de incentivos econômicos por parte do governo capazes de responder ao isolamento da área. No entanto, permanecia sobre a região a presença dos peruanos e as inquietudes que tal presença afluía com relação ao problema dos limites de fronteira entre os dois países, envolvendo a disputa de áreas que atualmente conformam parte dos departamentos do Amazonas, Caquetá e Putumayo. Na tentativa de resolver essa questão os dois governos assinaram em 1922 o tratado Salomón-Lozano²⁵, com cláusulas que delimitavam os limites nas áreas em disputa.

Entretanto, as tensões entre os peruanos e colombianos permanecia, principalmente porque os peruanos não se deram por satisfeitos com os limites dispostos, nos quais se sentiram prejudicados pela cessão de algumas áreas aos colombianos. Para o ano de 1930 a Colômbia, assim como algumas outras repúblicas sul-americanas, passava pela instabilidade política com situação interna crítica produzida pelos partidos de oposição ao governo. Esse contexto fez com que renascesse na Colômbia o interesse pela sua região amazônica, apresentando o seu descontentamento e suas preocupações contra os convênios internacionais de limites. Aflora no governo colombiano a necessidade pela defesa e a necessidade de fomentar e apoiar a colonização da Amazônia, embora, vale ressaltar, que tal fomento teve caráter indireto, uma vez que não apresentava recursos adequados para tal missão. Em termos de defesa, o governo não apresentava capacidade para assumir a soberania e posse do território recuperado pelo tratado de Lozano-Salomón, esperando contar com a generosidade e fraternidade dos países vizinhos. A empreitada militar na região demandou ao governo meios indispensáveis para a atividade de defesa e vigilância da região, como transporte terrestre, fluvial e aéreo, assim como também a construção de instalações essenciais e de armamento suficientes para estabelecer um nível mínimo de seguridade. Mas o governo não tinha condições econômicas para atender com satisfação as demandas para a região, fato que não permitiu consolidar as atividades de defesa e que contribuiu para que poucos colombianos arriscassem seus esforços para adentrar na Amazônia (VELENZUELA, 1983).

²⁵ Desde o ano de 1904 o Peru já provocava enfrentamentos com a Colômbia por disputas de áreas da Amazônia colombiana para a exploração de caucho. Surgiu desses enfrentamentos uma série de acordos, em sua maioria favorecendo os peruanos. Após longas e conflituosas negociações firmaram o tratado de Lozano-Salomón. O tratado fixou em seu primeiro artigo os limites entre o Peru e a Colômbia nas áreas disputadas na Amazônia. O fato é que o tratado afetou os interesses econômicos dos peruanos, os quais “perderam” áreas para os colombianos. Isso provocou uma tensão por alguns anos, o que culminou no conflito Colombo-Peruano em 1932 (GONZÁLEZ PEÑA; SAMACÁ ALONSO, 2012).

Em setembro de 1932 o governo do Peru violou o tratado de Lozano-Salomón e avançou com suas tropas para além dos limites definidos na região pelo tratado dando início a guerra colombo-peruana²⁶ (1932-33) (TORO, 2016). A reação do governo colombiano, diante das inquietudes com relação às fronteiras amazônicas, foi responder ao conflito bélico com mudanças na política de seguridade da região, sendo obrigado a construir estradas²⁷ desde os departamentos de Huila e Nariño, as quais romperam a barreira natural com a cordilheira, ligando o interior do país com a Amazônia para atender as necessidades de transporte de tropas e logística militar desde aqueles departamentos até as áreas de conflito no baixo rio Caquetá e Putumayo. No afã por consolidar presença estatal durante a década de 1930 o governo colombiano incentivou a colonização orientando três formas desse processo, a colonização espontânea, empresarial e dirigida. Durante a década de 1930 o governo construiu obras de infraestrutura e incentivou a busca de terras férteis para iniciar o processo de colonização e a fundação de povoados e cidades na região (CUBIDES, 2018).

Em 1935 o estado colombiano impulsionou e financiou na região um projeto pecuário para fomentar a implantação de um modelo pecuário em Caquetá, o qual foi objeto das primeiras áreas de colonização. Neste mesmo ano o governo nacional outorgou concessões ao pessoal retirado das forças armadas participantes no conflito como Peru, o que favoreceu a criação de um povoado que necessitava de elementos primários para a sobrevivência originando então as primeiras explorações agrícolas, pecuária e o aparecimento de Florencia como o centro mais importante da Amazônia. Juntamente a isso, as estradas abertas permitiram o deslocamento de alguns migrantes dos departamentos de Huila, Nariño, Tolima e Cauca para a região (HOZ e VALENCIA, 2010). Para esse momento, caracterizava-se na região a colonização do tipo militar e espontânea²⁸. O desdobramento do processo ocupacional provocado pela guerra colombo-peruana na Amazônia (construção de infraestrutura e aberturas de estradas) vai configura-se como precedente para as posteriores ações de colonização que vão se intensificar a partir de 1940 e mais ainda pós 1960. Contribuirão para isso uma soma de fatores por qual passa a realidade colombiana (resposta à grande depressão de 1929, violência bipartidarista, violência no campo, industrialização).

²⁶ Em outubro de 1933 os dois governos acordaram um armistício e se comprometeram em adotar um protocolo para pôr fim ao conflito, uma negociação que se consolidou em março de 1934 quando chegaram ao acordo dos limites fronteiriços (TORO, 2016).

²⁷ As estradas construídas ligavam Altamira-Florencia, Pasto-Mocoa-Puerto Asís e Tagua-Caucayá (HOZ e VALENCIA, 2010).

²⁸ A colonização dirigida terá preponderância no início de 1960 quando o governo coloca em marcha o processo de reforma agrária na região.

Na década de 1940 a Colômbia entra em uma crise política com precedentes desde os anos 1930²⁹ com a queda da hegemonia conservadora e o início da república liberal, o que vai dar origem a violência bipartidarista e agudizar os deslocamentos para a região amazônica (RAIG, 2012). Estava em curso na Colômbia o processo de desenvolvimento capitalista, industrialização e ampliação do mercado interno, o que teve fortes impactos na questão agrária do país. Em matéria de legislação agrária o país teve algumas tentativas de reforma agrária que foram logo e rapidamente revogadas pelas elites latifundiárias, marcando a época do surgimento das lutas agrárias organizadas diante da exclusão política, o que desencadeou o conflito agrário por meio da resistência armada. A insuficiência de disposições legislativas e institucionais provocou a expulsão de camponeses no campo, os quais migraram para os centros urbanos ou zonas de colonização expandindo a fronteira agrária (GARRIDO, 2016).

Como a força de trabalho liberada em excesso no campo não foi absorvida pela nascente indústria a saída do governo se deu pela aprovação de soluções como a criação de colônias agrícolas com base na lei 200/1936 e decreto 1110/1928, os quais previam a destinação de terras “baldías”³⁰ para o estabelecimento de colônias agrícolas em algumas zonas dos departamentos de Tolima, Valle del Cauca, Chocó, Meta, Huila e Amazônia (Caquetá). Mas, segundo Garrido (2016), tanto a lei quanto o decreto não estavam para atender as demandas dos expulsos do campo, mas sim para pressionar a exploração econômica das terras improdutivas nos latifúndios, os quais estavam sob ameaça de perda de domínio. Não se tratava de uma redistribuição de terras, mas de proteção econômica e policial da grande propriedade para incentivar a sua transformação capitalista e, em consequência, impulsionar a ampliação da fronteira agrícola mediante a colonização de novas áreas (MONTAÑA, 2018).

O fato é que o governo não conseguiu controlar a disputa intensa pelas terras no campo, a qual se agravou ainda mais em 1948, com o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán³¹, quando a violência bipartidarista alcança todo o território nacional com a formação

²⁹ Em meados de 1930 a administração de Alfonso López Pumarejo, no discurso de tirar a Colômbia das severas condições de atraso econômico e social, propôs iniciativas no sentido da modernização da sociedade que implicaram a reorganização do Estado em termos de ampliação da sua base fiscal e da tecnificação do aparelho administrativo. Entretanto, as medidas reformistas encontraram uma forte oposição das camadas ligadas às grandes propriedades. A rejeição dessas reformas vai contribuir para guerra civil do final da década de 1940, conhecida como “La violencia” (MONTAÑA, 2018).

³⁰ Terras “baldías” podem ser entendidas como terras devolutas no Brasil.

³¹ Logo após a morte desse líder teve início na Colômbia o “Bogotazo”, um período marcado pela violência e perseguição por parte do governo aos líderes dos autogovernos e milícias populares para submetê-los aos conselhos de guerra, fato que levou alguns desses líderes para a luta guerrilheira. O assassinato de Gaitán provocou enfrentamentos de morte entre liberais e conservadores, o que desencadeou uma guerra civil e conduziu ao golpe militar de 1953 (HOZ e VALENCIA, 2010).

de autogovernos e milícias populares. O processo de violência desatado em todo o país provocou impacto diretamente na Amazônia pela grande onda de migrantes que rumaram para essa região em decorrência dos conflitos no campo no interior do país, sendo mais intensa e notória a chegada dos migrantes durante as décadas de 1950-60, quando o governo tomou frente com os processos de colonização dirigida dentro do contexto de adequar sua estrutura econômica às transformações econômicas e políticas ocorridas no mundo, articulando a economia do país com os mercados mundiais³², em particular com os Estados Unidos, o que vai culminar com a proposta de reforma agrária de 1959. O desenrolar desses fatos será abordado com a devida profundidade em um tópico mais adiante, quando se analisa a ocupação da Amazônia colombiana e brasileira na segunda metade do século XX.

Quanto aos acontecimentos históricos e econômicos que formam parte e constituem a história da Amazônia brasileira entre a chegada dos europeus até o início do ciclo de exploração da borracha é importante que se faça uma ressalva para que não ocorram sobreposições e redundâncias nas análises quando se trata desta região. A atuação da coroa portuguesa na Amazônia constituiu as ações e estratégias que se desenrolaram dentro do que hoje é o espaço amazônico brasileiro, fato que não permite análises específicas de como ocorreu a ocupação dos portugueses em outras partes da Pan-Amazônia como no caso da parte amazônica andina que configura divisões e constitui parte de vários países, o que permite análises de como foi a atuação da coroa espanhola em cada uma das Amazônias que hoje integram alguns países andinos, como no exemplo da Amazônia colombiana. A coroa portuguesa, embora formalmente tivesse domínio sobre apenas uma pequena parte da região amazônica³³ que hoje conforma a Amazônia brasileira, avançou com seus esforços de ocupação para além dos limites postos naquele momento e atuou fortemente para combater as investidas estrangeiras³⁴ sobre o espaço amazônico. Tais avanços se davam por meio das ações missionárias e da empreitada militar, a qual foi importante pela fundação de fortes para a defesa da enorme região que Portugal conseguiu alcançar após seus avanços e negociações de limites com a coroa espanhola.

Durante o processo de formação e consolidação territorial do espaço amazônico brasileiro vários fatores e eventos marcaram e impulsionaram de forma importante a configuração e estruturação que a região foi alcançando no decorrer dos séculos desde a

³² A articulação teve como perspectiva a ampliação do mercado interno e da sua capacidade importadora.

³³ Teoricamente, pelo tratado de Tordesilhas assinado em 1594, quase toda a enorme bacia amazônica ficou sobre domínio da coroa espanhola.

³⁴ No início do século XVII a região amazônica era palco das investidas de franceses, irlandeses, holandeses e ingleses (HOMMA, 2003).

chegada dos portugueses. Para além daqueles já analisados no tópico anterior se faz relevante a análise de dois outros pontos que foram de grande impacto na ocupação da Amazônia brasileira. O primeiro deles tem relação com as características de localização da região, a qual era favorecida pelas correntes marítimas que permitiam melhor atracação na região amazônica³⁵ do que na então capital da colônia, Salvador. Por conta desse fato algumas viagens vindas de Portugal atracavam no litoral amazônico e as mercadorias e pessoas seguiam por terra até outras partes da colônia, o que demandava atenção para a abertura de caminhos e segurança nos trajetos realizados no interior da região. O segundo ponto faz referência aos acontecimentos internos que marcavam a vida política e administrativa de Portugal na época, o que teve desdobramentos significativos com novas ações e estratégias de ocupação da Amazônia brasileira no chamado período pombalino.

A Amazônia brasileira já no início do século do XVII entrou na rota de comunicação com Portugal, uma vez que as condições de navegação à vela no Atlântico faziam com que fossem mais fáceis e mais rápidas as comunicações marítimas entre o litoral amazônico e Lisboa do que com a capital da colônia. Segundo Silva (2002), aconteciam casos de charruas carregadas de sal que saíam de Lisboa com destino à capital da colônia e não conseguiam alcançar o destino final, tendo que atracar na região hoje pertencente ao estado do Pará. Por conta dessas condições desde muito cedo se colocou em questão a criação de um novo governo para o espaço amazônico, sendo um governo separado daquele da capital da colônia; fato que logo veio se concretizar em 1621 com a fundação do Estado do Maranhão³⁶, o qual englobava os atuais estados do Piauí, do Ceará e o vasto espaço amazônico. Tal Estado teve o seu primeiro governador em 1626. Embora não muito estudado e discutido, o fenômeno dos ventos deve ser considerado de grande importância na reorganização administrativa do Brasil colonial e da dinâmica de ocupação da Amazônia brasileira. De acordo com Gadelha (2002), quando ultrapassada a linha do equador os ventos alísios sopram na direção leste-oeste e do mar para a terra, facilitando ou impedindo a travessia das naus, isso significa que a partir de certa parte do litoral, mais ou menos a altura do Ceará, os ventos não facilitam a ultrapassagem e virada das naus com destino às partes ao sul do Brasil.

³⁵ Na época não existiam ainda as embarcações a vapor e as que existiam dependiam dos ventos e correntes marítimas para o deslocamento.

³⁶ No ano de 1654 o Estado do Maranhão passa a designar-se Estado do Maranhão e Grão-Pará. Com a reforma política-administrativa pombalina o Estado do Maranhão e Grão-Pará passa a ser designado como Estado do Grão-Pará e Maranhão com a deslocação do centro do estado e da sede do governo de São Luís do Maranhão para Belém do Pará.

O Regime dos ventos e das correntes marítimas é importante e essencial para o entendimento e compreensão das possibilidades das navegações na época. Os ventos possibilitavam uma viagem entre Lisboa e o nordeste meridional em apenas quatro meses, sendo alguns dias a mais para a Amazônia, dependendo da época do ano. Esse fato explica parte do maior desenvolvimento comercial das capitanias do Nordeste e da separação das capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, em termos de governo, do restante da colônia. Ou seja, o regime eólico, desde o início do processo de ocupação, é explicativo da maior independência que tinham as autoridades coloniais do Maranhão e do Grão-Pará em relação ao governador-geral do Brasil, pela facilidade de comunicação direta mais rápida com Lisboa do que com Salvador, a então capital da colônia (GADELHA, 2002). Isso provocou maior atenção para a Amazônia e impulsionou a intensificação dos processos de ocupação e das ações e estratégias das missões, nas atividades de catequizar os indígenas e na exploração econômica da região, e da defesa por meio da construção de fortes para garantir a proteção das ocupações.

Por volta dos anos 40 e 50 do século XVIII a política de Portugal em relação às suas colônias sofre alteração em decorrência da transformação da compreensão de Estado. Tornava-se cada vez mais forte a convicção de que as relações econômicas entre a metrópole e as colônias deveriam atender aos interesses da primeira e de seus agentes econômicos. Isso representava a insatisfação dos agentes econômicos e da burguesia para com as ordens religiosas e sua autonomia de atuação nas colônias que se somaram às novas formas de entender o Estado e seu funcionamento. Portugal passava por um momento de disputa na condução do Estado entre a alta nobreza e a burguesia e na busca pela definição de uma política econômica entre a metrópole portuguesa e suas colônias. Estavam em questão os serviços das ordens religiosas e sua autonomia nas colônias, quando se discutia que a religião deveria estar a serviço do Estado e não o contrário tanto no plano econômico quanto no plano social. Esse cenário interno de Portugal vai impactar fortemente nos rumos da ocupação e exploração da Amazônia brasileira quando da chegada de Dom João I ao trono que designou Sebastião José de Carvalho e Melo (o marquês de pombal), o qual vai colocar em marcha o programa de reformas da coroa para com as suas colônias³⁷, no período conhecido reforma pombalina (SILVA, 2002).

³⁷ A implementação das reformas foi acelerada a partir do ano de 1755 quando um terremoto atingiu Lisboa e com o frustrado atentado contra Dom João. Para este segundo fato foram responsabilizados membros da alta nobreza e influentes jesuítas, os quais apresentavam consolidação cultural, social e no plano econômico na Amazônia. Logo os jesuítas seriam alvos das reformas políticas e econômicas iniciadas por marquês de pombal,

Para o caso da Amazônia brasileira foi definida uma política com três objetivos principais envolvendo a demarcação de limites e defesa diante das pretensões das potências estrangeiras, o aumento das atividades econômicas e a reorganização do trabalho indígena. Esses dois últimos pontos convergiam para a constituição das companhias de comércio e entravam em choque com os interesses das missões, as quais desenvolviam suas ações com autonomia no plano econômico na região. Torres Londoño (2012) revela que as ações missionárias, especialmente as dos jesuítas, conseguiram consolidar sua influência social, política e econômica na região durante a primeira metade do século XVIII. As missões adquiriram prestígio que se traduzia em importantes doações tanto de particulares como do rei, o que se realizava por meio da aquisição de diversas propriedades e outros patrimônios que se somavam aos já possuídos pelas missões. Além disso, a igreja não pagava nenhuma espécie de tributos ou dízimos à coroa, argumentando que eles serviam para financiar os custos das missões, o que vez outra gerava conflitos com a coroa. Aproveitando-se da situação, as missões atuavam para além dos serviços de catequização e utilizavam a mão de obra indígena para recolher drogas do sertão e explorar outras atividades mais³⁸, o que contribuiu para o êxito econômico das missões, as quais por volta dos anos 40 do século XVIII configuravam as maiores exportadoras de cacau.

As missões estabeleceram suas fazendas ao longo das margens dos diversos rios da região para sustentar suas atividades educativas e missionárias. Nesta ambição, tendo como maior pano de fundo a prosperidade econômica, as missões jesuítas se especializaram por toda a região Amazônica e o fluxo dos gêneros provenientes das fazendas e das florestas permitiu a elas armazenar um grande número de produtos, tornando-as com importante atuação tanto no comércio local quanto no exterior, apresentando o monopólio comercial na região. Assim como as missões jesuítas alcançaram tanta influência política e poder econômico também ganharam inimigos, principalmente entre seus competidores comerciais na produção e comércio de gêneros, como também outras ordens religiosas. A missão jesuíta foi acusada de ter alcançado riqueza na Amazônia a custo dos abusos dos privilégios outorgados pelos reis e da administração temporal dos indígenas. Além do mais, os jesuítas eram acusados de atuarem fora da alçada do rei e dos bispos do Maranhão e do Pará, não

uma vez que eram tidos como beneficiários de muitas regalias por parte do Estado (TORRES-LONDOÑO, 2012).

³⁸ Outras atividades importantes realizadas pelos indígenas diziam respeito a fabricação de canoas e produção de gêneros agrícolas. A primeira foi muito importante na complexa teia fluvial amazônica ao permitir às missões o transporte dos produtos de forma ágil e com menores custos até os centros de comercialização, para Belém e São Luis.

ensinando a língua portuguesa e nem falando em nome do rei, sendo mais senhores de índios e feitores de fazendas e comerciantes que conquistadores de almas. Por sua vez, a missão se defendia argumentando que sua riqueza foi alcançada pelo trabalho e sua competência na administração de seus bens e sua capacidade de aproveitar a riqueza existente na região (MENDONÇA, 2005).

Segundo Silva (2002), a permanência das missões jesuítas se tornou insustentável quando da implementação das reformas pombalinas na região a partir de 1751, levadas adiante pelo então governador do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Esse governador tratou logo de iniciar a demarcação de fronteiras na região seguindo o que foi definido no recente firmado tratado de Madrid, o qual permitiu a incorporação de grandes áreas para Amazônia brasileira que até então estavam sob domínio dos espanhóis. Prosseguiu ele com o incentivo à economia, com o crescimento das atividades agrícolas e de coleta de produtos da floresta. A utilização da mão de obra indígena passou a ser feita no regime de pagamento de salários quando o governador decretou o fim das práticas de escravidão indígena e extinguiu a administração temporal dos aldeamentos a cargo dos jesuítas, aos quais só caberia agora o serviço religioso. Os incentivos à economia se complementaram com novas normas de aduana para exportações, o que deixava de favorecer os produtos das missões jesuítas retirando destas o monopólio comercial na região. Além do mais, as novas normas, por meio de subsídios e incentivos, propiciavam também a formação da companhia de comércio que tinha a participação de comerciantes portugueses.

Seguindo com seus trabalhos de demarcação das fronteiras amazônicas o governador teve por urgente e importante a necessidade de uma política de povoamento das novas fronteiras, para a qual os índios, como indivíduos autônomos e vassalos do rei, configurariam e teriam um papel importante nesse processo, não estando mais estes sob a administração das missões, mas agora livres amparados pela lei da liberdade dos índios decretada em 1755. As missões jesuítas perdiam então a parte fundamental da sua prosperidade econômica na região, assim como também perdiam poder e privilégios. Segundo Torres-Londoño (2012), com todas as novas medidas adotadas na região os jesuítas não só deixavam de serem os principais agentes do rei na Amazônia como também passaram a serem vistos como um obstáculo para as novas políticas. Em resposta a isso os jesuítas iniciaram confrontos com o governador e autoridades, o que resultou em numerosos conflitos e episódios de choques e enfrentamentos nas áreas em demarcação, nos aldeamentos e nas fazendas das missões. A saída encontrada para tal situação foi a expulsão dos jesuítas da Amazônia e a confiscação dos bens destes em

favor do rei, fato que se tornou um caminho para todos que desafiavam a autoridade real. Em 1760 os últimos jesuítas foram expulsos da região³⁹, com base na lei de 3 setembro de 1759 que os expulsavam dos domínios portugueses.

Para beneficiar-se efetivamente das riquezas da região e das extensas possessões em favor do reino de Portugal e de sua população as reformas pombalinas, ultrapassados os obstáculos dos conflitos com as missões jesuítas, promoveram na Amazônia uma série de atividades e ações que dinamizaram a vida econômica e populacional desta. A mais importante delas foi a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, a qual estimulou a agricultura e todo o setor produtivo na região. Houve o fomento agrícola orientado para o incremento das culturas de algodão, da cana-de-açúcar, de anil, da mandioca, do milho e do arroz, bem como para a criação de gado e respectiva produção de carne e de couros. No setor transformador recebeu atenção especial a serração de madeiras, a construção naval de canoas e de navios em Belém, a instalação de fábricas de anil, de panos de algodão, de descasque de arroz e engenhos de açúcar. Também foram incrementadas as olarias de louças, de telha e de tijolo (SILVA, 2002). De maneira geral, o modelo pombalino intensificou a atividade comercial e provocou mudanças radicais na Amazônia. Houve uma profunda reestruturação do sistema defensivo e o impulso do processo colonizador no vasto espaço amazônico, o que permitiu consolidar a integração da região na soberania portuguesa e mais tarde ao império brasileiro.

Ao final do século XVIII e início do XIX a região apresentou certa vitalidade econômica com a exportação de produtos como o café, cacau, algodão e tabaco. Com a independência do Brasil, em 1822, a Amazônia foi administrada com o nome de Grão-Pará. Poucos anos depois, em 1832, surgiu na região uma revolta, chamada cabanagem, pela tentativa de independência da mesma do recém-constituído império do Brasil, mas a tentativa foi sufocada. Para o ano de 1850 a região obteve o status de autonomia com o nome de província brasileira Amazonas. Em 1852 a região receberia o impulso para incrementar os fluxos comerciais com a autorização por parte do imperador do Brasil para a constituição da companhia de navegação e de comércio da Amazônia e logo depois, em 1866, na intenção de ampliar os negócios na região o rio Amazonas foi aberto para o tráfico marítimo internacional. Em 1903 a Amazônia brasileira alcança a delimitação territorial de sua fronteira atual quando da assinatura do tratado de Petrópolis, o qual possibilitou a anexação à Amazônia brasileira da

³⁹ As atividades da igreja passavam a ser realizada por padres seculares, os quais se ocupavam unicamente da catequese e da administração dos sacramentos. As propriedades das missões jesuítas foram divididas pelo governo e distribuídas entre funcionários e autoridades portuguesas (HOMMA, 2003).

área que hoje compreende o estado do Acre (LEVERATTO, 2007). Quando a partir de meados do século XIX começa o ciclo de exploração da borracha na Amazônia brasileira a região já apresentava alguma infraestrutura econômica que foi ampliada e intensificada para a demanda econômica de então.

1.3 A BORRACHA E SEU PAPEL NA AMAZÔNIA

É com a exploração da borracha, com maior intensidade na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, que a Amazônia sofrerá efetivos efeitos geográficos-políticos sobre suas estruturas territoriais. Durante esse período, em que se deslaçava a segunda revolução industrial, desatou-se no mundo industrial uma enorme demanda por uma série de gomas (látex) da região, por suas características de isolantes elétricos, impermeáveis e, sobretudo, por sua elasticidade. O notável ritmo da indústria automobilística refletiu no aumento da indústria da borracha, a qual se expandiu consideravelmente nos Estados Unidos e Inglaterra, assim como também na Alemanha, França, Itália e Rússia. Em decorrência disso, volumosos capitais, especialmente de agentes norte-americanos e ingleses, foram destinados para dinamizar a então modesta produção de borracha na Amazônia, com investimentos que iam desde a viação fluvial e ferroviária até portos e serviços urbanos, e também, sob forma de empréstimos aos governos locais.

Nesse contexto, segundo Dominguez (1994), a borracha e todas as demais gomas naturais que se englobavam nesse conceito genérico, por meio da extração e comércio, converteram-se em matérias primas fundamentais na segunda revolução industrial, quando a química tornou possível que suas valiosas qualidades elásticas e de isolante, impermeabilizante e de amortecer vibrações e choques fossem aplicadas ao novo mundo da eletricidade, da bicicleta e do automóvel. As antigas aplicações na fabricação de calçado impermeabilizado, roupas emborrachadas e instrumentos médicos aperfeiçoaram-se e se ampliaram de maneira extraordinária, convertendo-se em parte fundamental de uma nova forma de viver. Com isso, a economia do látex transformou profundamente a face da Amazônia, a qual quebrou o isolamento e se buscou integrar a região ao mercado internacional. Um dos principais fatores de transformação foi o crescimento populacional da região, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas do látex e pela necessidade de mão de obra.

É interessante, antes de adentrarmos no fascinante mundo das gomas, esclarecermos que existe uma grande diversidade de gêneros e espécies vegetais americanas que podem ser utilizadas na produção do látex, junto a grande dispersão delas. Durante a grande demanda mundial de borracha experimentou-se muitas plantas produtoras de látex, previamente conhecidas ou novas, e uma grande parte delas foi utilizada comercialmente. As espécies de baixa produtividade ou de má qualidade do látex eram utilizadas conjuntamente com outras de melhor qualidade quando os altos preços do mercado faziam com que o trabalho de sangrá-las fosse rentável. Por conta disso, gerou-se uma confusão para designar o látex de diversas plantas, sendo que na Amazônia andina, de maneira geral, o termo caucho cobria de forma genérica todo o látex da área, sem distinguir as plantas das quais era extraído, o que era feito para mascarar a quantidade, quando misturado, do látex extraído das melhores espécies de plantas, as quais eram de alto valor como produto extrativo.

Para esta pesquisa, com análises na Amazônia brasileira e colombiana, é salutar pontuar a existência de duas espécies de melhor produção e melhor qualidade, as quais apresentam distribuição e concentração distintas nas duas regiões e foram alvo das maiores explorações. A *Castilla spp.*, conhecida como caucho negro, é a espécie de maior distribuição na América; é uma árvore da família das Moráceas que cresce nas selvas desde o México até o norte da Bolívia e sul da Amazônia brasileira. A *Castilla ulei* é a espécie de caucho negro própria da região amazônica colombiana. Por sua vez, na Amazônia brasileira apresenta-se a concentração da *Hevea ssp.*, a qual se distribui ao longo do rio Amazonas e do Orinoco, desde a base dos Andes até o oceano Atlântico e desde, aproximadamente, o 6° norte até o 16° de latitude sul. Genericamente, a *Hevea* é conhecida como seringueira, mas são várias espécies, variedades e ecossistemas que se conformam dentro dessa classificação (*Hevea brasiliensis*, *Hevea guianensis*, *Hevea benthamiana*, *Hevea panciflora*, etc) (DOMINGUEZ, 1994).

Entre todas as espécies distingue-se a *Hevea brasiliensis* com o nome específico de seringa verdadeira, devido as suas notáveis qualidades produtivas. Encontra-se sobre as várzeas inundáveis do Amazonas e de seus principais afluentes do lado sul, especialmente nos rios Juruá, Purus e Madeira. Seu centro de dispersão mais importante é o Alto Madeira, entre os rios Acre, Beni e Mamoré, onde se concentram os seringais brasileiros e bolivianos. Foi a partir das sementes da *Hevea brasiliensis* que se obtiveram melhoramento genéticos, por meio do qual se desenvolveram plantações de seringueiras na Ásia Sul-Oriental, na África e na América Latina. Diante desses esclarecimentos, as referências para a extração do látex na Amazônia têm as seguintes denominações: o termo borracha, quando se trata da região no seu

sentido amplo (Pan-Amazônia); o termo caucho e suas derivações, quando se faz referência a Amazônia colombiana e; os termos borracha e seringa e suas derivações, quando a análise corresponde à Amazônia brasileira.

A grande demanda pela borracha da Amazônia ocorreu em dois momentos, do final do século XIX (1880) até o ano de 1912, quando alcançou, em todo o período, o seu auge de produção, e durante a segunda guerra mundial, especificamente no período 1942-45. A articulação durante a grande demanda externa fez com que os bancos e as casas exportadoras europeias e norte-americanas colocassem à disposição de seus intermediários na região, capitais suficientes para buscarem novas áreas de expansão. Entretanto, se de um lado a borracha se inscrevia no coração das máquinas da nova etapa da revolução industrial e ainda fazia parte do novo símbolo da modernidade, o automóvel, por outro, esteve associada a uma das mais brutais formas de opressão e exploração de que se tem notícias, expressa no endividamento infinito dos trabalhadores.

Como região abundante de borracha natural, a Amazônia se converteu em uma zona estratégica. Como resultado disso, foram fundados numerosos acampamentos e centros de coleta associados com a comercialização do látex, o que significou, em muitas situações, a expansão e desenvolvimento de muitas cidades, e em outros casos, o início destas, assim como permitiu a configuração de uma economia regional, a qual era muito mais dependente dos ciclos econômicos de cidades amazônicas emergentes (ROCA et. al., 2013). No entanto, apesar da economia da borracha ser propagada como um período áureo, não enriqueceu a região, concentrando o valor produzido em lugares pontuais da região, com seus maiores desdobramentos na Europa e nos Estados Unidos, sede das grandes firmas internacionais.

É importante ressaltar, corroborando com a análise de Filocreão (2007) e Dominguez (1994), que a borracha não é exclusividade da Amazônia e que a extração da mesma nas selvas tropicais da América é algo muito antigo, sendo que a descoberta dela, enquanto goma elástica, ocorreu já quando Cristovão Colombo chegou ao continente americano, na sua segunda viagem, quando observou no Haiti as bolas especiais que as populações indígenas faziam a partir do látex extraído de algumas plantas, assim como a confecção de outros objetos rituais a partir de diversos tipos de gomas. Também, no México, os europeus observaram que as populações indígenas fabricavam vários produtos de uso pessoal e de utilidade doméstica, como vasilhames, capas para proteção contra o frio, entre outros. Durante o período colonial os espanhóis e portugueses aprenderam dos indígenas sobre os usos e as diversas procedências das gomas elásticas. Chamava a atenção o fato de que o produto tinha

grande elasticidade e impermeabilidade. No entanto, foi na Amazônia que os colonizadores do continente americano descobriram que existia o melhor tipo de goma elástica, a partir da qual se deu a economia gumífera.

De objeto de curiosidade no início de seu conhecimento pelos europeus, a borracha passaria a constituir um produto de largas perspectivas no comércio internacional, cuja demanda cresceria incessantemente no século XIX e com ímpeto ainda maior nas primeiras décadas do século XX. Segundo Santos (1980), a primeira comunicação sobre a borracha, lida por Buffon em 1736 perante a academia de ciências de Paris, mencionava uma árvore que os nativos da região chamavam de Hhevé e os índios Maias de cautchuc. Quase dez anos depois, com a publicação em 1745 do relato abreviado de uma viagem feita no interior da América Meridional, comentava-se sobre a propriedade impermeável à chuva da borracha e a sua grande elasticidade. No entanto, com exceção da borracha de apagar, já comercializada em 1772, os primeiros artigos de borracha só passaram a ter curso verdadeiramente comercial em 1803, quando se instalou perto de Paris a primeira fábrica de borracha, produzindo ligaduras elásticas para suspensórios e ligas. Durante as primeiras décadas do século XIX ainda persistia alguns sérios problemas técnicos relacionados ao manuseio da borracha no que se refere à preservação das suas características físicas depois de extraída das árvores.

Os passos lentos dos pequenos artesanatos rudimentares latino-americanos, que durante séculos se fizeram nas selvas utilizando o látex fresco, até as aplicações industriais deste produto na Europa e nos Estados Unidos, exigiu que se enfrentasse os grandes problemas técnicos que levaram mais de meio século para serem resolvidos. O primeiro deles era a impossibilidade de transportar e manejar por longos períodos o látex em forma líquida, pois este se coagula muito rápido quando exposto ao ar e à luz. Esse problema foi resolvido em 1823, por Charles Mackintosh, com o emprego da nafta do carvão como solvente para superar a característica pegajosa no calor e muito dura e inflexível no frio. O segundo problema consistia nas alterações sofridas nos produtos feitos a base do látex quando se submetiam a fortes mudanças de temperaturas, com o calor a goma tornava-se não estável e pegajosa, adquirindo um forte cheiro desagradável, e com o frio intenso se endurecia tornando-se quebradiça. A solução para esse problema veio em 1939, com a descoberta pelo norte-americano Goodyear do processo de vulcanização, uma solução que pôs fim a todos os problemas de manuseio e uso dos produtos fabricados a partir do látex.

Tal fato propiciou a partir de então o surgimento de novas fábricas no continente europeu e nos Estados Unidos e a disputa intensa pelo patenteamento do invento da

vulcanização, uma vez que o inglês Thomas Hancock obteve resultados similares à Goodyear, em simultâneo, o que levou o invento a ser patenteado nos Estados Unidos e na Inglaterra no mesmo ano, em 1844, a partir do qual desencadeou-se uma pertinaz concorrência entre esses dois países, e também com a França, para a expansão da indústria da borracha e para monopolizar as fontes dessa matéria prima. Com isso, da demanda primitiva de borracha, a qual se prendia à necessidades bem definidas, relacionadas com bens de consumo, do gênero de roupas e calçados impermeáveis ou borracha de apagar, o invento iria acrescer enormemente os usos confiáveis e duráveis da borracha no campo das necessidades industriais, impelindo a indústria do setor a uma posição destacada na economia mundial.

Diante disso, a demanda da borracha se intensificou e a Amazônia sentiu os efeitos das mudanças. Santos (1980) revela que na Inglaterra a importação desse produto passou de 23 toneladas em 1830 a 68 em 1845, 209 em 1850 e 1.818 em 1855. Nos Estados Unidos, em 1850 a borracha importada já atingia 1.000 toneladas, em 1865 subiu para 3.000. Apesar de tudo a borracha não se configurava como gênero principal de produção na Amazônia ao findar da primeira metade do século XIX, o que ocorre a partir de então, com a mudança tecnológica nos transportes, por meio da introdução do navio a vapor em 1853 e a ameaça imperialista, a qual se desenrolava como resultado da revolução industrial e a luta por novos mercados e fontes de matérias primas, o que levou ao máximo de competição entre os países capitalistas, os quais finalmente se enfrentaram na primeira guerra mundial.

A navegação a vapor foi, pois, uma condicionante técnica da mais alta significação na exploração e comercialização da borracha na Amazônia, a qual criara novas oportunidades para a combalida economia da região. A firme procura externa do produto suscitara uma atmosfera propícia aos negócios regionais, com a orientação decidida de recursos para a produção gumífera. A partir de então, os capitais concentraram-se fortemente na comercialização ou na produção da borracha, a qual se tornou o principal produto extrativista da região, atraindo grande quantidade de imigrantes de diversas regiões exterior a Amazônia, sem os quais o estrangulamento da produção da borracha teria sido fatal. A forte migração para a Amazônia que a economia da borracha provocou mudou o perfil ocupacional da região. Grosso modo, a década de 1850 marca o início, na Amazônia, da inserção da borracha no capitalismo industrial.

Na Amazônia colombiana, ao final dos anos 1870 e início dos 80 já se tinha o conhecimento suficiente sobre as caucherías para promover uma busca por toda a floresta, tanto de caucho negro como de qualquer outro látex. A intensificação na busca pelo caucho e

outros produtos da economia extrativista promoveu uma onda de movimentos migratórios para a região nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, assim como a incorporação da região amazônica ao território nacional e ao sistema econômico internacional. A penetração de empresas e de indivíduos dedicados às atividades extrativistas deu lugar ao surgimento de uma fronteira móvel, caracterizada pelo avanço da penetração dos novos agentes, o aniquilamento progressivo dos nativos e/ou o deslocamento da maioria dos grupos indígenas sobreviventes na tentativa por escapar da sua extinção total.

Antes do período da exploração do caucho na Amazônia colombiana, o qual teve seu primeiro auge somente a partir de 1883, o principal produto até então explorado na região era a quina. A quina entrou no mercado mundial desde que os químicos conseguiram em 1820 isolar o alcaloide que denominaram quinina, o qual se tornou o remédio perfeito contra a malária. A malária tornou-se responsável por assolar grande parte da Europa e Estados Unidos até finais do século XIX, fato que provocou uma demanda muito grande por quina. Os europeus, em decorrência das mudanças climáticas e alimentação, ficaram muito vulneráveis a malária, assim como também as populações nativas da América, que submetidas a intensos trabalhos e má alimentação, eram atacadas massivamente pela doença. Por conta disso, a obtenção de grandes quantidades de quina se converteu em assunto muito importante para os países coloniais, os quais iniciaram uma campanha para obtê-la mais barata e nas quantidades requeridas. É a partir dessa grande demanda, em 1850, que a extração de quina se desloca de lugares tradicionais da Colômbia (Cudinamarca, Tolima e Cauca) para a Amazônia, especialmente para o departamento de Caquetá.

Com o auge da exploração da quina se organizaram várias empresas em torno da extração desse recurso na Amazônia colombiana, assim como se incentivou processos de ondas migratórias de camponeses empobrecidos e aventureiros na busca por fortunas. Com o apogeu da extração da quina foram reativados muitos dos caminhos que comunicavam de maneira ancestral os Andes à Amazônia, como também a abertura de novos caminhos, os quais posteriormente foram utilizados pelos caucheros. Ainda, os imperativos do capital mercantil impulsionaram a navegação a vapor pelos rios amazônicos e a criação de novos centros povoados. Esta ocupação da fronteira amazônica se expressou também nas políticas agrárias, quando as classes dirigentes passaram a promulgar leis para regular as ocupações, o que lhes interessava por facilitar a expansão da fronteira agrícola (RUIZ, 2012).

A busca pela quina impulsionou a intensa navegação a vapor pelo rio Putumayo, o qual se tornou a rota mais vantajosa para a saída dos produtos extrativistas da região. É

importante ressaltar que esse rio foi utilizado para navegação nos primeiros momentos da chegada dos colonizadores para adentrarem na Amazônia colombiana, em que se data que no transcurso dos séculos XVII, XVIII e começo do século XIX, ocorrera a penetração de expedicionários, traficantes de escravos, comerciantes, aventureiros e buscadores de fortuna, que em uma ou outra direção navegavam por esse rio ou pelo rio Caquetá (DOMINGUEZ; GÓMES, 1990). Os trabalhos de extração, transporte e comercialização das quinas proporcionou a entrada de um grande número de pessoas na região de Putumayo e Caquetá, as quais foram se distribuindo ao longo dos rios.

A quina primeiro e logo depois o caucho, configuraram-se nos primeiros lugares como produtos com maiores rentabilidades na Amazônia colombiana entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX, assim como os maiores dinamizadores da região nesse período. A quina foi a chave para as investidas expansionistas europeias na África como remédio para combater a malária, fazendo parte da faceta colonizadora e militar da expansão territorial das nações. Por sua vez, o caucho esteve associado ao desenvolvimento industrial da Europa ocidental e dos Estados Unidos. A globalização do capitalismo alcançou a Amazônia colombiana com a exportação de ambos produtos, porém tanto um como o outro sofreram as oscilações dos ciclos de bonança e queda da maioria dos produtos tropicais (NIETO; GERMÁN, 2007). A crise da quina aconteceu em 1883 e provocou a quebra de empresas comerciais e o decaimento de suas zonas de exploração, passando as atividades econômicas a se concentrarem no auge cauchero.

No que se refere à Amazônia brasileira, o produto que antecedeu a exploração da borracha no primeiro boom, em termos de melhor valorização econômica, foi o cacau. Segundo Santos (1980), a Amazônia foi palco do chamado ciclo agrícola que ocorreu no século XVIII, em que se produzia cacau, café, algodão, cana de açúcar, entre outros produtos. No entanto, durante os bons anos desse ciclo, a Amazônia apresentava uma economia praticamente sem contato com os mercados de então. Cenário esse que muda quando o cacau amazônico se tornou um produto expressivo em termos de peso, desenvolvendo um momento de regularidade do transporte marítimo nos rios da região, a qual agora tinha o cacau como principal produto, ainda no século XVIII. A maior produção localizava-se no estado do Grão-Pará.

Em decorrência da produção do cacau, a Amazônia brasileira adentra o século XIX sob um caráter de expansividade, não tendo a extração da borracha ainda assumido as proporções dinamizadoras no início desse século. A economia da região ingressa o século de

maneira muito relacionada com o exterior, porém, não mostrava sinais de solidez interna. A atividade pesqueira para consumo doméstico, a pecuária e umas poucas culturas agrícolas em maior parte, afora uma reduzida atividade industrial, eram tudo o que se apresentava de mais estável, tendo no cacau o maior produto até meados do século XIX. Em 1838, a participação da borracha no valor das exportações da Amazônia se limitava somente a 16,6%, dez anos depois não ultrapassava mais que 24%, com bastantes oscilações até por volta de 1852, quando alcança a posição de maior produto da região (SANTOS, 1980).

O período do início da extração do caucho na Amazônia colombiana coincide com período em que a Colômbia está passando por profundo significado para a vida nacional, em que o país acabara de alcançar a sua independência e vivia extensos e intensos movimentos de colonização interna. Era também o período (segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX) no qual a economia colombiana se articulava ao sistema econômico internacional, sob relações qualitativamente novas e diferentes das quais haviam predominado nos períodos anteriores, em que as novas relações estiveram marcadas, entre outros aspectos, pela substituição da economia metalífera colonial pela crescente comercialização exportadora de produtos agrícolas e matérias primas, estimulados pelo bom preço no exterior. Esse fato resultava na vinculação de novas áreas produtivas à economia e, por consequência, na expansão da fronteira econômica, o que, por sua vez, impulsionava a colonização de terras para além das áreas andinas, particularmente para as planícies orientais e para as “selvas” amazônicas (DOMINGUEZ; GÓMEZ, 1990).

Se durante a colônia as relações andino-amazônicas estavam marcadas pela ideologia mercantilista que priorizava a extração de metais preciosos, como o ouro e a prata, para enviar a Europa, na época republicana, iniciava-se um novo modelo de inserção da economia colombiana na economia mundial, a qual se configurava pela ideologia do livre comércio do século XIX. Enquanto na região andina se fortaleceu um modelo fazendário e agroexportador, centrado principalmente na produção agrícola de produtos como o tabaco, o cacau, a banana e o café, na região amazônica se abria a passagem para uma economia extrativista orientada para a coleta e exportação de produtos florestais, como a zarzaparrilla (*Smilax aspera*), a quina (*Cinchona pubescens*) e o caucho (*Castilla ulei*) (RUIZ, 2012).

Para Dominguez (1994), as estruturas que estavam se desenvolvendo na Amazônia com as transformações que, simultaneamente, ocorriam no território estatal como um todo, eram uma extensão tardia do espaço social que estava se produzindo no resto do país, ao se transformar o Estado e a nação, o que acontecia de acordo com os interesses econômicos,

sociais e políticos que estavam em jogo. Para esse autor, a criação de novos espaços na região amazônica se dava como ampliações da geografia social predominante na nação, como formação econômico-social, mas adquirindo formas diferenciadas de acordo com as condições específicas do lugar de onde surgiram e do momento histórico em que estavam se desenvolvendo.

Foi dentro do contexto de intensiva e grande demanda internacional, associada aos favoráveis preços do caucho, que foram estimuladas as buscas e extração desse produto na Amazônia colombiana, especialmente no alto dos rios Caquetá-Putumayo, áreas em que ocorreu primeiramente a extração da quina, mudando significativamente a situação da região (ROCA, 2013). A crescente demanda internacional, primeiramente, pelas quinas silvestres e, posteriormente, pelo caucho natural permitiu o descenso das cordilheiras até a Amazônia e à bacia do rio Orinoco. A febre do caucho se tornou o fator de atração para um grande número de indivíduos que por conta própria e/ou “seduzidos” por empresários e aviadores migraram para os territórios do alto Caquetá e Putumayo, na esperança de fazerem fortunas. Estes migrantes seriam mais tarde os responsáveis, de maneira direta ou indireta, pelo aparecimento de povoados mais estáveis, dando origem a muitas cidades pela Amazônia.

Os principais povoados que surgiram durante as buscas de caucho localizavam-se em Puerto Asís e Puerto Leguízamo, em Putumayo; Florencia, San Vicente del Caguán e Belén de los Andaquies, em Caquetá; San José del Gaviare e Calamar, em Guaviare e Mitú, em Vaupés. Nesses núcleos populacionais estavam situadas as casas comerciais e de aviamento, as quais funcionavam como espaços para as transações comerciais e o abastecimento de produtos agrícolas para os caucheros e trabalhadores que se internavam na floresta em busca dos produtos florestais. Enquanto o preço do caucho continuava subindo no mercado internacional, continuava a busca incessante por esse produto, com o deslocamento para novas áreas de extração. Em muitos casos a busca pelo caucho era combinada com a de outros produtos, como a zarzaparrilla, andiroba, peles ou qualquer outro produto com mercado certo.

O caucho se tornara a abertura para que se ampliasse o território nacional para a Amazônia colombiana. Foi durante esse período (1910-20) que foram criados os comissariados especiais de Vaupés, Caquetá e Putumayo, sobre os quais se assentaram as bases jurídico-políticas que permitiram impor uma crescente estruturação do Estado na Amazônia. A partir dessas transformações político-administrativas o processo de urbanização sofreu mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas, e os centros povoados, ao se

relacionarem cada vez mais com o interior do país, converteram-se em núcleos econômicos e de serviços para uma população cada vez mais vinculada com o mercado e instituições nacionais. Durante o auge das caucherías as verdadeiras capitais da Amazônia colombiana foram Manaus e Iquitos, nas quais estavam situados os centros de mercado para o caucho e os armazéns onde se obtinham a maior parte dos produtos de consumo para os caucheros (DOMINGUEZ, 1994).

Na Amazônia brasileira, o auge do primeiro boom da borracha ocorreu no período de 1870 a 1913. O início da exploração do látex se deu nas concentrações de seringueiras nos baixos cursos e nas ilhas do estuário amazônico (1825-50). Com a descoberta de concentrações muito mais produtivas do que aquelas, ocorreu o deslocamento do centro geográfico da produção para os altos cursos dos rios Tapajós e Xingu e, sobretudo, para a parte ocidental da Amazônia, nos altos cursos dos rios Purus e Juruá (1850-70) (GONÇALVES, 2001).

Nesse período, com a pressão do mercado internacional ocorre, a partir de 1872, a abertura do rio Amazonas às nações estrangeiras, quando Belém passa a ser ligada até o porto de Liverpool, na Inglaterra. Em decorrência disso, a cidade de Belém torna-se o centro comercial privilegiado neste período, a qual passa por um processo de renovação urbana, com o aparecimento de muitas infraestruturas. No final do século XIX é a vez da cidade de Manaus ganhar maior importância política e econômica, quando passa ser a referência entre as áreas produtoras da parte ocidental da Amazônia brasileira com a Europa, recebendo aquela, também, melhorias na infraestrutura urbana. A Amazônia presencia dinâmicas que vão interligando a região com o resto do país. São novos tempos que vão promovendo novas configurações econômicas, sociais e políticas na região.

Durante o período da economia da borracha, a Amazônia brasileira foi palco de atração de um grande contingente populacional. Da pequena população estimada em 137 mil habitantes em 1820, passa a 323 mil em 1870, 476.370 em 1890, 695.112 em 1900 e chega em 1.217.024 em 1910 (SANTOS, 1980). A extração da borracha exigia grande quantidade de mão de obra, e o governo, assim como outros intermediários, passaram a arremeter pessoas, especialmente do nordeste brasileiro para os trabalhos extrativistas. O braço externo de sustentação da atividade de exploração da borracha, assim como também a agrícola, foi, por excelência, a nordestina, a qual, muitas vezes assumiu papel pioneiro no desbravamento da Amazônia brasileira.

A economia da borracha em toda a Amazônia era sustentada por meio de relações de endividamento e escravização da mão de obra, por meio das concessões de “créditos” em um processo chamado de aviamento. Com isso, o trabalhador ficava obrigado a devolver para a casa comercial (aviadora) ou para o seu patrão imediato horas de trabalho, dinheiro, serviços e quantidades de látex por mercadorias, ferramentas e favores recebidos antes de adentrar para a coleta nos seringais. Por muitos trabalhadores não possuírem o conhecimento de cálculo e de leitura eram enganados por anotações de seus patrões que nunca permitiam que as dívidas chegassem a zero. Por conta disso, os trabalhadores ficavam “presos” (escravidão por dívidas) às áreas de coleta e perdiam sua liberdade de mobilização.

Era uma operação de exploração em cadeia, em que o mais explorado era o coletor, o extrativista. Os patrões tinham dívidas com as casas de aviamento das grandes cidades, que podiam ameaçá-los com embargo às suas propriedades ou suspender os créditos financeiros caso não fosse fornecida a quantidade determinada de borracha. Por sua vez, as casas comerciais estavam endividadas com as grandes firmas importadoras que faziam exigências semelhantes. Dentro dessa cadeia, as casas comerciais monopolizavam a atividade de extração da borracha e ocupavam o território amazônico sem considerar as fronteiras político-administrativas de então.

De maneira geral, a Amazônia, no seu primeiro boom da produção de látex, manteve-se firme como fornecedora de borracha natural para as indústrias da Europa e dos Estados Unidos durante a segunda metade do século XIX e até por volta da primeira década do século XX (1912), quando a grande produção da região é superada pela produção das plantações asiáticas dos ingleses e holandeses. A entrada da produção asiática de borracha veio colocar o complexo produtivo da Amazônia numa crise profunda, quando a região viu decrescer sua população total entre 1920 e 1940. Era o momento de queda a que está sujeita toda a economia extrativista, a qual passou por um rápido processo de mercantilização enquanto interesse econômico das grandes potências. Era o desfecho de um capítulo da história da região em que os lucros gerados sem precedentes locais deixavam na região apenas as mazelas de tragédia e desumanidade.

Ainda que a demanda da borracha continuasse aumentando com o início da primeira guerra mundial nada pode deter a queda dos preços desse produto amazônico ante a avalanche da produção asiática. A produção total decaiu em termos absolutos notáveis a partir de 1920. O colapso da produção da borracha foi um choque para os habitantes da região, quando se desmoronou toda a estrutura econômica de então e desapareceram o otimismo e a ostentação

dos anos de prosperidade. Do lado colombiano, os primeiros efeitos da queda do preço mundial do caucho provocaram o desestímulo de muitos caucheros e muitas tensões na região. As tensões na região, especialmente as fronteiriças, obrigaram o governo a enviar contingente de tropas que construíram quartéis e estimularam o comércio local. Do lado brasileiro, em semelhança, a maioria das casas comerciais de Belém e Manaus arruinaram-se com o colapso e uma série de desastres econômicos atingiu os comerciantes rurais e seus seringueiros, os quais tiveram permissão para abandonar as plantações de borracha.

Com a crise do primeiro boom da borracha e seus efeitos generalizados, a qual perdurou até o ano de 1942, a Amazônia entra em estado de estagnação econômica e perde grande parte do seu contingente populacional. A região entra em uma época de isolamento, de lenta desagregação e de miséria crescente. Durante esse período, a região vive pequenos intervalos de desafogo em que a sua economia se apoia na busca por um ou outro produto florestal que tenha melhor saída no mercado, ou ainda na prática de atividades agrícolas, o que desencadeou uma diversificação produtiva, tanto agrícola como extrativista. A combinação de frutos, essências para perfumes, plantas aromáticas, medicinais, madeiras, a pesca, a agricultura, entre outros, conformava a paisagem da Amazônia depois do auge da borracha. Os caminhos deixados pela busca da borracha serviam agora para a busca de novos produtos. Na Amazônia brasileira destacava-se a coleta da castanha do Pará, a qual permitiu à área recuperar-se da crise e evitar o maior êxodo da mão de obra (VELHO, 1972; WAGLEY, 1988).

Adiante, o período da segunda guerra mundial (1939-45) provoca na região amazônica um novo surto pela busca da borracha. Quando as plantações de borracha do Oriente caíram nas mãos dos japoneses, os aliados voltaram-se desesperadamente para a região amazônica em busca de borracha natural e enormes somas de dinheiro e esforços consideráveis desencadearam uma campanha pelo aumento da produção da borracha. Foi em torno dessa grande demanda que se formou a maior onda migratória para a Amazônia até então. Apesar de não alcançar a produção do primeiro momento, a nova demanda provocou efeitos dinamizadores muito maiores na região. Inaugurava-se uma nova era na Amazônia em decorrência de uma reposta rápida de borracha para alimentar as indústrias norte-americanas e europeias, as quais estavam com baixa oferta desse produto.

Com o avançar da guerra os japoneses conquistaram as colônias europeias e norte-americanas da Ásia Sul-oriental, as quais eram muito ricas em recursos estratégicos, especialmente com a grande produção de borracha na Indochina, Malásia, Birmânia, Ceilão,

Java, Sumatra, Filipinas e Borneo. Essas colônias concentravam 90% de produção mundial no ano de 1937. Os Estados Unidos foram os principais afetados pelos avanços nipônicos sobre as colônias de grande produção de borracha, uma vez que eram responsáveis pelo consumo de 49% dessa matéria prima, com uma importação de 539 toneladas de borracha naquele ano (DOMINGUEZ, 1994). Diante desse cenário, a borracha tornou-se o problema mais urgente e crítico ao ameaçar os esforços de guerra dos aliados e o parque industrial norte-americano, que, ao não contar com a borracha produzida na Ásia Sul-oriental e, ante o desenvolvimento ainda incipiente de borracha sintética, tomaram medidas fortes para economizar o máximo do consumo desse produto e para desenvolver novas fontes de produção.

Dentre as principais medidas tomadas para resolver a oferta de borracha se destacavam a construção de um grande complexo industrial fabricante de borracha sintética, situado na cidade de Akron; o cultivo intensivo de borracha no sudeste dos Estados Unidos; o aproveitamento em grande escala da borracha natural da América Latina e promoção de seu cultivo nas regiões mais propícias do continente. Foi nesse contexto que o departamento de agricultura dos Estados Unidos, por meio da Companhia de Desenvolvimento da Borracha, organizou comissões para expandir a produção de borracha na Amazônia. Os esforços dispensados tinham por finalidade melhorar os meios de comunicação e transporte, facilitando a importação de materiais necessários à extração da borracha, com a concessão de créditos aos produtores, bem como a outros empreendimentos destinados a aumentar a produção dessa matéria prima.

Com uma grande quantidade demandada de borracha de maneira muito rápida, logo a Amazônia se tornou também uma região de grande demanda de mão de obra, numa verdadeira “batalha” para explorar esse produto, fato que novamente intensificou e aumentou a população da região. No contexto da Amazônia brasileira, de acordo com Lobato (2013), entre 1941 e 1945 deslocaram-se 55.339 nordestinos para essa região, dos quais 36.280 eram “soltados da borracha” e 19.059 eram dependentes. No entanto, vale ressaltar, segundo o próprio autor, que esse grande número de deslocados estavam envolvidos de outras situações também, que fizeram somar-se com a demanda da borracha, era o contexto de empreitada do governo brasileiro para solucionar problemas de ocupação e colonização do interior, na tentativa de inverter o movimento dos sertões para o litoral, ao que se somou, também, a temporada de seca no nordeste brasileiro, engrossando a mão de obra para a região (WAGLEY, 1988).

Mesmo com todos os esforços por aumentar a produção de borracha na Amazônia, a quantidade produzida alcançou apenas a metade do que se alcançara no primeiro boom. No entanto, os efeitos desse segundo momento na transformação territorial da Amazônia foram numerosos devido, especialmente, aos aeroportos que foram construídos para o transporte da borracha até os centros industriais, em decorrência da rápida necessidade para que esse produto chegasse às indústrias. A partir das construções dos aeroportos conformaram-se, logo, núcleos administrativos e populacionais, expandindo a presença dos governos para a região. Assim, os aeroportos serviram para aproximar cada região amazônica a sua respectiva administração estatal, permitindo ainda, entre outros, os serviços de comércio e saúde, com maior dinamização socioeconômica da região. Para o caso colombiano, a formação de núcleos administrativos expandira a soberania presencial para as fronteiras da Amazônia, que até então eram somente jurídicas.

Na maioria dos casos, os aeroportos foram construídos ao lado dos núcleos de população preexistentes desde as primeiras décadas do século XIX, o que provocou a reanimação da vida econômica desses núcleos e, também, retirando-os da ruína produzida pelo até então total isolamento. Em outros casos, os aeroportos foram construídos em lugares estratégicos novos, o que possibilitou maior dinâmica da estrutura urbana e administrativa dos Estados por vários extremos dos territórios da região amazônica. Muitos dos povoados-aeroportos foram convertidos em enclaves administrativos permanentes, os quais permanecem até hoje exercendo o papel geográfico-político fundamental de guardiãs de fronteira.

Apesar da grande necessidade de borracha por parte dos aliados durante a segunda guerra mundial, a sua exploração na Amazônia, assim como em toda a América Latina, só teve efeito marginal para suprir as demandas durante o conflito. Pois a produção da borracha sintética cobria de forma cada vez mais eficiente o que faltava no início da guerra. Já no ano de 1943 a borracha sintética alcançara o predomínio sobre a natural. Em 1944, 65% da borracha consumida era sintética, chegando a porcentagem de 76,7% em 1945 (DOMINGUEZ, 1994).

A borracha, pós 1945, perdeu a liderança das atividades econômicas na Amazônia, pois deixou de ser atividade de rentabilidade vantajosa (CARDOSO, 1978). Chega ao fim na Amazônia a economia baseada principalmente na exploração da borracha, sendo o seu segundo momento de forte exploração muito mais curto do que o primeiro. No entanto, diferentemente do primeiro, a dinâmica da Amazônia encontra-se mais articulada e interligada

com os centros comerciais, o que possibilitou o direcionamento dos esforços, infraestruturas e recursos para a exploração de outros recursos.

1.4 A AMAZÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

Após o ano de 1945 o panorama da Amazônia caracteriza-se pela diversificação na exploração de outras atividades mercantis. Com isso, os acréscimos populacionais ocorridos anos anteriores na região vão se desvinculando da extração do látex, ligando-se a outros produtos demandados pelo mercado mundial, nacionais ou regionais, como os minérios, a pecuária, o petróleo, a castanha, a agricultura, entre outros. A partir de então surgem novas culturas comerciais e a formação de grandes empreendimentos, especialmente minerais e pecuários. As novas atividades que começam a ganhar mais destaque pós 1945 já estavam presentes na região, mas em menor intensidade e quantidade, a partir dos anos 1920-30, quando as frentes agropecuárias, minerais e madeireiras penetravam os enormes vãos das organizações extrativistas de látex. A região passa a adquirir crescente importância geopolítica e geoeconômica por conta dos seus recursos e potencial econômico, vista agora como estratégica para os países amazônicos.

A Pan-Amazônia a partir de meados do século XX e avançando nos primeiros anos do XXI se torna palco da implantação e operação dos megaprojetos para explorar o potencial econômico que a região tem em seus solos, florestas e águas. Ocorre uma espécie de redescoberta da grande região, na qual os países amazônicos se encorajam no delineamento de planos para a valorização dessa região e na posta em marcha de grandes projetos de interconexão transfronteiriça no âmbito rodoviário, hidroviário e energético, o que vai permitir intenso acesso a varias partes do interior do espaço amazônico para a exploração dos seus recursos. Agora ocorre uma diversidade de recursos explorados ao mesmo tempo por grandes empresas mineradoras, de petróleo e gás, madeireiras e agropecuárias, sobressaindo em alguns períodos a exploração de certos recursos em relação a outros, sendo também pontuais algumas explorações devido a ocorrência apenas em algumas partes. O marco desse novo momento por qual passa a região é a abertura de estradas, as quais se tornam importantes e fundamentais como rotas de acesso aos recursos estratégicos e permitem a dinamização das relações comerciais intrarregionais e extracontinentais (ligação intraoceânica) (NUNES, 2018).

A região Amazônica recebe a atenção e as investidas frenéticas mundialmente por commodities e fontes de energia, o que gerou uma rápida expansão no uso de terras agrícolas para a produção de grãos e biocombustíveis, na construção de grandes barragens e nas atividades de mineração em todo o espaço amazônico, transformando-o em uma nova fronteira global impulsionada pela construção dos megaprojetos de infraestrutura⁴⁰ e extrativistas, os quais operam com capitais públicos, principalmente no caso dos primeiros, e capitais privados, característica dos segundos. Os megaprojetos aceleram sua expansão na Amazônia por meio dos acordos bilaterais entre os países e no âmbito dos tratados e acordos de livre comércio, os quais se dão por meio do controle dos processos concessionários e contratuais. Assim, os megaprojetos, especialmente os extrativistas, tornam-se parte das políticas de exportação e comércio dos países amazônicos e representam uma fonte de renda cada vez mais importante para os Estados. A região passou a ser palco de exploração de grandes empresas multinacionais, as quais além de marcar a intensiva retirada dos recursos são as principais responsáveis pelos impactos socioambientais na escala geográfica da Pan-Amazônia (LITTLE, 2013).

Os grandes capitais privados, tanto nacionais quanto internacionais, vão ditando a exploração de minérios e da terra, abrindo os espaços para uma nova forma de dinâmica de ocupação e exploração dos recursos da Amazônia. E foi a partir da segunda metade do século XX que a região recebeu mais ondas de migrações, principalmente por meio dos projetos de colonização agrícola que os Estados nacionais promoveram nesse período. Na Amazônia colombiana, a maior parte desses projetos concentrou-se nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Guaviare. Por sua vez, os estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia foram os que receberam a maior concentração dos projetos de colonização promovidos em grande medida pelo governo brasileiro. Do lado colombiano, o Instituto Colombiano de Reforma Agrária – INCORA era o responsável pela colonização da Amazônia, enquanto do lado brasileiro essa responsabilidade recaía sobre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, atual INCRA.

As colonizações impulsionadas pelos Estados contemplavam a titulação de terras, infraestruturas de vias, serviços de saúde e educacionais. Era a incorporação de novas áreas para a produção, o que implicava no desenvolvimento de projetos agropecuários, os quais se dispersavam pela região sem os conhecimentos sistemáticos sobre a floresta e sua ecologia. O

⁴⁰ Nos setores de transporte e de energia elétrica estão concentrados os megaprojetos de infraestrutura. Sendo a construção das estradas o principal investimento que facilita o adentrar no interior da floresta amazônica para a exploração dos recursos e, por consequência, a destruição da mesma.

interesse dos Estados sobre a região coincidia com os interesses dos setores internacionais e nacionais. A Amazônia se torna palco da modernização agrária, em que os Estados em associação com os grandes projetos agroindustriais, minerais e pecuários, no processo de acumulação de capital, concentração de terras e a busca de inserção na economia mundial, iniciam agressivos programas agrários na região, os quais geram fortes conflitos com as populações rurais locais, obrigando-as a abandonar suas terras e empreender processos de migração. As estradas e vias terrestres vão se conformando como rotas imprescindíveis desse novo momento de devassamento da região, somando-se às rotas fluviais. São as estradas que vão dando novo tom na distribuição ocupacional da região, as quais vão sendo abertas conforme as rotas de exploração dos recursos e segundo os critérios geopolíticos de povoamento.

É o momento em que a Amazônia vai vivenciar o espetacular crescimento da sua população e dos programas de desenvolvimento intensivo de inspiração por parte dos Estados e internacionalmente. Do uso intensivo dos rios, os quais serviram de caminhos, quase que exclusivos, para a saída dos recursos explorados da região até meados do século XX, assim como ditava o padrão de organização ao longo de suas margens, passa-se ao maior uso das vias terrestres em decorrência do foco agora direcionado para a exploração do subsolo da região, na busca de matérias primas como ferro, cobre, bauxita, petróleo entre outros. Esta nova fase de explorações provoca maior dinamização de ocupação da Amazônia, uma vez que configura-se pela demanda de uma complexa e pesada infraestrutura de transportes, comunicações e energia e que se articula de modo mais intenso com a divisão nacional/internacional do trabalho.

No contexto brasileiro, desde a segunda guerra mundial, por razões geopolíticas, o governo federal passou a direcionar uma série de políticas e programas, com ações mais intensivas na região, o que se consumou por meio da implantação de redes de infraestruturas viária, energética e de telecomunicações. Até o ano de 1970 a estratégia do governo se concentrava basicamente por atrair mão de obra para a construção das grandes obras de infraestruturas, como as grandes vias de acesso terrestre, com projetos de colonização ao longo das estradas, como as agrovilas (GONÇALVES, 2001). As estradas se configuram como os grandes eixos de organização social do espaço amazônico, principalmente no governo dos militares, os quais se empenhavam na construção do “Brasil-Grande”, líder da América Latina, incorporando mais intensivamente a região ao contexto nacional. Nesse período são inaugurados os maiores e principais eixos rodoviários na Amazônia, os quais vão

promover a ligação rodoviária dessa região com o Centro-Sul do país: a Belém-Brasília, a Brasília-Cuiabá-Santarém; a Brasília-Porto velho-Rio branco, e uma grande estrada transversal, a Transamazônica.

Com a adoção de um modelo desenvolvimentista, a partir da segunda metade do século XX, baseado na substituição de importações e ampliação do mercado interno, a ação direta do governo brasileiro torna-se mais presente na Amazônia com a criação de infraestruturas integradoras dessa região ao espaço nacional. A intervenção do governo federal vai ocorrer com os incentivos para a pecuária e para grandes projetos agroindustriais, minerais e de hidrelétricas, deslocando grandes fluxos migratórios para a região. O investimento do governo brasileiro com grandes somas em projetos de desenvolvimento da Amazônia ocorre com mais efeito a partir dos anos 1970, principalmente com a abertura de grandes vias de acesso, as quais possibilitam o maior deslocamento na região, assim como o acesso às áreas antes inacessíveis, assim como após as pesquisas de levantamento efetuadas pelo projeto Radam-Brasil, cujos resultados atraíram grandes capitais interessados em explorar o subsolo.

Os programas e políticas do governo brasileiro para o desenvolvimento da Amazônia promoveram o povoamento ao longo das estradas que retalharam as principais áreas da floresta virgem, o que se deu pela estratégia da colonização agrícola e do Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA) (MEGGERS, 1987). As empresas do sul do país começaram a se fazer mais presentes na região com os fomentos à exploração dos recursos naturais. Assim, a segunda metade do século XX maracá a captura, que parece definitiva, do espaço regional amazônico pelo centro-sul do país, num contexto permeado pelo processo de mundialização em curso, com a implementação de projetos de integração da Amazônia (GONÇALVES, 2001).

Várias foram as estratégias para essa integração e desenvolvimento da região amazônica, especialmente no período dos governos militares, que além das aberturas dos grandes eixos rodoviários, vieram somar a criação da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, em 1953, a qual mais tarde se transformou na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; o Plano de Integração Nacional – PIN, o qual se fazia sobre o lema de “integrar para não entregar” a Amazônia; e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, em que a tônica eram os polos de desenvolvimento agropecuários e minerais. É por meio deste último que é estabelecido no ano de 1974 o POLAMAZÔNIA, o qual tinha a finalidade de promover o aproveitamento da

potencialidade agropecuária, agroindustrial e florestal em áreas prioritárias da Amazônia, e a partir dessas áreas seria irradiado o desenvolvimento para toda a região, o que se consumou por meio da implantação de grandes projetos minerais, a exemplo da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e o projeto ferro Carajás (TAVARES, 2011).

Toda essa aceleração de desenvolvimento e exploração do espaço amazônico brasileiro com a ação direta do governo federal na região vai tomar outro rumo a partir do final da década de 1980. A partir dessa década o governo passou a reduzir os incentivos para os grandes projetos na região, especialmente para os projetos da agropecuária, reduzindo os investimentos públicos para a expansão da infraestrutura. Nesse momento, está em intensiva atividade a exploração madeireira na região, ocasionando o aumento do desmatamento por conta da forma predatória de extração. Situação que vai mudar a partir de meados de 1990, quando se passa a exigir que os recursos florestais no Brasil fossem aproveitados por meio do manejo florestal. Até o final da década de 1990 predominou a forma intensiva e predatória dos recursos da região amazônica, com o aval e apoio diretamente do Estado por meio dos grandes subsídios financeiros, o que provocou na região a construção de grandes infraestruturas e maior povoamento da região, por um lado, e a devastação ambiental e conflitos sociais, por outro.

De maneira geral, a segunda metade do século XX é marcada pela exploração de recursos minerais em grande escala na Amazônia brasileira o que foi responsável pela construção de grandes infraestruturas, pelo intenso fluxo migratório para a região e pelo inchamento dos núcleos urbanos antigos e surgimento de novos. Os incentivos fiscais do governo às grandes empresas, que eram intensos nas décadas de 1960-80, são reduzidos bruscamente na década de 1990, e a expansão das frentes de ocupação e exploração da região passa a ser comandada por madeireiros, pecuaristas e sojeiros já instalados na região e que a promovem com recursos próprios, sendo essa expansão comandada por atores globais na entrada do século XXI. A Amazônia brasileira é uma região agora com estrutura produtiva própria e com múltiplos projetos de diferentes atores, e não mais uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais (BECKER, 2007).

A Amazônia brasileira adentra o século XXI em um contexto em que o padrão de organização espacial hegemônico pelo grande capital monopolista, em mãos dadas com os gestores estatais, não mais consegue se sustentar, uma vez que a sociedade brasileira e sua geografia estavam em crise. Esse contexto de crise, o qual teve início na década de 1980, associado a pressão internacional, a qual já indicava o sinal para redução dos fortes

investimentos do governo na região, levou a uma reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento que se vinha tentando implantar na região. A valorização da vida, a descoberta de novos materiais e procedimentos tecnológicos, menos consumidores de energia e matéria prima, e a consciência ecológica ensejaram novas perspectivas para o desenvolvimento e exploração da região, o que, a partir de então, tem orientado as novas dinâmicas de ocupação e usufruto dos recursos naturais. Na Amazônia do século XXI os rios e as rodovias ainda permanecem como padrões de organização espacial na região, embora de forma contraditória, e os lugares possuem tempo diferenciados e, portanto, organizações espaciais diversas.

Quanto à Amazônia colombiana, a partir de meados do século XX esta sofrerá a intensidade de ocupação com os deslocamentos provocados no campo das outras regiões da Colômbia desde os anos de 1940 decorrentes do conflito interno, da violência bipartidarista. A região entra em um novo momento da sua história para servir de palco e responder não só as demandas internas por terra aos camponeses deslocados do interior do país, principalmente da região sul andina, como também para atender as demandas internacionais, por meio de grandes empresas, nas investidas por explorar os recursos deste espaço (o petróleo, o gás, o minério, madeiras, o potencial energético, a exploração pecuária). Acrescente-se a este novo momento outro fato que desencadeará por si só outra dinâmica de ocupação, os cultivos ilícitos⁴¹. A partir dos anos 1980 estabeleceram-se, alcançando toda a Amazônia colombiana, extensos cultivos ilícitos. Embora em menor medida em algumas partes da região (RAIS, 2015), pode-se dizer que os cultivos ilícitos se caracterizam como a atividade que proporcionou a maior dispersão populacional na Amazônia.

Segundo Rodríguez (2014), a partir da segunda metade do século XX e como consequência de fenômenos políticos, econômicos e sociais de ordem nacional, na Amazônia foi onde mais se evidenciaram os complexos processos de colonização na Colômbia. A violência liberal-conservadora que afetou o país desde os anos 1940 fez com que a região se tornara refúgio para milhares de camponeses das regiões de cordilheiras e dos vales interandinos. O conflito agrário gerado a partir da modernização do campo obrigou a expansão dos processos de ocupação da Amazônia, o que provocou mudanças na paisagem. As terras que durante muito tempo foram tidas e vistas sem valor e desprovidas de algum interesse econômico passaram a experimentar, com a onda migratória vinda dos Andes, uma transformação definitiva. Buscava-se a incorporação do espaço amazônico à economia

⁴¹ Fazem parte destes tipos de cultivos a papoula (base para a produção de heroína), a maconha e, principalmente e de maior destaque, a coca (BORGES, 2006).

nacional como mecanismo para solucionar os problemas de propriedade da terra no interior do país.

A série de pressões e condições pela qual passa a região Andina (pressão sobre a terra e distribuição desigual da mesma, conflitos sociais, perseguição política e o desemprego rural), a persistência dos conflitos armados e as demandas dos camponeses deslocados para a Amazônia durante os anos de 1950, a nível nacional, somados aos temores de insurgência da agitação camponesa em decorrência da revolução cubana de 1959 e da expansão das ideias socialistas, a nível externo, fez com que o governo no início dos anos de 1960, em consonância com as políticas estadunidenses de ajuda à América Latina, na conhecida aliança para o progresso, promulgasse a lei 135 de 1961, a chamada lei de reforma agrária. Para Reyes Posada (1987), a estratégia da reforma agrária na Colômbia não se dirigiu tanto para o aumento da produção de alimentos quanto para acalmar as tensões sociais dos vários anos de violência política e social. A lei também deu origem à criação do Instituto Colombiano de Reforma Agrária-INCORA⁴², o qual seria o responsável pela reforma e os processos de colonização da Amazônia. Além do mais, a lei previa a dotação de serviços sociais básicos para atender os projetos de colonização (GALVIS e SOCHA, 2016).

Com a lei de reforma agrária a Amazônia será a principal região do país a receber e ser palco de projetos de colonização dirigida pelo governo entre os anos 1960-70, os quais tinham na Caja Agraria⁴³ o apoio creditício e estavam sob organização e administração do INCORA (MONTAÑA, 2018). Durante esses anos chegam ao espaço amazônico colombiano grande fluxo de migrantes que arrastam consigo outras formas de atividades e empreendimentos que passam a configurar parte da realidade da região, assim como ocorre a demanda de infraestruturas para atender as necessidades dos migrantes tanto em termos governamentais como em termos comerciais, de saúde, educação, vias de comunicação e outras formas de apoio para a vida na floresta. Os programas de colonização detalhavam o lugar, a forma de assentamento, o tamanho das parcelas, sistemas de créditos e inclusive fazia transporte dos migrantes do interior do país para a região. Os projetos de colonização dirigida mais conhecidos na região foram os projetos Caquetá I e Caquetá II. O primeiro teve vigência entre 1963 e 1966 para uma área de aproximadamente 541.331 hectares e o segundo vigorou entre 1971 e 1976 em uma área aproximada de 686.250 hectares (CUBIDES, 2018). O peso maior

⁴² Atualmente Instituto Colombiano de Desarrollo Rural-INCODER.

⁴³ Esta foi criada em 1931 na chamada era moderna do agro colombiano como parte de uma infraestrutura para atender os requerimentos de apoios ao setor de produção. Apesar de ser conhecida como Caja Agraria tem a denominação de Caja Colombiana de Crédito Agrícola, Industrial e Mineral (SALGADO, 2012).

dos créditos foi para as atividades pecuárias, embora a intenção primeira dos projetos fosse promover principalmente os cultivos permanentes (MONTENEGRO e ACOSTA, 2019).

Diferentemente do caso brasileiro, para a Amazônia colombiana não houve uma política estruturada e orientada pelo governo para a exploração dos recursos da região e a consequente estratégia de integração da mesma ao restante do país. Mas isso, no entanto, não deixou de fora a região nas investidas de grandes empresas que a partir de meados do século XX adentraram a Pan-Amazônia em busca dos recursos dos ecossistemas amazônicos. O Estado colombiano teve sua presença por meio do apoio creditício oferecido pela Caja Agraria na década de 1960, fato que permitiu a penetração ativa e funcional do capitalismo na região com a intensidade na exploração da bonança de vários recursos ao mesmo tempo como do ouro e outros minerais, do extrativismo madeireiro (febre do cedro), da comercialização da pesca e de peles (na época chamada de “tigrilleo”⁴⁴) e do petróleo. Embora essas explorações já tivessem vez na Amazônia elas foram intensificadas para o período. No caso do petróleo a exploração sísmica pelas empresas estrangeiras teve início nos anos 30 do século XX, mas a febre petroleira aconteceu nos anos de 1950 quando a Texas Petroleum Company avançou com suas atividades exploratórias na região (ARCILA NIÑO, 2010).

De acordo ainda com o autor, tais atividades foram importantes em significado na matéria populacional para a Amazônia durante os anos 1960-70, período que representa o destaque delas. O avanço das perfurações petroleiras, embora mais focalizada e concentrada pontualmente, provocou a introdução de grandes recursos econômicos e a abertura de estradas na floresta. Tal atividade fez com que muitas pessoas do interior do país fossem atraídas diante da expectativa de emprego gerada, sendo que muitos chegaram à região em busca de trabalho e outros com o único fim de se apossar de algumas parcelas de terras, com a derrubada da floresta, para mais tarde vender às empresas de petróleo a preços muito elevados. No entanto, como é característico das economias extrativistas, o que é marca na Amazônia, as quais apresentam auge e depressões, o auge do petróleo também chegou a seu fim. Tal fato aconteceu em 1976 quando a empresa estatal Ecopetrol assumiu a infraestrutura petroleira do Putumayo cessando vários contratos temporários e provocando a despedidas de muitos trabalhadores. Por se tratar de um produto estratégico para a economia mundial, a exploração petroleira permanece latente na região, mas não com destaque como foi no

⁴⁴ Esta denominação faz referência ao fato de que os felinos, os tigres, foram os principais alvos dos caçadores como o “tigre mariposo” e o “tigrillo”, os quais foram perseguidos e sacrificados sem misericórdia para tirar e comercializar suas peles (ARCILA NIÑO, 2010).

período do seu auge. O extrativismo dos demais produtos também se prolonga e permanece na região, mas não com a mesma intensidade dos tempos passados.

Na sequência da crise econômica da exploração petroleira de imediato outro ciclo de bonança surgiu e se expandiu pela Amazônia colombiana, os cultivos ilícitos. Primeiro com o cultivo da maconha e depois da coca. A primeira teve uma presença muito rápida na região e teve concentração exclusivamente no departamento de Guaviare. Segundo Abella (2019), apesar da produção efêmera, o cultivo de maconha foi o antecedente que mais adiante iria contribuir com a expansão dos cultivos de coca e do tráfico de cocaína na região⁴⁵. O cultivo da maconha teve sua rede de tráfico estruturada por volta do ano de 1970 e estava entrelaçada com uma estrutura social, política e econômica, estando sustentada pela facilidade de cultivo, transporte e alta vulnerabilidade das autoridades colombianas. Mas ainda na primeira metade da década de 1970 os Estados Unidos, principal consumidor da maconha produzida, começou a produzir sua própria maconha e a preços mais baixos, o que provocou a queda dos preços daquela produzida na Colômbia. Paralelamente a isso, a produção da coca começa a registrar-se na Colômbia e em 1976 chega ao espaço Amazônico por Guaviare utilizando a infraestrutura, bem como a rede de articulação e rotas postas pelo cultivo da maconha. A partir de então, o cultivo de coca avança por toda a região.

Do final dos anos 1970 até inícios dos anos 2000 o cultivo da coca, associado ao narcotráfico, vai provocar fortes impactos no processo de ocupação e atividade produtiva na Amazônia. A partir de Guaviare o cultivo de coca se espacializou para toda região, atingindo até as áreas mais remotas não alcançadas pelas atividades anteriores a esse novo momento, sendo tal cultivo determinante no povoamento generalizado da Amazônia. O cultivo se colocava como muito rentável e logo se tornou praticamente uma atividade quase que exclusiva em grande parte da região, atraindo fluxos de migrantes para os trabalhos nas plantações, bem como também direcionando a força de trabalho já existente na região para tais plantações, quando essa força de trabalho se encontrava confrontada com a dura realidade de não ter alcançado o sonho de viver sem violência e com garantia de segurança alimentar em um pedaço de terra. As condições de vida diante dos colonos recém-chegados (dos processos de colonização tanto dirigidos quanto espontâneos) eram precárias e não tinham se adaptado aos novos solos, ao que se somaram as dificuldades de comercialização pelos custos de transporte e tempo em decorrência das longas distâncias até os pontos de venda. Por conta

⁴⁵ Segundo Arcila Niño (2010), embora o cultivo da maconha se caracterize como uma minibonança foi importante na monetização das relações econômicas entre os cultivadores, no incentivo ao povoamento da região, na abertura de novos caminhos e novas rotas de transporte terrestre e na melhoria da oferta da mobilidade fluvial, criando as condições para a produção da coca.

disso, logo as plantações de coca se tornaram atrativas pelo melhor retorno econômico em relação aos cultivos de milho, mandioca e banana (RAMÓN, 1998; PIZÓN, 1993).

As atividades da agricultura realizadas pelos camponeses foram praticamente substituídas pela ampliação e expansão dos cultivos de coca, fato que provocou o encarecimento do custo de vida na região pelo aumento da demanda de alimentos básicos. Entretanto, como ressalta Pizón (1993), manteve-se a vantagem da coca, a qual além de permitir rendimentos maiores do que os demais cultivos, proporcionava o sentimento nos cultivadores de que múltiplas demandas eram satisfeitas diante dos enormes rendimentos que lhes permitiam acessar as necessidades que a vida lhes foi negando. O cultivo da coca implicava também melhores facilidades em termos de produção quando comparado com outros cultivos no que se refere à facilidade de comercialização e adaptação aos solos amazônicos, além do mais a compra acontece no lugar da produção, retirando o trabalho de transporte (CLEMENCIA, 2001). A magnitude da produção cocaleira gerou impactos importantes e irreversíveis na Amazônia⁴⁶ como a abertura de novas rotas e caminhos pelo seu interior, construção de infraestruturas de suporte ao processo de beneficiamento da folha de coca em pasta base para a cocaína, a instalação de serviços institucionais, o surgimento de povoados e a intensa atração de pessoas como mão de obra tanto para a fase agrícola⁴⁷ quando para o processo de transformação, bem como para provedoras de bens e serviços que demandam tal atividade.

Entretanto, a produção cocaleira, sustentada pela rede do narcotráfico e guerrilha, vai provocar na região a disputa pelo controle do território e do negócio do tráfico da pasta básica de cocaína dando origem a um processo de violência por conta dos grupos armados à margem da lei. A ação desses grupos em confrontos com o Estado vai afetar a tranquilidade da população⁴⁸ e colocá-la no meio de uma guerra. As investidas das forças de repressão do Estado será a explicação para alguns pontos de crise que afetarão o período de auge da coca na região. A época de crise mais acentuada ocorreu entre os anos de 1985 e 1987 quando juntamente com as operações militares realizadas por razões políticas de luta contra o narcotráfico e a guerrilha se somou a sobreoferta e produção da coca, o que também levou à

⁴⁶ Do ponto de vista ambiental a bonança cocaleira transformou amplas áreas protegidas e reservas florestais na região, com alto impacto sobre o desmatamento da floresta para a abertura de novos caminhos e o cultivo nessas áreas (GUIZA, PEÑUELA e RÍOS, 2020).

⁴⁷ Trata-se da fase de plantio e colheita, em que para esta segunda demanda-se grande quantidade de mão de obra no trabalho de coleta da folhagem, matéria prima aproveitada da planta.

⁴⁸ Os camponeses e trabalhadores dedicados no cultivo da coca passaram a ser superexplorados, incluindo crianças e mulheres, para fornecerem as folhas de coca, o que passou a envolver o uso de ameaças e casos de mortes quando não atendidas as demandas.

redução do preço da cocaína nos Estados Unidos, maior consumidor da produção cocaleira da região. Esta época configurou um marco na visibilização das condições de pobreza dos camponeses na região, os quais sofrendo com as ações violentas do narcotráfico passaram a demandar o Estado pela ausência de investimento social na região (GUARRIDO, 2016).

O que parecia um benefício de início se converteu em pesadelo para os camponeses e demais pessoas dedicadas ao cultivo de coca na região. Esses trabalhadores não foram advertidos que assim como a coca trazia dinheiro, também trazia destruição e rompimento do tecido social (alcoolismo, prostituição, trabalho infantil, dependência química), além da depressão da agricultura lícita e o desabastecimento alimentar (RAMÓN, 1998). Como resposta do governo a esta situação, tendo em primeiro plano o combate aos grupos armados, narcotráfico e guerrilha, e também a institucionalização das áreas periféricas, inicia-se os esforços para erradicar os cultivos de coca no país, os quais datam de 1992. Várias estratégias foram combinadas para esse fim, as quais se estendem desde a fumigação com produtos agroquímicos⁴⁹ até a criação de programas envolvendo famílias⁵⁰ para a erradicação manual, além das investidas militares. Na segunda metade da década de 1990, e em nível de maior envergadura, o Estado pôs em marcha dois planos orientados para fornecer alternativa econômica para as áreas dominadas pelas plantações de coca, no intento de reduzir e acabar com estas, o Plan Nacional de Desarrollo Alternativo-PLANTE, de 1996, e o Plan Colombia, de 2000. Este segundo se dá nos moldes de cooperação com os Estados Unidos (ÁVILA, 2008).

A partir dos anos 2000 reduziu a produção de coca na região, mas permanece o cultivo até a atualidade. Os planos de combate a este cultivo fizeram com que a coca adentrasse mais para o interior da floresta provocando a ocupação de espaços até então não alcançados. Na atualidade parece tender ao seu fim o ciclo da coca na Amazônia quando o cultivo desta se distribui para outros departamentos do país devido as ações de fumigações focalizadas na região, associadas ao aumento nos custos de produção pelas medidas punitivas do governo. Segundo Arcila Niño (2010), em 2008 a participação da Amazônia representava 36% da superfície cocaleira do país, quando antes representava mais de 75%. Entretanto a região permanece caracterizada por ser de especial interesse dos grupos armados e cultivo da coca pela localização fronteira e de conexão fluvial com outras partes amazônicas. Embora as

⁴⁹ O mais utilizado recentemente é o glifosato. Nos primeiros anos de aspersão foram utilizados o paraquet, triclopyr, tebuthiuron e o imazapyr. O uso dos produtos químicos tem sido muito questionado, inclusive pela comunidade internacional, principalmente por afetar os cultivos de alimentos e pelas múltiplas doenças relacionadas à intoxicação (ABELLA, 2019).

⁵⁰ Podem ser citados os programas “Familias em Acción” e o “Familias Guardabosques”.

estratégias de erradicação forçada e os acordos de substituição voluntária tenham provocado uma diminuição da área cultivada, tem ocorrido a expansão dos cultivos para outras áreas da região (SIMCI, 2018 e 2019).

Em resumo, os cultivos de coca na Amazônia têm se tornado um dos problemas mais sérios da região, provocando conflitos sociais e ambientais. A ação governamental pela fumigação aérea provoca onda de deslocamento forçado e a vulnerabilidade alimentar, uma vez que também atinge cultivos lícitos (ESCÁRRAGA et. al., 2020). Com as políticas de desenvolvimento alternativo é incentivado na região a agricultura e a pecuária por parte dos camponeses e indígenas, sendo que esta segunda atividade já ganhara expansão durante o auge da coca, tendo o suporte de incentivos creditícios do ente governamental. As demandas regionais permanecem no sentido dos investimentos sociais e econômicos, apontando que os pactos firmados pelo governo ainda não se caracterizam como mecanismo sólido e que atendam os anseios locais. Nos anos recentes a Amazônia permanece sendo palco da produção de coca juntamente com a exploração de outros recursos⁵¹, sendo uma das regiões mais dinâmica em termos de migrações em decorrência dos deslocamentos forçados em outras regiões ou internamente devido à violência que ainda se faz bem presente pelas ações do narcotráfico ou grupos armados. Mesmo com todas as dinâmicas econômicas e sociais pela qual tem passado a Amazônia colombiana ao longo dos anos, é possível pontuar que esta ainda permanece como uma região geograficamente isolada (ROCA, MEJÍA e JABBA, 2013).

Em termos gerais, a Pan-Amazônia no século XXI é foco de grandes agendas ambientais em torno da preservação e conservação dos seus ecossistemas pela importância que estes apresentam em questão de biodiversidade e do papel que exercem no panorama climático mundial, sendo também cenário de grandes ameaças e pressões exercidas pelos grandes projetos exploradores das riquezas naturais na região. A Raig (2020) aponta que região contabiliza 833 projetos hidroelétricos, os lotes petrolíferos ocupam 9,4% da superfície amazônica, a mineração afeta 17% da região, a densidade das estradas aumentou 51% entre 2012 e 2020, a área total das atividades agropecuárias teve aumento de 81,5% entre os anos 2000 e 2020 e a economia ilegal (extração de madeira, mineração e cultivos ilícitos) movimentou bilhões de dólares. A magnitude e intensidade dessas explorações têm gerado impactos não só acumulativos, mas sinérgicos também, os quais causam alta deterioração

⁵¹ A partir dos anos 2000 a Amazônia colombiana passa a ser uma importante área de exploração petrolífera (especialmente na bacia do rio Putumayo) e dos recursos minerais, revivendo de maneira mais intensa a exploração do petróleo do que no passado (RAISG, 2012).

das condições ambientais e avanços sobre as áreas protegidas e territórios indígenas, já impactando 52% desses espaços. O desmatamento⁵² e os incêndios representam os maiores vilões da atualidade e realidade amazônica, os quais são consequências do desdobramento das demais atividades.

1.5 FORMAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI E DA ZRC EL PATO-BALSILLAS

Para entender o processo de formação histórico e espacial tanto da colônia agrícola do Matapi quanto da zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas se faz de suma importância ajustar a lente de análise para o contexto que esteja para além da situação local, que considere a questão regional, nacional ou internacional.

Nesse sentido, apesar da criação da colônia agrícola do Matapi ter ocorrido no ano de 1953 a sua história e interesses para a sua formação e ocupação se dá um pouco antes desse ano. Os interesses por ocupar a região da qual hoje a colônia faz parte emerge da questão geopolítica por defender a manter a soberania do governo brasileiro sobre a região Amazônia, especialmente das áreas fronteiriças, as quais a partir de 1920 começam a perder contingente populacional significativo em decorrência do declínio do primeiro boom da extração e exploração da borracha, o que vem somar para dificultar o controle dessas áreas e aumentar as preocupações com possíveis investidas de ocupações estrangeiras na região. Somava-se à essas situações as buscas por estratégias que viessem dar novo fôlego para a economia da região que em muito estava decaída por conta da não fixação de atividades produtivas que pudessem manter uma dinâmica econômica mais ou menos estável ao longo dos anos.

Com a eclosão da segunda guerra mundial os novos rearranjos provocados em todo o globo vão se fazer sentir também na Amazônia, especialmente a partir de 1942, quando o Brasil sai da sua posição de neutralidade e se declara apoiador do eixo dos aliados. Nesse contexto a preocupação com a Amazônia aumenta ainda mais, principalmente pela região se tornar uma área estratégica de produção da borracha, grande demanda dos aliados nesse momento em que as grandes áreas de produção da Ásia Sul-oriental se encontravam em poder dos japoneses. Desses fatos resultaram os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos por aumentarem a produção de borracha na Amazônia, o que entre outras coisas previa o deslocamento de grandes ondas de imigrantes para a região e os esforços do governo por

⁵² Só a atividade agropecuária é responsável por 84% do desmatamento na Amazônia, segunda as análises da Raisg (2020).

promover novas áreas de colonização na região tendo, de maneira geral, como fundo principal o aumento da produção de borracha.

Preocupado com a dimensão da região amazônica e suas fronteiras, a pouca presença estatal, o avanço da guerra e, ainda, com os recursos naturais, especialmente os minerais, o governo federal decide criar a figura dos territórios federais em 1943, dentre eles o Território Federal do Amapá, criado por meio do Decreto Federal 5.812/43, cujo seu primeiro governador nomeado, pelo então presidente Getúlio Vargas, foi o capitão do exército Janary Gentil Nunes. Esses territórios foram desmembrados da jurisdição estadual e passaram a vincular-se diretamente ao governo federal. O objetivo do governo na Amazônia com os territórios federais foi ocupar as regiões de fronteira fracamente povoadas e possibilitar a participação dos territórios na exploração dos seus recursos minerais. Os territórios passaram a receber ações políticas públicas que trouxesse a modernização, a fim de garantir a proteção na faixa de fronteira, ocupação efetiva e integração ao desenvolvimento por meio de grandes projetos de investimentos. No caso do Amapá tratava-se, sobretudo, de levantar a potencialidade mineral da área e garantir a exploração do manganês na região que hoje é o município de Serra do Navio (PORTO, 2003).

Esse contexto de exploração dos recursos minerais, especialmente do manganês pela então Indústria e Comércio de Minérios S. A. – ICOMI em 1943, revolucionou a economia local, com uma série de infraestruturas de apoio à mineração (estradas, ferrovia, hidrelétrica), que por meio de um conjunto de medidas proporcionou o aumento do emprego, atraindo contingentes populacionais para o Amapá, sendo distribuídos pelos canteiros de obras, principalmente em Macapá, a qual a partir da segunda metade da década de 1940 experimentou um abrupto crescimento demográfico. Acontecia a abertura de uma ampla e diversificada frente de trabalho, justamente no momento em que o governo territorial encontrava sérias dificuldades financeiras para manter o ritmo de suas construções (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

No entanto, passada a guerra, a fase de grande demanda de mão de obra para as construções de infraestruturas para o escoamento do manganês e da construção da cidade de Macapá, assim como a redução dos recursos orçamentários a serem investidos em variados projetos e nos diversos setores da administração pública, o território passou a conviver com sérias dificuldades financeiras, o que se agravava por não conseguir conter e resolver os problemas do êxodo das populações rurais para os núcleos urbanos, o que inchava cada vez mais o município de Macapá, o qual tinha a cada ano um acréscimo populacional de grandes

proporções. Foi desse cenário e no objetivo de atenuar os contrastes entre o crescimento demográfico acelerado com a baixa capacidade de absorção por parte da economia local e aumentar a produção agrícola que o governo territorial decidiu, no final da década de 1940, colocar em prática a sua política de colonização, por meio da qual núcleos de povoamento com pequenos agricultores foram implantados em pontos regularmente distribuídos do território (LOBATO, 2013).

Foi assim que se deu origem aos núcleos de colonização, oficialmente denominados Colônias Agrícolas, as quais se concretizavam com a colocação “planejada” de pequenos agricultores nesses núcleos, distribuídos pelo território da Amapá e implantados entre os anos de 1953 a 1956. Foram então criadas a colônia agrícola do Oiapoque, a vinte quilômetros para a montante da cidade de mesmo nome, no extremo norte do território; a colônia agrícola de Vila Velha do Cassiporé, ao lado da povoação assim denominada; a colônia agrícola de Calçoene, a quarenta quilômetros da sede municipal de mesmo nome; a colônia agrícola Ferreira Gomes, ao lado da vila deste mesmo nome; a colônia agrícola de Mazagão, na ilha fronteira à cidade de Mazagão; a colônia agrícola do Jari, junto à foz do rio assim chamado, no extremo sul do território e; a colônia agrícola do Matapi, alvo da nossa análise, localizada a vinte quilômetros da vila de Porto Grande. A partir dessas colônias esperava-se o impulso do adensamento demográfico e dinamizador da fronteira (IBGE, 1966; NASCIMENTO, 2005).

A criação das colônias agrícolas foi pensada ainda quando da transformação do Amapá em território federal em que a política de colonização do governador Janary Nunes estava relacionada com o projeto maior do presidente Getúlio Vargas, de criação das colônias agrícolas nacionais, arquitetadas como conjuntos de pequenos lotes economicamente ativos e autossustentáveis. Era interesse e meta das classes dirigentes brasileiras, na década de 1940, transformar o espaço amazônico em uma grande fronteira agrícola ocupando e valorizando o espaço. Vargas preconizava na década de 1940 a colonização como solução para o povoamento amazônico e, conseqüentemente, a fixação dos povoados, e foi nesse sentido que nomeou o primeiro governador do Território Federal do Amapá, o qual recebeu a missão de sanear, educar e povoar o território, dentro da preocupação com a segurança nacional. A agricultura que se pensava implantar nos núcleos de colonização não era aquela tradicional e voltada principalmente para a subsistência familiar e comunitária, mas uma agricultura regida pelas modernas técnicas de cultivo e geradora de volumosos excedentes comercializáveis (LOBATO, 2010). O que não aconteceu na prática.

Em decorrência da grande demanda pela indústria nacional pela borracha natural nos anos 1945-60, o que após esse período será superado pelo consumo da borracha sintética, e ainda, também pela demanda internacional por esse produto durante a segunda guerra mundial, a exploração da seringueira fora a que mais conseguiu criar núcleos de povoamento, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste do então território federal do Amapá. Nessa empreitada também estavam envolvidas algumas colônias agrícolas, pela plantação e posterior exploração de seringueiras. Foi desse contexto que a colônia agrícola do Matapi, em seus primeiros anos esteve envolvida com o cultivo de seringueiras. Os esforços dos primeiros colonos eram empregados no cultivo de seringueiras e gêneros alimentícios como milho, arroz, feijão, batata doce e, principalmente, mandioca. A administração territorial tinha o plantio da seringueira como um importante meio de soerguimento da economia amapaense, quando havia uma alta demanda nacional pela borracha. No entanto, e não demorou muito, o não suprimento por este produto durante a aceleração da industrialização no Brasil, o que levou o governo a aderir a tendência internacional de consumo da borracha sintética, significou a progressiva falência da heveicultura (PINTO, 1984).

Para a permanência do colono na sua terra o governo relatava garantir determinados apoios como assistência técnica e educacional, o fornecimento de mudas e sementes, instrumentos agrícolas, a construção de moradias, entre outros. Mas, muitas dessas promessas não foram cumpridas, o que associado a outros fatores fizeram com que muitos colonos abandonassem a sua terra. A política de colonização, planejada com grande euforia no poder da racionalidade técnica, descambou numa experiência cheia de precariedades, longe do controle e da previsibilidade. As colônias do norte do território, as quais estavam situadas em pontos distantes e de difícil comunicação, ficaram muito isoladas e cedo definharam. Essa situação foi generalizada, com efeito em quase todas as colônias. Em seus estudos, Cunha Jr. e Genschow (1958), já relatavam os descuidados com o caráter econômico vivenciado nas colônias agrícolas, assim como o isolamento das mesmas e as precárias condições de moradia, de solos e outras circunstâncias que demonstravam que a função povoadora dos núcleos coloniais foi levada ao exagero, especialmente no que se refere às colônias da parte norte.

De todas as colônias criadas, a do Matapi foi a única que teve melhor desempenho e conseguiu progredir. Isso se deve a alguns fatores que contribuíram para a consolidação do seu povoamento e da demanda dos seus produtos agrícolas. O primeiro deles está associado à instalação do Porto Platón, estrutura da ICOMI, às proximidades da colônia, e outros investimentos privados que vinham ocorrendo em Serra do Navio para a exploração do

manganês, atraindo contingentes de trabalhadores para a região e promovendo a demanda por produtos alimentícios oriundos da colônia, assim como a demanda de mão de obra temporária. Somado isso, a abertura da rodovia Perimetral Norte na década de 1970, que liga o município de Santana (porto de escoação do manganês) e o município de Serra do Navio (área de exploração do manganês) e o início de cultivo de monoculturas como pinus e dendê, realizados pela empresa Amapá Celulose (AMCEL) próximas à região da colônia, proporcionaram dinamização na produção, transporte e comercialização dos produtos cultivados na colônia.

A colônia agrícola do Matapi foi oficialmente implantada no ano de 1953 com o auxílio de recursos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a qual tinha o objetivo de inserir a Amazônia no processo de desenvolvimento. No entanto, o povoamento da colônia iniciou-se em 1949, sendo executado pela Divisão de Terras e Colonização do Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), em que os primeiros colonos chegados eram em sua grande maioria nordestinos, aos quais se somaram posteriormente os imigrantes japoneses no ano de 1954. Os lotes distribuídos aos colonos eram de 30 hectares, medindo 300 metros de frente por 1.000 de profundidade. A ocupação foi feita por meio de um contrato, com discriminação do lote e permissão de nele trabalhar, assim como de algumas exigências que os colonos deveriam cumprir, para posteriormente, no prazo de cinco anos, terem direito ao título definitivo do lote (CUNHA Jr.; GENSCHOW, 1958). Uma das principais exigências e obrigatoriedade era o cultivo de seringueiras em toda a extensão da área, cujas sementes eram fornecidas pelo governo territorial. O cultivo era realizado em consórcio com outros plantios temporários como alface, repolho, tomates, feijão, berinjela, batata doce, cebolinha, fumo, cana de açúcar, bananeira, abacaxi, pepinos, couves e outras variedades hortícolas.

Mesmo antes da criação da colônia agrícola do Matapi já era plano do governo territorial do Amapá desenvolver a agricultura permanente, com o cultivo e exploração da seringueira, e a temporária para suprir os empregados da companhia de mineração ICOMI, os quais residiam em um conjunto habitacional em Porto Platón, localizado a uma distância de vinte quilômetros da colônia. A cultura da seringueira tomou impulso na colônia com os financiamentos do Banco de Crédito da Amazônia, ocorridos a partir do ano de 1952, quando o governo do Amapá previa o plantio definitivo de mais de três milhões de pés de seringueira em todo o território (MUTO, 2010). De início os colonos receberam apoio e financiamento para a plantação e manutenção das seringueiras, mas logo esse apoio não pode se sustentar e a

trabalhosa dedicação à cultura da seringa foi decaindo, ao ponto de muitas seringueiras não serem exploradas, uma vez que, ao tempo de sua produção, a partir do sexto ano, a demanda nacional já estava sendo suprida pela borracha sintética. Com isso, caíra no abandono todo o seringal plantado na colônia.

Esse fato, associado aos problemas de ordem ambiental, econômico, produtivo e infraestrutural fez com que ocorresse o abandono de muitos lotes na colônia, principalmente por que muitos dos colonos não vinham de práticas com a agricultura. Os que permaneceram passaram a dedicar suas atividades para o cultivo de fruticultura, hortaliças, criação de pequenos animais e pequenas criações de gado bovino. De acordo com Muto (2010), pode-se considerar que atualmente a colônia agrícola do Matapi é um grande polo de fruticultura e hortaliças do estado do Amapá, e as condições de trabalho na colônia mudaram muito, uma vez que hoje as pessoas podem contar com veículo próprio, tratores, energia elétrica, poço artesiano, equipamentos agrícolas, telefone e outras facilidades. A comercialização dos produtos é realizada principalmente em feiras localizadas no município de Macapá e na sede do município de Porto Grande.

Por sua vez, a Zona de Reserva Camponesa El Pato-Balsillas (ZRCPB) foi constituída no ano de 1997 mediante a resolução 055/97, com uma extensão de 88.401 hectares, localizada no município de San Vicente del Caguán, ao noroeste do departamento de Caquetá. A reserva está dividida em cinco zonas ou núcleos que agrupam trinta e cinco veredas, distribuídas da seguinte maneira: cinco veredas estão situadas no vale de Balsillas, ocupando 26.152 hectares; onze veredas no núcleo de Guayabal, com uma extensão de 24.425 hectares; nove veredas no núcleo Los Andes, com a extensão de 19.220 hectares; sete veredas no núcleo de Porto Amor, com uma extensão de 31.821 hectares e; três veredas no núcleo de Gibraltar, ocupando uma área de 8.619 hectares. A ZRCPB faz parte da região de mesmo nome, em que a origem desse surge com a associação do nome do rio El Pato com o do vale Balsillas. A região de El Pato-Balsillas abrange uma área total de 110.241 hectares, dos quais 21.840 fazem parte da Zona de Reserva Florestal da Nação e 88.401 correspondem aos territórios da ZRCPB (GUTIÉRREZ, 2005).

Apesar de sua instituição no ano de 1997, a história de colonização e ocupação da ZRCPB e região iniciou-se a princípios do século XIX, quando era transitada como caminho a procura de quina, o que se manteve a princípios do século XX com a busca pelo caucho, formando pequenos núcleos populacionais. Embora os processos de ocupação do século XIX e primeira metade do século XX marcaram a história e evolução da região, a atual estrutura

territorial e populacional é consequência direta da dinâmica dos processos de colonização que se desencadearam na segunda metade do século XX. De forma geral, a história de ocupação e povoamento da região de El Pato-Balsillas é decorrente de um conjunto de processos de ordem social, econômico e político que podem ser resumidos em quatro aspectos: a extrema debilidade de capital social; os altos níveis de violência, associados à presença de atores armados legais e ilegais (forças militares e guerrilhas); o aprofundamento da economia das drogas (cultivos ilícitos, processamento e tráfico) e; a alta fragilidade ambiental da região (VÉLEZ, 2018).

A história de formação da ZRCPB tem relação direta com a constituição das Zonas de Reserva Camponesas (ZRC) na Colômbia, sendo a ZRCPB uma das primeiras a ser constituída. As zonas de reserva camponesas foram criadas com o objetivo de controlar a expansão inadequada da fronteira agropecuária do país; criar as condições para a adequada consolidação e desenvolvimento sustentável da economia camponesa; regular a ocupação e aproveitamento das terras “baldias” (as terras devolutas), dando preferência de distribuição dessas terras aos camponeses ou colonos de poucos recursos (GONZÁLEZ, 2011). Para Cuéllar Benavides (2016), o marco histórico antecedente das atuais zonas de reserva camponesa se deu mediante o estabelecimento do decreto nº 839/1928, o qual criou as colônias agrícolas em diferentes lugares do país, medida definida para acalmar os conflitos fundiários por meio de um programa de colonização dirigida, ampliando a fronteira agrícola do país.

Em termos jurídicos, segundo Cañón (2015), a figura das zonas de reserva camponesa tem início com a lei 200 de 1936, mediante a qual se concedeu aos camponeses o direito de reclamar do Estado a entrega de terras baldías. O que veio somar a isso, a criação do Instituto Colombiano para a Reforma Agraria (INCORA) em 1961, por meio da lei 135, instituto este responsável por pensar a figura das zonas de reserva camponesa. Entretanto, o principal referente jurídico é a lei 160 de 13 de agosto de 1994, a qual regulamenta a colonização camponesa, as zonas de reserva camponesa e as zonas de desenvolvimento empresarial. Esta lei regulamenta que as zonas de reserva camponesa são áreas geográficas selecionadas pela junta diretiva do INCORA, em que devem ser consideradas as características agroecológicas e socioeconômicas regionais.

Em um novo avanço por regulamentar as zonas de reservas camponesas é editado o decreto 1777/1996, no qual se define que as zonas estarão delimitando os parques naturais para que os camponeses os protejam. Nesse decreto também se estabelece que as zonas são

uma figura para fixar a colonização camponesa e deter a acumulação inadequada de terras, colocando como um dos principais objetivos das zonas a melhoria das condições dos camponeses na Colômbia. Ainda no ano de 1996 é editada a resolução 024, estabelecendo os critérios de seleção das zonas de reservas camponesas. Por meio dessa resolução se estabelece que é necessário que cada comunidade se organize e apresente um projeto produtivo que seja sustentável e amigável com o meio ambiente, em que deve ser demonstrado o cumprimento das normas relacionadas com a preservação e utilização racional dos recursos naturais renováveis e do meio ambiente (GONZÁLEZ, 2011). Com isso, estão articulados os processos que permitirão a criação das primeiras zonas de reservas camponesas na Colômbia.

A chegada a esse momento tem seus antecedentes na década de 1980 com as mobilizações dos camponeses que reivindicavam a solução de problemas relacionados à questão fundiária e o apoio à economia camponesa. Nesse período ocorreu uma convergência de fatores que geraram uma crise profunda entre os camponeses, o que estava principalmente associado ao deslocamento de camponeses do Parque Nacional de La Macarena, localizado no departamento de Meta, para outras áreas, em decorrência da decisão do governo de colocar em prática uma política de conservação e delimitação daquele parque, e às circunstâncias ligadas à pobreza, à ausência de programas sociais do Estado e ao precário desenvolvimento econômico, o que se agravava com a queda no preço da coca, principal fonte econômica dos camponeses, como resultado de um ciclo de superprodução.

Esses fatos, o que colocou em situação de insegurança a população camponesa, deram início a um processo de ação coletiva caracterizado pela mobilização social que se desdobrou por diversas marchas e protestos na década de 1980-90 no sul do país. Essas marchas evidenciavam os problemas dos camponeses, os quais tinham abandonado suas terras em várias ocasiões, a maioria das vezes por dívidas com comerciantes para a produção de cultivos ou para a extração de madeiras, o que na impossibilidade de efetivar o pagamento resultou na perda das terras, fato que teve como consequência, além da perda da terra pelos camponeses, a concentração fundiária nas mãos dos comerciantes e pecuaristas. O aumento da migração foi potencializado com a crise no preço da coca e pelas políticas de preservação ambiental, o que levou o governo a conceber a criação de zonas de reservas, com o objetivo de consolidar a propriedade dos camponeses e colonos, estabilizar a fronteira agrícola e frear a concentração da terra (CUÉLLAR BENAVIDES, 2016).

As primeiras reservas camponesas foram criadas por meio de um projeto piloto, em que o INCORA fora a instituição responsável por delimitar as áreas das zonas de reserva e

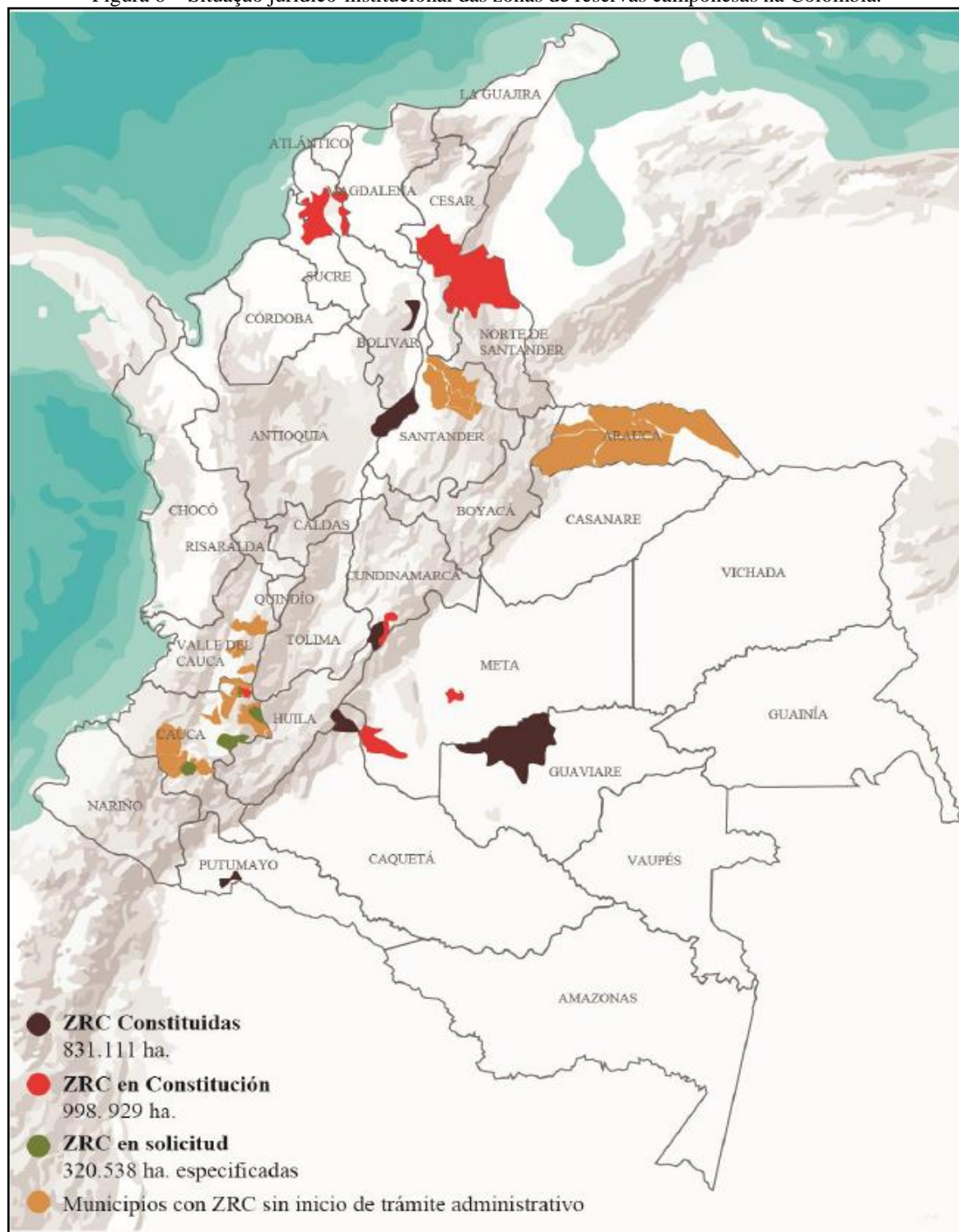
estabelecer a extensão mínima e máxima dos lotes, determinadas em Unidades Agrícolas Familiares (UAF). A aquisição das áreas para a formação das reservas ocorreu por meio do mercado subsidiado de terras, com compras diretas por parte do INCORA ou mediante expropriação em caso de não acordo com o proprietário, o que se aplicava também quando a extensão das áreas nas zonas ultrapassava o limite das UAF, evitando a concentração fundiária, com o estabelecimento de um limite à propriedade privada nas zonas de reservas camponesas. A proposta de empreender um projeto piloto foi concretizada mediante o cofinanciamento do Banco Mundial, na linha de Aprendizagem e Inovação e com recursos do governo nacional.

Por meio do projeto piloto o governo colombiano criou três zonas ZRC. As duas primeiras foram criadas em 1997, no sul do país, nas regiões de epicentro que foram protagonistas dos protestos das marchas cocaleras de 1996, ocorridos nas zonas cocaleras de Putumayo, Caquetá, Cauca, Sur de Bolívar e Guaviare, em decorrência do controle massivo a comercialização de insumos para o processamento de produtos de uso ilícito, como cimento e combustíveis. A primeira foi constituída na região de El Pato-Balsillas, dando origem a ZRCPB e a segunda foi conformada no departamento de Guaviare, a zona de reserva camponesa Calamar. A terceira foi constituída no ano de 2000, no departamento de Cundinamarca, a zona de reserva camponesa Cabrera. Atualmente existem constituídas seis ZRC na Colômbia. Além das três conformadas por meio do projeto piloto, existem a ZRC La Perla Amazónica, no departamento de Putumayo; a ZRC Sur de Bolívar, no departamento de Bolívar e; a ZRC Valle del Río Cimitarra, nos departamentos de Antioquia e Bolívar (Figura 6).

A proposta de criar uma ZRC em El Pato-Balsillas chegou à região por meio da Corporación para el Desarrollo de Sur de la Amazonía (CORPOAMAZONÍA) e do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (SINCHI), quando na década de 1990 pesquisadores dessas instituições apresentaram propostas do governo que correspondiam às demandas dos camponeses da região. Dentre as propostas estavam a titulação de terras, recursos financeiros, assistência técnica e infraestrutura. Uma vez regulamentado o decreto para a organização das ZRC, as comunidades de El Pato-Balsillas se dedicaram por encontrar solução para a exploração de madeiras e a titulação de terras nas bordas do Parque Nacional Natural Cordillera de los Picachos. A solução veio com a aquisição e parcelamento de uma fazenda em Valle de Balsillas, cujas terras foram destinadas para os camponeses que estavam localizados no parque. Após um acordo entre a Asociación Municipal de Colonos de El Pato

(AMCOP) com o ministério do Meio Ambiente no objetivo de facilitar a retirada das famílias assentadas no parque é, então, criada a zona de reserva camponesa de El Pato-Balsillas em dezembro de 1997 (VÉLEZ, 2018).

Figura 6 – Situação jurídico-institucional das zonas de reservas camponesas na Colômbia.



Fonte: INCONDER, 2013.

A ZRCPB se encontra localizada a duas horas de Neiva, capital do departamento de Huila, e é resultado do deslocamento e violência armada provocada pelo bipartidarismo político dos anos de 1960 e da lei da reforma agrária, mediada pelos processos de colonização camponesa e do estabelecimento de comunidades de parentesco, compadrio e vizinhança de camponeses sem terra, que atualmente enfrentam, em competição desvantajosa, com os interesses de projetos agroindustriais e de pecuária extensiva, e resistem por sua permanência em um território compartilhado com atores armados (FALLA; CASTRILLÓN, 2018). As motivações dos camponeses em torno da criação da ZRCPB, assim como nas demais, era alcançar uma atenção do Estado para as suas demandas de terras e proteção para suas vidas, créditos, assistência técnica para a produção, comercialização e infraestrutura, e para solucionar os problemas dos cultivos de uso ilícitos, a busca de elementos mínimos para garantir as condições dignas de existência.

Para Vélez (2018), a região em que se encontra localizada a ZRCPB é emblemática para a compreensão histórica do conflito agrário e da violência que tem se perpetuado ao longo do tempo na Colômbia. A região de El Pato-Balsillas, como parte da Amazônia colombiana, vem compartilhando diversas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, além de lutas que os camponeses têm protagonizado em vista do direito à terra e da vida digna. Fenômenos que caracterizam esse território como uma área com precária presença do Estado, diferente do que ocorre à intervenção local dos militares.

Capítulo 2 – Formação do campesinato na Pan-Amazônia

El campesinato no puede ser concebido como una categoría conceptual, *a priori* construida, que se define de manera a-histórica como un grupo social homogéneo y de iguales características a nivel global (RUIZ, 2012, p. 7).

O campesinato configura-se em um sistema de produção portador de uma racionalidade própria, diferente da racionalidade capitalista. É essa racionalidade que tem lhe conferido uma estabilidade histórica que perpassa e pode se estabelecer por diferentes modos de produção (FILOCREÃO, 2007, p. 53).

O esforço para entender o mundo camponês deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos. Para entender o camponês é preciso olhar o mundo através dos “óculos” pelos quais ele o lê (WOORTMANN, 2009, p. 128).

Para compreender e entender o campesinato da Amazônia é preciso considerar a história ao longo dos séculos, com ponto de partida no século XVI com a chegada dos europeus a essa região. Quando os europeus chegaram à Amazônia habitavam nessa região os grupos nativos que foram então denominados de índios. Estes desenvolviam o seu modo de vida por meio da caça, pesca, coleta de produtos extrativos e pequena agricultura, o que acontecia considerando o tempo da natureza para repor o que fora explorado. A organização social se dava por meio de comunidades e tribos apresentando características nômades em busca de alimentação. A vida das tribos na região e a forma como se organizavam eram totalmente incompatíveis com os desejos e ambições que os europeus tinham na empreitada em curso pelo descobrimento de novas terras e a exploração econômica das mesmas. A intromissão europeia na dinâmica de vida das populações nativas, sem chances de recuo, marca o início de formação do campesinato na Amazônia.

Podemos caracterizar que o campesinato amazônico desde o seu processo de formação até a sua configuração atual passou por dois momentos bem diferenciados. O primeiro deles pode ser entendido dentro do período que decorre entre o século XVI e início do século XIX, quando se dá a formação gradativa do campesinato típico da Amazônia, em que o

índio em processo de formação de família com os colonos europeus e também, em tempos mais tarde, com o negro irão conformar o aparecimento de um novo sujeito social na região, o camponês amazônico, o qual está associado à característica ecológica típica da Amazônia. É uma relação de formação em que as práticas de interação com a natureza, no que se refere à busca por alimentação e outros recursos, são herdadas dos conhecimentos tradicionais dos indígenas, as quais tiveram certas inserções em decorrência dos novos instrumentos inseridos pelos europeus, como o machado de aço.

Esse primeiro momento ocorre de forma gradativa, em meio a uma dinâmica populacional pequena e não intensamente distribuída por toda a região e com maior localização das famílias ao longo das margens dos rios amazônicos, sendo o interior adentrado para a caça e outras buscas de produtos extrativos. Aqui nos damos pelo fato da formação e existência de um campesinato que se formou em estreita simbiose com a natureza amazônica, com a forte herança das comunidades indígenas que habitavam por muito tempo as terras da região, as quais conheciam e tinham se apropriado integralmente do meio ambiente amazônico. É um camponês que já se forma identificando-se com a região e vai adaptando suas estratégias familiares e reprodutivas e suas práticas socioeconômicas e agrícolas seguindo as exigências e os ritmos exigidos pelo ecossistema amazônico.

Para o segundo contexto, conduzimo-nos por outra discussão em que se parte da leitura de um campesinato que tem suas origens, primeiramente, como estranho à Amazônia, o qual chega à região com suas características próprias de sua economia e dinâmica familiar trazidos de seus lugares de origem e vão aprendendo nesse novo espaço a desenvolverem-se de acordo com as limitantes dos ecossistemas da região, os quais não são compatíveis com os sistemas agrícolas e práticas produtivas que praticavam em seus lugares de origem, sendo empurrados a provocar mudanças e adaptações em conformidade com o novo ambiente. As práticas agrícolas e produtivas se opõem às características e ritmos do ecossistema amazônico e esse novo camponês da região deve iniciar um processo lento de adaptação ao novo meio geográfico e ecológico. O ecossistema e a dinâmica deste são diferentes da realidade ao qual o camponês recém-chegado está acostumado, o qual aos poucos vai lutando e se esforçando para entender como trabalhar neste novo ambiente.

Esse segundo momento de formação do campesinato amazônico tem seus primórdios com a chegada de migrantes à região nas primeiras décadas do século XIX, quando na região se inicia a abertura de penetração para imigrantes, sobretudo da Europa, em que os governos amazônicos tentam desenvolver a colonização e ocupação da região, o que teve

débeis resultados. Uma nova onda de chegada mais enfática de migrantes vai se dar com a busca pela quina na Amazônia andina, a qual estava em alta demanda no cenário internacional como remédio natural contra a malária que assolava grande parte da população em todo globo e passado meados do século XIX, quando toda a região amazônica irá se tornar palco de um incremento populacional nunca antes presenciado, do qual se originou a configuração atual do campesinato da região, de um campesinato que já havia se constituído e de um novo campesinato que iniciava sua via de formação com alguns elementos diferentes daqueles primeiros, em que os recém-chegados foram adaptando seu modo de viver e interagir social, econômico e ambientalmente.

É a economia da borracha que vai provocar um grande surto populacional para a Amazônia tanto no primeiro boom quanto no segundo. Depois da crise da demanda deste produto uma parte dos migrantes deixou a região e os que ficaram somaram-se fazendo parte da formação de um novo campesinato que já estava em curso, adaptando-se às condições de sobrevivência na região. Complementando esse processo, a partir de meados de 1950 novos acontecimentos, a nível externo a região, vão fazer com que chegue à Amazônia uma nova onda migratória, dessa vez com maiores possibilidades de se fixarem de vez na região, seja porque os governos investiram para isso seja porque o caminho é sem volta. No caso da Amazônia brasileira o governo, com a preocupação por integrar a região ao processo produtivo nacional, investiu em grandes projetos de ocupação e exploração da região, colocando em prática uma grande política de colonização da sua Amazônia. Por sua vez, a Amazônia colombiana tornou-se uma válvula de escape e refúgio para os camponeses que estavam fugindo por causa da violência que se espalhava no campo colombiano desde a década de 1940, principalmente na região dos Andes, com a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários.

O exposto até aqui apresentado configura e perfaz o contexto de como ocorreu o processo de formação e consolidação do campesinato amazônico, o que será mais bem discutido e detalhado nas páginas adiante por meio das análises que explicitarão os momentos históricos, os fatos e suas decorrências. De forma geral, o campesinato atual da Amazônia é resultado das diferentes temporalidades que foram se conformando na região e que este campesinato leva em seu rastro a história de um ou vários territórios dos quais foi expulso ou deslocado, quando tem que recomeçar tudo de novo. Essas expulsões ou deslocamentos é uma constante que está associada às questões internas e externas à região, em um processo que sempre é inacabado. Antes das maiores análises de como ocorreu a

formação do campesinato amazônico é importante que se faça uma leitura da teoria acerca de quem são esses sujeitos sociais e como agem no contexto de interação social, econômica, política, cultural e ambientalmente.

2.1 O CAMPESINATO

De acordo com Shanin (1966), os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirá em qualquer sistema societário em que operem, na qual a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Esse autor descreve a especificidade dos camponeses por meio do uso de seis categorias, as quais diferenciam as particularidades de ação desses sujeitos. Para ele:

1 – a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional; 2 – os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo; 3 – normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão; 4 – as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo; 5 – pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa e; 6 – as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses (SHANIN, 2005 p.3-4).

Em seus estudos sobre o campesinato, o polonês Jerzy Tepicht (1973) argumentou que o essencial para esse sujeito é a obtenção de uma “renda” que permita fundamentalmente a manutenção da família. Para Tepicht o segredo da longevidade que inspira o campesinato está no modo da sua produção, pois ao não ser gerador de uma formação particular, ele se incrusta em uma série de formações, adaptando-se a elas, deixando a sua marca em cada uma delas. Para esse autor, a economia camponesa, em seu campo de relações próprias, apresenta no interior de sua produção a simbiose da empresa agrícola com a economia doméstica. O desenvolvimento desta simbiose “exploração agrícola-instituição família” tem constituído o elemento mais durável da reprodução das relações internas da economia camponesa.

O campesinato possui características universais e particulares, as quais carregam elementos estruturais que fazem parte da sua cultura de resistência, vivência e luta (GAMA; SANTOS, 2017). A luta do campesinato perpassa o longo de sua história sendo marcada pela não prioridade de políticas públicas para o seu fortalecimento, as quais têm como prioridade e

propósito fortalecer os modelos de agricultura empresarial, sendo o campesinato estigmatizado e colocado em segundo plano nas políticas de atenção ao mundo rural, o qual vivencia uma crise constante, embora considerando o ponto de vista de segurança e autonomia alimentar apresente-se como sujeito fundamental para a produção de alimentos, contribuindo desde suas formas e modo de produção tradicional para os mercados locais e regionais (VALENCIA, 2015).

A jornada de resistência é longa, tendo maior ponto de crise quando as profundas transformações ligadas à expansão das relações capitalistas para o campo provocaram, desde o século XIX, controversas e diversas interpretações acerca do papel e do destino do campesinato quanto a sua capacidade de permanência no capitalismo. Teóricos, políticos, burgueses e marxistas debruçaram-se sobre questões do desenvolvimento capitalista no campo, procurando prevê o destino da agricultura camponesa. Desse contexto, alguns pressupostos ganharam força, destacando-se entre eles aquele que vislumbrava o desaparecimento do campesinato como modo de produzir e viver, admitindo-o como um resquício feudal que deveria ceder lugar às formas capitalistas de produção (SOUZA, 2012). As previsões apolíticas não se concretizaram, muito pelo contrário, as questões suscitadas durante esse período serviram para reforçar o conhecimento sobre o campesinato, permitindo chegar a conclusões de que esse seguimento social possui comportamento específico e lógica diferente da lógica capitalista, o que tem permitido sua permanência e reprodução na atualidade das relações capitalistas.

Dentro dos debates que sucederam durante o século XIX, o principal destaque quanto ao desaparecimento do campesinato no mundo rural ocorreu por meio dos estudos de Lênin (1985), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e Kautsky (1968), *A questão agrária*, os quais sentenciaram o desaparecimento desses sujeitos sociais. Para esses autores, a unidade camponesa estaria em processo acelerado de extinção e que o avanço do capitalismo no campo representaria o fim das sociedades camponesas. Para eles, era difícil a sobrevivência da pequena produção em uma sociedade predominantemente capitalista, em que a grande propriedade tem vantagens significativas sobre a pequena. Entretanto, acreditavam que o desaparecimento do campesinato não seria imediato, uma vez que reconheciam que a pequena propriedade possuía formas de resistência, como a precarização da condição de vida, a intensificação no trabalho, o assalariamento e a redução do consumo.

No embate da questão agrária do mundo rural russo, do qual podemos considerar as bases para a compreensão do campesinato, Lênin, com referência aos fundamentos teóricos de

O capital de Marx, procura demonstrar que a desintegração do campesinato é uma necessidade na formação do mercado interno. Para ele, ao invés de resistir ao capitalismo, o campesinato iria se desintegrar, diferenciando-se em três estratos camponeses: o camponês rico, que se transforma em um produtor capitalista que contrata assalariado e acumula riqueza; um estrato de camponeses médios instáveis economicamente; e, os camponeses pobres que estão se constituindo em proletariados rurais, vendendo a sua força de trabalho aos camponeses ricos. O processo de desintegração ocorreria pela substituição de uma economia natural por uma economia mercantil. Lênin não acreditava em uma formação particular do campesinato que pudessem resistir e manter-se no capitalismo.

Por sua vez, Kautsky, em seus estudos no mundo rural alemão, realça o caráter dominante do movimento capitalista que se desloca da cidade para o campo, com exceção de algumas colônias. Porém, percebe que a velocidade de superação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande dá-se em um processo de forma lenta, em comparação com o que acontece na indústria urbana. Ele já observava a persistência de uma agricultura camponesa, mas acreditava que o avanço do desenvolvimento da indústria levaria as famílias camponesas a uma dependência crescente de dinheiro e do mercado, produzindo para este o que não conseguia produzir e comprando dele o que fosse produzido com mais eficiência. Para Kautsky essa relação levaria a família camponesa a um intenso processo de proletarização e polarização pela força do mercado, destruindo a harmonia da “casa” do camponês.

Tanto Lênin quanto Kautsky reforçam o ceticismo encontrado nos escritos de Marx (1969), *Capítulo VI inédito de o capital*, em relação ao camponês. Lênin nega a viabilidade econômica do campesinato mostrando que a racionalidade econômica capitalista já se manifesta desintegrando o campesinato através da diferenciação social e proletarização dos camponeses pobres. Por sua vez, Kautsky, mesmo percebendo que o movimento do capital manifesta-se no campo diferentemente da indústria urbana, em que convivem as formas capitalistas com as formas camponesas, acredita que a persistência das formas camponesas é dada pela própria racionalidade capitalista que cria mecanismos para superar os entraves que dificultam o movimento do capital como a falta de mão de obra, os problemas jurídicos da propriedade da terra e as limitações naturais. Para ele, então, o camponês é uma recria provisória, necessária e passiva da racionalidade econômica capitalista na agricultura. Apesar de seus argumentos, Kautsky não era tão convicto da extinção total do campesinato, o qual conclui em sua análise que:

Não se deve pensar, de forma alguma, que a pequena propriedade fundiária se encontra em fase de desaparecimento na sociedade atual, ou que será desalojada completamente pelo latifúndio. Nós vimos, afinal, que, onde a concentração da terra se encontra por demais avançada, logo começa a manifestar-se a tendência contrária, a orientação no sentido de sua fragmentação, e que o Estado, além do próprio latifundiário, ajuda a reforçar esse processo quando o mesmo se depara com alguma dificuldade (KAUTSKY, 1985, p.147).

Lênin também reconheceu o seu exagero e aceitou a permanência de traços camponeses, o que foi expresso mais intensamente nos últimos momentos de sua vida. As argumentações dele eram alimentadas pelo embate político, em que discutia o papel do camponês na construção do socialismo, sem conhecimentos empíricos profundos, o que pode ter contribuído para rever e alterar suas primeiras conclusões sobre o destino dos camponeses. Também, deve-se considerar que quando Kautsky e Lênin sentenciaram o desaparecimento do campesinato, o fizeram em um momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais se encontrava fundamentada em teses oriundas da análise das profundas transformações urbano-industriais (PAULINO, 2012). O fato é que tanto um como o outro partem de uma abordagem unilinear do processo histórico tendo como referência o desenvolvimento capitalista na indústria urbana onde predomina predominantemente uma polarização entre capitalistas de um lado e trabalhadores de outro com a desintegração da produção artesanal.

Realizando uma análise sobre os estudos de Lênin e Kautsky, Filocreão (2007), argumenta que no esquema teórico desses dois autores a utopia populista das potencialidades camponesas não tem espaço no projeto de construção da sociedade socialista, e que para eles a existência do campesinato como resquício do feudalismo teria um caráter provisório, persistindo até então, enquanto espaço da diferenciação social e proletarização, inevitáveis e necessárias no capitalismo, ou temporariamente, como fruto da fragilidade inicial da formação do mercado de trabalho no campo, em algumas regiões. No entanto, esses entendimentos tomam novos rumos com as discussões sobre a modernização da agricultura na Rússia, advinda com a revolução em 1918 prolongando-se até a coletivização forçada por Stalin em 1930. Era o momento em que estava em jogo o modelo de desenvolvimento a ser implementado no campo, em que se discutia tanto a capacidade de resposta às necessidades da revolução quanto o papel do campesinato nesse modelo. Essa última questão ganhou reforços teóricos com as ideias populistas pelos estudos da chamada Escola de Organização da Produção.

É dessa escola que sai o principal expoente teórico, Alexandre Chayanov, que analisa profundamente o campesinato em sua estrutura e organização econômica e social. Chayanov,

em seu esforço intelectual, utilizando grande base empírica sobre a agricultura russa, envolvendo dados estatísticos dos Zemstvos, escritórios de representação da população rural com pesquisa econômica e estatística sobre os camponeses, os quais também foram utilizados por Lênin, e os novos conhecimentos gerados pelos estudiosos da escola, constrói um esquema teórico em que busca explicar a persistência da economia camponesa na Rússia, mostrando a capacidade dos camponeses em se adaptar e contribuir com o projeto de modernização agrícola da revolução, contrapondo-se ao esquema marxista clássico de Lênin e Kautsky (FILOCREÃO, 2007). As análises de Chayanov encontram-se esboçadas no livro *A organização da unidade econômica camponesa*, publicado originalmente em 1922. Ele parte do princípio de que o campesinato se configura em um sistema de produção portador de uma racionalidade própria, diferente da racionalidade capitalista. E, segundo ele, é essa racionalidade que tem conferido ao campesinato uma estabilidade histórica que perpassa e pode se estabelecer por diferentes modos de produção.

Em sua abordagem Chayanov apresenta a dimensão da microeconomia camponesa, elencando traços fundamentais de sua racionalidade, destacando os seguintes: 1 – a exploração familiar é a unidade central da economia camponesa; 2 – existe uma equação entre o trabalho e o consumo, em que o equilíbrio se dá em função do tamanho e da composição da família; 3 – há uma diferenciação entre a unidade camponesa, que produz valor de uso, e a unidade capitalista, que produz valor de troca; 4 – a ausência das categorias salário, lucro e acumulação na economia camponesa e; 5 – ocorre a busca, pelo trabalho camponês, da satisfação das necessidades da família, sendo essa subsistência culturalmente definida. Por meio desses pontos ele demonstra que a economia camponesa deve ser tratada como um sistema econômico com lógica própria.

Embora a pesquisa de Chayanov tenha ocorrido na Rússia, é a sua elaboração a chave para a compreensão do comportamento econômico, social e político do campesinato em todo mundo. É ele quem elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, a qual guarda, sob vários aspectos, uma atualidade surpreendente. Foi o respaldo na realidade um dos fatores a conferir legitimidade às análises de Chayanov, pelo seu profundo conhecimento da lógica camponesa, decorrente de uma vasta experiência profissional e empírica, o que não pôde ser desfrutado plenamente por Lênin e Kautsky, os quais tentaram materializar em esquemas inteiramente teóricos a diversidade, a qual exigia a forte necessidade de investigação de campo, o qual estava em profundas transformações.

Para Chayanov (1985) é central na racionalidade camponesa o trabalho familiar, a família. Para ele, a racionalidade da produção fundamentada no trabalho familiar é o que garante a persistência das formas camponesas explorando a agricultura, concorrendo com as formas capitalistas, baseadas no trabalho assalariado, consideradas tecnicamente como mais eficientes. Chayanov explica que a reprodução camponesa é garantida a partir de uma lógica interna, cujo objetivo central do cálculo econômico camponês é atingir um equilíbrio ótimo entre o atendimento das demandas da família e a penosidade do trabalho necessário à satisfação dessas demandas. Explica ainda que mesmo em situações adversas, em que o atendimento das necessidades fique abaixo do ótimo, a unidade continua funcionando, o que para um empreendimento capitalista não seria possível. Isso tem suas explicações no aumento da capacidade de autoexploração que o camponês desenvolve para atender as necessidades da família, o que não acontece em empreendimentos capitalistas.

Para Chayanov, o volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores, apresentando a conclusão de que o objetivo principal da família camponesa é a reprodução da força de trabalho e não a obtenção do lucro capitalista. E é por meio desse objetivo maior que devemos hoje entender e compreender a dinâmica do campesinato no mundo, sendo plausível reconhecer que para a permanência desses sujeitos várias estratégias são adotadas, o que se pode observar nas adaptações no predominante modo de produção capitalista, do qual não está descolado, mas dele participa sem com ele se confundir, mantendo uma racionalidade que lhe é específica, o que garante o fortalecimento da sua relação de produção e reprodução de suas atividades sociais, políticas e econômicas.

São essas estratégias de adaptações, como o uso do trabalho assalariado, realizado em maior parte de forma temporária, e de tecnologias e inovações, o que também tem suscitado muitos debates na atualidade acerca da essência do campesinato como modo de vida. Entretanto, todas as estratégias desenvolvidas pelo camponês fazem parte da sua escolha racional, dentro do seu entendimento de oportunidade para manter a reprodução da sua família, especialmente em momentos que tenha dificuldades para resolver seus problemas agrícolas, o que, agravando, pode não mais permitir a reprodução da família dentro de suas tradições camponesas e seja obrigado a se desfazer da sua terra, passando a ter à disposição somente a sua força de trabalho para sobreviver. Assim, o campesinato utiliza de diversas práticas e recursos para a manutenção da sua condição camponesa, como é o caso do trabalho acessório, o qual não o torna proletário, mas coerente como parte sua estratégia de

reprodução. Para Wanderley (2009), dentro das estratégias para alcançar o objetivo da reprodução familiar podem coexistir atividades dentro e fora do estabelecimento familiar, sem que isso descaracterize a unidade como camponesa.

O fato é que não se pode entender o campesinato e sua reprodução dentro dos parâmetros produtivo capitalista. Embora esteja inserido no mercado, sua relação com este não passa de uma estratégia de fortalecimento de sua condição, o que não deve ser pensado no sentido de que esteja desenvolvendo a pretensão da racionalidade capitalista, que é a de acumulação e maximização dos lucros. Nesse sentido, embora em alguns momentos tenha que vender sua mão de obra ou tenha que contratar, isso sempre se dá em um caráter complementar, não visando torna-se um proletário ou auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio. Assim, dentro das estratégias para alcançar o objetivo da reprodução familiar podem coexistir a realização de atividades dentro e fora do estabelecimento familiar, como dinâmicas adaptativas para sua permanência, o que não descaracteriza a unidade como camponesa. Para Oliveira (1997), a relação do camponês com o mercado é determinada não pela busca da lucratividade, como ocorre na sociedade capitalista, mas sim pela necessidade de consumo da família.

Segundo Costa (1995), a racionalidade camponesa não é algo fácil de compreender, ela tem padrões culturais definidos, que resulta de um sistema de forças contrárias que estabelecem um ponto de acomodação relativamente estável. Sistema esse que não encontra semelhança no tipo de racionalidade decorrente do capitalista, o qual tem sua atividade empresarial orientada para o lucro, o que se dá muitas vezes a qualquer custo social e ambiental. Por sua vez, a racionalidade camponesa se orienta na procura por garantir um padrão de consumo, cultural e historicamente estabelecido. A autonomia da lógica camponesa tem uma construção histórica, pautada em um conjunto de práticas e saberes que lhe permitem filtrar e julgar por aquilo que é oportuno incorporar. É o conhecimento empírico, adquirido ao longo da história e fruto da transmissão oral e da observação, o qual se realiza por meio de práticas de sucessivas gerações, sem uma estrutura escrita ou com mapas e quadros, que legitima a permanência e reprodução camponesa.

Na exploração agrícola camponesa a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Como o seu interesse não é adquirir taxa de lucro com o intuito de aumentar suas receitas, e sim, satisfazer as necessidades de sua família, ele trabalhará, por mais que seja penosamente, até alcançar este objetivo. Neste sentido, se a terra

lhe é insuficiente, a exploração será obrigada a uma intensificação suplementar para poder cobrir as necessidades da família, o que dentre outras coisas, pode acarretar na venda de sua mão de obra esporadicamente até que sejam satisfeitas as necessidades de sua família. Em situações de déficit de terras, a família camponesa expandirá sua atividade econômica para a realização de muitas outras atividades, as quais, do ponto de vista da racionalidade capitalista, podem ser consideradas desvantajosas e não aproveitáveis.

Por outro lado, em situação de liberdade para adquirir a área necessária de terra cultivável e com a possibilidade de dispor dos meios de produção necessários, as unidades camponesas se estruturam para ajustar-se ao ótimo grau da autoexploração da força de trabalho familiar e em um sistema de fatores de produção tecnicamente ótimo no que diz respeito ao seu tamanho e a relação entre as partes. A unidade de exploração camponesa limitará o uso da terra à quantidade que ajuste ao balanço força de trabalho-consumo, contrário de uma unidade de exploração capitalista que explorará uma área de terra o máximo possível até que se apresentem dificuldades técnicas ou se tenha por objetivamente desvantajosa a expansão por novas áreas devido à distância ou aos custos crescentes de transporte.

Na estrutura de exploração camponesa a intensidade dos cultivos e suas formas organizativas dependem em grande medida da extensão de terra utilizável, do tamanho da família trabalhadora e da extensão de suas necessidades, ou seja, de fatores internos (tamanho e composição da família proporcionalmente à extensão de terra cultivada). Assim, a densidade populacional e as formas de utilização da terra tornam-se fatores sociais extremamente importantes, que determinam fundamentalmente o sistema econômico. No uso da terra para a prática de seus sistemas de produção, os camponeses apresentam tradições de maneira mais sustentáveis, pois a sua exploração não é de tendência intensiva, como ocorre na forma de produção capitalista. Ao organizar os cultivos é essencial para o camponês encontrar o melhor sistema de produção, ou seja, que lhe garanta prover a satisfação das necessidades da família, de maneira que assim permaneça, possibilitando a sua existência e a de sua família.

Para isso, o camponês busca: 1 – selecionar cultivos e formas de explorá-los que proporcionem a remuneração mais alta e estável para a força de trabalho, onde não seleciona somente cultivos comerciais, e sim também, os que cubram em espécie as necessidades da família, que resultam mais conveniente que adquirir o produto no mercado, mediante a expansão da área comercial; 2 – combinar os cultivos com outros auxiliares, relacionando-os e rotacionando-os de maneira a não esgotar os solos e sim de restituir-lhes sua fertilidade e; 3

– estabelecer uma rotação e relação de cultivos que permita a distribuição mais conveniente da força de trabalho ao longo de todo o ano, ou seja, uma distribuição igual, sem acumulação em períodos críticos e sem “desemprego” obrigatório nas outras estações. Após este tipo de organização e escolha do melhor sistema para o uso da terra, o qual foi estabelecido para atender a satisfação da família, é então aplicada a exploração e a força de trabalho da família camponesa (CHAYANOV, 1922).

2.2 O CAMPESINATO DA AMAZÔNIA

Para entendermos as origens do campesinato da Amazônia, precisamos voltar no tempo da chegada dos europeus na região. Quando os colonizadores chegaram à Amazônia habitavam as terras dessa grande região os povos nativos, os quais praticavam a pesca, a caça, atividades de coleta de produtos da floresta e o desenvolvimento de uma pequena agricultura, com o cultivo de plantas já domesticadas e a criação de animais. A forma de organização social desses povos se dava por meio de grupos, com a cultura familiar tribal ampliada, em que conviviam em um só espaço várias famílias. A forma de produzir e a coleta de alimentos eram realizadas conforme as necessidades imediatas da família, sem a pretensão de acúmulos ou excedentes, em um ritmo muito diferente daquele que estava acostumado os europeus. Apresentavam uma característica nômade, deslocando-se de uma área para outra conforme a disponibilidade de alimentos. Os recursos dos rios e da floresta eram manejados de acordo com as necessidades alimentares. Existia uma relação de equilíbrio entre o homem e a natureza, produzindo além da diversidade, uma abundância de produtos necessários à sobrevivência humana na região.

Todo esse padrão cultural desenvolvido pelas populações indígenas não se alinhava aos interesses dos colonizadores europeus, os quais, pelo uso da violência e crueldade, provocaram fortes mudanças na cultura local. A partir dos interesses econômicos e geopolíticos dos europeus, especialmente os portugueses e os espanhóis, as populações locais foram submetidas, de forma geralmente caracterizada pela violência, aos ditames de uma cultura radicalmente diferente, direcionada à produção de excedentes econômicos demandados pelo mercado capitalista mundial em expansão. Foi-se então desmantelando todo o padrão cultural e organizacional das populações indígenas para dar passagem aos interesses estranhos dos recém-chegados. Tudo conflitava com o sistema europeu de exploração e produção, o que logo foi responsável pela eliminação de muitos costumes primitivos pela

força e pela aculturação. O choque de culturas provocou a mortandade de milhares de indígenas, seja pela luta em resistência aos ditames europeus, seja pela introdução de diversas doenças virulentas e altamente contagiosas, dizimando aldeias inteiras.

Segundo Silva (2018), as ações e estratégias dos europeus provocaram o desmonte da cultura e dos povos indígenas em detrimento dos hábitos daqueles. As culturas nativas não conheciam o ferro, o arado, o vidro, a pólvora e nem a roda e foram pela utilização destes derrotados e explorados, tendo suas riquezas saqueadas e usurpadas. A tentativa primeira dos europeus foi tornar o índio como um personagem semelhante a eles, estendendo suas estratégias para a transformação das aldeias em vilas e da utilização da língua dos europeus como padrão linguístico, na corrida por incentivar os índios à “vida civilizada” e no próprio desejo de alcançar a supressão da existência de uma prática social distintas aos moldes do povo branco (AMORAS e AMORAS, 2011). Mas foi uma tentativa frustrada, pois o espírito indígena resistiu e os conflitos se tornaram inevitáveis, assim como a dizimação destes de sua própria terra. Os que não foram dizimados pelos conflitos foram pelas bactérias e vírus, as quais inundaram a sociedade indígena como pragas bíblicas e faziam com que os índios morressem como moscas, quando seus organismos não se opunham às enfermidades. Os que conseguiam sobreviver ficavam debilitados e inúteis (GALEANO, 2012). Iniciava-se um processo de exploração na Amazônia que alteraria as bases das relações do homem com a floresta, dos quais os efeitos são sentidos até hoje.

Como o europeu não conhecia a região necessitava do indígena para poder explorá-la. Para tanto, desenvolveu estratégias para utilizar ao seu favor a força e conhecimento do índio, alterando nesse processo muitos padrões culturais. Uma das primeiras atitudes foi concentrar a população rarefeita que restou depois das mortes pelos conflitos e doenças, concentração que se fez necessária para as grandes explorações agrícolas e a produção voltada para a exportação. Com isso, foi ocorrendo em toda a Amazônia uma padronização da vida, suprimindo a diferenciação regional presente na dinâmica de diversas tribos. No meio desconhecido para o europeu, o índio, segundo Daniel (2004), foi de grande importância para o conhecimento da região e como mão de obra para explorar os recursos de interesse daquele, atuando o índio no fornecimento de alimentos para os colonizadores e ensinando-os algumas práticas para como estes explorarem as florestas e os rios. Com isso, é interessante ressaltar que mesmo contra a vontade, nos primeiros momentos, os colonizadores foram obrigados a reconhecerem e se adequarem à funcionalidade do sistema de produção indígena, uma vez

que estes tinham acúmulo de informações sobre as espécies vegetais nativas, o que sem isso seria difícil a sobrevivência dos colonizadores.

Segundo Meggers (1987), os recém-chegados continuaram a se comportar como extensão da sociedade europeia, mantendo uma dieta alimentar tradicional constituída por carne, arroz e café, assim como mantinham a divisão de trabalho altamente diversificada que se ligava a um complexo de sistema de troca comercial. Essa necessidade do mercado fez com que o povoamento se concentrasse nas margens dos rios, principal via de acesso na região, forçando a concentração indígena nessas áreas. A rede hidrográfica regulou a penetração e fixação do colonizador, assim como a dizimação rápida das populações que habitavam as margens. Foi a dinâmica dessa concentração e a exploração da força do trabalho indígena que fez com que os produtos da coleta e da agricultura se transformassem em mercadorias, transformando também a dinâmica e velocidade da produção, antes determinadas apenas por forças biológicas, mas agora pelas forças vindas dos mercados.

Para alcançar essa empreitada foi fundamental a ação missionária. Como o efetivo demográfico das metrópoles ibéricas era extremamente reduzido para dar sequência prática à exploração de toda a região descoberta, aliado ainda ao caráter disperso do povoamento indígena, o colonizador vinculou a igreja à sua política de domínio territorial. Foi a ação da igreja, tanto pelo lado português quanto pelo lado espanhol, o que se deu pela ação de várias ordens religiosas, que foi criado na Amazônia um contingente indígena aculturado e destribalizado, o qual vai se constituir na base étnica da formação de um campesinato agroextrativista da Amazônia, ao absorver a cultura familiar monogâmica individualizada pregada pela igreja, por meio do sacramento do matrimônio, em detrimento da cultura familiar tribal ampliada. O processo de formação do campesinato amazônico foi, na verdade, um violento exemplo de destruição cultural das sociedades indígenas, que aos poucos foram se misturando com os colonos, e mais tarde com os negros, formando um novo padrão cultural na região, o camponês típico da Amazônia. Para Moreira Neto (1988), o resultado da destribalização era um índio ainda íntegro, mas já profundamente conformado pelos padrões culturais que foram impostos, submissos aos desígnios do mundo colonial. Assim, a formação do campesinato amazônico traz na sua base a herança cultural indígena.

A mão de obra indígena era considerada indispensável para a prática do extrativismo dos produtos regionais e agricultura, cuja tecnologia de exploração só o índio conhecia após muito tempo de atuação no meio amazônico, o que foi sendo aprimorado para a maior produção, especialmente com a introdução do machado de aço. Desde o século XVI as ações

missionárias adotaram o expediente de reunir grupos culturalmente diversos nos mesmos aldeamentos, com o propósito de destruir a autonomia e a funcionalidade das várias tradições culturais específicas. Os indígenas eram deslocados de suas áreas de ocupação para as missões, geralmente um local mais exposto ao contato, às margens dos rios, em um processo em que os índios eram “descidos” para os aldeamentos. Assim, ia sendo destruído os modos tradicionais de organização e controle social do grupo e sua herança cultural pelo combate e eventual eliminação de seus mitos e outras tradições. Além disso, a língua ia sendo substituída pela introdução da língua geral, assim como por rudimentos e valores da crença cristã e outros mecanismos diversificados de dominação colonial (FILOCREÃO, 2007).

Os índios foram submetidos a uma relação de escravidão do século XVI ao XVIII pelas ações missionárias. Durante esse período, segundo Dominguez (1994), o trabalho de incorporação dos indígenas a um modelo de sociedade que a si mesma considerava-se civilizada, fundamentada em padrões tais como o sedentarismo, o povoamento nucleado, a adesão ao catolicismo e sua mística pela busca dos caminhos do “progresso”, era a rota que se devia seguir e cuja meta final a constituíam os países europeus como expressão da etapa mais avançada da civilização. Como muitos indígenas não aceitavam se submeter aos ditames das ações missionárias iam para a guerra ou então fugiam para o interior da floresta, ampliando a área de ocupação da região. Mesmo os que se concentravam nos aldeamentos também procuravam fugir, e muitos conseguiam. Os missionários usavam de algumas estratégias para conseguir capturá-los e mantê-los, pela violência ou oferecendo ferramentas e outras “bagatelas” de que se valiam os religiosos para atrair os nativos com o fim de condicioná-los à “cristandade” e à vida “civilizada”. No entanto, os missionários se queixavam da inconstância do índio que abandonavam os povoados recém-fundados assim que recebiam as ferramentas. Com isso, os missionários consideravam necessário recorrer a uma população não indígena para continuar suas ações.

Entretanto, o impacto econômico das ações missionárias já não mais satisfazia as perspectivas das coroas, espanhola e portuguesa. Estava mais evidente o caráter mercantil em que a Amazônia estava envolvida. Com isso chega ao final as ações missionárias na Amazônia em meados do século XVIII. Do lado espanhol, o abandono das missões se dá mais pelo fracasso, enquanto do lado português as ações da coroa vão entrar em conflito com os interesses das ordens religiosas. Durante o período pombalino, do lado português, as ordens religiosas serão expulsas e terão os seus bens confiscados. É ainda durante esse período que os escravos serão introduzidos na Amazônia, para reforçar a produção na agricultura. Até o

momento a mão de obra escrava africana não havia sido introduzida na região amazônica porque tinha um custo muito elevado e as atividades exploradas não compensavam o alto custo investido. As medidas do Marquês de Pombal, a partir de 1750, foram responsáveis por expulsar a maior ordem religiosa que atuava em toda a região, os jesuítas. O Marquês tinha uma visão diferente para atuar com o indígena, requerendo da mão de obra deste para o serviço do processo de colonização, com o que não concordava o missionário, o qual teve suas ações abolidas no ano de 1759, no lado português, e oito anos depois, pelo lado espanhol, ocorrendo o sequestro de todos os seus bens.

Expulsar o missionário da Amazônia era o requisito para criar na região uma nova ordem econômica que pudesse ser usufruída pelos Estados colonizadores. O objetivo era incentivar a maior produção na região. Era um novo momento pelo qual passava a dinâmica de exploração econômica e organizacional da Amazônia. O fim da ação missionária proporcionou maior liberdade para os indígenas, os quais do lado português tiveram incentivos na sua miscigenação com os portugueses, sendo que o matrimônio entre os dois era incentivado por uma lei que lhes garantiam terras, dinheiro, armas e instrumentos agrícolas. Essa orientação originou a formação de novos padrões culturais, os quais vieram contribuir com a figura de um camponês já em formação na Amazônia. A união dos indígenas com o europeu foi se disseminando por toda a região, o que somado a união de negros fugitivos, os quais foram introduzidos para desenvolver trabalhos na agricultura de exportação, com os indígenas configura a formação primeira de um campesinato que foi se construindo na própria região durante mais de três séculos. O último quesito para a consolidação desse campesinato foi a liberdade alcançada em relação ao sistema colonial, por meio da resistência e conflitos que levaram a dispersão desse novo sujeito por toda a região. Assim, o índio, o colono e o negro são as bases da formação do campesinato típico da região amazônica, o qual desenvolve suas atividades agrícolas e de coleta com maior herança da cultura indígena.

2.3 UM NOVO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA

A partir do século XIX, inicia-se um período em que irá se conformar, podemos assim dizer, um segundo momento para a formação de um novo campesinato na Amazônia, atribuído às grandes ondas de migração para a região em virtude de variados surtos extrativistas do qual a região é palco e também do cenário como válvula de escape para as tensões sociais de outras áreas nos países que integram a região. As atividades que vão ser

desenvolvidas por esse novo campesinato que vai se consolidar na região é, em grande parte, fruto das técnicas e sistemas agrícolas já desenvolvidos em suas regiões de origem, o que terá um balanço diferente quanto ao equilíbrio dos ecossistemas amazônicos, os quais serão mais impactados pelas atividades desenvolvidas, muitas das quais estranhas à ecologia da região. É um campesinato que vai se adaptando às características ambientais da região, vai aprendendo a conviver com os rios e com a floresta e se apropriando do saber das populações que já habitam o lugar. Na região, ele vai recompondo, em meio tão diferente, raízes culturais, solidariedades familiares e de vizinhança que são tão importantes para a sua reprodução social.

No início do século XIX, na tentativa de adensar o povoamento da região e somando às questões de perseguições, guerras, fome e discriminação em curso em outros países, começam as migrações internacionais. Foram judeus, jamaicanos, chineses, italianos, portugueses, franceses, espanhóis, açorianos, americanos, alemães, belgas, ingleses, suíços, argentinos, entre outras nacionalidades que chegaram à Amazônia. A intensidade dessas migrações ocorreu, segundo Ribeiro (2005), com maior destaque na Amazônia brasileira, uma vez que o governo brasileiro, a partir de 1854, inseriu no contrato de concessão dos direitos de navegação sobre o rio Amazonas a obrigação, para aqueles que tivessem direito a navegar nos rios amazônicos, de implantar projetos de colonização estrangeira. Esse ideário de colonização da Amazônia coadunava especialmente com os interesses dos países asiáticos superpopulosos. Os primeiros estrangeiros a chegarem na região nesse processo foram 1061 colonos portugueses e 30 chineses.

A colonização estrangeira teve algum sucesso no plantio de algodão, de cana-de-açúcar, do trigo e da batata, mas como projeto econômico fracassou e, ainda, muitos foram vítimas fatais de doenças tropicais. Poucas foram as colonizações estrangeiras que deram certo na região como, por exemplo, a japonesa (SOUZA, 2015). A maior contribuição populacional estrangeira foi de natureza espontânea, não tendo um bom acompanhamento de ordem técnica e organizacional, como aconteceu na colonização dirigida, a qual alcançou melhores resultados. Segundo Santos (1980), alguns fatores foram fundamentais no fracasso e nas revezes da colonização estrangeira na Amazônia, destacando-se entre eles: a baixa qualidade do migrante estrangeiro, em razão da completa falta de seleção; a errônea localização de muitas colônias, sob o ponto de vista econômico e; a inépcia administrativa dos órgãos oficiais responsáveis pelos projetos.

Passado esse momento de ideário de colonização estrangeira na Amazônia, o que teve muitos fracassos, despontou na região uma sequência de atividades e fatos externos que foram propulsores pela atração e grande deslocamento populacional para a região, o que em grande parte veio contribuir para consolidar um novo campesinato que já estava em formação na região. Dentre a sequência de atividades podemos citar a extração da quina, especialmente na região amazônica que integra os países andinos; a extração do látex que ocorreu em toda a Amazônia, sendo a primeira atividade a atrair a maior quantidade de migrantes para a região; as atividades do garimpo, as quais tiveram certa constância no tempo; a extração madeireira; a mineração e; a produção de coca na Amazônia dos países andinos, a qual se configurou na década dos anos de 1980-90 como uma das atividades de sobrevivência para os camponeses e muitos migrantes que chegavam na região para se dedicarem exclusivamente nessa atividade.

Dentre os fatos externos que contribuíram para o grande deslocamento populacional podemos citar a violência no campo nos países andinos, o que provocou a concentração de terras nos Andes e a expulsão dos camponeses para outras áreas, em especial para a Amazônia; no caso brasileiro, podemos citar a seca no nordeste, a qual contribuiu para o deslocamento massivo para a Amazônia, assim como a concentração de terras no sul e sudeste, o que também foi fator importante para deslocamento populacional dessas regiões para a Amazônia e; os projetos de colonização, o que no caso da Amazônia brasileira esteve atrelado aos programas de desenvolvimento. Segundo D'antona *et. al.* (2011), ainda para o caso brasileiro, também os projetos agropecuários, como parte das políticas implementadas pelo governo militar para o desenvolvimento e ocupação da Amazônia, estimularam o fluxo de migração para este espaço durante os anos de 1960-70.

O processo de atração populacional na Amazônia colombiana, em termos mais significativo, teve início com a extração da quina na segunda metade século XIX⁵³, quando a demanda por esse produto aumentou nos mercados europeus (LÓPEZ, 1998). Inicialmente, a demanda da quina era suprida pela extração em outras partes da Colômbia; quando o avanço dos europeus se deu com maior intensidade sobre a África e a malária aumentou, tornando-se um obstáculo para o avanço da exploração, a demanda pela quina também aumentou, o que levou a busca desse produto na região amazônica colombiana. Para a época, a quina era o principal remédio contra a malária, a qual dizimou grande quantidade de pessoas, especialmente na região tropical. Depois da quina, foi a vez da extração do caucho ser o

⁵³ Segundo Rodríguez (2014), foi só a partir de meados do século XIX que a região amazônica colombiana foi objeto do processo de penetração e mais tarde de colonização, quando recebeu o deslocamento de grande massa populacional.

responsável por atrair uma massa populacional para a região, tanto no primeiro momento quanto no segundo de exploração desse produto. A economia do caucho proporcionou a abertura de vários caminhos na Amazônia colombiana, assim como o maior povoamento da região. De início, a atividade se concentrava quase que exclusivamente na extração do látex, com pouca atividade na agricultura, cenário que muda com o declínio da economia do caucho. Esses dois momentos abriram os caminhos e vias de acesso na floresta para a grande onda de migração que ocorreu nos anos 1950-60.

A atual configuração populacional da Amazônia colombiana é resultado de uma série e sequência de momentos pela qual essa região tem sido cenário ao longo dos anos. Os processos de atração populacional algumas vezes foram promovidos pelo Estado na busca por exercer sua soberania na região, assim como também tiveram origem de forma espontânea quando os migrantes de outras regiões do país, diante da pressão do latifúndio e da violência no campo, encontraram na região o refúgio e saída para o momento insustentável pelo qual estavam passando. Somando-se a isso, os acréscimos populacionais na Amazônia também obedeceram aos focos de atração decorrente dos processos econômicos, como a exploração do petróleo e dos recursos minerais, assim como também da produção de substâncias psicotrópicas (ARCILA NIÑO, 2010). Segundo Raisg (2015), as ondas de migração para a Amazônia não ocorreram de forma distribuída e no mesmo grau de intensidade, sendo algumas mais intensas que outras e com maior concentração na parte ocidental, principalmente nos departamentos de Caquetá e Putumayo.

De acordo com Abella (2019), os processos que provocaram a chegada das correntes migratórias podem ser categorizadas em 5 formas e tipos de colonização. A primeira delas é a colonização extrativa, caracterizada pela busca e usufruto dos produtos da região como a quina, o caucho, o oro, o petróleo entre outros. A segunda é a colonização espontânea, entendida assim devido ao fato de que não houve uma força estatal direta que a promovera, marcada pelos camponeses que fugiam da violência pelos conflitos políticos. Por terceiro, tem-se a colonização dirigida, sendo esta promovida por diferentes entes estatais, vale citar o INCORA como responsável pela maior participação nesta. Em quarto, pode-se citar a colonização militar com o estabelecimento de bases militares durante a guerra fronteiriça com o Peru e a criação de colônias penitenciárias com o fim de criar processos de ocupação em espaços estratégicos. E, por fim, pode-se citar a colonização migratória, a qual se caracteriza pelas correntes migratórias durante os diferentes auge de exploração. Um exemplo dessa categorização são os cultivos de coca, os quais marcaram a chegada de centenas de pessoas

para no plantio, processamento ou transporte. Os fluxos migratórios utilizam como vias de acesso e comunicação os principais rios e as estradas que foram sendo abertas pelas investidas de ocupação e exploração (HOZ e VALENCIA, 2010).

Durante as primeiras décadas do século XX, desde os anos 20-30, todos os países da região andina empreenderam processos de modernização agrária, o que desatou profundos conflitos com as populações camponesas. No caso da Colômbia, o avanço desses conflitos, com o interesse pelo rural colombiano e o potencial esperado no projeto agroexportador, vai provocar grandes transformações no cenário rural colombiano a partir da segunda metade do século XX (RUIZ, 2012). Os camponeses da região andina colombiana são expulsos pelas dinâmicas de reprodução e ampliação do capital, assim como pelo próprio Estado colombiano, o qual empreendeu uma dura perseguição militar contra os camponeses que resistiram à expropriação de seus territórios. A concentração de terras na área andina nas mãos de grandes proprietários iniciou agressivos programas agrários que geraram fortes processos de deteriorização e decomposição das economias camponesas, obrigando as populações rurais a abandonar suas terras e empreender processos de migração para as cidades ou para outras regiões, como foi o caso da ida para a Amazônia. Foi assim que muitos camponeses chegaram na Amazônia colombiana, em um período conhecido como “La violencia”.

As primeiras migrações para a Amazônia decorrente desses conflitos ocorreram de forma espontânea e por conta própria dos camponeses expulsos, tendo o Estado colombiano a preocupação posterior por empreender projetos de colonização na região, temendo a intensificação e expansão dos conflitos já iniciados. Entretanto, o acompanhamento por parte do Estado não foi suficiente para garantir o assentamento dessas populações com garantias econômicas para sobreviver em um novo ambiente, muito diferente da região andina. Os camponeses que chegaram à região nesse período provieram de diferentes regiões da Colômbia, com maiores destaques para os departamentos de Huila, Narino, Meta, Tolima, Santander, Valle, Boyacá, Caldas e Cundinamarca, os quais se concentraram principalmente na parte ocidental da Amazônia colombiana, nos departamentos de Caquetá, Guaviare e Putumayo. A vida na floresta não foi nada fácil para os camponeses recém-chegados, os quais tiveram que começar tudo de novo, construindo seus meios de transporte, para locomoção pelos rios, elaborando muitas de suas ferramentas de trabalho e caça e desflorestando áreas para o plantio. Eles tiveram que enfrentar fortes obstáculos ambientais e sérios problemas econômicos para assentar-se e estabilizar-se na região amazônica.

É desse contexto que o plantio da coca (*Erythroxylon coca*) ganha espaço, exercendo um papel central na luta pela sobrevivência daqueles que foram expulsos de suas terras e rumaram em direção a Amazônia colombiana, com maior visibilidade nos anos de 1980. Apesar da resistência de muitos (em termos político, organizativo, moral e religioso) pelo plantio do ilícito, o cultivo da folha de coca se colocava como a melhor alternativa econômica para um campesinato que vivia sob extrema condição de pobreza, distante dos centros de consumo e em lugares sem nenhuma presença do Estado. Em comparação com outras culturas o cultivo de coca oferecia um alto rendimento e podia ser colhida cinco ou seis vezes ao ano, podendo ser cultivada em terras com baixo nível de fertilidade. O recurso financeiro alcançado com esse cultivo era o que permitia o estabelecimento e satisfação das necessidades de reprodução social e biológica de um campesinato que já estava em processo de consolidação na Amazônia colombiana em meados do século XX.

Em sua pesquisa, Ruiz (2012, p. 45) expressa a diferença de rendimentos entre o cultivo de coca e outras culturas:

Un predio producía, por ejemplo, 10 cargas de maíz al año, que dejaban un ingreso bruto de 12.000 pesos colombianos (6 dólares aproximadamente) a comienzos de los años ochenta. Ese mismo predio podía producir 100 arrobas de coca, que representaban para el dueño un ingreso bruto de 350 mil pesos al año (alrededor de 175 dólares). La yuca era más rentable que el maíz. Un predio producía 150 cargas de yuca, que dejaban un ingreso bruto de 75.000 pesos colombianos (alrededor de 37.5 dólares). Es decir, seis veces más que el maíz, pero cuatro veces menos que la coca. ¿Por qué no sustituir entonces el maíz e la yuca por coca?

Corroborando para explicitar a rentabilidade do cultivo de coca Pizón (1997) apresenta a experiência de um colono que havia chegado na região em começos dos anos 1960, o qual contou que uma quarta parte das terras não compensavam os gastos com a produção que era semeada, indicando que no cultivo de milho ou arroz eram mais caro a semeadura e a colheita do que o dinheiro alcançado com a venda destes. Não restava outra alternativa, e por instinto de sobrevivência recorreram ao cultivo da coca. E como afirma Ramón (1998), juntamente com a chegada da coca chegou também a abundância de dinheiro e todos começaram a beneficiar-se como aponta o relato a seguir:

Cuando ya se comenzó con el cultivo de la coca y todo el mundo a sembrar matas, comenzó a ser buen prestatario con las entidades, a dar buen cumplimiento y a

progresar las fincas. Y entonces sacaban plata para una cosa y la invertían en otra, pero como podían después pagar las cotas, entonces en la Caja eran buenos prestatarios (RAMÓN, 1998, p. 65).

O período do auge cocaleiro, alimentado pela grande demanda internacional, especialmente dos mercados norte-americanos, esteve muito associado à chegada de novas correntes migratórias na Amazônia colombiana, procedentes de diversas partes da Colômbia (DNP, 1991). O estudo de Domínguez (2005) mostra que houve um aumento populacional nos departamentos de Caquetá, Guaviare e Putumayo, principais áreas de produção, os quais passaram de 261.804 habitantes em 1973 para 369.593 em 1985. Chegaram na região grupos de camponeses sem terra, desempregados urbanos, comerciantes e outros tipos de trabalhadores para se dedicarem na produção da coca. No entanto, o boom cocaleiro foi freado pela crise econômica (uma curta crise nos anos 1985-87) (MONTAÑA, 2000), como consequência da sobreoferta na região, levando muitos camponeses a se dedicarem a outras alternativas econômicas. Somado a isso, o governo colombiano imprimiu o início de estratégias de combate à expansão do cultivo de coca, pois considerava que este produto era a base de manutenção das guerrilhas que se encontravam na região⁵⁴.

A partir da década 1980, recorrendo até o presente, a Amazônia colombiana também se torna palco da intensificação da extração mineral, com destaque para a exploração do petróleo, o que irá atrair novamente um novo contingente populacional para a região, vindo muitos somar e consolidar o campesinato que hoje está presente na região. O período de crise do petróleo despertou o interesse internacional pelo recurso na região. A demanda internacional incluía muitos recursos do subsolo, o que se configurou como determinante na ferocidade para a construção e abertura de novas rotas de penetração na região. As novas estradas abertas (Pasto-Mocoa e Neiva-Algeciras-Florencia), somadas aos rios, deram maior importância aos novos focos de colonização, atraindo novas famílias camponesas. Nesse período intensificou-se também a preocupação do governo por promover novos projetos de colonização na região. As novas vias de acesso dispersaram por toda a região um contingente populacional que foram se amalgamando com os antigos moradores da região, desenvolvendo suas estratégias de pesca, caça e agricultura conforme iam aprendendo com a população local.

⁵⁴Um pouco mais adiante, já nos anos 1990, o Estado respondeu ao combate dos cultivos ilícitos com medidas repressivas, que atingiu pesadamente as áreas camponesas, com a fumigação aérea com o uso do herbicida glifosato, o qual afetava tanto o cultivo de coca como outros cultivos, os pastos, os animais domésticos, o meio ambiente e a saúde da população. Foi uma investida contra o narcotráfico que acabou afetando drasticamente os camponeses (QUINTERO, 2014).

Assim ocorreu a consolidação de um campesinato e seu território na Amazônia colombiana, o qual se faz presente nos dias atuais, praticando suas formas de uso da terra em uma mescla dos novos conhecimentos aprendidos, em decorrência das exigências do novo ambiente, com certas práticas econômicas, sociais, ambientais e culturais de seus lugares de origem.

No que se refere à Amazônia brasileira, as ondas de migração que irão contribuir para consolidar um novo campesinato têm suas origens no século XIX com a economia da borracha, quando esta promove na região uma grande demanda por mão de obra. Nesse contexto, a mão de obra nordestina foi fundamental para o empreendimento da exploração da borracha na região. Segundo Santos (1980), em 1800 a Amazônia não alcançava 100 mil habitantes, excetuadas as tribos indígenas; em 1823 a região contava com uma população de 127 mil habitantes, em 1872 passou para quase 340 mil, em 1900 somou quase 700 mil e, em 1920 alcançou algo em torno de 1.400.000 habitantes. O aumento populacional, em decorrência da migração, intensificou-se a partir do ano 1870 quando os preços internacionais da borracha se elevaram, devido a maior expressão da enorme demanda industrial por esse produto. De 45 libras esterlinas que valia em média a tonelada da borracha em 1840-50 passa a valer 118 libras na década seguinte, 182 nos decênios 1870-80, alcançando 389 libras em 1900-10.

A esse fato, somou-se a grande seca ocorrida no Nordeste entre 1877 e 1880, a qual dizimou entre 100 e 200 mil pessoas e praticamente todo o rebanho da área, deixando um devastador quadro de miséria (SANTOS, 1980). A demanda de mão de obra para a extração de látex combinou com a grande seca no Nordeste, sendo dois fatores que coincidiram para a grande onda de migração dessa região para a Amazônia, o que levou ao incremento enorme da produção de borracha nessa região, passando das modestas 3.700 toneladas anuais, em média, na década de 1850-60, para quase 35 mil na década de 1900-10. A Amazônia foi uma resposta alternativa para as pressões sociais vivenciadas no Nordeste. A chegada dos migrantes se dava de forma espontânea ou arregimentados por intermediários que aliciavam mão de obra para trabalhar nos seringais da região, assim como também levada a efeito pelos governos amazônicos, especialmente nos estados do Pará e Amazonas, nos rios Xingu, Tapajós, Madeira e Purus. A situação de miséria não mudou e o migrante teve que iniciar uma nova vida em um ambiente muito diferente do seu de origem. O migrante fugia da seca para se deparar com outro extremo, a terra “encharcada”.

O migrante não tinha experiência alguma de contato com a floresta amazônica e por conta disso teve que readaptar hábitos e práticas com novos conhecimentos que foi adquirindo

durante os trabalhos nos seringais. Em muitos locais a corrente migratória assumiu papel pioneiro no desbravamento da região amazônica. Para o primeiro momento do boom da economia da borracha a leva de migrantes que chegou à região ocorreu de maneira desorganizada e com baixa presença de amparo governamental, o que foi responsável pela superexploração dos recém-chegados, os quais eram caracterizados por serem homens e sem a família. Fato que teve uma conotação diferente para o segundo momento da exploração da borracha (1942-45), quando os acordos com os Estados Unidos previam a organização do deslocamento dos migrantes para a Amazônia. No segundo momento, o deslocamento priorizava as famílias, na tentativa de evitar o retorno dos migrantes. Com a crise da economia da borracha, muitos dos migrantes retornaram para seus locais de origem, enquanto muitos outros permaneceram na região, reforçando seus laços com a floresta e dispersando-se por ela na busca por melhores condições para sobreviver, contribuindo assim para consolidar um campesinato que vai se formando a partir de contextos migratórios, adaptando-se às condições da região. É um campesinato que vai diversificar a produção tanto agrícola, como extrativista, a qual contribuirá para melhorar a qualidade de vida em relação ao período da borracha.

A onda migratória para a Amazônia brasileira vai continuar na segunda metade do século XX, agora com maior intensidade e como interesse prioritário do governo federal, no intuito de adensar o povoamento da região e desenvolver projetos de desenvolvimento, como hidrelétricas, pecuária, mineração entre outros. A partir da década de 1950, com o modelo desenvolvimentista, a ação do governo federal torna-se mais presente na região. Entretanto, foi no governo militar que afloraram os grandes projetos de colonização da Amazônia, os quais acompanhavam as margens das grandes estradas que iam sendo abertas. Agora, chegavam migrantes de todas as partes do Brasil, os quais contavam com incentivos do governo, o que procurava alcançar dois grandes objetivos para a região amazônica, por meio de programas institucionais, a integração ao resto do país com os incentivos às atividades econômicas e a ocupação social de grandes extensões de terras. Para atingir o primeiro objetivo, segundo Matos (2016), o governo investiu bilhões de dólares na construção de infraestrutura na forma de portos, aeroportos e, principalmente, na construção de estradas que atravessariam a floresta, além da concessão de incentivos fiscais e criação de mecanismos legais para a transferência de terra para grandes produtores e empresas, motivando estes para iniciar suas atividades produtivas na Amazônia.

E para atingir o segundo objetivo, o governo estimulou a chegada de camponeses do Nordeste e do Sul do Brasil para ocupar lotes determinados ao longo das estradas, as quais

foram traçadas para servirem como leito de acesso populacional que levaria à maximização da ocupação da região, assim como para a dispersão dos grandes projetos de exploração, que contariam com a mão de obra trazida pelos incentivos governamentais. Foi na década de 1960 que despontou um vasto programa de colonização dirigida, a ser executado ao longo das estradas de integração nacional, com os assentamentos concentrados em maior proporção ao longo do eixo da transamazônica, sobretudo no estado do Pará, em áreas que eram reconhecidas por melhores condições pedológicas para o desenvolvimento da agricultura (RIBEIRO, 2005). Mas foi na década de 1970, com a criação do INCRA, que se intensificou a chegada de camponeses na região, quando, somente entre 1970 e 1974, este instituto enviou cerca de 400.000 colonos para a Amazônia (MATOS, 2016).

O “grosso” da migração chegou nesse período à região. No entanto, é importante ressaltar que a preocupação primeira do governo não era as grandes massas populacionais que estavam sendo deslocadas para a região, e sim o suporte de mão de obra para os grandes investimentos que estavam sendo instalados. Por conta disso, muito dos assentamentos, da alçada do governo, iam sendo planejados em lugares selecionados para atender as necessidades de mão de obra de certos projetos, mas, no entanto, em áreas que não apresentavam boas condições para o desenvolvimento da agricultura, o que foi a causa, associado ao baixo acompanhamento técnico e o fato de que muitos migrantes não tinham vocação para a agricultura e nem experiências com a floresta amazônica e seus rios, para o fracasso de muitos projetos de assentamento. Em outras áreas ocorria o povoamento por meio da colonização privada. Com a Amazônia na rota dos grandes projetos de desenvolvimento, não demorou muito para aparecerem os graves problemas ambientais e os conflitos sociais em uma escala nunca vista antes na região. As áreas dos assentamentos entraram na rota de interesse dos grandes projetos agropecuários, quando muitos assentados foram expulsos para áreas mais distantes, desbravando o interior da floresta. Ainda, muitos projetos de assentamento fracassaram, contribuindo para a dispersão dos agricultores para outras partes da região, sendo que muitos retornavam para seus locais de origem. Também, com o término de muitos empreendimentos grande parte da mão de obra não mais era necessária, o que provocou a dispersão desses trabalhadores pela região em busca de novas alternativas para sobreviverem, encontrando na atividade aurífera um momentâneo desafogo, até que muitos se fixaram na região.

É a conjunção desses fatores que leva a consolidação do campesinato que hoje temos na Amazônia brasileira. Muitos dos migrantes que vieram para Amazônia a partir da

economia da borracha e dos grandes projetos de colonização foram se adaptando aos trabalhos na terra, na pequena agricultura e pecuária, assim como nas atividades do extrativismo e foram desenvolvendo um modo de produzir de acordo com as condições possibilitada pela floresta e pelos rios. A nova forma de trabalhar na região foi se conformando pela repetição das atividades até se adaptarem ou na aprendizagem com as populações mais antigas. Nesse processo, houve a inserção de novas técnicas, trazidas dos locais de origem dos agricultores, e a aprendizagem de muitas outras, como derrubar a floresta para o plantio, as quais se mesclavam e caracterizam um campesinato que é diferente daquele se formou tipicamente na herança indígena, o qual já habitava a região muito tempo antes da chegada dos europeus. Assim, a intensa onda de migração ocorrida a partir do século XIX colocou o campesinato já existente na região em contato com outros camponeses e migrantes oriundos de diversas regiões, com trajetórias e práticas produtivas diferentes, conformando um campesinato amazônico bastante diversificado, reproduzindo, também, diferentes sistemas produtivos de uso da terra, estando eles caracterizados por sistema puramente extrativista, sistema misto agricultura-extrativismo, sistema tripartite (agricultura, agroflorestamento e extrativismo) e o sistema agrícola puro, associados à caça, pesca e à criação de animais em pequena escala.

De maneira geral, e considerando o contexto social, a Pan-Amazônia está formada por imigrantes de diversas origens, decorrente de um grande processo de mobilização que se mantém para os dias atuais. O fluxo de migração, embora em menor intensidade como foi no passado, ainda é presente da parte andina para a Amazônia peruana, boliviana, colombiana e equatoriana. No caso brasileiro, os movimentos migratórios desde o sul do país seguem na busca por alcançar um pedaço de terra. E no caso venezuelano, a saga do êxodo de refugiados faz com que se dispersem pessoas do interior deste país não só para a sua própria Amazônia como para as demais. Os residentes nas zonas rurais da Pan-Amazônia, segundo a Raisg (2020) representam 37% da população da região, sendo quase 13 milhões de habitantes. Uma projeção que se pode fazer é que conforme as condições de acesso (transportes) e estradas vão melhorando, o acesso aos recursos e riquezas da floresta é inevitável e isso pode estimular a chegada de novos fluxos migratórios.

As centenas de milhares de famílias camponesas e colonos que foram atraídas e direcionadas para Pan-Amazônia em decorrência dos projetos de colonização ou que chegaram de maneira espontânea no sonho de refazer a vida na região, no embalo dos auge extrativistas ou como saída para a situação de violência e improdutividade dos seus locais de origem, chegaram sem o conhecimento prévio de práticas adequadas a um ambiente de

floresta tropical. Estavam imersos em uma nova realidade da qual nunca antes haviam vivenciada. O que parecia um sonho e um novo projeto de vida, logo se tornou um pesadelo a ser enfrentado. Estavam saindo de uma situação difícil para entrar em outra. No caso da Amazônia brasileira, os grandes fluxos de migrantes que vieram do Nordeste estavam fugindo da seca para entrar em terras alagadas e úmidas de floresta densa e com perigos dos quais nem ideia tinham. Por sua vez, no caso da Amazônia colombiana, os migrantes fugindo da violência do interior do país, dos Andes, encontraram nas terras baixas os desafios de acesso e as condições edafoclimáticas totalmente diferente daquelas dos seus lugares de origem, lhes perseguindo também a violência dos cultivos ilícitos. Os rios e as florestas eram agora as paisagens predominantes na vida dos recém-chegados.

Diante de tais circunstâncias não era segredo, e sim previsível, que grande parte dos migrantes apresentaria fracasso devido à baixa fertilidade das terras e da carência de serviços básicos, na ausência de infraestrutura, de possibilidades de comercialização e de não alcance por parte dos serviços de extensão rural. Estavam entregues a própria sorte e teriam que enfrentar com seus próprios conhecimentos os desafios da produção e sobrevivência na floresta. Alguns que tiveram condições (em termos econômicos e também por apresentar experiência em outros ofícios fora das atividades agrícolas) regressaram para seus lugares de origem ou foram tentar a vida nos núcleos urbanos ou outros lugares fora da região. Mas esta possibilidade foi possível para poucos e os que ficaram tiveram que aprender a viver e enfrentar as circunstâncias de um ambiente inóspito e a ser desbravado. A Amazônia era vista como uma fronteira de infinitas possibilidades econômicas sendo representada com as riquezas dos mais diversos tipos, só não era representada e apresentada as condições de penúria pela qual os migrantes iriam viver. Somando-se a isso, os migrantes eram de baixa escala social, na condição de pessoas de pouco ou nenhum estudo e detentores de técnicas agrícolas muito rudimentares.

Outro ponto crítico na vida dos novos migrantes é que eles já chegavam endividados na região⁵⁵ com seus patrões e comerciantes, dos quais dependiam para chegar até a floresta e

⁵⁵ Cabe destaque aos projetos de colonização dirigida pelo Estado (colombiano e brasileiro), os quais pontuavam o fornecimento de condições básicas com o oferecimento de transporte até as áreas de colonização e a disponibilidade de um pequeno crédito nos primeiros anos (pautado mais na disponibilidade de ferramentas, sementes, pequenos animais e outros utensílios do que na disponibilidade do dinheiro em efetivo) para que o migrante alcançasse suas primeiras colheitas e depois sua “autonomia”. Mesmo os migrantes desses projetos tinham dependência dos comerciantes que desenvolviam seus negócios nas localidades mais próximas da área de colonização, pois necessitavam destes para ajudá-los no processo de comercialização dos produtos e do acesso à outros bens e alimentos que não produziam. Fora desse contexto dos projetos de colonização por parte do Estado, os demais migrantes apresentavam uma dependência imediata e direta para com os comerciantes locais,

do adiantamento de ferramentas, munições e de comida necessária para adentrar a selva e abrir sua futura roça ou praticar o extrativismo. A dívida contraída não era somente econômica, mas também moral, por meio da qual os migrantes ficavam indefinidamente atrelados aos que lhes adiantavam o necessário para a sobrevivência. Eles eram obrigados a vender toda a colheita e demais outros produtos extraídos da floresta a preços ínfimos para tentar saldar a dívida inicial, a qual nunca parecia chegar ao fim, mas muito pelo contrário, ia cada vez mais só aumentando seja porque os próprios patrões e comerciantes não davam baixa no que ia sendo pago (colaborava muito para isso a falta de instrução escolar dos migrantes, os quais não sabiam ler e nem apresentavam conhecimentos dos cálculos, confiando e acreditando no que lhes era apresentado nos cálculos da dívida) seja porque pegavam mais mercadorias com os comerciantes antes de pagar as dívidas passadas ou da realização de novos empréstimos para comprar medicamentos e outras coisas mais de seu desejo.

Como não tinham conhecimento prévio de práticas de produção no ambiente amazônico, nem destreza com trabalhos na floresta e contando com seus próprios meios e da força de trabalho de poucos braços, os migrantes não podiam abrir mais que três ou quatro hectares de roça, pois não tinham trabalhadores para mantê-las limpas, para a sementeira e para a colheita. O desejo de formar grandes áreas plantadas e de fartas colheitas não passava de um sonho. Como se não bastasse, a dura realidade pela qual passavam os novos migrantes piorava ainda mais com dois ou três anos, quando as roças abertas na chegada já não tinham mais a mesma produtividade das primeiras colheitas, agora a colheita era pouquíssima e mais adiante de quase nada. A terra ficava sem capacidade de suportar novos plantios e os migrantes tinham que iniciar novamente a sua saga de derrubar novas áreas e repetir esse ciclo por várias e várias vezes e nesse ritmo, sem alternativa, vendiam a terra trabalhada ou a entregavam para saldar suas dívidas e marchavam para outras áreas cada vez mais distante dos centros de consumo e das vias de comunicação e acesso. Estavam ainda em processo de aprendizagem de como trabalhar na floresta e conhecendo as dinâmicas dos ecossistemas amazônicos. A adaptação demandava um tempo de experiência.

Entretanto uma boa proporção dos migrantes apresentava como fator importante na sua labuta a experiência agrícola, embora fosse esta de sua região de origem. Eram camponeses que tinham experiência com a terra. Então, o fator limitante não era o trabalhar na agricultura e com cultivos, mas sim o fato do desconhecimento do ecossistema no qual

os quais além de fornecer o transporte para a região adiantavam os meios para que os migrantes iniciassem sua empreitada na floresta, com posterior pagamento da dívida com a produção alcançada.

agora estavam inseridos e teriam que modificar para colocar em práticas suas atividades produtivas. Traziam esses camponeses em sua bagagem, para além da roupa do corpo e algum dinheiro, somados ao baixo nível de capacitação e escolaridade, as tradições e os valores da lógica produtiva camponesa, tomando o pedaço de terra ali alcançado como o ponto de reconstrução da vida, para sobreviver dos produtos cultivados e retirados por meio dos trabalhos realizados no seu espaço conquistado. Tocava-lhes permanecer e dar continuidade a reprodução social. Os fatores culturais da lógica camponesa estavam presentes no sangue dos migrantes e isso seria reproduzido na floresta amazônica quando da busca de sistemas produtivos que permitissem a permanência deles na terra e que estivessem de acordo com o equilíbrio da natureza. Mas para alcançar esse objetivo demandaria tempo, não só pelo fato de conhecerem a dinâmica da região e desenvolverem novas práticas como também para abrir mão das práticas produto da experiência dos seus lugares de origem, os quais diferiam dos ecossistemas amazônicos.

O almejo pela sustentabilidade dos sistemas de produção, a permanência deles, e de uso dos recursos da floresta configurava-se como um fato dos camponeses recém-chegados, mas diante das circunstâncias do momento, sem conhecimento prévio de como atuar de acordo com as condições ecológicas e diante do dilema da sobrevivência, foram obrigados a tomarem atitudes no sentido de destruição da floresta para não perecerem de fome. Não tinham outra saída alternativa e por isso não era possível para aquele momento os camponeses desenvolverem seus valores de conservação e preservação dos recursos. Para sobreviverem ao novo ambiente tiveram de início que desmatar e abrir áreas para seus cultivos e atender diretamente as demandas dos comerciantes e outros negociantes que demandavam peles, madeira e outros produtos da floresta, sendo empurrados para destruir a fauna e a flora sem alternativa de outras possibilidades. A resposta óbvia pela sobrevivência fez com que os camponeses atuassem como destruidores da floresta, embora e que seja bem colocado, que não eram mais do que responsáveis indiretos da destruição na dura e triste realidade em que eram obrigados a explorar de forma predatória para saldar suas dívidas e alcançarem o suficiente para não morrerem de fome.

Todas as condições desfavoráveis seguiram empurrando e obrigando os camponeses a avançarem sobre a floresta em um processo de agricultura migratória, derrubando e queimando áreas para os seus cultivos sem um aproveitamento economicamente sustentável dos recursos explorados e com formas de exploração agrícola que não se ajustavam às condições amazônicas. Permanecia em curso as tentativas de conhecer e descobrir sistemas de

produção que estivessem de acordo com as características biofísicas da região, uma vez que os sistemas de produção de seus lugares de origem não apresentavam resultados esperados nas terras amazônicas. Os problemas e dificuldades nessas terras passam não apenas por estarem em um ambiente totalmente diferente daqueles em que viveram toda sua vida, mas também pelas doenças e enfermidades da floresta que os impedem de trabalhar e pelas perdas das colheitas, as quais estão sujeitas ao jogo de ensaios e erros até a adequação aos níveis de produtividade dos solos, assim como também aos baixos preços e dificuldades de transporte e comercialização. O camponês, já depois de alguns anos na região, está descobrindo os segredos dos ecossistemas amazônicos.

Eles já possuem um tempo de experiência na região que lhes permitem a orientação por seguir com aqueles sistemas de produção que apresentam melhor desenvolvimento de acordo com as características dos solos, do clima e com as saídas de comercialização. Mas isso, entretanto, não quer dizer que os camponeses agora descobriram e chegaram a sistemas de produção dentro de um contexto considerado ideal do ponto de vista produtivo, as dificuldades ainda são muitas e algumas delas não serão possíveis de apresentar um ponto final como, por exemplo, a baixa fertilidade do solo, o que representa uma constante na demanda de estratégias para alcançar uma produção. Na medida em que avançavam seus conhecimentos e exploração sobre a região iam também encontrando e identificando diversos problemas em termo dos solos, do clima e da vegetação, dos quais era de fundamental importância ter conhecimentos quando da escolha do que cultivar. Após os primeiros três ou quatro anos produzindo no mesmo pedaço de terra eles já identificavam que os solos da região tinham um nível de fertilidade muito baixo, quando viam decair a quantidade produzida em relação ao primeiro ano.

Para manter-se em seus espaços ou lotes alcançados sem a necessidade de constante migração na busca de novas áreas para iniciar todo o processo produtivo novamente, e considerando que a disponibilidade de acessar novas áreas ia se limitando e que estas eram cada vez mais distantes dos pontos de comercialização, os camponeses tiveram que adotar sistemas de produção e práticas agrícolas que transpassassem a dificuldade de produzir no mesmo pedaço terra, podendo ser citado como exemplo o desenvolvimento da prática de diversificação de cultivos. Isso fazia parte do entendimento de que os ecossistemas amazônicos eram frágeis e de pouca aptidão para aplicar a práticas agrícolas, de procedimento e das tecnologias de uso comum nos seus lugares de origem, e mais especificamente, aclaravam o conhecimento de que a derruba e queima da floresta configurava-se como um

processo danoso para os ecossistemas, uma vez que apresentava relação para a baixa fertilidade dos solos e a inutilização destes quando do uso intensivo devido ao processo de erosão provocado pelas chuvas.

Diante dos conhecimentos, ações e estratégias que vão sendo adquiridos e vivenciados por meio das experiências, o novo campesinato vai se consolidando e fixando na região. Quanto aos seus sistemas de produção e uso da terra vai combinando, modificando, adaptando (e também deixando de realizar muitas práticas) sua tradição cultural e conhecimentos de toda sua vida dos lugares de origem com os novos aprendizados que a vida na Amazônia lhe proporciona e demanda. Entretanto, não se pode dizer que o processo de adaptação desse novo campesinato esteja finalizado, e muito menos se pode pontuar que assim o estará algum dia, pois a realidade é dinâmica e os processos de adaptações e modificações, principalmente no que se refere às questões produtivas (escolha dos cultivos nos sistemas de uso da terra), são constantes e seguem de acordo as demandas de consumo e mercado e também segundo a melhor oportunidade por parte do camponês em questão de disponibilidade em termos de braços para o trabalho e da consideração do menor esforço físico para alcançar a produção de determinados produtos. É importante ressaltar que este último caso, a depender da quantidade de investimento para adotar novos cultivos, não é uma possibilidade presente para todos, o que obriga os camponeses fora dessa possibilidade seguir com os sistemas de produção que demandem menor custo de investimento.

O fato é que a chegada de novos migrantes camponeses, embora se adaptando às condições produtivas dos ecossistemas amazônicos, provocou uma diversidade no uso da terra na região, diversidade essa que foi se formando seguindo, não de início conforme as explicações acima, a capacidade de resposta da floresta e dos solos para manter a produção e não causar desequilíbrios na natureza, pois desta dependem para sua sobrevivência. Embora com trajetórias vindas de diversas partes de fora da região, com experiências em variados sistemas de produção e cultivos, as quais se manifestaram e foram postas em práticas na Amazônia, sofrendo adaptações e a não continuidade de algumas, a lógica e os valores da racionalidade camponesa fez com que eles no processo de adaptação escolhessem e adotassem sistemas de uso da terra que permitisse a exploração dentro das condições de garantir a continuidade da reprodução das famílias na terra alcançada depois de muita labuta e sofrimento. A esse contexto de diversidade na região se coloca como válida a investigação realizada para conhecer e pontuar os elementos e fatores que atuam e estão presente para a sustentabilidade dos sistemas adotados, proporcionando a permanência das famílias ao logo

dos anos na exploração de tais sistemas, e qual a leitura que a atualidade nos permite em inferir sobre a permanência destes sistemas diante da realidade hoje do contexto em lócus.

2.4 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI E NA ZRC EL PATO-BALSILLAS

A formação do campesinato na colônia agrícola do Matapi ocorreu de maneira diferente ao processo vivenciado na zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas. Na primeira, podemos ressaltar que houve uma intervenção do governo por orientar a ocupação da área que hoje é a colônia agrícola do Matapi, com o direcionamento de colonos para essa área, no objetivo por incentivar o cultivo de seringueiras e a produção de gêneros alimentícios, o que já foi discutido com mais detalhes no capítulo anterior. Por outro lado, quanto ao segundo caso, a conformação do campesinato na ZRC El Pato-Balsillas ocorreu de forma espontânea, no sentido de que não houve um planejamento para a ocupação da área, mas sim a ocupação da área que hoje integra a ZRC em decorrência do deslocamento forçado por conta da violência que sofriam nos seus antigos locais, na região andina, ocorrendo apenas posteriormente ações governamentais por organizar a ocupação da zona.

Como já abordado no capítulo 2, a formação da colônia agrícola do Matapi está inserida em um contexto que visava à colonização do então território federal do Amapá, governado pelo então capitão Janary Nunes, indicação direta do governo federal, presidente Getúlio Vargas, cujo governo tinha muitos empenhos por povoar a região amazônica, no intuito por desenvolver economicamente a mesma. Um antecedente que muito contribuiu para a formação da colônia está associado ao rápido crescimento populacional, na segunda metade da década de 1940, da cidade de Macapá, então capital do território federal do Amapá, em decorrência dos investimentos em infraestruturas no recém-criado território, promovidos pelo governo. O surgimento de muitos postos de trabalhos acabou atraindo um grande contingente populacional para a capital, tanto de fora como das áreas rurais do próprio território, o que provocou uma grande demanda por alimentos, os quais se tornaram mais escassos. Para resolver essa situação, o governo de Janary Nunes pôs em prática o seu plano de colonização do território no final dos anos de 1940, criando as colônias agrícolas para tentar resolver os problemas do êxodo das populações rurais, a produção de gêneros alimentícios e o povoamento do território.

De acordo com Lobato (2013), nos primeiros meses a colônia agrícola do Matapi contava com apenas 5 colonos e em 1955 atingia um total de 696 (121 famílias). Desse total, em torno de 60% eram de origem nordestina, acentuadamente cearenses, 40% eram japoneses e alguns poucos nortistas. Para a década de 1950 a colônia era a maior e a mais populosa colônia agrícola do Amapá, sendo a única que permaneceu e permanece até os dias atuais, enquanto as demais todas definharam. Os primeiros a chegarem na colônia foram os nordestinos, os quais receberam os primeiros terrenos localizados na colônia e distribuídos entre as linhas A, B e C. Posteriormente, nos anos de 1954-55 chegaram os japoneses, que no total somaram 40 famílias, recebendo os terrenos na parte mais interna da colônia, nas linhas G e H, conhecida como a linha dos japoneses. Essas duas últimas linhas são cortadas pela linha principal, a linha A. A linha H começa em uma parte da linha A e encontra essa mesma linha depois de realizar uma curva, a sequência já é a linha G. As primeiras famílias japonesas, a primeira leva de 24 famílias, que chegaram na colônia em 1954 receberam terrenos na linha G, enquanto a segunda leva, de 16 famílias, receberam terrenos na linha H. De acordo com as entrevistas de campo, com as pessoas mais antigas, as duas linhas dos japoneses sofreram alterações, sendo que a linha G passou a incorporar grande parte da linha H, enquanto esta teve um acréscimo que se estendeu por muito mais quilômetros, e não foi mais conhecida como linha dos japoneses, uma vez que todos os japoneses que se instalaram nessa linha deixaram a colônia.

Segundo as entrevistas, até os anos de 1970 as famílias moravam concentradas em uma vila de residências, em um local conhecido como “ferro”, logo na entrada da colônia. Durante o dia saíam para trabalhar em seus lotes e à noite retornavam para a vila. No local onde as famílias ficavam concentradas havia certa infraestrutura para o atendimento de algumas necessidades sociais e econômicas como uma escola de primeira a quarta série do ensino fundamental, um posto de saúde, com um médico atendendo uma vez por semana, uma pequena usina de beneficiamento de arroz, o escritório de administração da colônia e um depósito, os quais contavam com um pequeno gerador de energia. Com o enfraquecimento dos recursos destinados para a manutenção da colônia, aos poucos a área de residências foi sendo abandonada e as famílias passaram a morar em seus próprios lotes, evitando percorrerem todos os dias longas distâncias dos seus lotes até a vila. Assim, a vila foi sendo abandonada e a infraestrutura presente foi tomada pelos colonos para ser utilizada na construção de suas casas em seus próprios lotes, especialmente a madeira e o telhado das casas da vila. Atualmente, resta no local do antigo “ferro” apenas a escola, a qual foi

reformada, e um cemitério que ainda é utilizado pela colônia, assim como as ruínas de algumas construções, em um cenário isolado do restante da colônia.

Durante os primeiros anos de moradia na colônia, os residentes recebiam o apoio do governo para a manutenção da família até se estabilizarem economicamente com sua própria produção. Ao longo dos 12 primeiros meses cada família recebia um auxílio financeiro no valor de Cr\$ 1.000,00 (cruzeiros/mês), enquanto aguardavam a primeira colheita. A partir de então, não mais recebiam tal ajuda do governo e passavam a ser considerados autossuficientes financeiramente perante a administração. Além do auxílio mensal, os colonos recebiam apoios com o fornecimento de sementes, mudas, adubos, inseticidas, fungicidas, algumas aves, ferramentas e outros equipamentos mais que ajudavam os colonos nos seus cultivos. Também, os colonos tinham a possibilidade de acessar um crédito para investimento em suas terras. Além disso, foi colocado a disposição dos colonos dois caminhões para o escoamento da produção para feiras que ocorriam uma vez por semana na cidade de Macapá, em que cada um pagava a base de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por volume, independentemente de qual fosse o peso (CUNHA Jr.; GENSCHOW, 1958). No planejamento dos gestores, as perspectivas eram de que a colônia tinha o suporte para se desenvolver sem grandes contratempos, no entanto, não demorou muito para que os problemas enfrentados pelos colonos logo superassem as entusiasmadas perspectivas.

Os primeiros colonos foram orientados a cultivarem os gêneros alimentícios como a mandioca, a cultura dominante e de melhor valor comercial, o arroz, o milho, a batata doce, a cana de açúcar e o feijão. Dos 30 hectares que cada família recebia, no primeiro ano cada uma conseguia derrubar (mata virgem), normalmente, de 3 a 6 hectares. Nas situações em que as famílias dispunham de mais trabalhadores conseguiam derrubar e plantar um pouco mais. Após o primeiro ano de colheita, o colono era obrigado a cultivar, em toda a extensão da área desbravada, a seringueira cujas sementes, da espécie *Hevea brasiliensis*, eram fornecidas pelo governo. A partir de então, por mais um ano, a seringueira poderia ficar em consorciação com a mandioca ou com outro cultivar, e para o ano seguinte, novas áreas deveriam ser desmatadas, iniciando um novo ciclo. O trabalho se torna mais pesado e desgastante, pois além de se dedicarem para a abertura de uma nova área teriam que também realizar a manutenção do seringal que se formava. Para a época, os instrumentos de derruba eram bem precários frente à densa floresta. Os trabalhos com machados e “serrotões” eram bastante desgastantes. Eram poucas as situações em que se podia contar com um motosserra,

equipamento que agilizava em muito os trabalhos de derrubada da floresta, abrindo novas áreas para o plantio.

Somado a esse desgastante e enfadonho trabalho, os colonos ainda tinham que enfrentar o maior problema durante a produção, a baixa produtividade dos solos. Nas palavras de Lobato (2013 p. 61) “a terra que os colonos deveriam amar era, na verdade, o seu maior problema, o solo era de pouca riqueza em nutrientes”. Os solos da região não são recomendáveis para a prática da agricultura de ciclo rápido e curto, podendo as culturas permanentes ter um bom desenvolvimento quando associado ao uso de adubos químicos, o que é muito custoso para o agricultor. As propagandas do governo anunciavam, segundo Castro (2013), que o solo era rico, fértil e produtivo, uma terra fecunda para trabalhar. Mas não demorou muito tempo para que os agricultores percebessem que o solo não era o maravilhoso propagandeado pelas políticas governistas. Uma saída para tal situação e enfrentar tal adversidade foi a adoção pelos colonos dos cultivos itinerante do solo, como forma de compensar o rápido desgaste da fertilidade dos solos, os quais proporcionavam uma boa colheita até o segundo ou terceiro ano. Durante as entrevistas de campo constatou-se que esse problema é ainda o grande gargalo no processo de produção, sendo que os adubos químicos são indispensáveis nos dias atuais, uma vez que as áreas trabalhadas praticamente não mudam de ano para ano em decorrência da não abertura de outras (o processo para desmatar novas áreas é muito custoso e demorado segundo os entrevistados) e o tempo de descanso de algumas áreas é muito rápido, não permitindo o tempo de reposição dos nutrientes. Sem adubo químico não se produz na colônia, ressaltam os entrevistados.

Ainda, muito dos que chegaram à colônia não tinham experiência com a agricultura, principalmente os japoneses, sendo alguns capitães de longo curso, pilotos de avião, motoristas, instrutores, além de alguns comerciários, os quais desconhecendo o trabalho com algumas culturas foram obrigados a imitar o processo utilizado pelos colonos nacionais, e com ele o vício e os defeitos, deixando a terra, possivelmente, na mesma situação que os colonos nordestinos, empobrecida e menos fértil (CUNHA; GENSCHOW, 1958). Segundo Muto (2010), muitos dos japoneses recém-chegados na colônia não atendiam o requisito de ser agricultor, eram imigrantes do pós-guerra que simplesmente se autodeclaravam agricultores por uma questão de contingência para receber os subsídios dos governos japonês e brasileiro, seja em termos de passagens ou na distribuição de terras e acesso a financiamentos. Alguns dos migrantes japoneses eram estudantes recém-formados ou ex-combatentes da segunda guerra, ou de profissionais de diversas áreas, de modo que vieram a

pegar na enxada pela primeira vez no Brasil. No entanto, segundo as entrevistas com os agricultores mais antigos, nos primeiros anos de trabalho na colônia, os japoneses em muito se destacavam com a alta produção que alcançavam e com a variedade de produtos que comercializavam, sendo eles os responsáveis pela introdução da horticultura na colônia, a qual se tornou o maior polo de produção de hortaliças no estado do Amapá.

Uma soma de fatores contribuiu para que muitas famílias japonesas logo deixassem a colônia agrícola do Matapi, retornando algumas para o Japão, as que tinham condição financeira para isso, e outras, principalmente, para o sudeste do Brasil. Uma das principais causas para isso foi a questão climática, em que o migrante japonês sofria as consequências da intempérie do clima equatorial, com o desconforto do calor e da associação da umidade com a multiplicação dos vetores das doenças endêmicas, cujas consequências foram a morte de alguns, principalmente pela malária. As dificuldades econômicas, ambientais e culturais, especialmente na dificuldade com a comunicação, a qual muito dificultava durante o processo de comercialização e de outras necessidades de interação com a administração da colônia fez que com que em 1964 muitas famílias japonesas deixassem o local. Das 40 famílias que chegaram na colônia, em 1964 só restavam 7 (MUTO, 2010). Durante a pesquisa de campo constatou-se que atualmente apenas três famílias japonesas residem na colônia (Kubota, Saito e Koga) e que duas famílias (Meguro e Sanada) mantêm seus lotes com suas plantações, mas não residem no local, atribuindo os trabalhos a caseiros. Com relação aos colonos nordestinos, permaneceram quase todos na colônia, uma vez que, apesar das dificuldades encontradas, consideravam melhor ficar do que retornar para a terra natal.

Na década de 1970 a colônia agrícola do Matapi recebeu outro fluxo de migrantes, os quais chegaram ao local em decorrência da abertura da rodovia Perimetral Norte e o início dos cultivos de monoculturas como pinus e dendê próximos da colônia, realizados pela empresa Amapá Celulose (AMCEL), além da maior intensificação das atividades da ICOMI, a qual atraiu muitos trabalhadores para a cidade de Porto Grande, dos quais parte, não conseguindo trabalho nas empresas locais e nem cidade, rumaram na busca de terra em locais próximos, chegando assim alguns na colônia. Também, nessa mesma década a atividade madeireira se intensificou na região da colônia e muitos ramais foram sendo abertos, levando os novos moradores a se distribuírem nesses ramais. As linhas existentes foram ampliadas e atualmente não se tem uma delimitação exata da colônia agrícola do Matapi. Com o passar dos anos, algumas condições infraestruturais e sociais foram melhorando no local, como a abertura de novas escolas, a melhora na saúde local, com melhorias no atendimento, acesso a energia

elétrica, a qual possibilitou a compra de muitos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, a abertura de poços artesianos, o uso de telefones e outras facilidades mais. No que se refere a questão produtiva e comercialização, estas foram intensificadas por meio da aquisição de veículos próprios como tratores, equipamentos e implementos agrícolas, assim como de pequenos veículos e caminhões por parte de alguns. Atualmente, a colônia agrícola do Matapi é considerada a maior produtora de fruticultura e uma grande produtora de hortaliças do estado.

Por sua vez, a zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas foi uma resposta ao processo de colonização pelo qual passou o departamento de Caquetá, onde está localizada a reserva. A região de El Pato passou por uma efêmera ocupação ainda no século XIX até metade do XX, na busca por quina e caucho, intensificando-se a partir da segunda metade do século XX, com a chegada de camponeses que fugiam da violência e buscavam terras para trabalhar. Segundo González (2011), nesse período também se assentaram alguns grupos de autodefesa camponesa, conhecidos como “Guerrillas liberales del Llano”. Esses grupos se caracterizavam por ideais liberais, sendo por isso, tidos como insurgentes e a região de El Pato conhecida como uma das “Repúblicas Independentes”, sendo declarada como objetivo militar nos anos de 1965-1966. Por causa dos conflitos entre as guerrilhas e o exército, os camponeses tiveram que abandonar os seus terrenos, ficando a região da zona praticamente desabitada. A tentativa de repovoamento depois foi frustrada pelos bombardeios sobre as guerrilhas que ainda permaneciam na região, levando novamente ao êxodo dos camponeses para a cidade de Neiva. Durante os anos de 1970 foi organizado o retorno dos camponeses de Neiva para El Pato, mas a região só conseguiu se repovoar na década de 1980 com o auge dos cultivos ilícitos, especialmente com o cultivo de coca. A região se mantinha praticamente isolada em meio a cordilheira, mantendo suas comunicações com a cidade de Neiva, no departamento de Huila, embora sua jurisdição corresponda a Caquetá. Atualmente, essa situação de isolamento não mudou muito, principalmente na época de chuvas, quando o acesso à zona fica muito comprometido pelo mau estado das vias.

Segundo Gutiérrez (2005), os primeiros assentamentos na região de El Pato aconteceram em 1921 pela migração de colonos provenientes de Huila, os quais se instalaram na área conhecida como Bajo Pato, na qual atualmente se encontram as veredas Gibraltar, El Parque, Medio Avance, Vegas del Pato, Honduras, Pescador. Entre os anos de 1930 e princípios dos anos de 1940 ocorreram novos fluxos migratórios de Huila e Tolima, o qual abriu caminho até Las Perlas e foram fundadas as veredas Rovira, Pueblitos y San Luis del

Oso, as quais foram por esse período o centro de colonização, promovendo um processo de ocupação com migrações periódicas de baixa intensidade devido à dificuldade de acesso à região. Durante os anos de 1950, o período de violência gerou em Tolima e Huila uma segunda onda migratória para a região de El Pato, às quais se somaram as migrações provenientes de Antioquia, Valle y Caldas, das quais surgiu a fundação das veredas Vista Hermosa, El Venado y La Paz. Esse período, conhecido como “La violencia” foi responsável pelo aumento significativo da população que habitava a zona de El Pato, assim como para o aumento populacional, de maneira geral, do departamento de Caquetá.

Passado o período de declínio populacional dos anos de 1960-70, a região da zona da reserva viu novamente a população crescer com a intensa exploração dos recursos madeireiros e dos cultivos de uso ilícito (amapola e coca) e sua transformação. A abertura de estradas para a extração de madeira contribuiu para o acesso de agricultores e outras pessoas dedicadas para a produção dos cultivos ilícitos por várias partes da região da zona. Os cultivos ilícitos eram bastante rentáveis e logo passaram a ganhar grandes áreas cultivadas, assim como ativou novas migrações na procura de riquezas. O apogeu dos cultivos ilícitos se deu especialmente nos primeiros anos de 1990 e se estendeu como atividade econômica desde o núcleo de Balsillas até o núcleo de Los Andes. Na metade da década de 1990, o governo, para combater e controlar a expansão dos cultivos ilícitos restringiu a comercialização de insumos para o processamento dos produtos desses cultivos, fato que provocou amplos protestos das comunidades das zonas cocaleras de Putumayo, Caquetá, Cauca, Sur de Bolívar y Guaviare, principalmente pelo contraste entre as ações de controle, as fumigações aéreas, que afetavam tanto os cultivos ilícitos quanto outras áreas de cultivos e os pastos. Os protestos originaram as denominadas machas cocaleras de 1996. Como alternativa para solucionar o problema dos cultivos ilícitos e a garantia de condições dignas de existência com acesso a terra e proteção de suas vidas, assim como o acesso a créditos, assistência técnica, comercialização e infraestruturas, os camponeses solicitavam a criação de zonas de reservas camponesas, solicitação que foi aceita pelo governo e em dezembro de 1997 foi criada a zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas.

Para Gutiérrez (2005), os processos de povoamento e colonização da região de El Pato contaram, fundamentalmente, com uma apropriação produtiva do território, porém desordenada em termos de ordenamento. A economia da quina, do caucho, madeireira, da coca e da amapola suscitaram múltiplos desequilíbrios ambientais causados pela abertura de rotas para a extração de recursos e a incidência dos cultivos de uso ilícito, gerando problemas

de solos, extinção de espécies madeireira e perdas da floresta, causando alteração na paisagem. Com a precária presença do Estado, a zona de reserva camponesa El Pato-Balsillas tem resistido por meio das organizações sociais e seus dirigentes, na procura de melhores condições de vida, deixando de lado a marginalização à qual têm sido submetidos seus moradores durante décadas. Atualmente, segundo Vélez (2018), a economia da zona se concentra nas atividades agrícolas e pecuárias. A baixa fertilidade dos solos, assim como o pouco investimento tecnológico e a escassa assistência técnica têm provocado a baixa produtividade. As principais atividades agrícolas na zona, segundo a AMCOP (2012), concentram-se na produção de café, mandioca, milho, banana, arazá, cubiu, cupuaçu, cacau além de outros produtos. Na pecuária, destaca-se a criação de gado de corte, seguido pelas atividades de avicultura, suinocultura e piscicultura.

CAPÍTULO 3 – OS CAMPONESES E SEUS INGREDIENTES AMBIENTAIS NA AMÉRICA LATINA

[...] El pasado está adelante [...] Lo que aún no ha sido, viene caminando de atrás y no podemos verlo (DAGUA et. al., 2015, p. 56).

Se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje, é provável que continuem a existir por muito tempo (SHANIN, 2005, p. 45).

O saber camponês revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola [...] com expressão sofisticada da sua relação com a natureza, que expressa não apenas dimensões técnicas, mas também princípios morais (WOORTMANN, 2009, p. 7).

Para muchas y muchos campesinos, “la naturaleza es la vida” y vale la pena defenderla (DEVINE et. al., 2020, p. 5).

Neste capítulo são apresentados e discutidos os variados elementos que fazem parte da racionalidade camponesa e que são aqui postulados como fundamentais e de grande importância no atual contexto em que se discutem as relações do homem com a natureza dentro de um panorama de melhor uso dos recursos do meio e de conservação e preservação das bases de produção, especialmente da agricultura, como a terra, floresta, água e dos elementos humanos, o que envolve as relações sociais dentro da produção de alimentos. É de se pontuar que a questão problema da grande crise ambiental ou também denominada crise ecológica que a sociedade vivencia e sente seus amargos impactos, o que hoje é englobado dentro das grandes mudanças climáticas que provocam e criam em todo o planeta cada vez mais áreas que são deterioradas e degradadas pela desertificação e erosão é resultado de ações predatórias que não consideraram nas contas do custo de produção os elementos naturais que dão suporte para que as atividades produtivas tenham um ciclo de permanência. O pensamento de apenas produzir e produzir extraindo da natureza o que esta tem a oferecer e não lhe proporcionando a capacidade para regenerar a continuidade de seu ciclo natural confirma na atualidade que a natureza tida como de infinitos recursos foi assim projetada para apenas atender os grandes interesses de lucros.

O transcurso do século XX, mais especificamente entre o pós-segunda guerra mundial e final deste século, representou o período em que o homem demonstrou sua grande capacidade de intervir no meio, com o avanço da tecnologia e da ciência, dos quais surgiram maquinários e ferramentas sofisticadas para a acelerada exploração dos recursos da natureza, bem como de produtos e técnicas que potencializaram uma exploração sem precedentes. A marcha imposta pelos arautos do “progresso e desenvolvimento” tornou a natureza como palco e vitrine para enriquecer aqueles que eram detentores do grande capital, os quais foram mais do que agraciados e incentivados a explorar os recursos sem nenhum compromisso com a natureza ou com questões sociais. Muito pelo contrário, os grandes investidores receberam apoios e tratativas, em uma espécie de disputa entre governos nacionais, aqui mais especificamente dos menos desenvolvidos, para aturem nos seus territórios. Estava arquitetado pelas grandes potências econômicas mundiais o maior plano para explorar os recursos em qualquer canto do planeta. Nessa corrida, os países em menor grau de desenvolvimento, como é o caso daqueles que compõem a América Latina, foram os que sentiram os impactos e efeitos de maneira voraz. Não houve, como nos países de grande grau de desenvolvimento, um período em que a exploração foi se dando de forma “gradual” conforme as descobertas de novas tecnologias e técnicas. O pacote de exploração chegou pronto e em um tempo muito mais adiante para aquilo que estava em curso nos países pobres e foi implantado de uma só vez. Um grande acumulado de capacidade exploratória da natureza foi posto em prática nas regiões subdesenvolvidas.

A exploração se fez presente na busca pelos mais variados recursos que a natureza possa oferecer, como minérios, madeiras, petróleo, água, gás natural entre outros, o que se somou a grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidrelétricas, portos, estradas, comunicação entre outros) e agropecuários. A alta capacidade exploratória e com praticamente sem nenhum cuidado ou atenção para o tempo da natureza (o que também pode ser associado ao baixo nível de conhecimento sobre os ecossistemas em exploração) não demorou muito para apresentar os resultados mais perversos que impactaram negativamente a natureza. Em um curto período de tempo o homem alcançou explorar grande quantidade de recursos, mas também em um curto período de tempo demonstrou seu alto grau de impacto de deteriorização que pode provocar no meio. Logo, a sociedade percebeu e identificou que as estratégias e práticas em curso para explorar a natureza não tinham validade de longo prazo e que mudanças eram necessárias para mudar os rumos das investidas sobre o meio. Não se podia parar o embalo das forças exploratórias, mas também não se podia seguir no ritmo de

então. A sociedade não tinha como renunciar o que é irrenunciável, os motores do “progresso” iam continuar funcionando e em movimento. As cartas sobre a mesa do “desenvolvimento” deveriam ser mudadas, mas o jogo continuaria.

As mudanças na relação do homem com o meio demandavam seguir por novos trilhos que conduzissem para novas estratégias de exploração dos recursos e novas formas de vivência em sociedade que considerasse e tivesse em conta os limites e a finitude da natureza e seus ecossistemas. O desgaste do modelo pautado na exploração intensiva afetava de forma profunda toda a vida em sociedade, abrangendo assim tanto o meio rural quanto meio urbano. As relações sociais e as questões ambientais provocavam atenção diante de um cenário que se apresentava insustentável. É a partir desse contexto que o conjunto dos efeitos perversos sobre o meio, os quais eram até então percebidos como resíduos inevitáveis ao progresso e expansão capitalista, tomam novos rumos e passam a assumir nova dimensão passando a despertar atenção, interesse e novas leituras. Entra em cena na história da sociedade, pós década de 1970 o discurso da sustentabilidade, o qual, diante da situação de deteriorização ambiental, logo vai se tornar uma expressão dominante nos debates que envolvem as questões sobre a natureza e o desenvolvimento social em sentido amplo. Agora, a relação do homem com o seu meio envolvia novos elementos, os quais eram parte de uma nova mentalidade para explorar a natureza de forma sustentável. O discurso desenvolvimentista, pautado pesadamente nos interesses econômicos, revelava seus limites, o que abrangia não somente as questões econômicas, mas também as sociais, as ambientais e as ético-culturais.

Não demorou muito e a sustentabilidade tornou-se uma palavra mágica e passou a ser pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos (LIMA, 2003). O discurso e o interesse pela sustentabilidade, inserido na temática ambiental, popularizou-se nos diversos campos do conhecimento científico com o aprofundamento da crise ambiental a partir de meados do século XX, embora já fosse objeto de preocupações de intelectuais desde o final do século XVIII (SOUTO, 2016). Para Gonçalves e Ferreira (2004), as bases que assentariam a sociedade sustentável deveriam primar pela promoção humana, a equidade social e o ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, envolvendo a noção de sustentabilidade múltiplos aspectos como o físico, biológico, socioeconômico, jurídico-institucional, político e moral. O grande marco em torno do debate sobre a sustentabilidade na exploração dos recursos da natureza pode ser datado no ano de 1972 quando a Organização das Nações Unidas promoveu a realização da conferência das nações unidas sobre o meio ambiente humano, na Suécia, a então conhecida Conferência

de Estocolmo. Estiveram em discussão as questões relacionadas às degradações do meio. Trataram ali tentativas e estratégias de melhorar as relações do homem com o ambiente. Buscava-se uma forma de exploração que proporcionasse e permitisse uma espécie de equilíbrio entre as questões econômicas e a redução dos efeitos perversos sobre a natureza. A evolução do discurso sobre a sustentabilidade evoluiu e ganhou forma na expressão “desenvolvimento sustentável”.

Foi no ano de 1987 que o conceito de desenvolvimento sustentável se disseminou largamente após a publicação do famoso relatório de Brundtland pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, o qual definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras em satisfazer as suas necessidades (MAROUELLI, 2003; CMMAD, 1987). Estava envolto em tal definição, segundo Gonçalves e Ferreira (2004), dois pontos chaves para a sociedade: as questões de necessidades e de limitações. Para tais autores o primeiro ponto está relacionado às necessidades essenciais dos pobres do mundo que devem receber a máxima prioridade e a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao ambiente impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras. A partir da grande reunião o discurso do desenvolvimento com sustentabilidade foi se disseminando por várias ações que a sociedade realiza, alcançando uma envergadura que logo estaria presente em todo e qualquer setor da economia como cidades sustentáveis, indústrias sustentáveis, empresas sustentáveis e agricultura sustentável. A questão da sustentabilidade abrangeu toda atividade desenvolvida pelo homem. Sendo assim, a agricultura não ficou de fora do raio do alcance da inclusão de práticas sustentáveis, sendo para ela discutido fortemente o uso de práticas agroecológicas (CANDIOTTO et. al., 2008).

E é exatamente o tema da agricultura, e mais especificamente no campo latinoamericano, o que nos interessa analisar dentro do contexto da sustentabilidade. A agricultura caracteriza-se como uma atividade essencial para toda e qualquer sociedade, independentemente do nível de desenvolvimento (SERRA 2005). O grande ponto da questão contemporânea não é discutir o seguimento ou não da agricultura, pois sendo essa uma atividade essencial não vai deixar de existir, muito pelo contrário, como se trata de alimentação ela vai ser cada vez mais demandada para atender os anseios alimentares de milhões e milhões de pessoas. É uma atividade que não pode ser substituída. O que nos interessa é saber e discutir como mantê-la produtiva sem afetar drasticamente os diferentes ecossistemas terrestres, englobando-a nos aspectos sustentáveis. Entretanto, isso não é uma

tarefa fácil quando consideramos os variados elementos do mundo capitalista que giram em torno da máxima exploração e lucro, tomando a natureza como uma oportunidade momentânea de aumentar seu capital. Estamos em um momento da história, não só no campo latinoamericano, em que as atividades da agricultura, da forma como são realizadas baseadas na alta tecnificação e artificialização do meio não encontram mais aceite de grande parte da sociedade, não tanto pela questão da produção (embora esta seja questionada pelo seu alto grau de exportação como finalidade de alimentação animal e para combustível), mas por questões de saúde (alto uso de agrotóxico), de não atendimento das questões alimentares (produção não tendo como destino a alimentação humana em seu principal objetivo) e, principalmente, pelos perversos impactos que provoca no meio (contaminação das águas e dos solos pelos agrotóxicos, desmatamentos, erosão entre outros).

Seria demasiadamente forçoso tentar pensar um mundo fora do modo de produção capitalista, sem nenhuma forma de relação com este. Não estamos demonizando a agricultura altamente tecnificada, pois devemos compreender e entender que esta tem uma grande contribuição em qualquer economia pela sua significativa participação no produto interno de cada país. Mas, também, por outro lado não podemos ficar distante e neutro diante das consequências que tal tipo de agricultura provoca no meio como se isso não impactasse nossas vidas e como se fosse um destino que devêssemos assumir sem a oportunidade de propor e fazer reflexões para mudar os rumos dos problemas ambientais no qual como sociedade estamos todos inseridos porque isso nos afeta de maneira direta e indiretamente, uma vez que todos têm dependência da agricultura. Quando falamos da produção ou não de alimentos isso afeta a todos, especialmente os que estão em situação de maior vulnerabilidade social. A produção de alimentos depende diretamente das bases de produção (solos, água, florestas, diversidade). Embora alguns processos possam ser artificializados nem tudo pode ser alcançado por este fenômeno. Existem produções que dependem do tempo natural e da natureza para completarem o seu ciclo, mesmo recebendo a aplicação de fertilizantes e outros ingredientes mais para acelerar o ciclo produtivo. A preocupação então encontra-se quando as bases de produção são afetadas drasticamente. E é exatamente neste ponto em que nos encontramos.

O campo latinoamericano, embora em graus diferenciados quanto aos impactos de exploração e de uso dos recursos da natureza para atender as atividades produtivas da agricultura, encontra-se em um momento muito delicado quando nos referimos às questões ambientais, o que por extensão também afeta as relações sociais. Tal fato não é segredo para

ninguém, mesmo para aqueles que não são estudiosos do tema. A natureza demanda outras formas de relacionamento do homem que não sejam mais predatórias, mas sim que tenha caráter de conservação e que estejam sustentadas em relações equilibradas e em harmonia com os ecossistemas. As deteriorações provocadas pela agricultura de alto impacto na América Latina demandam a restauração ecológica, restauração esta que reconheça as interações simultâneas e constitutivas entre ecossistema e cultura que possa assegurar desde o ponto de vista ecológico a garantia da vida, dos homens e da natureza. É nesse ponto então que defendemos e apresentamos a oportunidade de reconhecer que a agricultura camponesa em sua potencialidade na América Latina é importante e fundamental para gerar e sustentar relações de equilíbrio com os ecossistemas. E nos colocamos alinhado com Toledo e Barrera-Bassols (2008) para basearmos nossa posição frente aos camponeses como sujeitos importantes na defesa da questão ambiental quando estes autores pontuam que as práticas que se apresentam nas unidades de produção camponesas aportam para o equilíbrio das trocas de materiais e energia e que isso conduz para um modelo energeticamente eficiente, ecologicamente conservacionista e alimentariamente suficiente.

Embora não consideramos os camponeses como homogêneos na sua relação de práticas produtivas em virtude das diversas paisagens que conformam o espaço latinoamericano, o que logicamente demanda estratégias diferenciadas quanto ao uso dos recursos, compartilhamos do entendimento de que estes sujeitos sociais, conforme destacam Carvalho e Franco (2012), apresentam valores referenciais, os quais estão presentes em maior ou menor grau nas comunidades camponesas, que os caracterizam como detentores de conhecimentos e potenciais para uma melhor relação e adaptação aos ecossistemas quando da realização de práticas agrícolas. Os valores referenciais podem ser pontuados como uma espécie de identidade que caracterizam os camponeses como aqueles que desenvolvem uma relação harmoniosa com a natureza sem deteriorar as bases de reprodução dos recursos, e que muito para além disso, são os verdadeiros fornecedores de alimentos não só na América Latina como também no mundo, desenvolvendo ainda uma agricultura mais produtiva (com pouca terra) em comparação com a agricultura altamente tecnificada (GRAIN, 2014). Sendo assim, é importante reconhecer tais virtudes e sua importância não só para a conservação da biodiversidade e da natureza de maneira geral, como também para a produção de alimentos de boa qualidade e abastecimento alimentar para uma população crescente sem deteriorar a base dos recursos e ecossistemas.

Mesmo diante dessas características muito importantes para a sociedade latinoamericana, nos termos expostos, os camponeses têm sofrido com as mais regressivas políticas econômicas, principalmente em questão de concentração da terra e de uma deficitária presença do Estado, fato que tem contribuído largamente para o fortalecimento e impulso de grandes projetos de monoculturas e de produtos (agroindústrias) para o abastecimento de mercados globais em um processo de competição desigual e nocivo para os camponeses. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades e desvantagens a agricultura camponesa tem conseguido sobreviver e segue desempenhando um papel muito importante na soberania e autonomia alimentar da região, permitindo o abastecimento do mercado interno de cada país. Somando-se a este importante fato temos na atualidade outra bandeira que joga luz sobre a importância da agricultura camponesa diante da situação dos graves problemas de natureza ambiental e social no campo, estamos nos referindo às práticas agroecológicas que estão presente na racionalidade camponesa quando da apropriação e uso dos recursos. Essas práticas proporcionam uma combinação entre os elementos ambientais, naturais e as ações dos camponeses que convertem como resultado uma complexa paisagem que entrelaçam cultivos agrícolas, criação de animais, mata primária e secundária, agroflorestas e conservação dos cursos de água. São os conhecimentos próprios e herdados que garantem todo esse processo.

Não estamos falando de algo novo ou qualquer novidade na forma de relação dos camponeses com a natureza, mas de práticas que sempre estiveram presentes no cotidiano e vivência do campesinato, as quais foram, de maneira forçosa e sem oportunidade de negociação, quase que apagadas pelo avanço avassalador do grande capital no campo latinoamericano por meio da então denominada agricultura tecnificada, agricultura industrial, agricultura capitalista ou agronegócio. Foi e continua sendo um processo muito doloroso para a vida camponesa a chamada modernização da agricultura. Entretanto, as mazelas da modernização provocaram o repensar do modo de como fazer agricultura em um contexto em que os ecossistemas já não suportam o pesado desenvolvimento das agriculturas de alto impacto ambiental. É desse contexto que surge no campo o que Filocreão (2007) postulou como o redescobrimto das práticas camponesas, com os debates e discussões em torno da agroecologia. Se por certo período de tempo as práticas camponeses foram marginalizadas e colocadas de lado para dar passagem às promessas dos motores da agricultura de alta produção para tentar resolver a grande demanda de alimentos oriunda do crescimento demográfico, os efeitos mais negativos do que positivos de tais motores constituem

atualmente uma das bases profundas da emergência por colocar no centro da questão da produção de alimentos e conservação dos recursos as práticas camponesas.

O que a história, por meio do projeto modernizante do campo latinoamericano, tentou negar a respeito da cultura e lógica camponesa vem sendo reconquistado e com grande aceitação e apoio do meio social, mesmo com muita luta e resistência, no transcurso de finais do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Os fortes impactos ecológicos da agricultura moderna, os quais compõem a profunda crise ambiental a partir da década de 1970 provocaram no seio da sociedade mundial reações às tendências e rumos desta agricultura e suas consequências. Nenhum espaço no mundo estava isento dessa questão. O padrão agrícola fundado na mecanização e na quimificação que parecera promissor quando as teorias agrárias nascentes o tomaram enquanto marco entre o progresso e o atraso, a própria história encarregou-se de revelar a dose de otimismo de tais teorias quando trouxe para cena justamente os sujeitos que foram marginalizados e rechaçados, os camponeses, cujas práticas foram postas como um repositório de estratégias viáveis e superior em contraposição ao cenário de vulnerabilidades implicadas na fome e na crise ambiental contemporânea (PAULINO, 2015).

O espaço rural latinoamericano permanece ao início do século XXI e irá permanecer como palco de disputa entre diferentes lógicas de práticas produtivas, o que envolve diferentes atores com interesses opostos. Não há uma direção única na disputa pelos recursos e usufrutos dos elementos da natureza porque os sujeitos são antagônicos, mas também podemos arriscar em dizer que algumas vezes sejam complementares em um processo de atendimento à algumas demandas, seja por parte dos camponeses (que compram aquilo que não conseguem produzir de imediato) seja por parte dos capitalistas do campo pela necessidade da mão de obra daqueles. As práticas produtivas e formas de relação com o meio, bem como a orientação econômica dos sujeitos são totalmente opostas, o que tem proporcionado a discussão e o debate de grupos de intelectuais, políticos, entidades sociais e entidades governamentais em prol de uma ou outra forma de agricultura. Aqui nos posicionamos pela agricultura camponesa ao entendermos sua contribuição fundamental tanto do ponto de vista ambiental, alimentar e social, embora não podemos deixar de pontuar a importância que decorre da agricultura tecnificada.

3.1 AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA TECNIFICADA

Podemos tomar como ponto de origem para entendermos o cenário o qual estamos vivenciando atualmente no campo latinoamericano, em termos de crise ambiental e também no que se refere à produção de alimentos para abastecer as demandas alimentares da população regional, em sentido de alimentos com qualidade, diversidade e em quantidade satisfatória (desafio da capacidade da América Latina para alcançar sua autossuficiência alimentar), os anos pós-segunda guerra mundial, quando políticas agrícolas de alto investimento de capital e de profunda intervenção no meio foram direcionadas para a região na tentativa camuflada de dar resposta à crise de fome que assolava o mundo. Este fato marcou intensamente as formas de apropriação da natureza e a maneira de produzir alimentos até então nas áreas rurais da região. Os avanços da nova forma de produzir alimentos passavam como um trator (literalmente) sobre todo um conhecimento ecológico e cultural e da riqueza acumulada durante gerações através da experiência no manejo dos recursos naturais, bem como empurrando para o esquecimento as estratégias de proteger e conservar os sistemas de cultivo praticados por populações tradicionais e camponesas, sistemas estes que apresentam como característica o respeito ao tempo da natureza nos seus mais diferentes ecossistemas (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Os limites e tempo da natureza deveriam ser superados na justificativa de alimentar os “famintos” no mundo.

Diante de tal cenário, uma lógica industrial instala-se no campo latinoamericano com o forte peso de insumos químicos, sementes modificadas e maquinários dando início a uma espécie de modo industrial de produzir no campo. Entrava em curso com a lógica industrial a desconexão entre a agricultura, a natureza e as localidades, quando os fatores naturais passaram a ser constantemente substituídos pelos artificiais (SILVA, 2015). O capitalismo estava separando o campo da cidade, a comida da cultura e o alimento da natureza. Intensificava-se, um processo que já tinha se iniciado desde o final do século XIX, a implantação de imensas de áreas de plantation na América Latina, mediante grandes corporações dos Estados Unidos e da Europa, as quais passaram a criar o que Fernandes (2018) denominou de “repúblicas de commodities”, na finalidade de produzir grande quantidade de “alimentos” para exportação. Neste contexto, a produção de alimentos começou a depender cada vez menos dos agricultores locais e passou a ser controlada cada vez mais pelas grandes corporações, as quais estão desconectadas da realidade local de produção. A crise da produção de alimentos do pós 1945 foi o cenário que favoreceu a tese da necessidade

de modernização agrícola, em um processo que passou a ser conhecido como revolução verde (VINHA; SCHIAVIANATTO, 2015). Esta revolução viria para mudar profundamente as relações no campo latinoamericano, pois sentou as bases para a modernização tecnológica da produção agrícola em vários países.

Segundo Pessoa (2019 p. 33),

La Revolución verde inauguró un nuevo paradigma de producción agrícola, que está relacionado con la transferencia de tecnologías para países de potencial agrícola productivo. Por comprender la formación, diseminación y adopción de tecnologías agrícolas y métodos agronómicos por países con potencial agrícola productivo, tuvo el apoyo de múltiples actores institucionales, orientados por intereses capitalistas por el aumento de rendimientos económicos.

A revolução verde, a qual era parte integrante da agricultura industrial, pressupôs um intenso processo de homogeneização das culturas, reduzindo cada vez mais a diversidade de espécies cultivadas e também provocando a privatização do conhecimento em torno das variedades vegetais e das raças animais utilizadas. Ela estava associada a um pacote de tecnologia, em termos de fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização, que suplantaram e subjugararam o conhecimento camponês que passou a ser visto como atrasado, inadequado ou, em algumas exceções, preservado numa perspectiva folclórica ou idílica (PEREZ-CASSARINO et. al., 2013). Não se tratava de uma simples escolha por parte dos camponeses de acessar ou não o que era oferecido dentro do pacote da revolução verde, as próprias políticas e programas deste pacote condicionavam, quando em termos de créditos e apoio à agricultura em geral, o uso obrigatório de fertilizantes e agrotóxicos. Tal tendência se disseminou em todo o campo latinoamericano, seguidas pelas entidades de assistência técnica, universidades e instituições de pesquisa, o que levou à pressão para que a agricultura seguisse o então modelo de produção desenvolvido (CONTE; BOFF, 2015). O domínio nacional da agricultura em toda a América Latina começou a ter uma agenda agrícola que passou a ser de interesse transnacional (RUBIO, 2001). O conhecimento e experiências locais foram obrigados a dar passagem à atuação das grandes corporações estrangeiras.

Isso quer dizer que os pacotes tecnológicos da revolução verde provocaram a resistência dos camponeses, mas até quando puderam, quando acabaram sendo forçados a ceder, uma vez que tais pacotes estavam vinculados às linhas de financiamento e aos custeios tanto das instituições públicas como privadas. E no âmbito da produção, os cultivos dos

camponeses passaram a ser contaminados pelos agrotóxicos das grandes plantações vizinhas que eram mais resistentes, o que somava para forçar o uso de variedades transgênicas se quisessem continuar em seus espaços produtivos. E assim, os agrotóxicos e demais produtos do pacote da revolução verde foram se tornando praticamente imprescindíveis para a produção, estando eles vinculados aos créditos oferecidos pelo sistema bancário (CONTE; BOFF, 2015). Estava-se, então, diante de uma agricultura comprometida com um modelo de ciência que se pensava lucrativo, não considerando em seus cálculos produtivos o custo social e ambiental, o que mais tarde e atualmente não foi e não é possível de esconder. Os sistemas homogêneos da monocultura e todo o seu suporte foram rompendo com a base dos processos ecológicos e da estabilidade dos ecossistemas e provocando desestruturações nas relações sociais e nos mercados locais na América Latina (ALTIERI, 2002). Fato que logicamente tinha por detrás suas justificativas, embora fossem fortemente contestadas.

A justificativa maior para a revolução verde e seus pacotes tecnológicos tinha como pano de fundo o ideário por solucionar a fome e o problema da agricultura no mundo. Quando na verdade podemos dizer que esta era apenas a encoberta para tocar em frente o avanço e dominação das relações capitalistas no campo dos países subdesenvolvidos, quando as grandes hegemonias procuravam transferir para fora de seus territórios todo um pacote de técnicas, tecnologias e insumos agroquímicos que já não encontravam mais aceitação nos países desenvolvidos, por seu alto grau de impactos negativos no meio, ou mesmo pela expansão dos mercados consumidores. Este segundo ponto tem seu fundamento quando aquela justificativa primeira foi colocada em xeque, não podendo ser sustentada pela realidade observada e vivenciada. Muito pelo contrário do apregoado, o problema da fome no mundo passou a ganhar centralidade nas agendas governamentais mesmo depois que o pacote da revolução verde adentrou a agricultura dos países periféricos, quando o número de pessoas com privações extremas aumentou a despeito do crescimento exponencial da produtividade. Demonstrava-se então que o interesse maior era a acumulação e uma produção de escala e que a extensão da fome e da densidade das vulnerabilidades ambientais era algo correlacionável ao modelo corporativo incorporado à agricultura (PAULINO, 2015). Isso mostra que a revolução verde, estruturada em uma agricultura altamente tecnificada, não estava para solucionar e sim para agravar o problema da exclusão no campo dos países periféricos e provocar transformações nas relações de poder por meio da tecnologia.

O incremento da produtividade, das condições de armazenamento, conservação e distribuição das promessas do progresso técnico na agricultura não fez recuar as crises de

fome. Acabou mais por gerar um paradoxo, uma vez que a maior parte das pessoas privadas de alimentação vive no campo. Segundo Mazoyer e Roudarte (2010), aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural, sendo eles majoritariamente camponeses que estão em regiões desfavoráveis e em situação difícil. A própria condição de assegurar a produção de seus alimentos e sua subsistência foi posta em xeque diante do progresso técnico. O foco no mercado e na exportação desviava o atendimento das necessidades humanas básicas de alimentação e nutrição. A própria produção para o autoconsumo das famílias no campo estava comprometida por não garantir o “mínimo calórico” (WOLF, 1970) e o “mínimo vital” (CÂNDIDO, 2010) para a sobrevivência dos camponeses. O progresso técnico da revolução verde provocou modificações na vida e na estrutura do trabalho dos camponeses, uma vez que estes passaram a adotar os pacotes tecnológicos produzidos dentro da lógica capitalista de reprodução do capital, o que subordinou a agricultura de maneira geral a um modelo hegemônico. Os camponeses foram empurrados para uma desconexão entre produção e consumo e também para uma separação entre a produção agrícola e as especificidades dos ecossistemas nos quais a produção estava estabelecida (PLOEG, 2008).

O que presenciamos no espaço rural latinoamericano foi a imposição da agricultura tecnificada por modificar as relações sociais, as formas de trabalho e a relação com a natureza já desenvolvida e estabelecida pela agricultura camponesa. Este fato se deu dentro de um contexto de expansão forçosa de uma agricultura capitalista marcada pelo processo de modernização da agricultura, a qual está baseada e estruturada na produção de conhecimento acerca dos processos produtivos que são fortemente caracterizados pela artificialização, pelo uso de insumos químicos, especialização, estruturada em latifúndio, trabalho assalariado, mecanização e monoculturas, o que difere substancialmente do trabalho e vida da agricultura camponesa, a qual, do repertório específico de conhecimento acerca do funcionamento dos ecossistemas teve que apreender sobre os novos processos produtivos empurrados de cima para baixo pela nova forma de fazer agricultura (SILVA, 2017). Toda uma história da agricultura constituída até então no campo latinoamericano passa a sofrer transformações e os saberes locais apoiados nos conhecimentos acumulados ao longo de várias gerações do campesinato vai ser desvalorizado (RODRIGUES; KOSOP, 2019). Isso fez com que entrasse em rota de risco constante a extinção do patrimônio natural do território camponês, bem como da cultura, da forma de produzir, viver e trabalhar a terra (ARAÚJO, 2019). O avanço da grande agricultura capitalizada pressionou o campesinato a deixar as terras em que vivia e

produzia, o que provocou massas migratórias para os principais centros urbanos da América Latina, inchando as periferias de pobres e desempregados (PELLIZON, 2019).

As duas lógicas de fazer agricultura apresentam objetivos e formas diferenciadas de apropriação da natureza. A agricultura camponesa é baseada fortemente no capital ecológico, a natureza viva, enquanto a agricultura tecnicada afasta-se progressivamente da natureza (PLOEG, 2009). Mas, embora se reconheça que a agricultura camponesa constitui parte altamente significativa e indispensável da agricultura mundial, não pôde contrapor e conter a avalanche devastadora de uma agricultura pautada fortemente no poder econômico, político e aparatos tecnológicos. Restou aquele tipo de agricultura manter suas formas de resistência para a sobrevivência no campo, sendo essa agricultura tanto afetada pela modernização quanto pelos próprios governos com políticas públicas equivocadas, enquanto as forças da revolução verde determinavam o que produzir, quantidade, onde, como, quem e para quem se vai produzir, assim como também determinava quais pesquisas e prioridades deveriam atender o mundo rural (ALTIERI, 2006). Os espaços de tradição, em termos de produzir e da relação do homem com a natureza, foi obrigado a dar passagem para as novas tecnologias e insumos industriais, o que foi parte de um processo que consolidou uma agricultura de escala fabril a partir de grandes extensões de terra, quando a quantidade se tornou prioridade e foi necessário destruir florestas, degradar e contaminar solos, poluir cursos de água e eliminar outras formas de vida (fauna) (SILVA *et. al.*, 2018). Estava a agricultura latinoamericana subordinada aos padrões de produção definidos pelo capitalismo mundial (BARBOSA; ROSSET, 2017).

No entanto, não demorou muito para que todo um cenário de destruição e deteriorização dos recursos e ecossistemas ultrapassassem o foco da produtividade e demandasse novas alternativas para a produção no campo. O modelo hegemônico, orientador do desenvolvimento rural e agrícola pós-segunda guerra mundial para o campo latinoamericano entrou em crise de esgotamento já por volta da década de 1970. Estava em evidência que a propalada modernização agrícola não ajudou a solucionar o problema generalizado da fome e da pobreza rural, muito menos melhorou a distribuição da terra e da renda. Foi muito pelo contrário, agravou todos esses problemas e foi muito mais além, provocando desastres ambientais sem precedentes no campo latinoamericano. Os beneficiados foram somente os agricultores de maiores recursos e acesso às políticas de incentivo, restando aos demais moradores do campo apenas os efeitos perversos do projeto modernizante. A natureza dava seus sinais de limite quando o conjunto de externalidades das práticas e

tecnologias do pacote da revolução verde provocou uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade (CAPORAL, 2009). Os desafios sociais e ambientais mostravam que a agricultura altamente tecnificada e artificializada era incapaz de dar as respostas ante a preocupação com a finitude dos recursos e produção de alimentos.

Assim, ainda que a revolução verde tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu os agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados. Grande parte da população rural foi marginalizada e aumentou a desigualdade no campo quando foram retiradas muitas formas de acesso à terra e aos recursos dessa população, o que se somou à inacessibilidade da maioria dessa população aos pacotes tecnológicos (HECHT, 1999). Diante das consequências, o pacote da revolução verde passou a ser duramente criticado pelos movimentos sociais e ambientalistas em torno do debate por novas formas de agricultura e desenvolvimento que considerasse a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os recursos e tampouco modifique agressivamente a natureza, buscando compatibilizar um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais (ALTIERI, 2009). Buscava-se a alternativa para o desenvolvimento de uma agricultura contraposta ao modelo capitalista hegemônico que levasse à novas configurações na relação do homem com a natureza, tendo em vista o desgaste e o esgotamento de um modelo gerador da crise socioambiental contemporânea (LEFF, 2001).

É dentro desse contexto que aqueles sujeitos sociais que foram desprezados pelo padrão moderno de produção na agricultura voltam ao cenário pelas suas características de produção de forma sustentável. O conhecimento camponês entra em evidência como resposta à forma degradante de até então se fazer agricultura. Os considerados na contramão do progresso e retardatários da modernização passam a receber reconhecimento de que seus conhecimentos sobre os ecossistemas resultam em estratégias multidimensionais de uso da terra e que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a autossuficiência alimentar. Para Altieri (2010), considerando a necessidade de uma agricultura sustentável, os camponeses representam a melhor opção, uma vez que eles desenvolvem práticas de produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais, pois a terra para eles é considerada como espaço de produção, reprodução e vivência, onde se enraízam e afinam suas relações culturais. A permanência da pobreza rural e do grave problema da fome, os

quais não foram resolvidos pelas promessas da revolução verde, bem como os desastres ambientais da agricultura altamente tecnificada, fez com que a grande quantidade de sistemas tradicionais desenvolvidos pelos camponeses, adaptados a diferentes ambientes, passassem a ganhar destaque por meio das práticas agroecológicas e dos movimentos em torno da soberania alimentar. As muitas experiências úteis das culturas camponesas e indígenas, marginalizadas pela civilização industrial, passaram a constituir uma das bases profundas da emergência de um enfoque mais integral dos processos agrários que é a agroecologia (FILOCREÃO, 2007).

Podemos dizer que durante o período mais intenso da revolução verde no campo latinoamericano, os conhecimentos tradicionais ecológico e cultural dos camponeses na experiência direta no manejo dos recursos e ecossistemas, embora fortemente ameaçados, não foram esquecidos por estes. Estava somente adormecido pelas imposições da modernização no campo. Manteve-se por parte dos camponeses o profundo respeito pela natureza, respeito esse que é considerado com uma das características importante do campesinato. Eles não abandonaram suas práticas produtivas tradicionais, mas se adaptaram ao novo contexto das relações de produção no campo. Os conhecimentos tradicionais foram incorporando elementos da ciência agrícola moderna, o que culminou na formulação de projetos agroecológicos, os quais passaram a ser promovidos, de forma intensa, desde a década de 1980. Os conhecimentos e práticas do campesinato passam a configurar a base da busca de uma agricultura contraposta ao modelo capitalista hegemônico, por meio da agroecologia. Segundo Sevilla-Guzmán (2011), a agroecologia é um enfoque que valoriza e reivindica o conhecimento local, camponês e indígena, como resposta de resistência cultural aos conteúdos históricos provocados pela agricultura hegemônica. É um resgate das memórias sociais, do conhecimento local e da revalorização das práticas agrícolas tradicionais camponesas/indígenas na América Latina. Ainda segundo o autor, a agroecologia tem por finalidade a implementação de forma de desenvolvimento rural sustentável que permite oferecer soluções alternativas ao modo industrial de uso dos recursos.

3.2 AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

Tomamos aqui a agroecologia e a soberania alimentar como principais bandeiras do campesinato, não só na América Latina como no mundo. Acompanhamos Carvalho e Franco (2012) quando ressaltam e assumem que ao menos as práticas agrícolas, sociais e econômicas

do campesinato são, originalmente, agroecológicas. Mas também ponderamos que não assumimos de forma automática que a agroecologia tenha um padrão homogêneo em todo o campo latinoamericano, pois as formas de apropriação, contexto histórico, ecossistemas e espaços de luta dos camponeses são heterogêneas, configurando uma diversidade socioambiental na região. Assumimos que a agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para a prática de uma agricultura que seja ambientalmente consistente, produtiva e economicamente viável, o que deve orientar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Quanto à soberania alimentar, entendemos que esta encontra-se associada à agroecologia, uma vez que assumimos que esta proporciona os princípios para alcançar aquela. Na América Latina recai sobre os camponeses o principal esforço da produção agrícola em torno dos alimentos básicos que compõe a alimentação das grandes cidades e das próprias populações rurais (PÊSSOA, 2001).

De acordo com Marcos (2007, p. 191), a agroecologia pode ser entendida como:

Uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade [...]. Trata-se do resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e os demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos.

Segundo Silva (2015), a agroecologia apresenta-se como alternativa para uma produção com menor interferência ao meio, oferecendo oportunidade para o camponês em sua permanência no campo. Além do mais, ela visa uma produção diversificada, levando em consideração as inovações tecnológicas, mas integrada aos saberes dos camponeses com respeito à capacidade de produzir e de utilizar os recursos que a natureza oferece. A associação entre agroecologia e camponês tem proporcionado intensos debates e espaço de discussões acerca do fortalecimento do campesinato na América Latina. Segundo Guimarães e Mesquita (2010), a agroecologia caracteriza-se como uma das formas de (re)criação do campesinato, o que tem contribuído para que as famílias permaneçam no campo e com um modelo de produção de base ecológica que muito tem de contribuição para o desenvolvimento de um país. Podemos ressaltar que a agroecologia, como uma forma de fazer agricultura, reconectou o campo à cidade, o alimento à natureza e o camponês à terra, voltando o campo a

ser novamente um lugar para morar. Para Fernandes (2018), com a agroecologia o campesinato reinventou a comida e luta por retomar o percurso da agricultura sustentável, o que o caracteriza como grupo social muito importante na construção do futuro, uma vez que é responsável pela produção de comida saudável.

Assim, a agroecologia não só se configura como um instrumento de lutas e resistências de permanência na terra, de acesso a esta e aos bens comuns (CAPORAL, 2013), mas também como um estilo de vida para os camponeses, os quais são valorizados por sua forma de produzir em estreita relação e respeito com a natureza. Embora temos que ressaltar que tal valorização ainda não alcançou consolidação desejada no meio social, seja pelos discursos da posição da agricultura altamente dependente de insumos agroquímicos e maquinários (atualmente muito conhecida como agronegócio) e por aqueles que a defendem seja pela omissão e ação governamental que pouco tem contribuído para o reconhecimento do potencial agroecológico quando dos minguados programas e políticas públicas que atendam os anseios da produção agroecológica. Nesse sentido, o maior e melhor desenvolvimento de práticas agroecológicas não dependem somente da atuação dos camponeses (não se resume apenas ao ato de produzir), é necessário também que Estados e governos estejam na mesma direção por promover políticas públicas de produção, comercialização e abastecimento que tenham compromisso com uma agricultura sustentável, de base ecológica, que atenda as demandas da sociedade e que utilize de forma consciente os recursos disponíveis na natureza (SILVA, 2015). Diante disso, as políticas públicas são uma importante ferramenta para a promoção da agroecologia.

Podemos dizer que a agroecologia tem ganhado notoriedade por seu caráter social que inclui e por ser ecologicamente sustentável, mas ainda é um processo que se encontra em construção e que sofre oposição intensa das forças da agricultura de alto investimento de capitais. Pessoa (2019) entende a agroecologia como um paradigma (não conforme as regras da produção científica convencional, mas por meio da experiência dos saberes práticos) sustentável ambientalmente e social e economicamente harmônico, compreendendo-a como proposta do campesinato, não só como uma prática agrícola alternativa à agricultura capitalista, mas como também um posicionamento antagônico, quando são questionados o padrão hegemônico vigente no campo e os efeitos da expansão de tal padrão para o campesinato e para a natureza. O comprometimento dos camponeses com a agroecologia e a produção sustentável é tido como fundamental para a não dependência tecnológica e de insumos agroquímicos impostos pelas grandes corporações multinacionais (PLOEG, 2009). É

na agroecologia que podemos encontrar o arado para o cultivo de um futuro sustentável, com a demanda de processos de transformação social para a construção de uma nova agricultura, de um novo mundo (LEFF, 2002).

Segundo Perez-Cassarino (2013), as práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, uma vez que têm sua construção sobre o conhecimento agrícola tradicional, combinando tal conhecimento com a ciência agrícola moderna, o que proporciona novos elementos às práticas tradicionais de manejo, possibilitando articulações multidimensionais (econômicas, sociais, culturais e outras mais além da unidade produtiva). É o potencial cultural do campesinato, construído ao longo de gerações, que se constitui num dos principais aportes desses sujeitos para a agroecologia (manejo sustentável), pois eles possuem o caráter ambientalmente apropriado de manejo pelo profundo conhecimento das dinâmicas naturais do ambiente no qual estão inseridos (ALTIERI, 2009; GLIESSMAN, 2000). Desta forma,

A agroecologia toma o campesinato como referente técnico, social, econômico e cultural para a proposição de uma nova agricultura que, em diálogo com a construção de novos conhecimentos científicos, no âmbito das tecnologias, da compreensão das dinâmicas sociais e econômicas e desenho de processos metodológicos, configura a potencialidade dessa proposta em se tornar uma forma alternativa de organizar as dinâmicas agroalimentares – alternativa que responda aos anseios de uma sociedade em busca do equilíbrio ambiental, equidade social, saúde e qualidade de vida. [...] a agroecologia tem como base de sustentação o conhecimento socialmente construído pelo campesinato, e este toma a agroecologia como estratégia para resgatar e fortalecer sua racionalidade e seu modo de fazer agricultura (PEREZ-CASSARINO, 2013, p. 134).

É nessa vinculação entre agroecologia e campesinato que encontramos a luta pela construção e estabelecimento de uma agricultura camponesa no século XXI no campo latinoamericano como ponto de um novo paradigma produtivo, quando se tem a possibilidade da produção de alimentos respeitando a natureza, um aspecto fundamental e importante na atualidade. Com relação à produção de alimentos, esta é outra característica chave que contribui de forma muito importante para o reconhecimento do campesinato, o qual é associado a soberania alimentar. Segundo Fernandes (2007), o trabalho na terra e a produção de alimentos são relações principais que identificam os diferentes tipos de campesinato em qualquer parte do mundo. Ainda segundo esse autor, a agricultura camponesa é responsável

por grande parte dos alimentos consumidos em todos os países da América Latina. Quando se associa o campesinato à produção de alimentos não se está referindo apenas à questão de quantidade, mas também à qualidade, diversidade, à alimentos saudáveis (sem a carga dos pesados agrotóxicos que são empregados na produção da agricultura do tipo empresarial) e que atenda os costumes e hábitos local e regional, fatores estes que encontram alinhamento com o conceito de soberania alimentar. Segundo Pellizon (2019), a agricultura camponesa é eficiente para satisfazer a demanda local por alimentos.

Quando se fala em soberania alimentar e produção de alimentos, deve-se esclarecer dois pontos importantes que envolvem esses temas. O primeiro deles faz referência ao uso dos termos soberania e segurança alimentar. Na América Latina esses termos muitas vezes são usados como sinônimos na tentativa de esconder as pretensões maiores da produção capitalista e das entidades que a defendem em torno da justificativa por atender a demanda de alimentos, e por extensão por auferir maiores lucros, mas sem a consideração de elementos locais associados aos limites dos ecossistemas e à cultura alimentar das populações. Isso mostra que não podemos passar de largo na disputa pelo uso desses conceitos e o que eles envolvem, o que em muito impacta na estratégia de produção e (re)produção dos camponeses na América Latina, assim como também na alimentação de todos, pois o campesinato é um grande protagonista na produção daquilo que é consumido pelas famílias latinoamericanas. Em relação à estratégia de (re)produção não é novidade que sempre o campesinato atuou na produção de alimentos como condição de manutenção da sua existência. O que se coloca aqui é o seu papel importante para assegurar a soberania alimentar da população, especialmente dentro do contexto em que o direito básico à alimentação é negado a grande parte da humanidade (embora isso seja um fato histórico) (MIRANDA, 2021).

O conceito de segurança alimentar é utilizado dentro de uma concepção pela garantia do alimento em quantidade e qualidade às populações em situação de insegurança alimentar, enquanto que, por sua vez, o conceito de soberania alimentar enfatiza a autonomia dos povos e comunidades, e vai além da garantia de acesso a qualquer tipo de alimento (VINHA; SCHIVINATTO, 2015). Boni e Bosetti (2017) apontam que a segurança alimentar deve ser entendida com a condição de existência de alimentos suficientes e de qualidade para que todos possam ter acesso, enquanto que a soberania alimentar deve ser entendida como o controle dos alimentos por parte dos camponeses. E é por conta desse entendimento que, como aborda Fernandes (2015), a questão da soberania alimentar é um tema que não interessa a muitos governos, principalmente os conservadores e antidemocráticos, uma vez que estão

comprometidos com os interesses do grande capital, das corporações nacionais e transnacionais, mercadores de alimentos, estando tais governos com seus interesses acima dos interesses da sociedade, considerando o agronegócio e a sua produção de commodities como pauta de discussão à política do desenvolvimento territorial em contraposição à agricultura camponesa. Assim, a luta pela soberania alimentar, no direito de escolha do que produzir e como produzir, é uma questão desafiadora para o campesinato latinoamericano que enfrenta a ofensiva do capital (ARAÚJO, 2016).

Não basta que os indivíduos tenham recursos financeiros para comprar seus alimentos, mesmo que estes sejam produzidos pelas corporações internacionais, o que é defendido pela perspectiva da segurança alimentar, é preciso que seja priorizada a cultura alimentar local e outros aspectos relacionados à proteção do meio e da saúde das pessoas. E contribuindo nesse sentido, Fabrini (2017 p. 57), postula que a soberania alimentar vai além do simples ato de produzir,

Pois envolve temas relacionados ao direito de atendimento das necessidades humanas básicas de alimentação e nutrição; produção e comercialização local dos alimentos, afastando-se da produção de alimentos controlados por corporações transnacionais; contraponto às monoculturas ao afirma-se na diversidade camponesa; preocupação ambiental e uso de venenos prejudiciais à saúde das pessoas; dentre outras. [...], a soberania alimentar possui uma perspectiva ampla, a qual envolve resistência à imposição aos padrões, hábitos, costumes e modelos alimentares controlados por corporações empresariais capitalistas nacionais e transnacionais.

Quanto ao segundo ponto levantado, produção de alimentos, não duvidamos da capacidade da agricultura empresarial e tecnificada em produzir quantidade de alimentos suficientes para alimentar a população do planeta. A questão não está aí, encontra-se no destino e na lógica envolvida em tal produção. Os recordes de safras nos deixam evidência de que não há escassez na quantidade de alimentos para alcançar toda a população mundial em termos mínimos. De acordo com Pellizon (2019), no mundo todo são produzidos grãos, sementes e cereais em quantidade suficiente para alimentar a humanidade. O que acontece é que grande parte desta produção não é destinada para a alimentação das pessoas, mas sim para a ração de animais e biocombustíveis. Sendo assim, o problema não radica na insuficiência de produção, mas encontra-se na opção feita pelas sociedades capitalistas, as quais colocam a produção de alimentos na mesma lógica de todo o restante do sistema, quando o alimento nada mais é do que uma simples mercadoria, demonstrando que a meta é o lucro e que todas

as demais questões e variáveis (sociais, ambientais, culturais entre outras) estão em segundo plano. Ou seja, é uma produção que está orientada para satisfazer as demandas do mercado, conforme o melhor entendimento e oportunidade de maiores lucros. Em contraponto, a lógica do campesinato não é orientada pelo mercado, produzindo em seus sistemas de produção os alimentos básicos que atendem as demandas locais e circuitos regionais de acordo com a cultura, em grau de diversidade e considerando os aspectos ecológicos.

Diante desse contexto, consideramos que campesinato na América Latina apresenta todo um potencial quando se trata tanto da produção de alimentos quanto da conservação e proteção dos recursos dos quais dependem a atividade produtiva, bem como da conservação da biodiversidade, por meio da utilização das práticas agroecológicas. Não resta dúvida, segundo Rosset e Altieri (2018), de que a contribuição dos camponeses é e seguirá sendo crucial na América Latina, respondendo em nível regional por 51% da produção de milho, 77% da produção de feijão e por 61% da produção de batatas. A elaboração e direcionamento de políticas públicas que atendam os anseios das populações camponesas, articuladas com políticas de distribuição, pode ser a chave para que a América Latina ponha em marcha passos mais rápidos para erradicar a fome, a qual assombrava 28% da população regional em 2014 (CEPAL, 2015). Por sua vez, a própria região (as características edafoclimáticas) é uma das mais ricas nos recursos fundamentais (terra e água) para a produção de alimentos. A jornada pode ser longa, em termos de políticas e programas que reconheçam a devida importância dos camponeses, mas não temos lugar para dúvidas de que o saber/fazer agricultura do campesinato é o melhor caminho para a produção de alimentos e respeito à natureza, não só para o hoje como também para o futuro.

CAPÍTULO 4 –

SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COLÔNIA AGRÍCOLA DO MATAPI

O Saber camponês passado entre as comunidades de geração em geração e influenciado por processos migratórios demonstra a importância do campesinato para a sociedade (DANILLO e BRINGEL, 2020, p. 9).

O camponês amazônico guarda consigo a singularidade, que se revela na sua forma única de lidar com o ambiente amazônico de várzea e terra firme (COSTA et. al., 2015).

Em sua cotidianidade os grupos camponeses [...] desenham ações que conformam seus traçados de trabalho, vida familiar e comunitária (SILVA, 2005, p. 93).

A discussão que permeia este capítulo está voltada para a análise dos dados da pesquisa de campo, com a identificação dos sistemas de uso da terra praticados pelos camponeses na colônia agrícola do Matapi e a sustentabilidade desses sistemas nas dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural, o que foi possível por meio da construção de índices de sustentabilidade. A análise possibilitou avaliar o grau de sustentabilidade dos sistemas e inferir sobre a continuidade dos mesmos, permitindo a reprodução das famílias agricultoras em longo prazo. Foram investigados o desenvolvimento atual dos sistemas e os principais desafios enfrentados pelos camponeses tanto nos aspectos produtivos quanto nos sociais, ambientais, econômicos e as infraestruturas, os quais possibilitam análises que dão suporte para as inferências realizadas quanto ao futuro do desenvolvimento das práticas e dos sistemas de uso da terra adotados na atualidade pelos camponeses. Essas análises foram capazes de revelar não só os desafios como também as oportunidades e as expectativas dos camponeses por melhorias nos transportes, vias de acesso, armazenamento, preparo do solo, energia elétrica, comunicação, saúde, segurança, cursos de capacitação entre outros.

Na colônia agrícola do Matapi os agricultores têm utilizado a terra com o cultivo de hortaliças, produção de abacaxi, roças de mandioca (Fotografias 1 e 2), macaxeira, milho, melancia e feijão, assim como o cultivo do açaí e de várias frutíferas como o cupuaçu, graviola, pupunha, acerola entre outras. Quanto à produção animal, na colônia apresenta-se a

criação de peixes em pequenos tanques (uma atividade de pouca ocorrência), a criação de aves (basicamente para o consumo familiar) e a ocorrência da criação de algumas cabeças de gado. O destaque na colônia é a produção de abacaxi, laranja, cupuaçu e de hortaliças. Muitos dos cultivos são realizados de acordo com os conhecimentos tradicionais, repassados pelos pais. Os principais instrumentos utilizados nas atividades são os facões, enxadas, roçadeiras e, em alguns casos, o trator⁵⁶. A mão de obra é preponderantemente a familiar, na qual se apresenta a figura do pai, mãe e filhos e, em algumas situações, a de parentes, os quais residem no mesmo domicílio, geralmente um irmão/irmã ou um dos pais do casal, uma vez que não têm ou não construíram sua própria família; ocorrendo, ainda, a contratação de mão de obra extrafamiliar, em caráter temporário, quando a família não consegue executar as atividades de demanda imediata, como as de limpeza e colheita.

Fotografia 1 – Cultivo de hortaliças na colônia agrícola do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Fotografia 2 – Cultivo de mandioca na colônia agrícola do Matapi.



Fonte: pesquisa de campo, 2019.

O tamanho dos sistemas apresenta variações entre os agricultores, o que pode ser explicado e relacionado a fatores como o tamanho da família, o recebimento de benefícios

⁵⁶ A utilização de tratores se faz com o uso de implementos como roçadeira, arado, pulverização e para o transporte de produtos em uma carroça acoplada ao trator.

sociais⁵⁷ e a estrutura econômica, a qual possibilita o acesso a máquinas e equipamentos para alguns, os quais trabalham áreas maiores para cultivo. Por conta disso, os sistemas variam desde grandes plantações de abacaxi e laranja (Fotografias 3 e 4), que se estendem por vários hectares, até pequenas hortas e roças de mandiocas com menos de 1 hectare. Apesar das variações no tamanho dos sistemas identificou-se que o estímulo do trabalho ocorre no sentido de satisfazer as necessidades da família, no que Chayanov (1922) descreve como um balanço entre trabalho e consumo, e não no objetivo de alcançar taxas de lucro. Assim, os agricultores exploram a terra com os seus cultivos até o ponto em que a receita do trabalho é entendida como o suficiente para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Para esse objetivo se constatou o interesse e esforço por parte dos agricultores em aumentar sua área explorada na expectativa de alcançar maior produção e adquirir equipamentos, máquinas e veículos para melhorar as condições de trabalho nos sistemas e da vida em família pelo acesso a bens como eletrodomésticos e móveis, para além daqueles já adquiridos.

Fotografia 3 – Cultivo de abacaxi na colônia agrícola do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Fotografia 4 – Produção de laranja na colônia agrícola do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

⁵⁷ Os benefícios sociais acessados pelas famílias agricultores na colônia correspondem ao “Bolsa Família” (programa do governo federal), o “Renda para Viver Melhor” (programa do governo estadual) e as pensões ou aposentadorias. É importante ressaltar que nem todas as famílias acessam algum desses benefícios, sendo os dois primeiros acessados por quase todas as famílias que possuem filhos pequenos ou em idade escolar regular. O terceiro é acessado pelas famílias que têm em seu meio pessoas idosas ou pessoas com alguma deficiência.

A estrutura econômica das famílias apresenta-se como um fator importante na definição do tamanho da área dos sistemas de uso da terra. Aquelas que possuem receitas maiores conseguem investir mais, e por conta disso aumentam a área dos sistemas, inserindo aos poucos novos mecanismos como o sistema de irrigação (demanda no verão), o uso de trator, roçadeira e o pagamento de mão-de-obra extrafamiliar. Do contrário, as famílias que alcançam baixas receitas não conseguem investir para aumentar suas áreas de produção, mantendo-as pequenas. Durante as entrevistas foi identificado o desejo das famílias nessa situação em aumentar a quantidade produzida; na verdade, esse desejo se postulou quase que de maneira geral entre os entrevistados, independentemente da sua quantidade de produção. Também, ficou constatado que o recebimento de alguns benefícios sociais, como aposentadorias e pensões, tem relação com o tamanho dos sistemas, pois o recebimento de tais benefícios tem feito com que alguns agricultores reduzam o seu tempo de trabalho e sua área de produção, uma vez que o dinheiro dos benefícios consegue suprir parte das necessidades básicas da família. No entanto, é interessante ressaltar que muitos dos que recebem tais benefícios apresentam baixas condições físicas para trabalhos em áreas maiores (idades acima dos 60 anos, associada a problemas de saúde como dores de coluna, o que não possibilita muito tempo de dedicação nas atividades dos sistemas).

De maneira geral, foi constatado que as famílias com o menor número de integrantes apresentam as menores áreas com sistemas de produção, sendo o trabalho exercido geralmente por uma ou duas pessoas, o chefe da família e um filho ou aquele primeiro e seu cônjuge. As exceções se configuram por duas situações. Por um lado, foi constatado que famílias compostas por três ou menos pessoas possuem áreas cultivadas maiores do que famílias que são compostas por cinco ou mais membros, fato decorrente daquelas possuírem estrutura (maquinários e outros equipamentos) capaz de manter maior área de exploração e produção. Por outro lado, o contrário também foi identificado, em que famílias compostas por mais de cinco membros cultivam áreas menores em relação às famílias que possuem menor número de membros, o que tem sua relação com o fato das primeiras apresentarem maior número de crianças, as quais não desempenham, ainda, atividades nos sistemas ou à baixa capacidade e disponibilidade do uso de tratores ou outros mecanismos nas suas atividades para aumentar a área trabalhada. De maneira geral, o tamanho dos estabelecimentos dos agricultores pesquisados é de 30 hectares. As exceções a isso são as famílias que adquiram outro lote e hoje possuem mais que 30 hectares e as famílias que possuem menos hectares em

decorrência das divisões de um estabelecimento em várias partes que foram distribuídas entre os filhos quando da formação de uma nova família.

Da criação da colônia agrícola do Matapi até os dias atuais ocorreram mudanças quanto ao uso da terra no diz respeito às culturas cultivadas. Por meio das entrevistas, constatou-se que os primeiros colonos trabalhavam apenas com o cultivo de mandioca, macaxeira, feijão, arroz e milho, sendo obrigados (por força de contrato⁵⁸) a realizar o plantio de seringueira nas primeiras áreas trabalhadas, o que demandava a abertura de novas áreas, pois após o primeiro ano não se podia mais plantar entre as seringueiras. O plantio dessas culturas, com exceção da seringueira, ainda permanece como sendo as principais para algumas famílias, enquanto que outras optaram pela diversidade de cultivos e, até mesmo, pelo abandono daqueles, substituindo-os ao longo dos anos por outros cultivos até a adoção dos atuais. Segundo os entrevistados a substituição ocorreu em decorrência das novas oportunidades em termos de mercado e comercialização e também pela menor demanda de esforço físico e de trabalho com os novos cultivos, como também pela adaptação local. Como a cultura da seringa não prosperou, devido aos baixos preços e falta de mercado, muitas áreas que já tinham sido plantadas foram derrubadas para o plantio de outras culturas, enquanto outras permanecem até hoje em meio da mata. Ainda é possível encontrar alguns pés de seringueiras na colônia, mas sem atividade de extração do látex (Fotografia 1). Assim como a seringa, o governo também incentivou o cultivo de dendê, o qual também não prosperou, não vendendo sequer um “cacho”, conforme o relato de um dos entrevistados.

O processo de limpeza das áreas para os cultivos era realizado por meio do uso do fogo, desmatamento e queima da floresta. O plantio de poucas culturas nos primeiros anos se dava principalmente pelas limitações da época, o que permitia apenas o trabalho com mandioca, macaxeira e alguns cultivos mais, em decorrência de questões econômicas, de armazenamento, acompanhamento técnico, do não conhecimento de trabalho sobre algumas culturas, transporte e comercialização. Eram produtos que duravam por mais tempo sem a exigência de consumo rápido e maiores cuidados para o transporte. Era o que se tinha como possível para a realidade daqueles primeiros anos em que os recém-chegados não tinham conhecimento da região e nem de como produzir diante de novos solos. Segundo as

⁵⁸ Os relatos dão conta de que as primeiras famílias que chegaram à colônia estavam condicionadas a um contrato elaborado pelo governo do território do Amapá para o usufruto dos lotes. Esse contrato previa a ajuda técnica e apoio financeiro nos primeiros anos às famílias e também outras condicionantes que deveriam ser atendidas. Entre elas o plantio de seringueiras em determinadas áreas definidas por conta do acesso e localização. As mudas eram disponibilizadas aos recém-chegados pelo governo e o plantio deveria receber toda a manutenção por parte das famílias (limpeza e demais cuidados).

entrevistas, os trabalhos com a mandioca, para a produção de farinha, da goma e do tucupi, e com a macaxeira eram pesados e desgastantes demais e de pouco retorno econômico, fato que levou muitos a mudarem de cultura. A essa mudança também esteve associado o acesso de alguns agricultores ao próprio meio de transporte, as melhorias nos ramais e a oferta, com mais dias na semana, de transporte público oferecido pelo governo do estado e pela prefeitura, com a disponibilidade de caminhões para o escoamento e comercialização dos produtos.

Fotografia 5 – Plantio de seringueiras na colônia agrícola do Matapi⁵⁹.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No período entre os anos 1965-80 foi intenso na colônia o cultivo de pimenta do reino, cultura esta que teve como pioneiros os japoneses. Segundo os entrevistados, em 1975 um cearense, conhecido como “senhor Cordeiro”, era o responsável por grandes áreas de produção de pimenta do reino na colônia. Durante esse período muitos dos agricultores do local trabalhavam na fazenda do “senhor Cordeiro”, assim como também cultivavam em seus lotes essa cultura, a qual era comprada pelo próprio “senhor Cordeiro”. Praticamente todos na colônia plantavam pimenta do reino. Foi durante esse período que novos colonos chegaram ao local, tendo as passagens e despesas da família financiadas pelo “senhor Cordeiro”, as quais seriam pagas ao longo dos anos de trabalho na fazenda. A produção de pimenta do reino

⁵⁹ O plantio de seringueira apresentado não é dos primeiros anos de ocupação, mas trata-se de um plantio realizado por um dos agricultores que resolveu fazê-lo por um desejo de iniciativa própria e não é explorado. Segundo as entrevistas algumas das primeiras árvores de seringa ainda podem ser encontradas no meio da mata.

contou com incentivos do governo (principalmente apoio técnico e de suporte na questão produtiva como adubos e ferramentas) e tinha venda certa para um único comprador, o qual comprava toda a produção da colônia. Entretanto, o período de grande produção de pimenta do reino logo chegou ao seu declínio. Ocorreu o que os entrevistados denominaram de “superprodução”, quando todos ali plantavam pimenta, o que foi responsável pela queda dos preços. Além disso, o governo direcionou seus incentivos para a colônia de Tomé-Açu no Pará e o único comprador se afastou, levando assim à queda e fim da produção de pimenta do reino na colônia do Matapi. Atualmente, segundo as observações e entrevistas, não ocorre mais o plantio de pimenta do reino no local, nem sequer para o próprio consumo das famílias.

Com o fim da grande produção e auge da pimenta do reino, a fazenda do “senhor Cordeiro” não deu prosseguimento com outras culturas e as terras foram divididas entre alguns agricultores como parte da indenização por causas trabalhista. Os agricultores então passaram a se dedicar, principalmente, para a produção de laranja, abacaxi, cupuaçu, banana, coco e hortas, enquanto outros permaneceram com a produção de mandioca e macaxeira por não terem condições em termo de conhecimento técnico e segurança para trabalharem com outros cultivos. Também, alguns começaram a construir tanque para a criação de peixes, principalmente da tilápia (*Oreochromis niloticus*). Dos entrevistados, 57% relataram que já realizaram mudança de cultura principal⁶⁰, o que, em alguns casos, ocorreu mais de uma vez. De maneira geral, os agricultores entrevistados começaram trabalhando com mandioca e macaxeira e depois foram mudando para outras culturas. Os entrevistados explicaram que as mudanças ocorreram por conta da demanda por outros produtos, os quais foram logo cultivados por muitos em decorrência do menor trabalho, em termos de esforços físicos e melhor retorno econômico. Um dos exemplos são hortas. Sobre elas um dos agricultores relatou: “são mais rápidas, é dinheiro toda a semana. As outras coisas demoram mais”. Outro exemplo são as culturas perenes, em que o trabalho se dá mais com a manutenção, não precisando trabalhar novas áreas com frequência.

Outra mudança que ocorreu quanto ao uso da terra diz respeito à maneira de como preparar o solo para o plantio. Nos primeiros anos, quando da chegada dos agricultores à colônia, o preparo do solo se dava por meio da derruba e queima da floresta, sendo o uso do fogo uma constante na abertura de áreas para as roças. Entretanto, essa prática foi aos pouco

⁶⁰ É o cultivo que representa a demanda da maior dedicação da força de trabalho e investimento, o que mais se produz nos sistemas de uso da terra, conhecido entre os agricultores como o carro-chefe da produção, sendo para alguns casos mais de um cultivo como, por exemplo, a produção de laranja e açaí ou a produção de abacaxi e laranja. Esse ressaltado é importante porque o uso da terra entre os agricultores ocorre por meio de uma diversidade de cultivos, alcançando assim a produção de vários produtos e maior leque de comercialização.

sendo substituída pelo uso de tratores⁶¹, com o preparo de áreas que ano após ano vão sendo rotacionadas. Isso significa dizer que uma mesma área não é utilizada de maneira seguida para o mesmo cultivo ou recebe o descanso de, no mínimo, um intervalo de plantio para outro. Atualmente, a derrubada ou desmatamento de novas áreas para dar lugar a novos plantios praticamente não ocorre na colônia, os trabalhos mantêm seus cultivos nas áreas já derrubadas, nas quais são apenas realizados os processos de aradagem, gradagem e, em algumas situações, a correção do solo (acidez) com a aplicação de calcário. Se por um lado, o uso do fogo e as queimadas foram praticamente substituídas, assim como também reduzida a ocorrência de novas áreas desmatadas, por outro, o uso constante das mesmas áreas é vista por muitos agricultores como algo que empobrece cada vez mais o solo, demandando maiores quantidades de adubos químicos e orgânicos para manter a produção, o que tem gerado maiores custos devido os altos preços de tais adubos.

De maneira geral, os critérios e os fatores que determinaram ou tem determinado a escolha e práticas nos sistemas de uso da terra na colônia estão associados a uma série de questões que fazem parte do processo produtivo, sejam elas econômicas, sociais, culturais, condições edafoclimáticas, infraestruturais, mercadológicas, transportes e comercialização. Conforme as demandas e oportunidades de mercado, assim como também das condições de produção, os agricultores vão adotando aqueles cultivos de melhor saída para a comercialização. Se as condições de investimento e produtiva não permitem o trabalho com novos cultivos permanecem aqueles já praticados, restando apenas a vontade e o desejo por trabalhar com outras culturas. Consideradas as observações e entrevistas com os agricultores, dentre os fatores que os levaram a escolher e adotar seus sistemas de uso da terra se sobressai aquele com maior peso por possibilitar a obtenção da maior receita.

Ou seja, o melhor retorno econômico tem sido um importante balizador na escolha dos sistemas de uso da terra na colônia agrícola do Matapi, embora consideradas as particularidades de algumas famílias que não dispõem de determinadas condições para adotar cultivos desejados ou outras práticas produtivas. Um ponto que é interessante ressaltar aqui é o fato de que a questão econômica em algumas ocorrências não se sobressai sobre a questão cultural pela experiência com determinados cultivos, quando alguns agricultores não deixam de produzir aquilo com que sempre trabalharam, pois estão seguros de que as técnicas e práticas desenvolvidas ao longo da vida lhes possibilitam a certeza de que vão colher aquilo

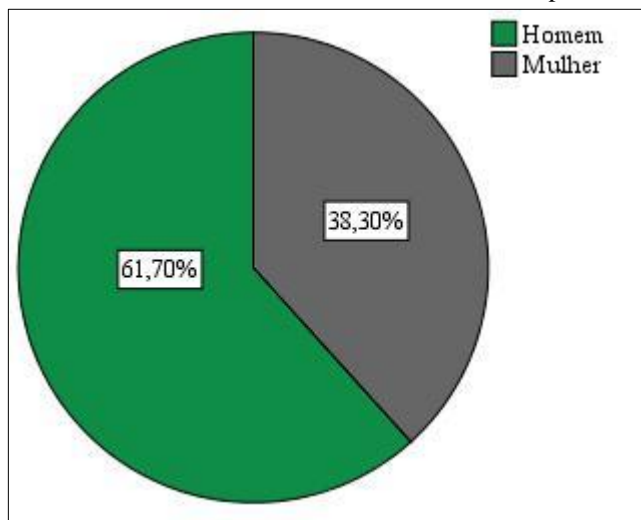
⁶¹ Isso não quer dizer que todas as famílias ou parte significativa delas tenham um trator, sendo poucas as unidades deste veículo na colônia. O que acontece é que aqueles que não têm pagam a contratação de algumas horas de trabalho para o preparo de suas áreas ou são atendidos por um trator da associação local ou da prefeitura quando em convênio com aquela.

que estão acostumados a plantar. Outro aspecto importante observado em campo é a manutenção das áreas florestais que margeiam os sistemas de uso da terra e são fundamentais no cotidiano familiar pelos rios e igarapés, os quais servem tanto para atividades recreativas como para a pesca e captação de água, e pelas florestas que proporcionam as atividades de caça e coleta de produtos extrativos como do açaí e da bacaba.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

Durante a pesquisa de campo foram entrevistados 47 agricultores na colônia agrícola do Matapi, os quais se encontram distribuídos nas cinco linhas da colônia (ramais), linha A, B, C, H e G. Do total de entrevistados, 61,70% são homens e 38,30% são mulheres (Gráfico 1). É importante ressaltar que os entrevistados foram os responsáveis pela família, o que proporcionou informações com mais detalhes sobre os questionamentos realizados em campo. Ao todo, a pesquisa abrangeu um número de 230 pessoas, das quais 122 são homens e 108 são mulheres.

Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados no Matapi.

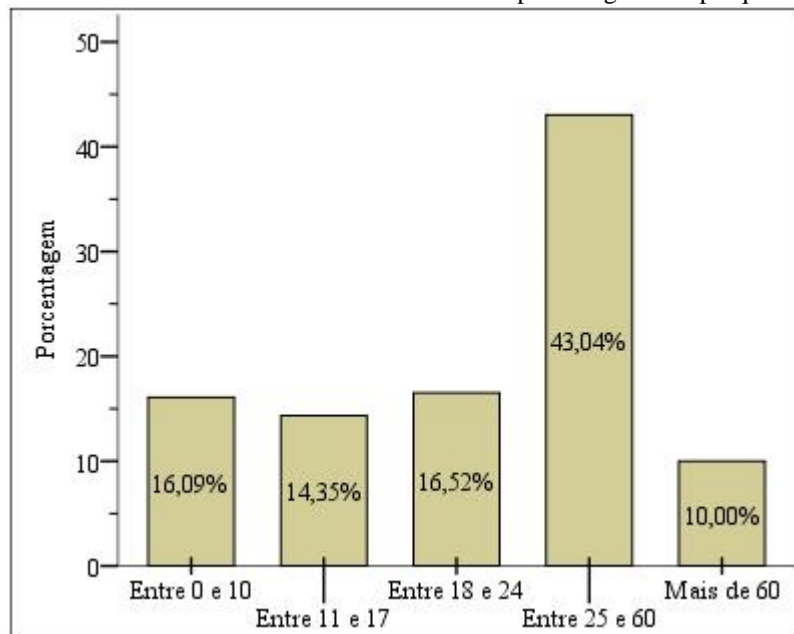


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A média é de 5 pessoas por grupo familiar, sendo a média de 3 homens e de 2 mulheres por domicílio. Do total de pessoas abrangidas na pesquisa, 16,09% têm idades que variam entre 0 e 10 anos, 14,35% com idades entre 11 e 17 anos, 16,52% entre 18 e 24 anos, 43,04% entre 25 e 60 e 10% possuem mais de 60 anos de idade (Gráfico 2). Tais resultados evidenciam a existência de uma população jovem na colônia, assim como pessoas em idades

de condições físicas para os trabalhos demandados na agricultura, sendo baixa a representação de pessoas idosas.

Gráfico 2 - Faixa etária dos moradores do Matapi abrangidos na pesquisa.



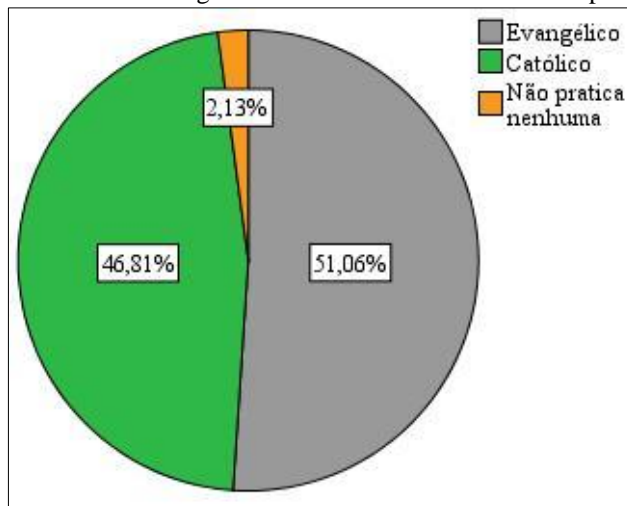
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que se refere às residências dos agricultores, em termos de material predominante na estrutura, foi constatado que em 96% o material predominante no telhado é a telha de amianto (conhecida pelos entrevistados como Brasilit), sendo nas demais a telha de barro; quanto à estrutura das paredes, em 38% das residências o material predominante é a madeira e em 62% a alvenaria; em relação ao piso, 34% das residências apresentam pisos lajotados, 42% são queimados com cimento, 15% são apenas cimentado e em 9% o material dos pisos é a madeira. Com relação à situação conjugal dos entrevistados constatou-se que 32% são casados, 13% são solteiros, 6% são viúvos, 47% relataram que vivem uma relação estável e 4% são divorciados.

No diz respeito à religiosidade das famílias constatou-se que a maioria (51,06%) é praticante do catolicismo, 46,81% são evangélicos e 2,13% relataram não praticar nenhum tipo de religião (Gráfico 3). Isso evidencia, assim como outros estudos já realizados na região, a predominância do catolicismo na vida das pessoas (SILVA, 2010; 2014). As atividades e interações intermediadas por meio da questão religiosa proporcionam parte da dinâmica social e cultural na colônia, não se restringindo apenas aos momentos de cultos e celebrações religiosas nas igrejas, sendo realizados dentro desse contexto ações para ajudar algum necessitado, principalmente em termos de saúde, quando são propostos bingos, rifas ou

torneios de futebol. Além do mais, as interações das igrejas com a comunidade acontecem por meio das festas e comemorações religiosas.

Gráfico 3 - Religião das famílias na colônia do Matapi.

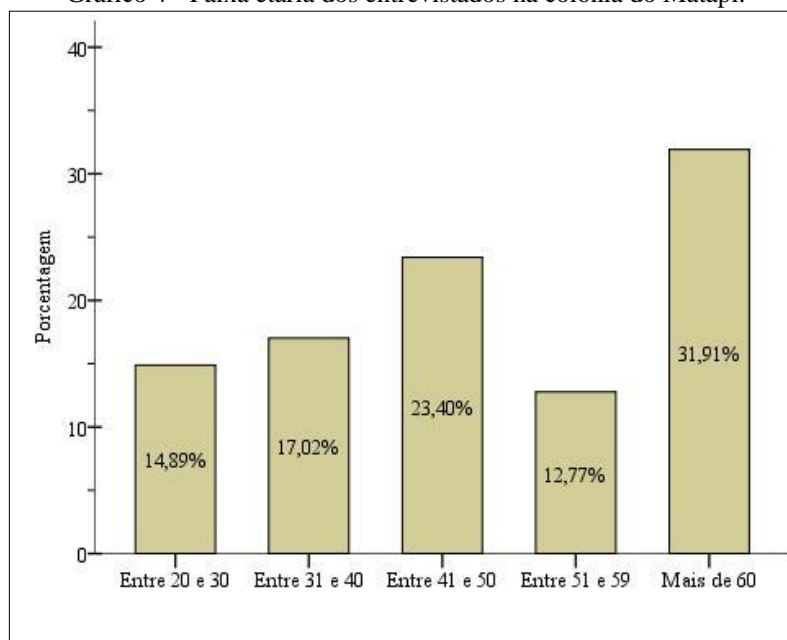


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que diz respeito à faixa etária dos entrevistados (Gráfico 4), foi constatado que 55,31% dos agricultores da colônia agrícola do Matapi possuem idades abaixo de 50 anos, o que demonstra um cenário de pessoas que ainda se encontram no vigor físico para desempenhar muitas das atividades demandadas na agricultura, as quais, muitas das vezes, exigem grandes esforços físicos. Por outro lado, também, constatou-se que 44,68% dos entrevistados possuem idades acima de 50 anos, sendo que desse total, 31,91% estão com idades acima dos 60 anos. Isso demonstra uma grande percentagem de agricultores que não desempenham mais muitas das atividades na agricultura, uma vez que a condição física não permite executar determinadas tarefas, principalmente aquelas que demandam maiores esforços físicos. Estes, pelo que foi constatado, realizam mais tarefas próximas de sua residência, no que eles denominam de “sítio”, cuidando de algumas frutíferas. Nesses casos, o sustento da família tem como maior fonte de receita as aposentadorias.

A amplitude entre as idades dos agricultores entrevistados variou de 20 a 86 anos, sendo a média geral de 50 anos. Os dados da faixa etária dos agricultores da colônia do Matapi são muitos próximos aos encontrados para a faixa etária em pesquisas realizadas em localidades próximas da colônia e na região amazônica brasileira, cuja média encontra-se entre 40 e 60 anos, evidenciando que a faixa etária dos agricultores entrevistados não se diferencia dos demais agricultores na região (VASCONCELOS, 2008; FREITAS, 2008; SILVA, 2010; 2014).

Gráfico 4 - Faixa etária dos entrevistados na colônia do Matapi.

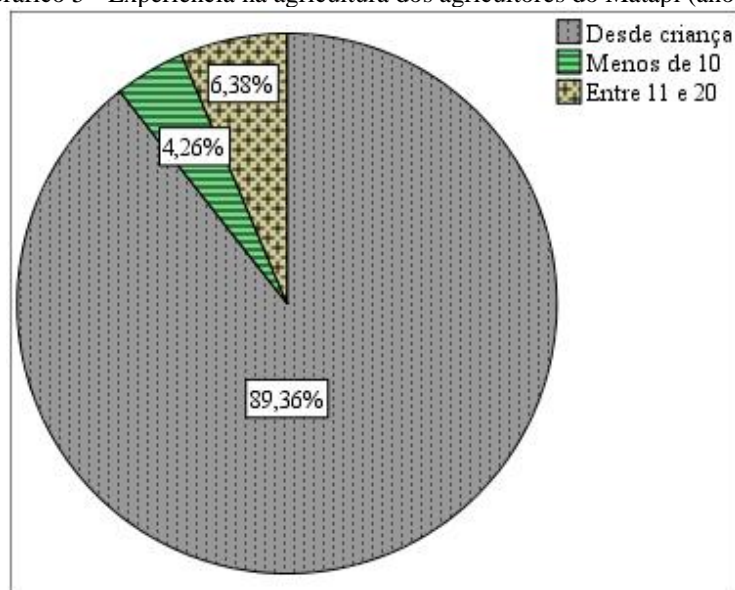


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto ao tempo de serviço e experiência na agricultura (Gráfico 5) constatou-se que 89,36% dos agricultores entrevistados possuem experiência desde criança, aprendendo com os pais que já trabalhavam nesse ofício. O tempo de experiência e trabalho na agricultura é um fator importante a ser considerado, uma vez que os hábitos e costumes adquiridos ao longo da vida são determinantes e muito influenciam na condução do uso da terra, pois a vasta experiência proporciona conhecimentos e técnicas aprimoradas para que o agricultor consiga conduzir os sistemas de produção mesmo em meio a diversas situações. Além do mais, a experiência faz com que muitos agricultores permaneçam trabalhando na agricultura, uma vez que não se sentem atraídos por outras atividades. Ainda, a experiência agrícola é fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura que seja capaz de manter a subsistência das famílias agricultoras e ao mesmo tempo gerar receitas para a compra de outros produtos que não são produzidos na agricultura.

Conforme observado no Gráfico 5, pode-se dizer que os agricultores da colônia do Matapi carregam consigo uma enorme experiência na condução de seus sistemas de uso da terra. Durante as entrevistas constatou-se que a maior parte da experiência dos agricultores está ligada à prática de roças, principalmente de mandioca. As demais possibilidades são de agricultores que antes trabalhavam com outros ofícios (vigilante, serviços gerais entre outros) e depois passaram a trabalhar na agricultura, sendo poucos os casos em que os mesmos tenham menos de 10 anos de experiência na agricultura (4,26%).

Gráfico 5 - Experiência na agricultura dos agricultores do Matapi (anos).

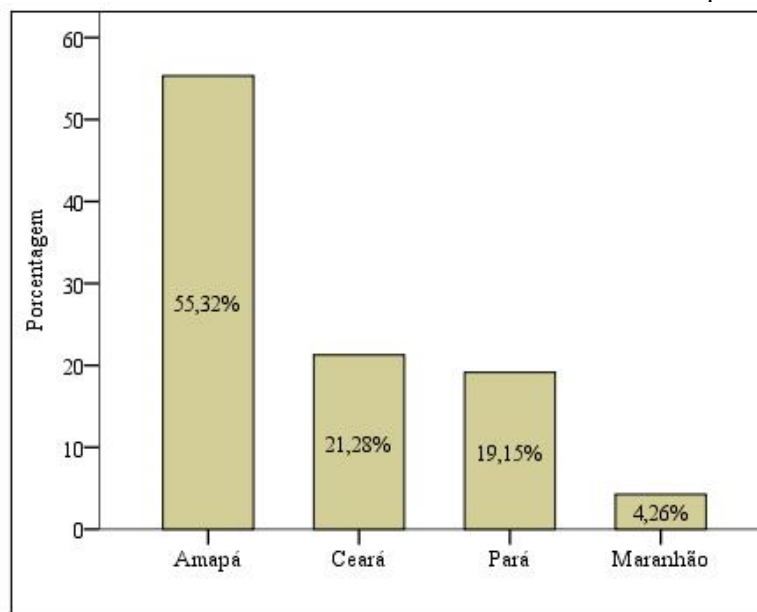


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em relação à naturalidade dos agricultores constatou-se que eles são originários de duas regiões do Brasil, Norte e Nordeste. Do total de entrevistados, 53,32% são de naturalidade do próprio estado do Amapá, 21,28% Ceará, 19,15% do Pará e 4,26% do estado do Maranhão (Gráfico 6). O número de agricultores originários da região norte representa a maioria, 74,47%. Entretanto, é importante ressaltar que muitos dos agricultores nasceram no estado do Amapá, mas os seus pais são naturais da região nordeste, especialmente dos estados do Ceará e Maranhão, os quais chegaram na colônia do Matapi por meio da política de colonização induzida realizada pelo então governador do território federal do Amapá (final da década de 1940).

Os agricultores de origem nordestina são os mais antigos na colônia. São poucos os casos em que os pais dos agricultores são naturais do estado do Amapá, e quando tal ocorrência se apresentou, foram identificados como sendo os de idade menor que 30 anos, o que possibilita o entendimento de que tais agricultores já sejam a segunda geração daqueles primeiros que chegaram na colônia, os nordestinos. Pode-se argumentar que as fortes relações de proximidade histórica e geográfica entre os estados do Amapá e Pará contribuem de maneira significativa para a presença de agricultores naturais do Pará na colônia (principalmente de famílias que viviam em áreas ribeirinhas deste estado), os quais apresentam como justificativa e motivação da vinda para a colônia a busca de melhores condições de vida, descrita pela procura de trabalho e estudo para os filhos.

Gráfico 6 - Naturalidade dos entrevistados na colônia do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

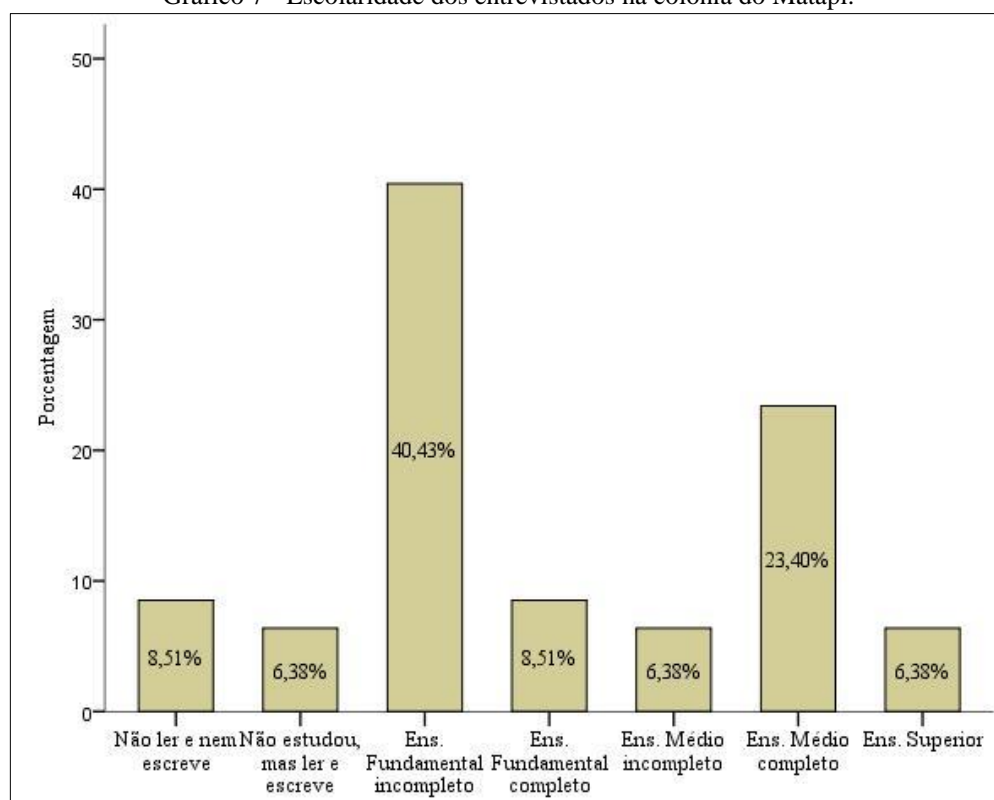
Outra questão importante sobre a caracterização dos agricultores que foi averiguada em campo diz respeito ao nível de escolaridade dos mesmos, o que é de grande relevância para a compreensão, o entendimento e tomadas de decisões em variadas situações. Como exemplo nesse sentido, podemos argumentar que o nível de escolaridade pode refletir como um fator limitante na obtenção de financiamentos e busca de inovações tecnológicas, uma vez que o baixo nível de instrução pode dificultar a compreensão de contratos de financiamento e normas bancárias, bem como o repasse de tecnologias. Além do mais, o baixo nível de escolarização dos agricultores é um fator de grande preocupação, uma vez que muitos programas de capacitação e outros cursos que possam ser oferecidos aos agricultores pela assistência técnica ou outras fontes podem exigir com pré-requisito o conhecimento de leitura, escrita e operações matemáticas.

Ainda, a baixa instrução escolar pode comprometer a leitura e o entendimento de manuais e bulas, reduzindo o melhor aproveitamento, provocando o desperdício ou dando destino inadequado para determinados produtos pela não compreensão de uso e descarte. Em seus estudo e análises, Rebelo (2005) argumentou que a falta de instrução formal e adequada pode se constituir em um elemento restritivo ao desenvolvimento humano pela reduzida capacidade de assimilação de novos fatores necessários à dinâmica social e produtiva.

Na colônia agrícola do Matapi foi constatada a ocorrência de várias situações em termos de instrução escolar, desde pessoas que não sabem ler e nem escrever, as quais não frequentaram a escola, até pessoas que possuem ensino superior. Dentre os entrevistados

foram muitos os que não concluíram o ensino fundamental, estudando, em geral, até a 4ª série dessa modalidade. Somam 55,32% os agricultores que não sabem ler e nem escrever, os que não estudaram, mas sabem ler e escrever e os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Uma das explicações para esse cenário está relacionada ao fato dos agricultores serem oriundos de comunidades afastadas de locais onde pudessem oferecer oportunidades de frequentarem uma escola, assim como pelo desencontro entre as atividades escolares e aquelas desempenhadas na agricultura, as quais em certas épocas, pelos muitos trabalhos não permitiam os mesmos frequentarem as escolas. “O papai dizia que a gente tinha que trabalhar”, relatou um dos entrevistados. “Naquele tempo era muito mais difícil pra gente estudar”, disse outro. O Gráfico 7 apresenta a escolaridade dos agricultores.

Gráfico 7 - Escolaridade dos entrevistados na colônia do Matapi.

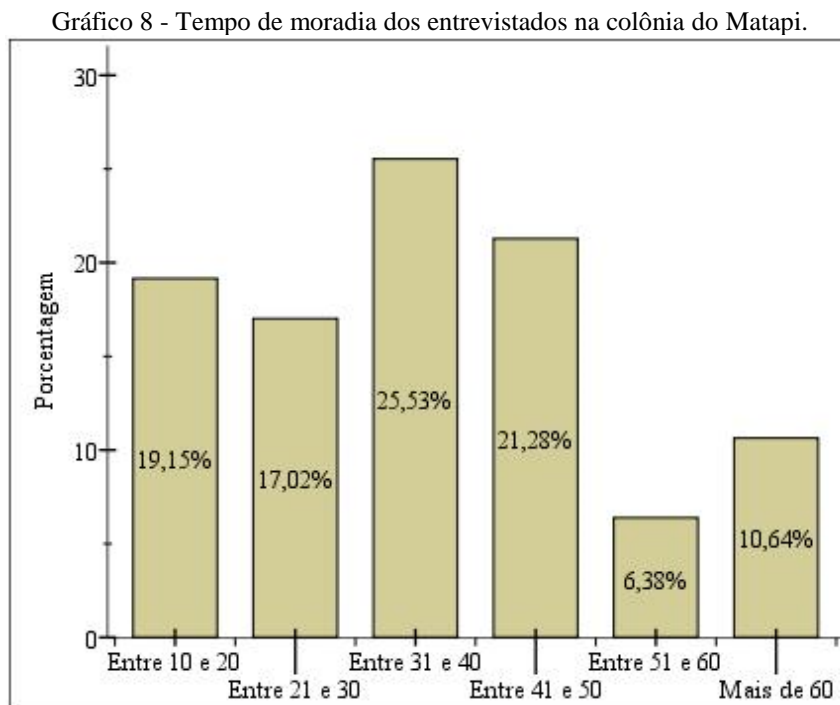


Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Analisando um pouco mais o Gráfico 7 é observável que entre os agricultores entrevistados 6,38% possuem o ensino médio incompleto, 23,40% têm o ensino médio completo e 6,38% possuem o ensino superior. Durante as entrevistas constatou-se que a educação dos filhos é uma grande preocupação dos pais, os quais relataram que dão o maior incentivo para que seus filhos continuem estudando e adquiram conhecimentos para que

tenham melhores condições de vida. “Espero que eles estudem, porque eu não tive a oportunidade que eles têm. Hoje o carro vem buscar na casa; no meu tempo e dos meus irmãos não tinha isso”, relatou um dos entrevistados. “Hoje tenho o orgulho de vê todos os meus filhos formados, mas não foi fácil, viu”, respondeu outro. Incentivar os filhos aos estudos é uma motivação que perpassa desde aquele que não sabe ler e nem escrever até aquele que tem o ensino superior.

Outro questionamento feito em campo diz respeito ao tempo de moradia dos agricultores entrevistados na colônia do Matapi. De acordo com os dados apresentados no Gráfico 8 é possível identificar que 19,15% dos entrevistados residem a menos de 20 anos na colônia, 17,02% residem entre 21 e 30 anos, 25,53% entre 31 e 40 anos, 21,28% entre 41 e 50 anos, 6,38% entre 51 e 60 anos e 10,64% já residem a mais de 60 anos. Vale resaltar que o tempo de moradia está relacionado com a idade dos próprios agricultores, quando se identifica situações daqueles que residem na colônia desde o nascimento, de outros que saíram quando mais novos, mas acabaram retornando para a colônia, assim como também tem casos de agricultores que pela relação matrimonial acabaram se mudando para a colônia. Alguns dos mais antigos foram os primeiros a chegarem na colônia, quando da formação desta.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apresentada a caracterização dos agricultores, o segmento se dará pela análise do grau de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados pelos agricultores na colônia

agrícola do Matapi nas cinco dimensões pesquisadas: social, econômica, ambiental, política e cultural.

4.2 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO SOCIAL

Para a análise da sustentabilidade na dimensão social, os sistemas de uso da terra desenvolvidos na colônia do Matapi foram avaliados levando em consideração alguns elementos entendidos como essenciais para caracterizar e demonstrar o grau de sustentabilidade dos sistemas nesta avaliação. O primeiro elemento analisado diz respeito à questão da escolaridade, em que se procurou investigar se as atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra dificultam nos estudos e atividades escolares daqueles que frequentam a escola. Nos 47 estabelecimentos pesquisados o número de pessoas que frequentam a escola total 69 (30% das 230 pessoas abrangidas na pesquisa). É importante ressaltar que análise para a obtenção do índice de sustentabilidade nesse primeiro elemento incluiu apenas as pessoas que frequentavam a escola no momento da pesquisa.

O índice alcançado nessa avaliação foi 0,99, demonstrando que os sistemas praticados na colônia são sustentáveis em tal análise. Apenas em uma situação foi identificado que ocorre a falta raramente à escola para ajudar nos trabalhos dos sistemas. De maneira geral, constatou-se que as atividades desenvolvidas nos sistemas não dificultam os estudos daqueles que frequentam a escola, não ocorrendo a falta à escola para terem que trabalhar nas atividades agrícolas e nem estas dificultam a resolução de exercícios escolares a serem realizados em casa. Muitos dos que frequentam a escola são crianças, as quais não realizam atividades nos sistemas, e quando realizam são pequenos trabalhos como alimentar os animais de criação e ajudar na coleta de frutos. Segundo o relato de muitos entrevistados, o estudo dos filhos é prioridade.

O índice obtido na avaliação do elemento que diz respeito à escolaridade evidencia que na colônia do Matapi os membros familiares que frequentam a escola não têm seus estudos comprometidos por causas das atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra. Entretanto, é importante reafirmar que o resultado obtido diz respeito apenas à situação dos membros que frequentam a escola (30% dos abrangidos na pesquisa) e não do total dos abrangidos na pesquisa ou entrevistados. Por isso, o índice de sustentabilidade em tal avaliação não deve ser generalizado para todos os agricultores da colônia, mas apenas para

aqueles que estão frequentando a escola, uma vez que, como já explanado, na colônia o nível de escolaridade dos agricultores entrevistados é baixo.

Outro elemento avaliado na dimensão e indicador social diz respeito à longa exposição dos agricultores aos raios solares. Dos entrevistados, 76,60% relataram que trabalham frequentemente nessa condição, 21,28% às vezes e 2,12% raramente. Entende-se que a longa exposição aos raios solares, no decorrer dos anos, pode provocar algumas complicações para a saúde dos agricultores, destacando-se como mais grave o câncer de pele. Contribui em muito para esse cenário a prática das hortas e das roças, as quais são áreas totalmente expostas aos raios solares. Os sistemas que proporcionam sombra são aqueles de culturas perenes como os açazais e laranjais.

O índice de sustentabilidade alcançado na análise longa exposição aos raios solares foi de 0,08, muito distante do melhor valor possível. Com isso, nessa avaliação os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi são considerados insustentáveis, indicando que os agricultores em suas atividades ficam constantemente expostos aos raios solares, o que, ao longo do tempo, pode tornar-se um fator desestimulante para que os agricultores continuem desenvolvendo suas atividades nos seus sistemas, consideradas a fadiga ou outros danos que a longa exposição ao sol pode causar. Entretanto, a longa exposição aos raios solares é uma condição que tende a continuar, uma vez que é cultural e já acontece há muito tempo devido às formas de uso da terra, principalmente com a prática de roças. Em muitos casos os agricultores não têm consciência dos problemas que a longa exposição ao sol pode ocasionar. Essa é uma situação que pode mudar com a adoção de sistemas perenes, os quais podem proporcionar condição de sombra evitando as longas exposições diretamente aos raios solares (sistemas agroflorestais, açazais, laranjais entre outros).

Outro elemento avaliado em campo se refere à aplicação de agrotóxicos sem os equipamentos de proteção individual como máscaras, luvas, calça comprida e botas. Parte-se do entendimento de que a aplicação de tais produtos químicos, sem a devida proteção, pode provocar sérios riscos à saúde quando não observados o devido manuseio, seja quando inalados, ingeridos ou em contato com a pele e olhos. Quando questionados sobre essa questão, 19,14% revelaram que frequentemente aplicam agrotóxicos sem a devida proteção, 27,65% disseram que aplicam agrotóxicos nessa condição somente algumas vezes, 21,27% assim fazem raramente, 27,65% relataram que aplicam agrotóxicos sempre com a devida proteção e 4,25% informaram que não usam agrotóxicos durante suas atividades.

Nessa avaliação o índice de sustentabilidade obtido foi 0,42, revelando que os sistemas praticados na colônia do Matapi, no que se refere à aplicação de agrotóxicos sem a devida proteção, são considerados com precariedade de sustentabilidade, o que pode ser remediado, melhorando o índice nessa avaliação, por meio da conscientização dos agricultores para que utilizem os devidos equipamentos de proteção individual quando da aplicação de tais produtos. Constatou-se que os sistemas que mais demandam a aplicação de agrotóxicos são as hortas. Por ser um costume e muitos não terem o devido conhecimento e esclarecimento dos efeitos danosos à saúde (não conhecimento de casos graves associados às consequências dos agrotóxicos na comunidade) pode-se argumentar que a tendência é que os agricultores que aplicam agrotóxicos sem a devida proteção seguirão assim fazendo, sendo acompanhados por aqueles que fazem parte do grupo familiar.

Quanto à avaliação no que diz respeito à ocorrência de posições desfavoráveis (abaixar muito, fazer muita força) durante a execução das atividades nos sistemas, constatou-se que em 78,72% dos casos pesquisados é frequente essa situação e em 21,28% tal situação ocorre às vezes. Isso significa, em termos gerais, que as atividades desenvolvidas nos sistemas têm demandado com constante recorrência a prática de posições desfavoráveis, as quais têm provocado complicações na saúde de alguns agricultores, os quais atribuem suas dores pelo corpo, principalmente as de coluna, aos grandes esforços que realizaram durante suas vidas com serviços pesados na agricultura, provocando a redução de desempenho nas atividades agrícolas, assim como o aparecimento de outras complicações na saúde. “O trabalho na roça exige muita força”, relatou um dos entrevistados; “aqui temos que abaixar para tudo, já estou com dor na coluna, estou ficando doente”, expressou outro.

O índice de sustentabilidade obtido para a ocorrência de posições desfavoráveis foi 0,07, o pior de todos, considerando todas as demais variáveis, incluídas as das demais dimensões. Esse cenário tende a permanecer, uma vez que muitos dos agricultores revelaram que pretendem continuar desenvolvendo suas atividades do mesmo jeito que já realizam. A obtenção de índice caracteriza os sistemas de uso da terra na colônia do Matapi como insustentáveis, sendo um fator que tende a desanimar a continuidade de muitos sistemas no decorrer do tempo, uma vez que o desenvolvimento de atividades que demandem a realização de muitas posições desfavoráveis não será mais atrativo para os agricultores, especialmente para as novas gerações. Os trabalhos nas roças, especialmente de mandioca, com o arranque, carregamento e produção de farinha, foram identificados como os que exigem maior demanda de esforço físico. Melhorar o índice obtido em tal avaliação passaria por duas questões. A

primeira estaria associada a adoção de novas técnicas e tecnologias para as atividades de maiores esforços físicos (uso de equipamento e maquinários auxiliando nas atividades), o que de certa maneira demandaria investimentos. A segunda encontra-se associada à mudança de cultivos, trocando aqueles que demandam maiores esforços físicos por aqueles demandantes de menores esforços. Entretanto, não se trata uma tomada de decisão simples, uma vez que envolve uma questão cultural (técnica e formas de trabalhar repassadas de geração em geração) e investimentos financeiros, não apresentando os agricultores condições para isso.

No que se refere à avaliação que procurou identificar se os sistemas de uso da terra oferecem trabalho para todos os membros da família dos agricultores, constatou-se que em 82,97% dos sistemas há trabalho com frequência para todos da família, 10,63% relataram que às vezes tem trabalho para todos, 2,12% disseram que raramente há trabalho para todos nos sistemas e 4,25% afirmaram que não há trabalho para todos os membros da família nos sistemas, situação em que ocorre a procura de trabalhos fora do estabelecimento para a composição da receita mensal. Este último caso é verificado nos sistemas de culturas perenes, os quais em certa época do ano reduzem a demanda pela necessidade de mão de obra em comparação com outros tipos de culturas.

O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,90, apontando que os sistemas são sustentáveis no que diz respeito ao fato de proporcionar trabalho para todos os membros da família. Esse resultado evidencia que os sistemas apresentam a tendência para fixar a permanência dos agricultores no local, com poucas situações que forcem ou estimulam os agricultores a buscarem trabalhos em outros lugares em decorrência da ociosidade do seu tempo e mão de obra. Constatou-se que os sistemas que contemplam as hortas, as quais apresentam produção constante, são os que demandam mão de obra com frequência para a realização de atividades como plantio, colheita, limpeza e irrigação.

Outro elemento considerado na avaliação da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra diz respeito ao estado de motivação dos agricultores para continuarem desenvolvendo suas atividades nos sistemas. Tal indagação se fez importante, uma vez que a baixa motivação pode indicar como consequência o fim dos sistemas e/ou até mesmo a saída dos agricultores para outros lugares, para trabalhos que não sejam com a agricultura. Do total de entrevistados, 38,29 relataram que estão muito motivados para continuarem suas atividades nos seus sistemas de uso da terra, 55,31% informaram que estão pouco motivados e 6,38% disseram que estão desmotivados para continuarem na colônia desenvolvendo suas atividades nos sistemas. Nenhum entrevistado indicou que estava totalmente desmotivado para continuar

suas atividades. O questionamento levou em consideração uma variedade de fatores como transporte, educação, energia, produção, comercialização entre outros.

O índice alcançado nessa avaliação foi 0,76, indicando a classificação dos sistemas como sustentáveis, uma vez que a motivação dos agricultores é capaz de mantê-los reproduzindo suas atividades ao longo do tempo. Esse resultado mostra que apesar das dificuldades vivenciadas pelos agricultores no que diz respeito a uma série de fatores, os mesmos ainda apontam que é melhor permanecer nas suas atividades do que sair para uma incerteza. Tal índice pode ser melhorado com o atendimento de maneira satisfatória de algumas demandas que fazem parte da necessidade do cotidiano das famílias agricultores, não somente relacionados às questões produtivas (saúde, segurança, transporte, assistência técnica, cursos de capacitação entre outros).

Sobre a motivação por continuarem na colônia alguns relataram: “eu nasci aqui, e daqui eu só saio quando morrer”; “eu gosto daqui, é bom viver aqui”; “sou da terra”; “aqui é calmo, não tem muita bagunça, violência”; “não tem para onde correr, se aqui já está difícil, sair para fora é pior. Aqui pelo menos tem uma macaxeira”; “aqui tudo que a gente precisa tem, se precisar faz diária. Na cidade se não tiver emprego passa fome”. Por sua vez, a pouca motivação ou desmotivação de alguns tem muita relação com as condições de saúde, o que tem limitado os trabalhos nos sistemas, e a falta de apoio governamental para investimentos.

A tabela 1 apresenta o resumo com os índices de sustentabilidade, nos elementos/variáveis, alcançados na avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi na dimensão e indicador social.

Tabela 1 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador social, por elementos/variáveis.

Dimensão/indicador avaliado	Variáveis/elementos	Índice de sustentabilidade
Social	Falta na escola para ajudar nos trabalhos	0,99
	Longa exposição ao sol	0,08
	Aplicação de agrotóxico sem EPI	0,42
	Posições desfavoráveis	0,07
	Trabalho para todos da família	0,90
	Motivação dos agricultores	0,76
Média		0,66

Fonte: pesquisa de campo, 2019.

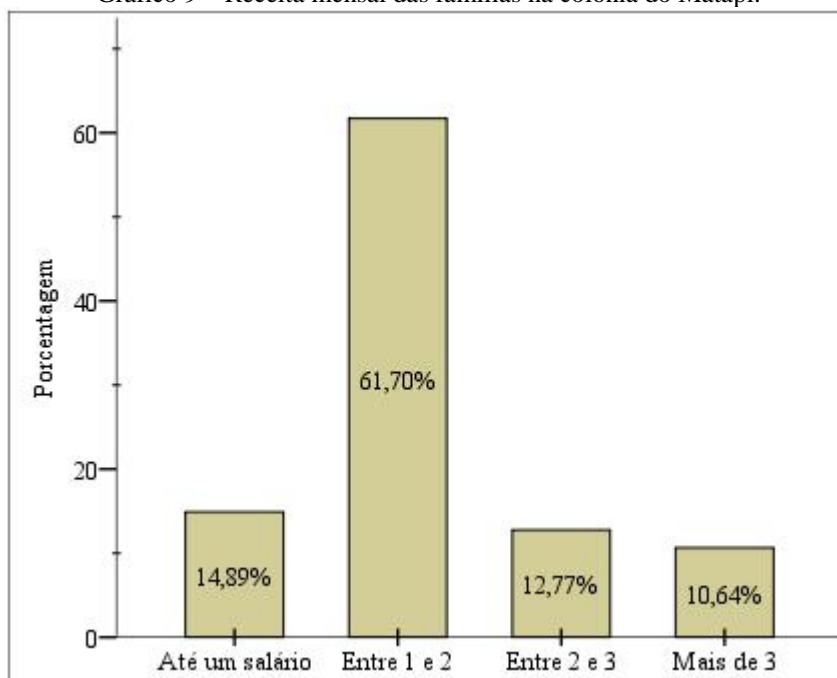
A Tabela 1 mostra que na avaliação de alguns elementos os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são insustentáveis, o que é motivo de demanda por algumas medidas que venham reverter essa situação, o que para alguns casos pode ser mais simples, enquanto para outros, mais complexo. Por meio da média ponderada foi possível alcançar o índice de sustentabilidade 0,66 para a dimensão e indicador social, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade. Esse resultado foi muito influenciado pelas atividades que demandam esforços físicos constantes nos sistemas, provocando a ocorrência contínua de posições desfavoráveis, e pela longa exposição dos agricultores aos raios solares. Estas são as duas situações mais críticas quando da avaliação da sustentabilidade dos sistemas na dimensão social.

4.3 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Na dimensão e indicador econômico foram avaliados elementos que permitiram inferir sobre a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi no que tange respeito aos fatores econômicos, revelando a realidade das receitas obtidas pelos agricultores e as circunstâncias envolvidas na formação e distribuição destas. Este tipo de avaliação é importante para analisar o nível de retorno econômico dos sistemas, o que possibilita a aquisição de bens e produtos que os agricultores não conseguem produzir de imediato, sendo que também o retorno econômico pode ser associado ao nível de bem-estar das famílias ao possibilitar suprir suas demandas cotidianas.

A receita mensal das famílias pesquisadas variou de menos de um salário até mais de três salários mínimos (Gráfico 9). Foi considerado como salário mínimo o valor de R\$ 998,00, vigente no momento em que a pesquisa foi realizada. Constatou-se que 14,89% das famílias obtêm receitas abaixo de um salário, 61,70% obtêm receitas entre 1 e 2 salários, 12,77% entre 2 e 3 salários e 10,64% informaram que alcançam receitas que somam mais de 3 salários mínimos. É importante ressaltar que para a formação da receita algumas famílias recebem benefícios sociais (como aposentadorias e bolsa escola, variando entre 120 reais e um salário mínimo), os quais, apesar de em muitos casos não ser a principal fonte de receita, contribuem bastante para o montante mensal; além do mais, em algumas situações ocorre também a realização de atividades remuneradas fora do estabelecimento, o que é somado à receita mensal.

Gráfico 9 – Receita mensal das famílias na colônia do Matapi.



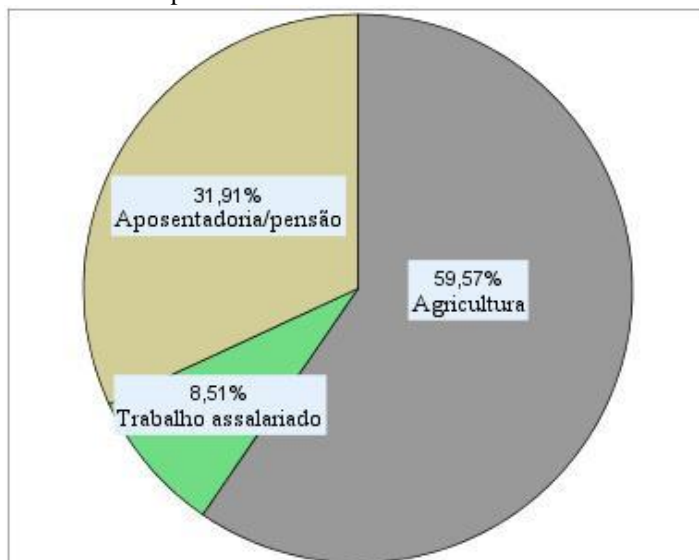
Fonte: pesquisa de campo, 2019.

Quando questionados sobre a principal fonte de receita da família, 59,57% dos agricultores entrevistados informaram que a principal fonte provém das atividades realizadas na agricultura, 31,91% relataram que a principal fonte são os benefícios sociais (aposentadorias e pensões) e 8,51% disseram que o trabalho assalariado é a principal fonte de receita da família (Gráfico 10). Esses dados revelam que as atividades desenvolvidas nos sistemas de uso da terra na colônia não são a principal fonte de receita para todos os agricultores, sendo que em quase 40% dos estabelecimentos pesquisados outras fontes têm se configurado como a principal. O recebimento de benefícios sociais tem sido para 38% das famílias que os recebem o sustentáculo econômico, tendo muita contribuição nas despesas e gastos da família, sendo para alguns casos praticamente a única fonte de receita obtida. Estes casos foram identificados em situações em que as pessoas são bem idosas, as quais realizam poucas atividades na agricultura, vivendo praticamente da aposentaria.

Apesar da agricultura não ser a principal fonte de receita em todas as famílias pesquisadas, ela é desenvolvida por todas as famílias. O que se constatou foi a variação do tempo dedicado aos trabalhos e serviços nos sistemas. Aqueles que possuem trabalho assalariado e também os que recebem aposentadorias ou pensões dedicam menor tempo para as atividades nos sistemas, recebendo estes para além do retorno econômico somente dos resultados e comercialização do que é produzido nos sistemas. Os que não se enquadram

nestas situações, dedicam-se somente às atividades nos sistemas, sendo os resultados obtidos destes a principal receita.

Gráfico 10 – Principal fonte de receita das famílias na colônia do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Também foi questionado aos agricultores se nos sistemas de uso da terra ocorre o emprego de recursos oriundos de financiamento agrícola. Constatou-se que apenas 13% dos entrevistados possuem algum tipo de financiamento agrícola, o qual tem sido utilizado para o plantio e manejo de açaizais, para a construção de sistemas de irrigação e compra de alguns veículos, como caminhões e tratores. De acordo com Souza (2012), o acesso ao crédito é importante para que o agricultor implante melhorias na infraestrutura, na produção e em todas as outras etapas até à comercialização dos produtos. Além do mais, o acesso ao crédito possibilita a adoção de novas tecnologias, o que torna os produtos mais competitivos e capazes de atender um mercado consumidor cada vez mais exigente.

No que se refere à avaliação para saber se os agricultores conseguiriam sobreviver somente com a receita que obtém dos sistemas, sem o acréscimo de dinheiro proveniente de outras fontes, apenas 2,12% relataram que conseguiriam sobreviver muito bem somente com as receitas dos sistemas, 40,42% disseram que sobreviveriam bem, 42,55% revelaram que viveriam precariamente apenas com as receitas dos sistemas e 14,90% informaram que não conseguiriam sobreviver somente com as receitas obtidas com os sistemas de uso da terra. É importante ressaltar que os agricultores que informaram não receber dinheiro além do obtido dos sistemas foram considerados dentro da alternativa “consegue sobreviver bem”, uma vez que têm a pretensão de receber algum tipo de benefício social.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação que procurou identificar se os agricultores conseguiriam sobreviver somente com a receita que obtêm dos sistemas, sem o acréscimo de dinheiro proveniente de outras fontes, foi 0,42, revelando a precariedade de sustentabilidade dos sistemas de uso da colônia do Matapi para manter a reprodução das famílias somente com as receitas proveniente de tais. Com isso, pode-se inferir que as receitas obtidas somente da produção dos sistemas não conseguem atender as demandas necessárias para a sobrevivência dos agricultores e suas famílias. Este resultado pode estar associado à questões que estão para além das decisões dos agricultores, o que perpassa primeiramente pela formulação, elaboração e implementação de programas e políticas públicas sólidas que visem estimular as atividades produtivas por meio de investimentos, assistência técnica, transporte, armazenamento e comercialização. O direcionamento de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento rural pode contribuir para o maior estímulo dos agricultores, os quais podem melhorar as receitas alcançadas com os seus sistemas.

Outro elemento de grande importância para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra refere-se à diversidade dos canais de comercialização para os produtos. Entende-se que é muito complicado produzir e não conseguir dar destino a essa produção em condições que garantam o retorno do trabalho realizado e uma receita suficiente para manter as bases da reprodução familiar e ainda custear as demandas para continuar os trabalhos nos sistemas. A comercialização é onde os agricultores realizam a venda dos seus produtos encaminhando-os para os consumidores, é nela que podem estar embutidas opções e alternativas que podem resultar em um aumento ou diminuição das receitas obtidas com a venda. A comercialização é um momento muito esperado pelos agricultores, pois os resultados desta possibilitam as projeções de investimentos e as análises de demandas por determinados produtos, bem como o acesso à produtos de consumo familiar ou de uso na manutenção dos sistemas.

A pesquisa identificou a ocorrência de quatro canais de comercialização utilizados pelos agricultores da colônia do Matapi: a venda no próprio local, a entrega para cooperativa, a comercialização em feiras e a venda para mercados/pequenos comércios. Foram identificadas situações de agricultores que comercializam em mais de um canal, assim como também se identificou a ocorrência de situações em que ocorre a comercialização em apenas um canal. As feiras configuram-se como o canal de comercialização mais frequentado pelos agricultores, as quais acontecem no município de Macapá, em dois locais, nos dias de terça e quinta-feira, e no próprio município aos sábados pela manhã. Para o deslocamento e

comercialização nas feiras de Macapá são disponibilizados caminhões pelo governo do estado, sendo que alguns são alugados de agricultores da própria colônia. Quanto à comercialização que ocorre nas feiras de Porto Grande, o transporte é realizado pelos próprios agricultores.

Do total de entrevistados, 14,89% relataram que vendem com frequência no próprio local, 27,65% disseram que a venda no próprio local ocorre às vezes, 31,91% informaram que raramente comercializam seus produtos no próprio local e 25,53% não vendem no próprio local. Quanto à entrega para a cooperativa, apenas 2,12% informaram que entregam com frequência para este tipo de canal de comercialização, 12,76% disseram que entregam às vezes seus produtos para a cooperativa, 10,63% revelaram que raramente entregam para a cooperativa e 74,46% informaram não entregar seus produtos para a cooperativa. No que se refere à comercialização em feiras, 85,10% informaram que a realizam com frequência, 6,38% recorrem às vezes a esse canal e 8,51% não comercializam em feiras. Quanto à venda para mercados/pequenos comércios, 4,25% relataram que realizam comercialização com frequência nesse canal, 10,63% informaram que a venda para esse canal ocorre às vezes, 2,12% vendem raramente para esse canal e 82,97% não comercializam em mercados/pequenos comércios.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação do elemento diversidade dos canais de comercialização foi 0,50, revelando que nessa análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade. Os resultados demonstram que há uma diversidade de canais de comercialização, mas nem todos são utilizados com grande recorrência pelos agricultores, seja por não terem produtos para comercializarem em todos, por não possuírem o próprio transporte ou então por não verem vantagem para entregar para a cooperativa. Assim, a diversidade de canais de comercialização, embora presente e em disponibilidade para os agricultores, não representa necessariamente uma condição para a boa saída e venda dos produtos, uma vez que o acesso a todos estes têm suas limitações, seja pelas questões de quantidade produzida, transporte ou pela não satisfação com a possibilidade de retorno econômico alcançado em determinado canal. A maior valorização dos produtos nos canais de comercialização contribuiria para melhorar o nível de sustentabilidade dos sistemas nesta avaliação.

Na análise que investigou a satisfação dos agricultores com a comercialização constatou-se que 4,25% consideram que a comercialização está ótima, 76,59% informaram

que a comercialização é considerada boa e 19,14% relataram que a comercialização é péssima. Esta análise considerou também a satisfação com os locais de venda. O índice de sustentabilidade obtido na satisfação com a comercialização foi 0,61, indicando que os sistemas de uso da terra da colônia do Matapi apresentam característica de dificuldade de sustentabilidade em tal avaliação. A satisfação com a venda dos produtos é um importante fator de estímulo para que os agricultores continuem suas atividades nos seus sistemas de uso da terra. A baixa satisfação com a comercialização pode acarretar no descontentamento de muitos agricultores por prosseguirem suas atividades, reduzindo sua produção ou até mesmo cogitando a possibilidade de saída do local. A possibilidade deste caso não foi constatada durante as entrevistas. O nível de satisfação dos agricultores com a comercialização está associado aos preços alcançados nos produtos, o transporte, a saída de tudo que foi posto para a venda e a organização dos locais onde as vendas acontecem. Quanto melhor a avaliação desses aspectos pelos agricultores, melhor o nível de satisfação com a comercialização.

No que se refere à avaliação da variável que buscou identificar a recorrência por trabalhos fora do estabelecimento constatou-se que 12,02% informaram que é frequente essa situação no meio familiar, 14,89% disseram que essa situação ocorre às vezes, 5,51% relataram que raramente ocorre de algum membro familiar recorrer a trabalhos fora do estabelecimento e 59,57% informaram que nenhum membro familiar precisa recorrer em busca de trabalho fora do estabelecimento. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,70, revelando que em tal análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi apresentam dificuldade de sustentabilidade. Os dados revelam que é alta porcentagem de agricultores que precisam recorrer a trabalhos fora do estabelecimento, o que é justificado pelo fato de que as atividades dos sistemas não demandam a ocupação constante e direta da mão de obra de toda a família. Entretanto, a busca por trabalho fora do estabelecimento não configura necessariamente fraqueza no desenvolvimento dos sistemas, mas pode ser entendida como uma estratégia para que os agricultores permaneçam nas suas terras, principalmente nos momentos de poucos trabalhos nos seus próprios sistemas, recorrendo às outras atividades que se caracterizam como “cintos de segurança” (PLOEG, 2009) para que continuem produzindo nos seus sistemas.

Investigou-se também na dimensão e indicador econômico se nos sistemas de uso da terra ocorreu a introdução de inovações e técnicas na forma de produzir nos últimos cinco anos. Esta análise é importante para verificar se ocorreram mudanças que possibilitam melhorar o manejo dos sistemas por meio da introdução de novas técnicas e estruturas na

realização das atividades. A pesquisa identificou que 10,63% dos entrevistados começaram a utilizar tratores nos seus sistemas nos últimos cinco anos, 4,25% começaram a utilizar irrigação e 8,51% inseriram novas técnicas do serviço de assistência técnica. O uso de tratores e irrigação é uma recorrência de uso por muitos agricultores na colônia. O que a pesquisa identificou foi a inserção de novas pessoas que passaram a utilizar estes meios nos últimos 5 anos. Quanto à inserção de novas técnicas decorrente de serviços de assistência técnica, isso está relacionado à alguns projetos de financiamentos realizados, especialmente os de plantio e manejo de açaizais.

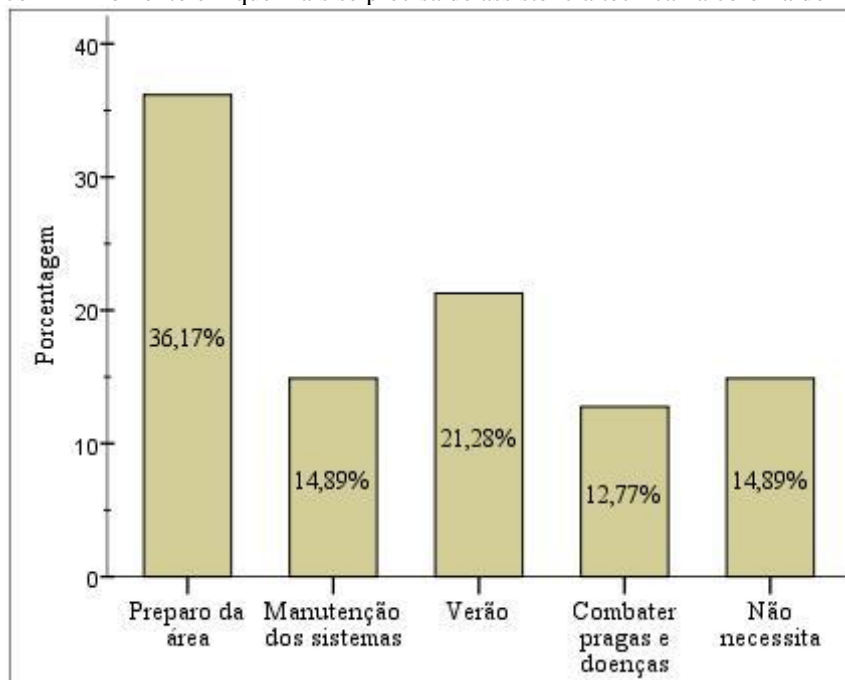
Ao analisar a introdução de inovações em estruturas e técnicas nos sistemas de uso da terra foi importante considerar o acesso aos serviços de assistência técnica, uma vez que é por meio destes que muitas inovações podem chegar ao agricultor. De acordo com Peixoto (2008), os serviços de assistência técnica têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e quando bem estruturados e fortes, são capazes de transferir as tecnologias geradas pela pesquisa aos agricultores, possibilitando a estes o emprego de novas dinâmicas nas formas de produção, o que tem grande peso na promoção do crescimento e desenvolvimento do meio rural. Quando questionados sobre o recebimento de serviços de assistência técnica, 2,12% informaram que recebem com frequência tais serviços, 10,63% disseram que às vezes recebem esses serviços, 31,91% informaram que raramente recebem tais serviços e 55,31% não recebem serviços de assistência técnica.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação da variável sobre a introdução de inovações e técnicas na forma de produzir nos últimos cinco anos foi 0,20, revelando que nessa avaliação os sistemas de uso da terra praticados na colônia Matapi são insustentáveis. Esse dado revela que uma das possibilidades que pode favorecer a entrada de inovações nos sistemas de uso da terra na colônia não tem grande expressão e acesso entre os agricultores. Uma das explicativas para tal situação encontra-se no fato de que não há vontade de muitos agricultores por mudar suas formas de trabalhar nos seus sistemas (embora reconheçam a importância dos serviços de assistência técnica), pois pretendem seguir trabalhando como sempre fizeram e aprenderam de seus pais. Isso também não quer dizer que os agricultores estejam fechados para as inovações e novas técnicas, mas preferem, por questões culturais ou limitados pelas questões financeiras, continuar com as técnicas e estratégias de trabalhar nos sistemas que já conhecem. Dependendo das inovações e propostas de novas técnicas para os

trabalhos nos sistemas entendemos que estas, quando associadas à realidade local, incluídos os efeitos positivos em todas as dimensões, podem indicar melhores aportes para a sustentabilidade dos sistemas, tendo influência na melhora de todas as variáveis analisadas. Embora o contrário também não possa ser descartado.

Quando indagados sobre o momento que mais necessitam de orientações técnicas, 36,17% informaram que necessitam desses serviços durante o preparo da área para o plantio, com orientações para a correção da acidez do solo e outras análises químicas que melhor possibilite a quantidade correta de adubos a ser aplicados, 14,89% disseram que necessitam de orientação técnica para a manutenção dos sistemas, 21,28% necessitam durante o período de verão, quando as dificuldades para produzir são maiores, 12,77% relataram precisar de assistência técnica nos combates a pragas e doenças e 14,89% informaram que não necessitam de assistência técnica para as atividades em seus sistemas (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Momento em que mais se precisa de assistência técnica na colônia do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Pela análise do Gráfico 11 é perceptível que os agricultores da colônia necessitam de orientações técnicas durante algumas atividades desenvolvidas nos seus sistemas de uso da terra, não sendo atendidos conforme as necessidades. Destaca-se o preparo da área como o momento em que os agricultores mais necessitam desses serviços. Os que relataram não necessitar de serviços assistência técnica argumentam que tais serviços não apresentam nada de novo. Pelas análises de campo é possível indicar certa insegurança dos agricultores com

relação aos serviços de assistência técnica, uma vez que se identificou que eles reconhecem a importância de tais serviços, mas são relutantes quanto ao aceitar o uso de novos equipamentos e o desenvolvimento de novas práticas ensinadas e repassadas por tais serviços. Podemos dizer que ficou evidenciada a demanda por novas estratégias de aproximação entre os serviços de assistência técnica e os agricultores, para que aqueles alcancem melhores interações em termos de aceitação por estes.

Outra variável pesquisada diz respeito à satisfação dos agricultores com a quantidade produzida em seus sistemas. Nesta análise, 6,38% informaram que estão muito satisfeitos com a quantidade atualmente produzida em seus sistemas, 40,42% indicaram que estão satisfeitos com a quantidade produzida, 48,93% disseram que estão pouco satisfeitos com a quantidade produzida e 4,25% revelaram que não estão satisfeitos com a quantidade que produzem. Muitos dos agricultores revelaram que se pudessem produziram bem mais do que produzem atualmente, mas não o fazem por uma série de fatores, como mercado certo para a venda, falta de mão de obra, alto custo de insumos agrícola entre outros.

O índice de sustentabilidade alcançado na avaliação da variável satisfação com a quantidade produzida foi 0,49, revelando que em tal análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. As limitações físicas de alguns agricultores foi um dos responsáveis por esse resultado, somadas a idade avançada e as dores pelo corpo, as quais em muito têm limitado o aumento de áreas trabalhadas. Para essa situação, a combinação de novas técnicas e estratégias produtivas (diversidade de produção, equipamentos e ferramentas para menores esforços, maior aproveitamento da área explorada, os serviços de assistência técnica em conformidade com as demandas locais entre outras) poderia configura-se como alternativas para melhorar o aumento da quantidade produzida, o que deve também estar associado às possibilidades de comercialização. Embora limitados pelas diversas ordens de fatores, constatou-se que os agricultores seguem na busca e dedicando-se por alcançarem maiores quantidades produzidas ano após ano. Isso mostra que por parte dos agricultores há interesse por ofertar mais produtos, o que falta é associar outros fatores que levem à concretização dessa oferta, o que pode beneficiar principalmente os consumidores com a possibilidade de menores preços pela maior oferta.

A tabela 2 apresenta o resumo com os índices de sustentabilidade, nos elementos/variáveis, alcançados na avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi na dimensão e indicador econômica/o.

Tabela 2 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador econômico/o, por elementos/variáveis.

Dimensão/indicador avaliado	Variáveis	Índice de sustentabilidade
Econômica/o	Sobreviver só com a receita dos sistemas	0,42
	Diversidade de canais de comercialização	0,50
	Satisfação com a comercialização	0,61
	Recorrência para trabalhos fora do estabelecimento	0,70
	Introdução de inovações e assistência técnica	0,20
	Satisfação com a quantidade produzida	0,49
Média		0,48

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Tabela 2 mostra que na avaliação de alguns elementos/variáveis os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são insustentáveis, o que motiva a demanda por algumas medidas que venham reverter essa situação, o que para alguns casos pode ser mais simples, enquanto para outros mais complexos. Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,48 para a dimensão e indicador econômica/o, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. Tal realidade, em termos de aspectos econômicos, pode fragilizar ao longo dos anos a continuidade de certos sistemas de uso da terra na colônia. Podemos argumentar que na variável do pior índice alcançado na dimensão econômica, introdução de inovações e assistência técnica, também pode estar o ponto chave para melhorar a sustentabilidade dos sistemas, não só nessa dimensão como também nas demais, isso claro, associadas às particularidades locais e demandas dos agricultores.

4.4 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Uma das primeiras variáveis pesquisadas na colônia sobre a sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na dimensão e indicador ambiental se refere à verificação da presença ou risco de erosão nos solos provocada pelas atividades realizadas nos sistemas. A forte presença de erosão pode inviabilizar a continuidade dos sistemas, provocando até mesmo o abandono do estabelecimento, uma vez que os solos não poderão ser utilizados para a agricultura. Foram poucas as constatações de erosão do solo, mas a tendência para este fato

deve ser considerada de preocupações, uma vez que os solos da colônia são muito arenosos e há muitas áreas que são íngremes.

Em 4,25% dos estabelecimentos pesquisados a erosão dos solos foi considerada alta, em 6,38% a erosão foi considerada média, em 29,78% considerada baixa e em 59,57% dos casos não foi constatada a erosão dos solos. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,81, revelando que em tal análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi são considerados sustentáveis. O nível de erosão alta foi considerado a partir do não uso de determinadas áreas para o cultivo ou outras atividades devido o processo de erosão. Quando indicado pelos agricultores que a erosão presente atrapalha, mas permite os trabalhos em determinadas áreas, a situação foi considerada de média erosão. Quando os agricultores identificaram sinais de que os solos começaram a serem levados pela água da chuva para partes mais baixas do terreno, tal situação foi considerada de baixa erosão.

Quanto à avaliação que consistiu em verificar o uso e intensidade na aplicação de agrotóxicos constatou-se que em 14,89% dos sistemas pesquisados o uso de agrotóxicos é frequente, em 44,68% o uso ocorre às vezes, em 21,27% o uso ocorre raramente e em 19,14% não ocorre a aplicação de agrotóxicos. Os sistemas que mais demandam o uso e intensidade na aplicação de agrotóxicos são as hortas. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,47, o que indica que em tal análise os sistemas praticados na colônia do Matapi apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade. Tanto do ponto de vista ambiental (contaminação dos solos, cursos de água, fauna entre outros) quanto da saúde humana (alimentos contaminados), os agrotóxicos representam um perigo. A saída para esta situação pode ser pensada e encontrada no uso de defensivos naturais ou outras estratégias que afastem a necessidade pelo uso dos agrotóxicos.

No que se refere à avaliação sobre o uso do fogo nos sistemas de uso da terra foi constatado que em apenas 4,25% dos estabelecimentos pesquisados o uso do fogo é frequente, em 14,89% tal uso ocorre às vezes, em 31,91% ocorre raramente e em 48,93% o fogo não é utilizado durante as atividades dos sistemas. Segundo os entrevistados, o uso do fogo, especialmente no preparo das áreas para o plantio, não é mais tão frequente como antes devido à introdução de tratores, os quais são muito utilizados atualmente no preparo de áreas, e também devido à maior intensificação dos órgãos ambientais por coibirem, mediante uma série de exigências, a prática de queimadas, assim como do desmatamento de novas áreas de floresta nativa.

O índice de sustentabilidade dos sistemas obtido nessa avaliação foi 0,74, revelando que os sistemas de uso da terra praticados são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade. Entretanto, é um índice que se encontra muito próximo do intervalo que caracterizaria os sistemas como sustentáveis, o que nos próximos anos pode assim se configurar em decorrência das fiscalizações ambientais e também do fato de que os agricultores que ainda utilizam o fogo revelaram que não pretendem mais utilizá-lo no preparo de suas áreas. A não utilização do fogo e do não desmatamento são fatores muito importantes para a manutenção dos fatores ecológicos (das florestas, dos cursos de água, impedimento de erosão), o que muito têm a contribuir com a sustentabilidade dos sistemas.

Outro elemento avaliado na dimensão e indicador ambiental diz respeito à intensidade do uso de adubos químicos e orgânicos. Esta avaliação configurou-se como necessária pelo fato de que o uso intenso de adubos químicos e orgânicos nos sistemas pode provocar dependência desses produtos, os quais na falta ou no aumento de preço podem não ser mais acessíveis ao agricultor, o qual diante de tal situação poderá ter muitas dificuldades para manter a produção do seu sistema.

Constatou-se que 74,46% dos agricultores entrevistados usam com frequência adubos químicos nos seus sistemas, 14,89% usam às vezes, 2,12% usam raramente e 8,51% informaram que não utilizam adubos químicos. Com relação ao uso de adubos orgânicos (esterco de gado e de galinha) 59,57% relataram que usam esses tipos de adubos frequentemente, 19,14% os utilizam às vezes, 8,51% utilizam raramente e 12,76% informaram que não utilizam adubos orgânicos durante as atividades dos seus sistemas. Constatou-se que a maior demanda de adubos químicos ocorre na produção de abacaxi e de laranja, enquanto a maior demanda por adubos orgânicos são as hortas.

Na avaliação que investigou a intensidade do uso de adubos químicos e orgânicos o índice de sustentabilidade alcançado foi 0,19, revelando que os sistemas de uso da terra praticados são muito dependentes de adubos químicos e orgânicos, o que pode ser explicado pela baixa fertilidade dos solos da colônia. Nessa análise os sistemas praticados foram classificados e considerados como insustentáveis. Os agricultores informaram que é praticamente impossível produzir sem adubos químicos e orgânicos, “se não tiver adubo não dá”, disse um dos entrevistados, “pra produzir aqui, tem que ter adubo químico”, disse outro.

As menores demandas por tais adubos ocorrem nos sistemas de maior diversidade de cultivos, aqueles que têm como características os sistemas agroflorestais, os quais também são menos propensos ao ataque de pragas e doenças, assim como também possibilitam menores

riscos de mercado devido à maior diversidade de produtos. Constatou-se que os sistemas com menor diversidade de cultivos são as roças de mandioca e macaxeira, assim como alguns formados apenas por abacaxizais e laranjais. O Quadro 2 apresenta a diversidade de cultivos na colônia do Matapi, assim como a época de produção.

Quadro 2 - Calendário agrícola na colônia agrícola do Matapi.

Produtos/meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Abacate												
Abacaxi												
Abóbora												
Açaí												
Acerola												
Alface												
Banana												
Biribá												
Caju												
Cana												
Cebolinha												
Chicória												
Coco												
Coentro												
Couve												
Cupuaçu												
Feijão												
Graviola												
Ingá												
Jaca												
Jambo												
Jambu												
Jiló												
Laranja												
Limão												
Pepino												
Pimentinha												
Pupunha												
Quiabo												
Repolho												
Rúcula												
Macaxeira												
Mamão												
Mandioca												
Manga												
Maracujá												
Mastruz												
Maxixe												
Melancia												
Milho												
Tangerina												

Taperebá													
----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com o Quadro 2 durante o ano inteiro há produção na colônia do Matapi. A diversidade de cultivos possibilita que as famílias realizem o consumo próprio e também comercializem produtos para obtenção de receitas durante o ano todo, assim como possibilita aos agricultores não dependerem de um único produto como fonte de receita, promovendo um melhor equilíbrio econômico, com uma comercialização diversificada ao longo do ano. Além do mais, a diversidade de cultivos se apresenta com um importante fator alimentar dos agricultores e seus familiares. Também, é na diversidade de cultivos, da prática de sistemas agroflorestais e consórcios que pode estar a alternativa para que os agricultores passem a depender menos de adubos químicos e orgânicos.

Quanto à avaliação que se refere à compra de sementes constatou-se que em 44,68% dos estabelecimentos pesquisados a compra de sementes é frequente, em 12,76% a compra ocorre às vezes, em 12,76% ocorre raramente e em 29,78% dos estabelecimentos foi informado que não ocorre a compra de sementes. As hortas são as formas de uso da terra que mais demandam a compra de sementes, sendo a compra constante e frequente. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,42, revelando que os sistemas praticados na colônia do Matapi apresentam precariedade de sustentabilidade nessa análise, os quais são bastante dependentes da compra de sementes. Isso mostra a forte dependência do mercado para a obtenção de sementes, não tendo os agricultores autonomia de produção das próprias sementes.

Na análise que se refere ao uso de tratores identificou-se que 17,02% dos agricultores pesquisados utilizam o trator nas atividades dos seus sistemas, 48,93% o utiliza às vezes, 21,21% raramente e 12,76% não utilizam o trator nas suas atividades. Em muitos sistemas a maior utilização de tratores ocorre durante a preparação da área para o plantio e durante a colheita. Se por um lado, o trator é um mecanismo que em muito tem a contribuir com maior produtividade e produção, a partir da análise econômica, por outro, a partir do aspecto ambiental, ele pode provocar sérios impactos no terreno, principalmente no diz respeito à compactação dos solos, provocando a baixa aeração e infiltração dos solos, resultando muitas das vezes na redução de fertilidade dos mesmos.

O índice de sustentabilidade obtido no que se refere ao uso de tratores nos sistemas praticados na colônia do Matapi foi 0,42, indicando que nessa avaliação os sistemas apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade. Os agricultores que não possuem tratores, mas o utilizam, realizam o aluguel de tais máquinas e seus implementos, o

que em algumas vezes ocorre somente o pagamento do óleo diesel e as diárias do operador, situação esta em que o trator é conseguido diretamente junto à prefeitura ou intermediado por meio da associação/cooperativa dos agricultores.

A tabela 3 apresenta o resumo com os índices de sustentabilidade, nos elementos/variáveis, alcançados na avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi na dimensão e indicador ambiental.

Tabela 3 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador ambiental, por elementos/variáveis.

Dimensão/indicador avaliado	Variáveis	Índice de sustentabilidade
Ambiental	Erosão decorrente das atividades nos sistemas	0,81
	Uso de agrotóxico	0,47
	Uso do fogo nas atividades dos sistemas	0,74
	Uso de adubos químicos/orgânicos	0,19
	Compra de sementes	0,42
	Uso de tratores	0,42
Média		0,47

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

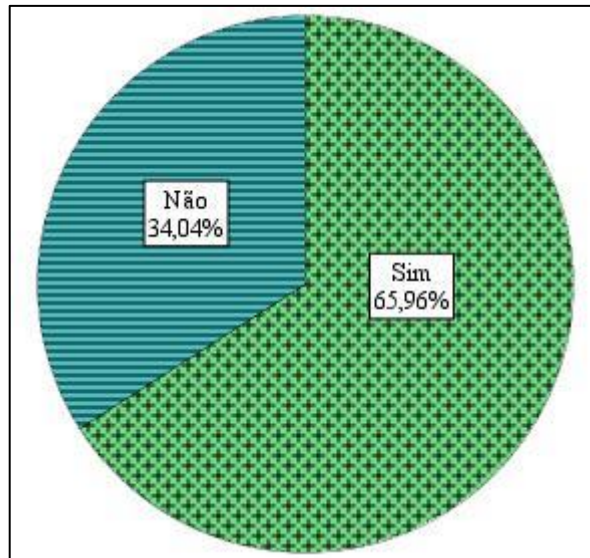
A Tabela 3 mostra que na avaliação de apenas um elemento/variável os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são insustentáveis (intensidade do uso de adubos químicos e orgânicos), enquanto que a maior parte das análises indica a precariedade de sustentabilidade dos sistemas. Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,47 para a dimensão e indicador ambiental, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. Um ponto importante para ser avançar e melhorar a sustentabilidade dos sistemas na dimensão ambiental passa por reduzir a dependência destes dos adubos químicos e orgânicos, de sementes, de agrotóxicos e do uso de tratores.

4.5 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO POLÍTICA

Um dos elementos avaliados na dimensão e indicador político diz respeito à verificação por saber se existem grupos organizados de representação dos agricultores e qual tem sido o papel desempenhado por estes grupos nos sistemas de uso da terra na colônia agrícola do Matapi. Foi constatado, segundo os relatos dos entrevistados, que na colônia existe mais de um grupo organizado (Associação Apique do Gadelha, com maior representatividade na Linha C, Associação dos Agricultores da Colônia Agrícola do Matapi – AACAM, com maior representatividade nas linhas G e A, Associação das Mulheres da Colônia Agrícola do Matapi, com maior representatividade na Linha B e Cooperativa Agroextrativista dos Produtores do Município do Porte Grande – COAMP, com maior representatividade nas linhas C e B), no entanto, segundo os próprios entrevistados, tais grupos vêm apresentando baixo desempenho e dinamismo na colônia, ao ponto de poucas participações nas reuniões, embora permaneçam os agricultores associados.

Entende-se que os grupos organizados são muito importantes nos processos de diálogos com os agentes externos, e até mesmo no próprio âmbito interno, para discutirem e traçarem estratégias sobre variados assuntos que visem melhorar o desempenho dos sistemas de uso da terra, principalmente no que diz respeito à captação de recursos e outros meios que possam ser investidos pelos agricultores em seus estabelecimentos no intuito de dinamizar suas atividades produtivas. Ou seja, a organização de agricultores pode favorecer a captação de recursos para implantação de projetos, realização de cursos, adoção de novas tecnologias geradas por órgãos de pesquisa, assim como para a socialização das experiências alternativas exitosas de uso da terra vividas pelos agricultores. Foi constatado que apenas 65,95% dos entrevistados são associados em uma das associações ou cooperativa da colônia (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Associados em uma associação/cooperativa na colônia do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quando os que são associados foram questionados sobre a intensidade de participação nas reuniões dos grupos organizados dos quais fazem parte, 17,02% informaram que participam de todas as reuniões promovidas, 14,89% relataram que só participam quando consideram de interesse a pauta, 12,76% participam ocasionalmente e 21,27% disseram que são associados, mas não participam das reuniões. O índice de sustentabilidade obtido na avaliação que investigou a intensidade de participação nas reuniões dos grupos organizados foi 0,39, revelando que em tal análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. Isso pode demonstrar que aqueles que têm baixa participação nas reuniões deixam de usufruir não só das trocas de experiências, mas também de eventuais benefícios que venham agregar ao desenvolvimento dos sistemas e da vida social. As estratégias por maiores participações passam por estimular e incentivar a participação dos agricultores, com reuniões que sejam mais dinâmicas e atrativas, uma vez que houve relatos de que as reuniões são “só perda de tempo, pois não resolvem nada”.

Outro questionamento realizado para avaliar a sustentabilidade os sistemas de uso da terra na dimensão e indicador político procurou investigar se os agricultores que participam nos grupos organizados emitem suas opiniões durante as reuniões. Constatou-se que 10,63% emitem sempre suas opiniões durante as reuniões, 25,53% emitem suas opiniões algumas vezes, 2,12% relataram que muito raramente emitem suas opiniões, 6,38% não dão suas opiniões e 55,31% encontram-se entre aqueles que são associados, mas não participam, e aqueles que não são associados. O índice de sustentabilidade alcançado nessa análise foi 0,32, indicando a precariedade de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na

colônia em tal avaliação. Emitir opinião configura-se como parte do debate por aceitar, procurar ajustes ou rejeitar ações que terão influência direta ou indireta na vida e produção na colônia. Constatou-se a forte realidade de que os agricultores não estão contentes com o desempenho das associações ou cooperativa, mas restringem emitir suas opiniões diante daquilo que não estão de acordo. Ressalvadas as justificativas para isso, a tendência é para a credibilidade no papel que tem as organizações sociais na colônia, as quais podem ajudar na dinâmica social e melhoria das condições de vida dos agricultores, uma vez que tais organizações são fortes elos de contato com demais entidades sociais e de fomento.

Quanto à análise do elemento em que se procurou identificar a contribuição dos grupos organizados para o desempenho dos sistemas de uso da terra na colônia, constatou-se que entre os associados, 2,12% informaram que os grupos organizados muito têm contribuído para o desempenho dos seus sistemas, 2,12% disseram que algumas vezes ocorre a contribuição dos grupos organizados nas atividades dos seus sistemas, 19,14% relataram que tal contribuição é pouca e 42,55% informaram que as ações dos grupos organizados em nada contribuem para o desempenho e atividades dos seus sistemas.

Com isso, o índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,21, revelando a característica de insustentabilidade dos sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi em tal análise. As contribuições dos grupos organizados ocorrem em muitas das vezes por conseguir um trator para realizar o preparo de áreas, a intermediação por conseguir assistência técnica, a intermediação por conseguir algum tipo de documento ou ajuda governamental, e ainda na articulação por conseguir a compra de adubos químicos ou orgânicos por preços menores ou gratuitamente devido a algumas parcerias com o governo. Esse resultado mostra a fragilidade da atuação dos grupos organizados na colônia, mesmo em meio ao potencial que podem representar para a sustentabilidade dos sistemas por meio das articulações com outras entidades na busca e conformação de parcerias que muito têm a contribuir com o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de uso da terra. A alternativa para melhorar tal índice passaria primeiro pela revalorização por parte dos agricultores da importância dos grupos organizados, em uma reconfiguração das estratégias de ações destes para por aqueles.

Quanto à avaliação que procurou verificar se ocorre a prática e participação dos agricultores da colônia em mutirões constatou-se que para 2,12% dos entrevistados essa prática é frequente, 8,51% participam às vezes em mutirões, 44,68% informaram que há necessidade dessa prática, mas os agricultores não a realizam, 2,12% disseram que não

precisam de mutirão e 42,55% informaram que a prática de mutirão não ocorre na colônia. Essa análise foi importante para averiguar se os agricultores durante as suas atividades nos sistemas realizam entre si troca de serviços, o que muito pode contribuir para o fortalecimento comunitário e suprir limitações nas atividades realizadas.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação que investigou a prática e participação dos agricultores da colônia do Matapi em mutirões foi 0,20, revelando que em tal análise os sistemas praticados na colônia são insustentáveis. A pesquisa constatou que a prática do mutirão já foi intensa na colônia, mas foi decaindo devido aos descompromissos por parte de muitos envolvidos durante a realização das tarefas. A necessidade de mutirão ainda é apontada por muitos, mas atualmente tal prática é limitada e realizada apenas por alguns grupos familiares, especialmente por aqueles que possuem relação de parentesco. Existindo e apontada a necessidade pela prática de mutirões, as estratégias passariam pela reaproximação dos agricultores na tentativa de retomar essa prática de forma intensa na colônia, o que teria consequência no aspecto produtivo e nas interações sociais, fortalecendo os laços comunitários.

A tabela 4 apresenta o resumo com os índices de sustentabilidade, nos elementos/variáveis, alcançados na avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi na dimensão e indicador político.

Tabela 4 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador político, por elementos/variáveis.

Dimensão/indicador avaliado	Variáveis	Índice de sustentabilidade
Política/o	Participação nas reuniões dos grupos organizados	0,39
	Emite opinião durante as reuniões	0,32
	Contribuição dos grupos para o desempenho dos sistemas	0,21
	Participação/prática de mutirão	0,20
Média		0,26

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Tabela 4 mostra que na avaliação dos elementos/variáveis na dimensão e indicador política/o os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi alcançaram baixos índices de sustentabilidade, indicando que os sistemas em tal avaliação apresentam características de precariedade de sustentabilidade a insustentabilidade. Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,26 para a dimensão e indicador

política/o, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra praticados na colônia são caracterizados por apresentarem precariedade de sustentabilidade. De todas as dimensões, a política foi a que apresentou o pior desempenho na análise de sustentabilidade dos sistemas. Isso mostra que essa dimensão e as variáveis nela analisadas são as que demandam maior atenção e prioridades em termos de estratégias e ações para não comprometer a manutenção e permanência dos sistemas de uso da terra na colônia. A organização social e política é uma base forte para a reprodução das famílias e das atividades produtivas, pois delas dependem as articulações não somente internas como externas também, são as representações da comunidade na busca por melhorias e serviços que venham contribuir com o bem-estar dos agricultores.

4.6 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE USO DA TERRA NA DIMENSÃO CULTURAL

A avaliação de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na dimensão cultural consistiu na análise dos seguintes elementos/variáveis: a intensidade na troca de conhecimentos entre os agricultores sobre como realizar algumas atividades na agricultura; o recebimento ou não de cursos de capacitação, com a finalidade de aprimorar metodologias de como manejar os seus cultivos nos sistemas; a disponibilidade dos agricultores para participarem de eventos sem que as atividades dos sistemas dificultem a participação deles; a disponibilidade de tempo para o descanso e lazer da família e; a dificuldade dos agricultores por manterem seus sistemas.

No que se refere à troca de conhecimentos entre os agricultores sobre como realizar algumas atividades nos sistemas de uso da terra constatou-se que 59,57% dos entrevistados realizam trocam desses conhecimentos com frequência, 21,27% informaram que realizam às vezes a troca desses conhecimentos, 10,63% disseram que isso ocorre raramente e 8,51% relataram que não trocam conhecimentos de como trabalham nos seus sistemas. O índice de sustentabilidade dos sistemas obtido nessa avaliação foi 0,77, revelando que em tal análise os sistemas praticados na colônia apresentam característica de sustentáveis. A troca de conhecimentos coloca-se como muito importante para dar continuidade às estratégias e formas de como se trabalha nos sistemas. Um agricultor pode suprir a necessidade do outro quando este apresente certas dificuldades em termos de técnicas de como trabalhar com determinados cultivos, especialmente quando estes cultivos são recém-adotados.

Quanto à avaliação da variável que procurou identificar se os agricultores recebem cursos de capacitação ou aprimoramento (Fotografia 2) de como realizar algumas atividades nos sistemas de uso da terra constatou-se que apenas 2,12% indicaram que recebem esses cursos com frequência, 17,02% os recebem às vezes, 14,89% os recebem raramente e 65,95% informaram que não recebem esse tipo de cursos. De maneira geral, os entrevistados revelaram que têm conhecimento dos cursos que são realizados na colônia, oferecidos principalmente pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, assim como do convite de outros que ocorrem fora da colônia, mas muitas das vezes não participam. Nessa análise o índice de sustentabilidade obtido foi 0,18, o menor dentre os elementos/variáveis pesquisados na dimensão cultural, revelando que em tal avaliação os sistemas praticados na colônia apresentam características de insustentabilidade.

Fotografia 6 – Curso sobre o cultivo do açaí irrigado, anunciado na colônia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os cursos de capacitação são importantes principalmente quando os agricultores adotam novos cultivos, pois não têm conhecimentos aprofundados de como manejá-los, ou quando querem aprender novas técnicas e práticas de como manejar de maneira que possam explorar de forma mais proveitosa os sistemas que há muito tempo já praticam. Contatou-se que os cursos de capacitação, embora não sejam de ocorrência frequente, eles têm acontecidos na colônia. O que acontece é que muitas das vezes os cursos oferecidos não estão de acordo

com as demandas dos agricultores, uma vez que estão direcionados para determinados cultivos (de açaí, laranja, coco e cupuaçu), assim como também muitos deles ocorrem fora da colônia, não tendo os agricultores condições de transporte. Além do mais, os agricultores relatam que não estão de acordo com muitas técnicas que são repassadas nos cursos de capacitação, o que também desanima a participação deles em tais cursos. A alternativa para melhorar o índice na avaliação passa por diversificar os cursos oferecidos para que se alcance maior público, assim como também que os cursos considerem os conhecimentos e forma de trabalho dos agricultores, que consigam associar e somar os conhecimentos e práticas já adquiridas e que não estejam no sentido de substituí-las ou desconsiderá-las. Ademais disso, que os cursos sejam oferecidos na própria colônia, uma vez que a maior parte dos agricultores não dispõe de condições para o transporte.

Outro elemento pesquisado na dimensão e indicador cultural consistiu em saber se as atividades dos sistemas têm dificultado a participação dos agricultores e seus familiares em eventos realizados na colônia ou fora dela. Nesta avaliação procurou-se verificar se as atividades dificultam a socialização dos agricultores ou interesse destes por participar nos eventos, ou seja, se eles ou seus familiares não participam de eventos como comemorações e reuniões em decorrência do trabalho nos sistemas não possibilitar a saída deles. Do total de entrevistados, 12,76% informaram que não participam de eventos e outras comemorações apenas nos dias de muito trabalho nos sistemas, 34,04% relataram que as atividades dos sistemas não impedem a participação sua ou de seus familiares em eventos locais ou fora, 23,40% disseram que participam às vezes em tais eventos e 29,78% informaram que não gostam de participar nos eventos.

O índice de sustentabilidade obtido na avaliação que consistiu em saber se as atividades dos sistemas têm dificultado a participação dos agricultores e seus familiares, assim como o interesse dos agricultores por participarem nos eventos realizados na colônia ou fora dela foi 0,50, revelando que em tal análise os sistemas praticados na colônia são classificados com dificuldade de sustentabilidade. A socialização entre os agricultores é um fator importante no fortalecimento das relações sociais, o que muito pode contribuir para a troca de conhecimentos e outros saberes relacionados às atividades na agricultura e outros assuntos. De maneira geral, as atividades dos sistemas de uso da terra na colônia não impedem a saída dos agricultores para a participação em eventos de interesse sem incorrer no prejuízo de acumular ou atrasar serviços. O que se constatou foi o baixo interesse ou não participação de mais da metade dos entrevistados nos eventos festivos realizados na colônia por não se

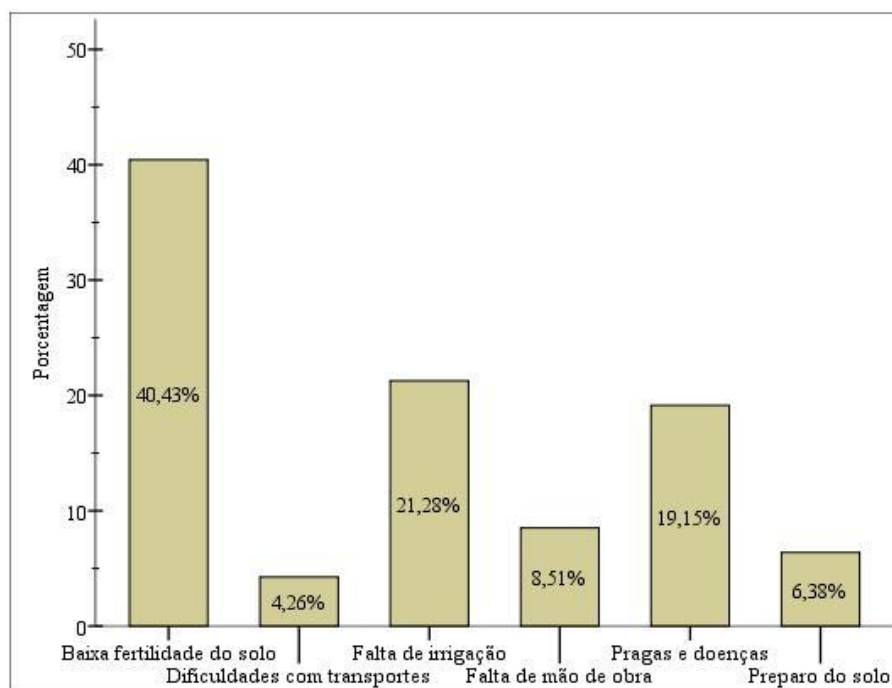
sentirem atraídos pelos eventos (ocorre com muita frequência torneios de futebol associados à ajuda beneficente ou para alcançar recursos em prol de alguma demanda local).

No que se refere à avaliação da variável tempo para descanso e lazer da família buscou-se identificar o nível de demanda da mão de obra dos agricultores e seus familiares nas atividades dos sistemas, verificando se essa demanda tem possibilitado tempo para o descanso e lazer da família. Do total de entrevistados, 74,46% informaram que sempre têm tempo para o descanso e lazer da família, 12,76% relataram que às vezes têm tempo para isso, 10,63% disseram que têm pouco tempo para o descanso e lazer e 2,12% informaram que não têm tempo para o descanso e lazer da família. O índice de sustentabilidade obtido nessa avaliação foi 0,82, indicando que em tal análise os sistemas de uso da terra são caracterizados como sustentáveis. As hortas são os sistemas que mais demandam tempo de trabalhado, uma constante. O resultado alcançado demonstra que as atividades desenvolvidas nos sistemas têm possibilitado que as famílias, de maneira geral, consigam alcançar tempo para o descanso sem que tais atividades se configurem como exaustivas.

Quanto à análise sobre a dificuldade dos agricultores para manterem seus sistemas constatou-se que em 36,17% dos casos pesquisados eles indicaram muita dificuldade para manter os sistemas, para 46,80% a dificuldade é pouca, 4,25% indicaram que raramente têm dificuldades para manter os sistemas e 12,76% revelaram que não têm nenhuma dificuldade para manter a produção nos seus sistemas. O índice de sustentabilidade alcançado nessa avaliação foi 0,31, indicando que em tal análise os sistemas de uso da terra praticados na colônia do Matapi apresentam como característica a precariedade de sustentabilidade.

Foi apontada como a maior dificuldade enfrentada pelos agricultores para a manutenção dos seus sistemas a baixa fertilidade dos solos (40,43%), a qual foi seguida pela falta de irrigação (21,28%), a ocorrência de pragas e doenças (19,15%), a falta de mão de obra (8,51%), as atividades com o preparado do solo para o plantio (6,38%) e a dificuldade com transportes (4,26%) (Gráfico 13). A baixa fertilidade dos solos tem feito com que os agricultores direcionem significativos gastos para a compra de adubos químicos e orgânicos, situação que se complica ainda mais no verão, quando as dificuldades aumentam devido à falta de irrigação.

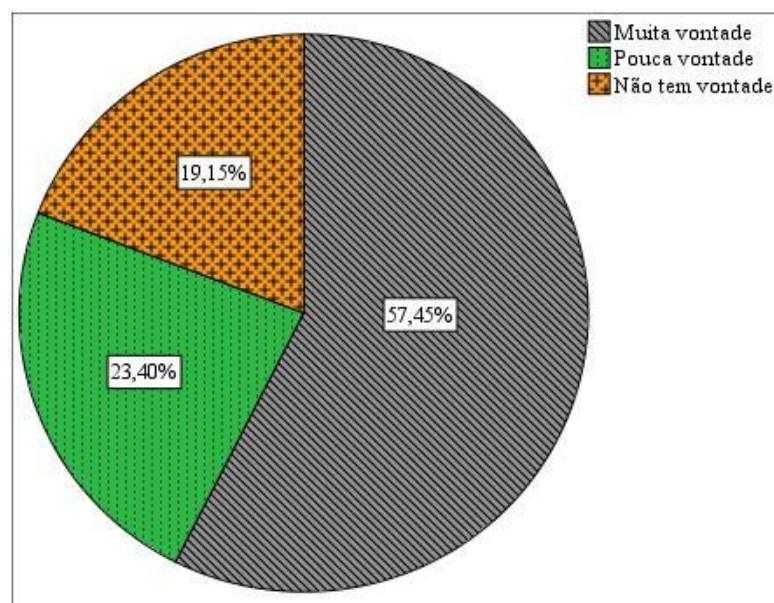
Gráfico 13 – Maior dificuldade na colônia do Matapi para a manutenção dos sistemas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas durante a manutenção dos sistemas, a maior parte dos agricultores indicou a vontade por mudar de cultura principal ou inserir novas (57,45%), apontando ser uma das saídas para reduzir as dificuldades enfrentadas atualmente (Gráfico 14). No entanto, a falta de experiência cultural com os novos cultivos pretendidos, assim como a falta de outros investimentos têm sido as principais questões para a não mudança. Os serviços de assistência técnica, consideradas as particularidades locais, bem como o fortalecimento das organizações sociais (associações e cooperativa) na busca por parcerias de fomento e outras articulações com entidades ligadas às questões produtivas, poderiam figurar-se como alternativas plausíveis para solucionar parte das dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante a manutenção dos sistemas, contribuindo significativamente para melhorar o índice de sustentabilidade dos sistemas em tal avaliação.

Gráfico 14 - Vontade por mudar de cultura principal na colônia do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Tabela 5 apresenta o resumo com os índices de sustentabilidade, nos elementos/variáveis, alcançados na avaliação dos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi na dimensão e indicador cultural. De acordo com a tabela o pior desempenho foi constatado na análise da variável que procurou identificar se os agricultores da colônia do Matapi recebem cursos de capacitação ou aprimoramento (0,18), seguido pela variável que avaliou o nível de dificuldade dos agricultores para manter os seus sistemas de uso da terra.

Tabela 5 – Índices de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi na dimensão e indicador cultural, por elementos/variáveis.

Dimensão/indicador avaliado	Variáveis	Índice de sustentabilidade
Cultural	Troca de conhecimentos entre os agricultores	0,77
	Recebe curso de capacitação ou aprimoramento	0,18
	Participação em eventos	0,50
	Tempo para descanso e lazer da família	0,82
	Dificuldade para manter os sistemas	0,31
Média		0,51

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Por meio da média ponderada foi alcançado o índice de sustentabilidade 0,51 para a dimensão e indicador cultural, revelando que nestes parâmetros os sistemas de uso da terra

praticados na colônia agrícola do Matapi são caracterizados por apresentarem dificuldade de sustentabilidade.

De maneira geral e considerando a avaliação dos sistemas de uso da terra praticados pelos agricultores da colônia agrícola do Matapi nas cinco dimensões proposta de análise (social, econômica, ambiental, política e cultura) chegou-se ao índice de sustentabilidade 0,47, demonstrando que no panorama geral os sistemas apresentam precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca (Tabela 6). Esse resultado é motivo de preocupação quando se pensa na permanência da reprodução dos sistemas praticados, pois não são fatores isolados que contribuem para tal cenário, o que por sua vez também demonstra que as alternativas para melhorar o cenário atual não passam simplesmente por questões pontuais, mas por um conjunto de ações e estratégias que tenham vez por atender e superar as fragilidades identificadas que comprometem o não alcance do melhor nível de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra nas cinco dimensões avaliadas.

Tabela 6 – Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra na colônia do Matapi por dimensão /indicador.

Dimensão/indicador	Índice de sustentabilidade
Social	0,77
Econômico	0,18
Ambiental	0,50
Político	0,82
Cultural	0,31
Geral	0,47

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

As observações em campo permitiram a constatação da ocorrência de vários lotes abandonados ou em disponibilidade para a venda (Fotografia 3). Tal fato pode estar associado à série de fatores constatados e identificados durante a pesquisa e levantamento de dados que apontaram para a precariedade de sustentabilidade e permanência dos sistemas na colônia. Já faz parte da realidade na colônia a transformação de lotes em chácaras, as quais vão se tornando propriedade de pessoas que chegam à colônia em busca de um lugar para lazer e descanso no final de semana, não sendo as mesmas utilizadas para a produção de alimentos. A disponibilidade de lotes para a venda pode intensificar a transformação destes em chácaras na colônia, o que poderá levar ao comprometimento da produção de alimentos hoje realizada pelos agricultores. Soma-se para essa situação o abandono de alguns lotes por parte dos agricultores que resolveram sair da colônia na busca por melhores condições de vida em outros lugares (principalmente na parte urbana do município de Porto Grande, Macapá ou

Santana). Os lotes não estão para a venda e seguem sem atividade produtiva. Não havendo perspectivas para melhorias nas condições produtivas e social na colônia, podemos apontar como tendência para os lotes atualmente abandonados a disponibilidade para venda, contribuindo ainda mais para que pessoas sem a intenção de uso produtivo das terras se façam cada vez mais presentes na colônia.

Fotografia 7 – Lotes para venda ou abandonados na colônia agrícola do Matapi.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Embora as dificuldades sejam muitas durante o processo de produção nos sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi e considerando também a não satisfação de várias demandas sociais pode-se presumir que os agricultores permanecerão desenvolvendo suas atividades nos sistemas, pois apresentam uma racionalidade que os caracterizam no sentido de que mesmo sob extrema condição desfavorável levam adiante suas dinâmicas produtivas, porque o objetivo maior não é o lucro e sim alcançar pelo menos o mínimo para sobrevivência, o que os diferencia da lógica capitalista, a qual em situação desfavorável abandonaria seu empreendimento e concentraria os esforços na busca por outras oportunidades de lucro. O camponês resiste às situações desfavoráveis, mas há casos em que ele considera melhor deixar sua terra e sair na procura por outras oportunidades e condições de viver. De maneira geral, podemos argumentar que os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi têm garantido a sobrevivência dos agricultores e seus familiares,

os quais retiram da terra o seu sustento e dela conseguem obter recursos para atender as necessidades básicas da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não restam dúvidas de que a Pan-Amazônia é uma região muito importante para a humanidade pelo papel que desempenha diante da questão das mudanças climáticas e também das riquezas em termos de biodiversidade. Mas também não restam dúvidas do quanto o homem tem sido agressivo com os ecossistemas da região na busca por extrair as riquezas presentes, e das que ainda serão descobertas, dentro de um processo em que a natureza é só mais um obstáculo a ser superado pelas inovações tecnológicas, as quais com o passar dos anos vão se aperfeiçoando para que se possa chegar e alcançar os lugares de mais difícil acesso ou então que permitam avançar na exploração mais intensa dos recursos. A marcha dos grandes empreendimentos não vai parar a ambição por cada vez mais extrair, explorar e buscar as riquezas da região, o que é feito desconsiderando paulatinamente os interesses das populações locais e as limitações dos ecossistemas. Os interesses pelo usufruto do que a Pan-Amazônia tem a oferecer em termos de biodiversidade, serviços ecossistêmicos, florestas, rios, terras e paisagens são antagônicos entre os principais agentes sociais que exploram a região ou por aqueles que são responsáveis pelas intermediações das intervenções do homem no meio. Estão em constante “choques” pela apropriação e uso dos recursos da região o grande capital (materializado nos grandes empreendimentos e megaprojetos de exploração mineral, madeireiro, agropecuário, energético, entre outros), as populações locais (camponeses, indígenas) e as entidades governamentais, as quais estão muito inclinadas para atender aos interesses do capital.

Desde que os primeiros europeus tocaram os “solos” Amazônicos iniciou-se uma nova história na região. Os avanços das grandes navegações e da expansão do capitalismo em algum momento chegariam à Pan-Amazônia e deixariam marcas que jamais seriam apagadas na região. O início do XVI marca o princípio desse momento histórico, quando os portugueses e espanhóis, principais potências econômica e militar da época, desembarcavam pela primeira vez no então território amazônico, o qual era desconhecido por eles. Trataram logo de dividir o que não conheciam e não tiveram a mínima consideração por aqueles que já viviam na região, as populações nativas, sendo estas, na verdade, exploradas para atender os objetivos aos quais vieram os europeus, fazer riqueza. Aqueles que não aceitavam as imposições do homem branco, não tinham outra opção a não ser o extermínio. O início da chagada dos europeus e seus ambicionados desejos de riquezas já demonstravam o que viria pela frente às populações nativas e aos ecossistemas amazônicos. Estava a Pan-Amazônia no

circuito das relações capitalistas e o percurso da história não tinha mais volta. Logo e quase concomitantemente se somaram aos portugueses e espanhóis os franceses, holandeses e ingleses na disputa pelo espaço amazônico. Foram intensas as investidas e disputas das nações europeias (entre si e com as populações nativas), nem tanto da parte dos espanhóis, para conquistar e se apropriar da Pan-Amazônia. A lenda do grande “El Dorado” transformaria de vez a história da região.

No entanto, as condições geográficas, climáticas, de relevo, de grandes florestas, de muitos rios, resistências indígenas e demais especificidades regionais se configuraram como freios ou, como podemos dizer, atrasaram em alguns séculos os avanços predatórios das explorações dos recursos da região, mas essas condições não conseguiram impedi-los. Conforme se avançava no conhecimento sobre a região os obstáculos de antes iam sendo superados e as florestas e rios iam sendo cada vez mais acessados, fazendo com que a Pan-Amazônia fosse cada vez mais conhecida e novas descobertas surgindo sobre as dinâmicas dos ecossistemas, das riquezas naturais e das relações dos indígenas com a floresta. Os passos lentos na exploração dos recursos da região começaram a apresentar ritmos mais acelerados a partir de meados do século XIX quando as investidas se tornaram mais intensas na busca por aquilo que a região tinha a oferecer em acordo com as demandas, principalmente internacionais, a capacidade de exploração (em termos de mão de obra, recursos econômicos e tecnologias) e as oportunidades de fazer riqueza. Podemos dizer que o ciclo de exploração da borracha marca o estágio primeiro da maior intervenção do homem na região, quando este ciclo foi o responsável por profundas transformações econômicas, estruturais e demográficas nunca antes presenciadas na Pan-Amazônia.

Os anos seguintes, mais especificamente a partir de meados do século XX, colocaram a região no ritmo de exploração dos recursos em que a destruição e deteriorização dos ecossistemas foram as marcas registradas do alto nível predatório ao qual foram submetidas as florestas, os rios, o subsolo e a fauna. Registrava-se o momento das profundas transformações ambientais na Pan-Amazônia com as atividades intensas dos empreendimentos e megaprojetos minerais, petroleiros, madeireiros, agropecuários, hidrelétricos, de infraestrutura entre outros. Novas configurações e paisagens começaram a fazer parte do cenário amazônico, resultantes dos altos investimentos por buscar extrair o máximo possível de riquezas que a região tem a oferecer. A região, como desde início do seu processo exploratório, segue sendo vista como fonte e geradora de riqueza, principalmente em decorrência dos sucessivos ciclos extrativistas dos quais a região tem sido palco, mas, no

entanto, não tem sido capaz de manter e direcionar tal riqueza para o desenvolvimento da própria região. Os grandes centros capitalistas continuam sendo os principais destinatários das riquezas extraídas do espaço amazônico, ficando para a região as consequências perversas de todo o processo, tanto nas questões socioeconômicas quanto nas ambientais. A lenda do “El Dorado” é um mito que continua na ordem do dia atraindo as buscas incansáveis pelas riquezas da Pan-Amazônia, dos minerais, do petróleo, da biodiversidade, das madeiras entre outras.

Podemos dizer que a abertura de estradas se configurou, embora seja um processo que ainda se mantém, como um dos principais aceleradores para a exploração, uso e transformação da Pan-Amazônia. A intensidade do nível de ocupação da região pode ser dividida em dois momentos, antes das estradas e depois da abertura e construção destas. Antes das estradas o processo de ocupação era mais lento, por meio do qual se utilizavam os rios como principais vias de acesso. O tempo e velocidade das embarcações ditavam o ritmo de alcance às partes mais longínquas e de difícil acesso na floresta, o que por extensão também ditavam o compasso da apropriação e usufruto dos recursos, a qual se dava de forma menos intensiva (possibilidade de exploração dos recursos mais perto dos rios) quando comparado com a utilização de estradas. Este primeiro momento foi predominante até por volta da primeira metade do século XX. Passado esse período, novas estratégias de ocupação e exploração da Pan-Amazônia começaram a ganhar espaço diante dos governos nacionais (na corrida por consolidar a soberania sobre seus territórios amazônicos) e das demandas internacionais (principalmente por recursos do subsolo como minerais e petróleo), dos grandes centros econômicos, pelos recursos estratégicos da região. Diante desse contexto e considerando as limitações de acesso pelos rios, a abertura de estradas foi indispensável. As estradas foram abrindo passagem em meio a floresta, o que logo possibilitou a expansão e exploração intensiva dos recursos, bem como a expansão dos assentamentos humanos pela região.

As estradas configuram-se como as principais rotas de comunicação entre a região e as saídas das riquezas, conexão com o oceano Atlântico e o oceano Pacífico, assim como também são as principais vias que contribuem para a maior pressão dos megaprojetos sobre a natureza. É em torno da abertura das estradas também que podemos situar o ritmo e dinâmica da situação demográfica da Pan-Amazônia, pois foram as estradas que serviram de acesso para a intensa chegada de grandes fluxos de migrantes à região, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Se antes das estradas a população encontrava-se distribuída de

forma rarefeita na região, com a abertura e construção delas a população não só vai aumentar como também concentrar-se em determinados pontos, concentração essa que foi muito determinada pela localização dos principais empreendimentos instalados na região, os quais foram responsáveis por atrair grande parte dos fluxos migratórios, e também pelas políticas governamentais que direcionavam os fluxos para determinadas áreas de acordo com as estratégias de ocupação planejadas. Os que não chegaram pelas políticas de colonização dos governos e iniciativa privada ou pelas demandas dos empreendimentos, chegaram de forma espontânea na busca por recomeçar a vida na região.

De uma população nativa que vivia na região antes da chegada dos europeus, a Pan-Amazônia durante o transcorrer de mais de cinco séculos viu sua população sofrer várias modificações pela chegada de novas pessoas de várias partes externas à região, primeiro dos europeus, principalmente espanhóis e portugueses, e depois dos seus arredores, oriundas dos próprios países que integram parte da região. A diversidade populacional passou a configurar diferentes formas e estratégias de uso dos recursos na região. Os primeiros estrangeiros a chegarem adaptaram o ritmo de usufruto dos recursos de acordo com os conhecimentos dos nativos, pois estes conheciam bem a dinâmica da floresta. Tal fato foi possível devido ao baixo número de pessoas que chegavam à região, o que possibilitou maior integração de exploração ao tempo de resposta da natureza por regenerar o ciclo dos recursos, bem como do baixo nível de tecnologia (ferramentas, equipamentos, maquinários entre outros) que estava a disposição para explorar o que a natureza tinha a oferecer. A partir do momento em que o fluxo migratório começou a ser mais intenso, a dinâmica de exploração e usufruto dos recursos na região também passou a sofrer alterações, os tempos mudaram, o nível e capacidade de exploração eram outros, bem como os novos migrantes eram portadores de novas técnicas e tecnologias de intervenção no meio, as quais se apresentavam como incompatíveis com a realidade ecológica dos ecossistemas amazônicos. Estava constituída na região uma diversidade populacional, tanto na parte urbana quanto na rural. Somam-se as atividades dessas populações com os empreendimentos na pressão sobre o meio.

Na parte rural, a diversidade da população foi se configurando, especificamente com mais intensidade depois da segunda metade do século XX, nas diferentes formas de ocupação nos espaços rurais da região como assentamentos rurais (projetos de colonização), reservas indígenas, zonas de reserva camponesa, colônias agrícolas, comunidades quilombolas, áreas ribeirinhas e outras formas baseadas na exploração de mão de obra familiar. De maneira geral, e aqui fazendo direcionamento aos sujeitos objeto de estudo desta investigação, estruturou-se

na região a diversidade de um campesinato. Esta diversidade apresentou como característica formas variadas quanto ao uso e prática de sistemas de produção. O processo de adaptação dos novos camponeses que iam chegando à região, quanto ao uso dos recursos, em um primeiro momento se caracterizou pela exploração predatória da floresta, quando não tinham o conhecimento de como trabalhar nos ecossistemas da região. A necessidade de sobrevivência fez com que eles colocassem em marcha na floresta as práticas produtivas dos seus lugares de origem sem a consideração dos limites e dinâmicas ecológicas específicas dos ecossistemas amazônicos. As consequências logo aparecem materializadas nos desmatamentos, nas queimadas, nas erosões dos solos, na pressão sobre a fauna e na expansão itinerante da reprodução das práticas predatórias. As estratégias de sobrevivência ditavam o ritmo de avanço sobre a floresta.

Mas os sujeitos camponeses aos poucos foram se adaptando, passando a praticar sistemas de uso da terra compatíveis ou pelo menos dentro dos limites da capacidade de resposta dos solos e da dinâmica ecológica da região sem comprometer as bases de reprodução dos recursos, dos quais dependem os sistemas de uso da terra para a manutenção da sua continuidade. Estavam os novos camponeses da Amazônia reproduzindo as suas características específicas na sua relação com a natureza, respeitando o tempo e os limites desta após anos de experiência para entendê-la, interpretá-la e se adaptar dentro do contexto dos ecossistemas amazônicos. Entretanto, não se pode entender o processo como acabado, uma vez que as interferências no meio seguem uma constante e novas demandas de adaptações ou ajustes são sempre presentes quanto às configurações e arranjos na prática dos sistemas de uso da terra desenvolvidos pelos camponeses para que permaneçam produtivos e atendam as mudanças tanto ambientais como também socioeconômicas. E é exatamente essa dinâmica de mudanças e adaptações, juntamente com o contexto histórico distinto da diversidade camponesa na região, o que provocou o desenvolvimento desta pesquisa e o desdobramento das análises nela presente.

A configuração atual da Pan-Amazônia em termos da diversidade de um campesinato, o que é contexto para a diferenciação na prática de sistemas de uso da terra, apresentou-se como um cenário que justificou a necessidade de uma análise que proporcionasse a leitura e o entendimento do processo que levou à formação de um novo campesinato na região, pontuando as causas que deram origem a tal processo e as reconfigurações que isso foi provocando quanto à ocupação e apropriação dos recursos no espaço amazônico. Além do mais, a diversidade camponesa quanto ao uso da terra justificou a necessidade da formulação

de uma metodologia que permitiu analisar não só a realidade atual dos sistemas de uso da terra praticados, mas também inferir sobre a sustentabilidade de tais sistemas quanto à capacidade para proporcionar a permanência e fixação das famílias ao longo dos anos nos seus espaços produtivos. A metodologia proposta proporcionou a análise multidimensional dos sistemas de uso da terra pesquisados, avançando para além das pesquisas realizadas na região, as quais realizam a análise do uso da terra considerando pontualmente as questões ambientais ou econômicas. Assim, esta pesquisa ampliou a lente de avaliação dos variados fatores e elementos que são partes integrantes da sustentabilidade dos sistemas de uso da terra.

A aplicação da metodologia em campo, na colônia agrícola do Matapi, demonstrou que ela foi compatível com a finalidade para a qual foi proposta, permitindo a análise do nível de sustentabilidade dos sistemas de uso da terra nas dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural. Embora não tenha sido possível a concretização do estudo comparativo, pela não realização da pesquisa de campo na Zona de Reserva Campesina El Pato-Balsillas, o que completaria o objetivo de forma mais abrangente da metodologia elaborada, pode-se argumentar e sustentar que tal metodologia apresenta os requisitos necessários para a sua utilização na análise de sistemas de uso da terra praticados na Pan-Amazônia, sendo possível sua adaptação para os diversos contextos regional (diversidade nos ecossistemas e do campesinato), principalmente quanto à escolha das variáveis a serem investigadas, bem como adaptação para atender aos objetivos propostos por futuras pesquisas. Desta maneira, a metodologia caracteriza-se por ser flexível, possibilitando ajustes para atender e contemplar as especificidades locais. Ainda, a metodologia não é uma ferramenta acabada e finalizada, estando assim aberta para contribuições que venham agregar para o maior e melhor aperfeiçoamento da mesma.

A pesquisa demonstrou que no panorama geral, avaliação multidimensional, os sistemas de uso da terra praticados na colônia agrícola do Matapi apresentam precariedade de sustentabilidade ou sustentabilidade fraca, isso em decorrência do baixo índice de sustentabilidade alcançado em vários elementos ou variáveis analisadas. Na dimensão política foi constatado o pior desempenho para a sustentabilidade dos sistemas, o que deixou exposto que nessa dimensão devem ser concentradas a maior atenção e prioridades em termos de estratégias e ações para melhorar o desempenho dos elementos ou variáveis investigadas. As recomendações e sugestões da pesquisa pontuadas durante a análise dos resultados não se configuram necessariamente como uma receita a ser seguida, podendo ser consideradas como possibilidades que visam contribuir para o melhor desenvolvimento, manutenção e

permanência dos sistemas de uso da terra na colônia. Enfim, diante das observações e análises da dinâmica local, presume-se que em curto e médio prazo a tendência seja de permanência ou pequenas oscilações dos índices de sustentabilidade alcançados nas avaliações, mas somente novas pesquisas poderão confirmar e dar sentido para tal previsão.

REFERÊNCIAS

- ABELLA, A. P. C. **Configuración histórica de la Amazonia occidental colombiana y el surgimiento de cultivo de la coca**. Departamento de Geografía/Universidad Nacional de Colombia. Bogotá D. C., 2019. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/01.pdf>>
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa**. Editora Guaíba. Porto Alegre-RS, 2002.
- _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5º edição. Tradução: Marília Marques Lopes. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2009.
- _____. Agroecología: principios y estrategias para una agricultura sustentable en América Latina del siglo XXI. In: MOURA, E. G.; AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: princípios e tecnologias**. P. 83-99. Brasília-DF, 2006.
- _____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. In: **Revista Nera**. Ano 13, nº 16, p. 22-32, jan./jun. de 2010.
- ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. **La revolución agroecológica en Latinoamérica: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino**. Sociedad Científica Latinoamericana de agroecología, 2011.
- ARAGÓN, L. E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. In: **Contexto internacional** [online]. Vol.: 33, nº 1, p. 71-102, 2011. Disponível no site <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100004>> acessado em janeiro de 2018.
- _____. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para a sua interpretação. In: **Revista NERA**. Ano 21, nº 42, p. 15-33. Presidente Prudente-SP, 2018. (Dossiê)
- ARAÚJO, G. S. Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina. In: **Revista NERA**. Ano 19, nº 32, p. 72-90. Presidente Prudente-SP, 2016. (dossiê)
- _____. O capitalismo e a apropriação da natureza: usos, consequências e resistência. In: **Geosp** – Espaço e Tempo. Vol. 23, nº 1, p. 112-123, abr. São Paulo-SP, 2019. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/115218>> acessado em junho de 2021.
- ARCILA NIÑO, O. H. **La Amazonia colombiana urbanizada: um análisis de SUS asentamientos humanos**. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-SICHI. Primera edición. Bogotá D. C., 2010.
- ARMENTERAS, Dolores; MORALES, Mónica. **A Amazônia hoje: Biodiversidade**. In: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e Organização do Tratado de

Cooperação Amazônica – OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia:** GeoAmazônia. Ciudad de Panamá-Panamá. Brasília-Brasil, 2008.

Asociación Municipal de Colonos del Pato – AMCOP. **Plano de Desarrollo Sostenible de la Zona de Reserva Campesina El Pato-Balsillas.** Centro de documentación ANZORC, Bogotá: 2012.

AMIN, M. M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. In: **Revista crítica de Ciências Sociais.** Nº 107, p. 107-138, set. Coimbra, 2015. Disponível no site <<http://rccs.revues.org/5993>> acessado em março de 2019.

AMORAS, F. C.; AMORAS, A. L. Presença europeia na Amazônia. In: **Estação Científica UNIFAP.** Vol. 1, nº 1, p. 17-22. Macapá-AP, 2011.

AVILA, C. A. B. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia).** Dissertação (Mestrado em Geografia). USP/FFLCH. São Paulo-SP, 2008. 210p.

_____. O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia). In: **Revista Nera.** Ano 16, nº. 22, p. 09-26, jan./jun. de 2013.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 5ª edição (2ª reimpressão). Editora da UFSC. Florianópolis-SC, 2004.

BARBOSA, L. P.; ROSSET, P. M. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da la via campesina e da cloc. In: **Educ. Soc.** Vol 38, nº 140, p. 705-724, jul./set. Campinas-SP, 2017.

BECKER, B. K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia:** terra e civilização. Banco da Amazônia. p. 115-140. Belém-PA, 2004.

_____. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Editora Garamond. Rio de Janeiro-RJ, 2007.

BONI, V.; BOSETTI, C. J. “Camponês é aquele que produz seu próprio alimento”: segurança e soberania alimentar como meio de resistência. In: **Revista Grifos.** Vol. 26, nº 42, p. 211-228. Chapecó-SC, 2017. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/issue/view/224>> acessado em junho de 2021.

BORGES, F. **Amazônia e economia da droga:** conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, UNESP-UNICAMP-PUC-SP. São Paulo-SP, 2006. 113p. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98116/borges_f_me_mar.pdf?sequence=1> acessado em maio de 2021.

BOTÍA, C. G. Z. El largo e incerto camino de la integración fronteriza en la Amazonia. In: SILVA, O. M. A.; HOMMA, A. K. O. (Orgs.). **Pan-Amazônia**: visão histórica, perspectiva de integração e crescimento. 1ª edição. Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM. Manaus-AM, 2015. p. 435-448.

BOTÍA, Z.; GILBERTO, C. **Amazonia 1900-1940**: El conflicto, la guerra y la invención de la frontera. Primera edición. Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonía). Instituto Amazónico de Investigaciones-IMANI. Grupo de Estudios Transfronterizos-GET. Letícia-AM, 2019. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.org/Colombia/imani-unal/20200519031721/amazonia.pdf>> acessado em março de 2021.

BRITO, D. A produção do espaço amapaense e a gestão dos recursos naturais. In: PORTO, J. L. R (Org.). **Amapá**: aspectos de uma geografia em construção. Macapá-AP, 2005. p. 33-46. (série Percepções do Amapá, Vol. 1).

BRITO, D. R. **Saberes matemáticos produzidos por agricultores**: uma visão etnomatemática na educação agrícola. Dissertação (Mestrado em ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2016.

BRITO, L. S. B. **Planejamento regional na Amazônia e seus desdobramentos espaciais: o caso do estado do Amapá**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). UFPA/NAEA. Belém, 2007. 205p.

CALDERÓN, C. M. Caucho, frontera, indígenas e historia regional: un análisis historiográfico de la época del caucho en el Putumayo-Aguarico. In: **Boletín de Antropología**. Vol. 33, nº 55, p. 15-34. Universidad de Antioquia Medellín, 2018. Disponível em <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/557/55755367001/index.html>> acessado em março de 2021.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª edição. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

CAÑÓN, E. A. S. **El Pato Balsillas**: entre la ideología y la política pública. Mestría (mestría en Estudios Políticos). Facultad de Ciencias Políticas y relaciones internacionales. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, D. C. 2015. 125p.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília-DF, 2009.

_____. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. Editora Expressão Popular. 2ª edição. São Paulo-SP, 2013.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo-SP, 1978.

CARVALHO, I. S. H.; FRANCO, A. B. O papel do campesinato na construção do decrescimento. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). **Enfrentando os limites do**

crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. P. 319-334. IRD Editions. Marselha-França, 2012.

CARVALHO, J. P. L. **Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no município de Curralinho, Marajó, Pará.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2013. 151p.

CARVALHO, O. M. A. **A superação da subalternidade camponesa ao capital.** Movimento dos atingidos por barragens: água e energia não são mercadorias! São Paulo, 2014. Disponível no site < WWW.mabnacional.org.br/artigo/supera-da-subalternidade-camponesa-ao-capita > acessado em setembro de 2015.

CASTRO, E. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA.** Vol. 2, nº.1, dezembro de 1999.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. In: **Caderno CRH.** Vol. 25, nº 64, p. 45-61, jan./abr. Salvador-BA, 2012. (dossiê).

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina.** Editora Saraiva. São Paulo-SP, 2013.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires, 1985.

CLEMENCIA, R. M. **Entre el Estado y la guerrilla:** identidad y ciudadanía en el movimiento de los campesinos cocaleros del Putumayo. Instituto Colombiano de Antropología e Historia-ICANH. Bogotá D. C., 2001.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. **Amazonia posible y sostenible.** Colômbia, 2013. Disponível em <http://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/folleto_amazonia_posible_y_sostenible.pdf> acessado em fevereiro de 2017.

_____. **A redução da pobreza e da extrema pobreza se estanca na maioria dos países da América Latina.** México D. F., 2015. Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/reducao-pobreza-extrema-pobreza-se-estanca-maioria-paises-america-latina>> acessado em junho de 2021.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum.** 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro-RJ, 1991.

CONTE, I. I.; BOFF, L. A. Campesinato e sistemas de cultivos: implicações entre a agroecologia e os agrotóxicos. In: **Trabalho & Educação.** Vol. 24, nº3, p.189-201, set./dez. Belo Horizonte-MG, 2015.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira.** Série II – fundamentos teórico-metodológico, vol. 1, 310 p. NAEA. Belém-PA, 2012. (coleção economia política da Amazônia).

COSTA, K.; GALARZA, E.; GÓMEZ, R. A Amazônia: território, sociedade e economia ao longo do tempo. In: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia: GeoAmazônia**. Ciudad de Panamá-Panamá; Brasília-Brasil, 2008.

_____. Racionalidade camponesa e sustentabilidade. In: **Papers do NAEA**. Nº 29. Belém-PA, 1994.

_____. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. In: **Revista de Economia Política**. Vol. 15, nº 1, p. 83-100. São Paulo-SP, 1995.

COSTA, K. S. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. In: **FLACSO-Brasil**. Série estudos e ensaios, 2009.

COSTA, L. F. B.; CRUZ, M. J. M.; MARQUES, R. O. A agricultura camponesa na Amazônia: um estudo de caso no assentamento de Vila Amazônia, Parintins-AM. In: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Presidente Prudente-SP, 2015. Disponível em <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/4/144.pdf>> acessado em maio de 2021.

COSTA, W. M. C. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. In: **Confins**, nº 7 de 2009. Disponível em <confins.revues.org/index6107.html> acessado em março de 2017.

CUBIDES, N. J. G. **Contexto histórico, social e institucional del Distrito de Conservación de Suelos y Aguas del Caquetá – DCSAC**. Conservación y gobernanza en el piedemonte amazónico/CORPOAMAZONIA. Bogotá D. C., 2018.

CUNHA Jr., A. J.; GENSCHOW, F. A. **Amapá: um estudo para colonização**. Instituto Nacional de Imigração e Colonização – Departamento de Estudos e planejamento. Gráficas de Folha Carioca S. A. Rio de Janeiro-RJ, 1958 (série colonização).

DAGUA, A.; ARANDA, M.; VASCO, L. G. **Guambianos: hijos del aroiris y del agua**. CEREC. Popayán, 2015. Disponível em <<http://www.luguiva.net/%5C/admin/pdfs/GUAMBIANOS.%20HIJOS%20DEL%20AROIRIS%20Y%20DEL%20AGUA.pdf>> acessado em junho de 2021.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Editora Contraponto. 2º Vol. Rio de Janeiro-RJ, 2004.

DANILLO, V. C.; BRINGEL, F. O. A luta pela terra e as políticas públicas territoriais no espaço agrário amazônico: uma reflexão a partir do assentamento Mártires de Abril em Belém. In: **Revista del CESLA**. Vol. 25, ene./jun. Varsóvia, 2020. Disponível em <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/2433/243362830005/243362830005.pdf>> acessado em maio de 2021.

D'ANTONA, A.; VANWEY, L.; LUDEWIGS, T. Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. In: **Acta Amazonica**. Vol. 41, nº 2, p. 223-232. Manaus-AM, 2011.

Departamento Administrativo Nacional de Estadística-DANE. **Proyecciones nacionales y departamentales de población 2005-2020**. Estudios postcensales. Bogotá, 2009.

Departamento Nacional de Planeación-DNP. **Política para el desarrollo y conservación de la Amazonía**. Documento DNP-2545-UDT. República de Colombia. Bogotá D. C., 1991.

DEVINE, J. A.; OJEDA, D.; GARZON, S. M. Y. Formaciones actuales de lo campesino en America Latina: conceptualizaciones, sujetos/as políticos/as y territorios en disputa. In: **Antípoda** – Revista de Antropología y Arqueología. Vol. 40, p. 3-25, jun./sep. Bogotá D. C., 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.7440/antipoda40.2020.01>> acessado em junho de 2021.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição. Revista e ampliada. Hucitec/NUPAUB. São Paulo-SP, 2008.

DOMINGUEZ, C.; GÓMEZ, A. **La economía extractiva en la Amazonía colombiana (1850-1930)**. Tropenbos Colombia. Bogotá, 1990.

_____. Quinerías y caucherías de la Amazonia: caminos y varadores de la Amazonia. In: ÁNGEL, P. M.; GONZÁLEZ, J. O. M. (Org.). **Caminos reales de Colombia**. Fondo FEN-Colombia, p. 261-276. Santafé de Bogotá, 1995.

ESCÁRRAGA, L. J.; GUTIÉRREZ, I.; VAN ETTEN, J.; RAMÍREZ, F.; SIBELET, N. **Por qué se pierde la agrobiodiversidad?: caso de la chagra inga en la Amazonía colombiana**. In: Mundo Amazónico. Vol. 11, nº 1, p. 11-38. Bogotá D. C.; 2020. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n1.82839>> acessado em março de 2021.

FABRINI, J. E. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. In: **GEOgraphia**. Vol. 19, nº 39, p. 54-69, jan./abr. Niterói-RJ, 2017.

FALLA, J. T.; CASTRILLÓN, C. A. R. Las nuevas dinâmicas rurales en las zonas de reserva campesina en Colombia. In: **Revista Perspectivas Geográficas**. Vol. 23, nº 1, ene/jun. p. 31-52. Bogotá, 2018.

FERNANDES, B. M. Questão agrária na América Latina. In: LATINOAMERICANA – Enciclopedia Contemporânea de América Latina y el Caribe. São Paulo-SP, 2007. Disponível em <https://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/QA_America_Latina.pdf> acessado em junho de 2021.

_____. Soberania Alimentar como Território. In: VIDOTTE, B. T.; SHWENDLE, S. F. (Org.). **Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos**. 1ª edição, vol. 1, p. 29-51. Editora da PUC Goiás. Goiânia-Goiás, 2015.

_____. **Delimitação conceitual do campesinato**. Debate sobre o plano camponês. São Paulo-SP, 2017?

_____. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. In: **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**. Vol. 4, nº 7, p.188-209, ene./jun. Buenos Aires, 2018.

FERREIRA, A. M. A. **A pedagogia da alternância na escola família agroextrativista do Maracá e suas contribuições para o desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá. Macapá-AP, 2013. 123p.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). UFPA/NAEA. Belém-PA, 2007. 542p.

_____. Formação Socioeconômica do Estado do Amapá. In: CASTRO E.; CAMPOS I. **Formação Socioeconômica da Amazônia.** 1ª ed. NAEA, vol. 1, p. 97-172. Belém-PA, 2015.

FONTAINE, G. La globalización en la Amazonía: una perspectiva andina. In: **ÍCONOS,** Revista de Ciencias Sociales. FLACSO, nº 25, p. 25-36. Ecuador-Quito, 2006.

FRANCHI, T. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical:** o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). UnB. Brasília, 2013. 332p.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. Editora Annablume: São Paulo; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará. Fortaleza-CE, 2000.

FREITAS, J. da L. **Sistemas agroflorestais e sua utilização como instrumento de uso da terra:** o caso dos pequenos agricultores da ilha de Santana, Amapá, Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém-PA, 2008. 247p.

GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil. In: **Estudos Avançados.** Vol. 16, nº 45, p.63-80. São Paulo-SP, 2002.

Galeano, E. H. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Sergio Faraco. Editora L&PM. Porto Alegre-RS, 2012.

GALVIS, C. C.; SOCHA, D. G. De la participación, organización y acción del campesinado en Colombia: la experiencia de ANZOC. In: Revista Clivatge. Nº 4, p. 61-80. Barcelona, 2016. Disponível em <<https://revistes.ub.edu/index.php/clivatge/article/view/15883/18976>> acessado em abril de 2021.

GAMA, L. T. S.; SANTOS, C. J. S. O campesinato como modo de vida: a produção camponesa no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL. In: **Diversitas Journal.** Vol. 2, nº2, p. 267-278, mai/ago. Maceió-AL, 2017.

GARCIA Jr., A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias, estratégias de reprodução social. Vol. 2, p.213-244. Editora UNESP. São Paulo-SP, 2009.

GARRIDO, H. C. C. **Estrategias de territorialización campesina: encrucijadas entre el reconocimiento político y la autonomía territorial:** estudio de caso comparado en dos zonas de reserva campesina en Colombia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Presidente Prudente-SP, 2016. 247p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da UFRGS. Porto Alegre-RS, 2000.

GÓMEZ, A. J. L. **Putumayo**: la vorágine de las caucherías: memoria y testimonio. Centro Nacional de Memoria Histórica. Bogotá D. C., 2014.

GÓMEZ, R.; GALARZA, E.; ALONSO, J. C.; ARMENTERAS, D. SOUZA, C. Dinâmica na Amazônia. In: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNEUMA e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica-OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia**: Geo-Amazônia. Ciudad de Panamá-Panamá; Brasília-Brasil, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. Editora contexto. São Paulo-SP, 2001.

_____. **Desafio ambiental**: os porquês da desordem mundial. Editora Record. Rio de Janeiro-RJ, 2004.

GOLÇALVES, M. B. R. O; FERREIA, A. H. B. (coord.). **Sustentabilidade ambiental**: objetivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental. Organização: UnB/PUCMinas. Belo Horizonte – PUCMinas/IDHS, 2004.

GONZÁLES, L.; RAMÍREZ, J. C.; CHAVARRÍA, A. **Visiones regionales em la Amazonia colombiana**. Oficina de la CEPAL – serie Estudios e Perspectivas, 29. Bogotá, 2015.

GONZÁLEZ, J. J. A. El Pato; una resitencia en la historia y en el espacio. In: **Esfera**. Vol. 1. p. 115-135. Bogotá, 2011.

GONZÁLEZ PEÑA, M. L.; SAMACÁ ALONSO, G. D. El conflicto colombo-peruano y las reacciones del Centro de Historia de Santander-CSH, 1932-1937. In: **HISTORELo**. Revista de Historia Regional y Local. Universidad Nacional de Colombia. Vol. 4, nº 8, p. 367-400, jul./dic. Medellín-Colombia, 2012.

GRAIN. **Hambrientos de tierra**: los pueblos indígenas y campesinos alimentan al mundo con menos de un cuarto de la tierra agrícola mundial. Informe de maio de 2014. Disponível em <<https://grain.org/es/article/4956-hambrientos-de-tierra-los-pueblos-indigenas-y-campesinos-alimentan-al-mundo-con-menos-de-un-cuarto-de-la-tierra-agricola-mundial>> acessado em junho de 2021.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A. Agroecologia x Agronegócio: crises e convivências. In: **Espaço em Revista**. Vol. 12, nº 2, p. 1-17, jul./dez. Catalão-GO, 2010. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16966>> acessado em junho de 2021.

GUIZA, L.; PEÑUELA, N.; RÍOS, J. Desafíos del Estado colombiano en torno al aprovechamiento ilícito de oro y los cultivos de uso ilícito en la Amazonía: estudio de caso de San José del Fragua (Caquetá). In: **Estudios Socio-jurídicos**. Vol. 22, nº 22, p.291-317. Bogotá D. C., 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/sociojuridicos/a.8663>> acessado em março de 2021.

GUTIÉRREZ, L. A. V. **Ocupación y tenencia de la tierra en la región El Pato-Balsillas, San Vicente del Caguán:** entre lo legítimo y lo legal. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2005.

GÚZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 3ª edição. Expressão Popular. São Paulo-SP, 2005.

HECHT, S. B. La Evolución del Pensamiento Agroecológico. In: ALTIERI, M. A. **Agroecología:** bases científicas para una agricultura sustentable. Editorial Nordan comunidad. Montevideu-Uruguai, 1999.

HOMMA, A. K. **História da Agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. 1ª edição. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília-DF, 2003.

HOZ, N.; VALENCIA, M. **Contextualización del sur de la Amazonia colombiana.** CORPOAMAZONIA. Mocoa-Putumayo, 2010. Disponível em <https://www.corpoamazonia.gov.co/files/Planes/biodiversid/diagnostico/AMAZONIA_C1.pdf> acessado em março de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas do Amapá.** Gráfica do IBGE. Rio do Janeiro-RJ, 1966.

_____. **Mapa da Amazônia Legal.** Rio de Janeiro-RJ, 2007. Disponível em <<https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/Mapa%20da%20Amaznia%20Legal.pdf>> acessado em novembro de 2021.

Instituto Colombiano de Desarrollo Rural – INCODER. **Procedimiento Zonas de Reserva Campesina.** Bogotá D. C., 2013.

Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC. **Atlas de los suelos colombianos.** Bogotá-Colômbia, 1987.

_____. **Atlas de los suelos colombianos.** 10ª ed. Bogotá-Colômbia, 1987.

Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas – SINCHI. **Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana, 2015:** anexo cartográfico. Bogotá D. C., 2016. Disponível em <<https://sinchi.org.co/files/publicaciones/publicaciones/pdf/Mapas%20Perfiles%20urbanos.pdf>> acessado em novembro de 2021.

Incubadora de Políticas Públicas para a Amazônia (IPPA). **Índice de sustentabilidade dos municípios da Amazônia:** metodologia para o cálculo dos indicadores. Belém-PA, 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Editora Laemmert S. A. Guanabara-RJ, 1968.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO-UNESCO. Buenos Aires, 2005.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. PNEUMA. Siglo XXI editores. México, 1998.

_____. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Editora da Edifurb. Blumenau-SC, 2000.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** Editora Nova Cultural. São Paulo-SP, 1985.

LEVERATTO, Y. **Historia de la colonización de la Amazonia.** 2007. Disponível em <https://www.academia.edu/11331465/Historia_de_la_colonizaci%C3%B3n_de_la_Amazonia> acessado em fevereiro de 2021.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Editora Cortez. São Paulo-SP, 2001.

_____. Agroecologia e saber ambiental. Tradução de Francisco Roberto Caporal. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Vol. 3, nº 1, jan./mar. EMATER. Porto Alegre-RS, 2002.

LITTLE, P. E. **Megaprojetos na Amazônia:** uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. Red Jurídica Amazónica-RAMA; Derecho, Ambiente y Recursos Naturales-DAR; Articulación Regional Amazónica-ARA. 1ª edição. Lima-Peru, 2013.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. In: **Revista Sociedade e Meio Ambiente.** Vol.6, nº2, p. 99-119, Jul./Dez. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Campinas, Brasil, 2003.

LOBATO, S. da S. **A cidade dos trabalhadores:** insegurança estrutural e tática de sobrevivência em Macapá (1944-1964) [versão corrigida]. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2013. 240p.

LÓPEZ, A. J. G. Amazonia colombiana: contacto-contagio y catástrofe demográfica indígena. In: **MAGUARE.** Vol. 13, p. 143-163. Bogotá D. C., 1998. Disponível em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/10755/11220>> acessado em março de 2021.

LÓPEZ, A. J. G.; BECERRA, G. C. **Fuentes documentales para la historia de la Amazonía colombiana:** volumen I (1597-1844). Archivo General de la Nación. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Grupo de Investigación Estudios Regionales y Territoriales. Bogotá D. C., 2012.

LÓPEZ-RIADURA, S; MASERA, O; ASTIER, M. Evaluando la sostenibilidad de los sistemas agrícolas integrados: el marco MESMIS. In: **LEISA: Revista de Agroecologia.** Vol. 16, nº 4, abril de 2001.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. In: **AGRÁRIA.** Nº 7, p. 182-210. São Paulo-SP, 2007.

MARQUELLI, R. P. **Desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro.** Monografia. (especialização em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada). Brasília-DF, 2003. 64f

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista Nera**. Ano 11, n.º 12, p. 57-67, jan./jun. Presidente Prudente-SP, 2008. Disponível em revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399> acessado em fevereiro de 2017.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ª edição. Editora Vozes. Petrópolis-RJ, 2008.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital**: resultado do processo de produção imediata. Editora Moraes LTDA. São Paulo-SP, 1969.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª edição. Editora Vozes. Petrópolis-RJ, 1990.

MARZLL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia). Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 1999.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIADURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**. El marco MESMIS. GIRA. Mundi-prensa. México, 2000.

MATOS, F. L. L. C. C. **Análise das taxas anuais de desmatamento na Amazônia legal a partir da relação entre autos de infração e área desmatada no período entre 2000 e 2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Brasília-DF, 2016. 90p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Editora UNESP. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. Presidente Prudente-SP, 2010.

MEGGERS, B. J. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Tradução de Maria Yedda Linhares. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 1987. (coleção reconquista do Brasil. 2ª série. Vol. 113).

MELLO, A. F. Apresentação. In: Aragón, L. E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para debate. Editor Hucitec. p. 19-20. São Paulo-SP, 2013.

MENDONÇA, M. C. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751- 1759. 2ª ed. Vol. 3. Senado Federal, Conselho Editorial. Brasília-DF, 2005. (Edições do Senado Federal). Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1101/0738220_TIII.pdf?sequence=9&isAllowed=y> acessado em maio de 2021.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Editora Zahar. Rio de Janeiro-RJ, 1978.

MIRANDA, R. Soberania alimentar: direito dos povos. In: **Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano**. Vol. 14 e 25, nº1. Taubaté-SP, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a669>> acessado em junho de 2021.

MONTAÑA, D. F. Las zonas de reserva campesina: estrategia de desarrollo regional y contra el desplazamiento? In: **Mamacoca**. Bogotá D. C., 2000. Disponível em <http://www.mamacoca.org/Compendio_regional/Dario_Fajardo%20.htm> acessado em maio de 2021.

_____. La Amazonia colombiana en la geopolítica regional. In: **Revista colombiana amazônica nueva época**. Nº 6. p. 5-16. Instituto amazônico de investigaciones científicas. Colômbia, 2013. Disponível no site <http://www.sinchi.org.co/images/pdf/Revista_amazonica_2013%20BAJA.pdf> acessado em janeiro de 2018.

_____. **Agricultura, campesinos y alimentos** (1980-2010). Tesis de doctorado (Doctorado en Estudios Sociales). Universidad Externado de Colombia. Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Bogotá D. C., 2018. 299p.

MONTENEGRO, R. R.; ACOSTA, O. E. P. **Colonización y conflictividad social en el Alto Orteguaza-Caquetá**. Universidad de la Amazonia/Oficina de Paz. Programa de Iniciativas Universitarias para la Paz y la Convivencia-PIUPC. Primera edición. Bogotá D. C, 2019.

MOREIRA NETO, C. A. **Índios na Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ, 1988.

MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. Editora Hucitec. São Paulo-SP, 1978.

MUTO, R. **O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). UFPA/NAEA. Belém-PA, 2010.

NASCIMENTO, N. S. F.; SILVA, C. P.; ALVES, J. P. G. Exploração mineral na Amazônia brasileira: o estado do Pará em questão. In: **VI Jornada Internacional de Políticas públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra, a exploração, dominação e humilhação**. São Luis-MA, 2013.

NIETO, V.; GERMÁN, P. **Amazonia desde dente dentro: aportes a la investigación de la Amazonia colombiana**. Editora Guadalupe Ltda. Universidad Nacional de Colombia – sede Amazonia. Instituto de Investigaciones Imani. Bogotá-colombia, 2007.

NOGUEIRA, A. C. N. **Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2012. 132p.

NOGUEIRA, R. J. B. Territórios e fronteira amazônicas. In: **Revista Sentidos da cultura**. Vol. 1, nº 1, p. 21-24, jul./dez. Belém-PA, 2014.

NOGUEIRA, R. J. B.; OLIVEIRA NETO, T. Abordagem escalar da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia. In: SILVA, O. M. A.; HOMMA, A. K. O (Orgs.). **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento**. 1ª edição. Federação das Industrias do Estado do Amazonas – FIEAM. Manaus-AM, 2015. p. 501-521.

NUNES, P. H. F. **A institucionalização da Pan-Amazônia**. Editora Prisma. 1ª edição. Curitiba-PR-2018.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. Editora Contexto. São Paulo-SP, 1997.

PATIÑO, L. C. A. Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colombia. In: **Revista Nera**. Ano 13, nº 16, jan./jun. de 2010.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª edição. Editora UNESP. Presidente Prudente-SP, 2012.

_____. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. In: **GEOgraphia**. Ano 17, nº 33, p.177-204. Niterói-RJ, 2015.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Consultoria legislativa do senado federal – centro de estudos, texto para discussão 48, Brasília, 2008. Disponível no site <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD48-MarcusPeixoto.pdf> acessado em agosto de 2019.

PELLIZON, S. A. Relação entre a aplicação do neoliberalismo no campo e a intensificação da exploração da força de trabalho excedente nas periferias dos grandes centros urbanos da América Latina. In: **XVI anais do Encontro Nacional da ABET**. Salvador-BA, 2019.

PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 2, nº 56, p. 94-111 de 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>> acessado em fevereiro de 2017.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D.; MAYER, P. H. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. In: **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. Dossiê rural – dinâmicas contemporâneas no mundo rural**. Vol. 14, nº 2, p.129-152, jul./dez. Natal-RN, 2013.

PESSOA, K. De la soya hacia la agroecología: agriculturas en disputa. In: **Letras Verdes** – Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales. Nº 25, p. 29-53, mar./ago. Quito-Ecuador, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.17141/letrasverdes.25.2019.3373>> acessado em junho de 2021.

PÊSSOA, V. L. S. Perspectivas das áreas rurais na América Latina: o papel da agricultura familiar no século XXI. In: **Anais do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Santiago-Chile, 2001.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. Editora Hucitec. São Paulo-SP, 1984.

PIZÓN, H. T. La coca y las economías exportadoras en América Latina: el paradigma colombiano. In: **Análisis Político**. Nº 18, p. 5-31, ene./abr. Bogotá D. C.; 1993. Disponível

em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/75131/67795>> acessado em maio de 2021.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PORTO GRANDE. **Diagnóstico das condicionantes, deficiência e potencialidades municipais propostas e ações**. Porto Grande-AP, 2013.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Editora da UFRGS. Porto-Alegre-RS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. AS-PTA, p. 17-31. Rio de Janeiro-RJ, 2009.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais de 1943 à 2000**. GEA/SETEC. Macapá-AP, 2003.

PRIETO, E. A. **Desarrollo de la metodología de evaluación de sostenibilidad de lós campesinos de montaña em San José de Cusmapa** (Nicaragua). TFM, 2011.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. **Perspectivas do meio ambiente na Amazônia: GeoAmazônia**. Ciudad de Panamá-Panamá; Brasília-Brasil, 2008.

PUERTO CAICEDO. **Plan de desarrollo 2012-2015: unidos por el cambio**. Acuerdo n° 019 de 2012. Puerto Caicedo, 2012. Disponível em <<http://edim.esap.edu.co/BancoMedios/Documentos%20PDF/puertocaicedoputumayoplannedesarrollo2012-2015.pdf>> acessado em fevereiro de 2017.

QUINTERO, H. F. T. Realidades de la Amazonía Colombiana: Territorio, Conflicto Armado y Riesgo Socioecológico. In: **Revista ABRA**. Vol. 34, n° 48, p. 63-81. Bogotá, 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.15359/abra.34-48.4>> acessado em fevereiro de 2017.

RAMÓN, G. U. **Veníamos con una manotada de ambiciones: un aporte a la historia de la colonización del Caquetá**. Universidad Nacional de Colombia/Unibiblios. Segunda edición. Santafé de Bogotá, 1998.

Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada–RAISG. **Amazônia sob pressão**. Instituto Socioambiental–ISA. Coordenação geral Beto Ricardo (ISA). São Paulo-SP, 2012. Disponível em <www.raig.sociobambiental.org> acessado em abril de 2021.

_____. **Desmatamento na Amazônia**. Instituto Socioambiental-ISA (Coordenação). São Paulo-SP, 2015. Disponível em <www.raig.sociobambiental.org> acessado em fevereiro de 2021.

_____. **Amazonía 2015: Áreas Protegidas e Territórios Indígenas**. Disponível em <raisg.socioambiental.org/amazonia2015-deforestacion2000-2013> acesso em fevereiro de 2017.

_____. **Amazonia bajo presion.** 1ª edição. Instituto Socioambiental–ISA (coordenação). São Paulo-SP, 2020.

RESQUE, A. G. L. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cameté – PA.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2012. 127p.

REYES POSADA, A. La violencia y el problema agrario en Colombia. In: **Análisis Político.** Nº 2, p.30-46. Bogotá D. C., 1987. Disponível em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/73821>> acessado em março de 2021.

REYES, R. **Memorias 1850-1885.** Fondo Cultural Cafetero. Bogotá, D. C., 1986.

RIBEIRO, N. F. **A questão geopolítica da Amazônia:** da soberania difusa à soberania restrita. Edições do Senado Federal. Vol. 64. Secretaria especial de editoração e publicações. Brasília-DF, 2005.

ROCA, A. M.; MEJÍA, L. B.; JABBA, A. S. **Geografía económica de la Amazonia colombiana.** Centro de Estudios Económicos Regionales – CEER del banco de la república – sucursal Cartagena. Nº 193. Cartagena de Indias-Colombia, 2013. (serie documentos de trabalho sobre economia regional).

RODRÍGUEZ, F. A. M. **Colonización y poblamiento del piedemonte amazónico en el Caquetá:** el Doncello 1918-1972. Dissertação (Mestrado em História). Pontificia Universidad Javeriana. Facultad de Ciencias sociales. Bogotá, 2014. 116p.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. A. **Agroecología:** ciencia y política. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología – SOCLA. Tercera edición en español. Riobamba-Ecuador, 2018.

RUBIO, B. **Explotados y excluidos:** Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. Editorial PyV. San Rafael-México, 2001.

RUEDA, N. A. **Poblamiento de la Amazonia colombiana.** Centro Latinoamericano de demografía. Santiago del Chile, 1992. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/21204/D17163.01_es.pdf?sequence=1> acessado em março de 2021.

RUIZ, H. S. **El campesinato de la Amazonia colombiana:** construcción territorial, colonización forzada y resistencia. Tese (doctorado en Filosofía). Universidad de Montreal. Departamento de Antropología. Facultad de estudios superiores y postdoctorales. Montreal-Canadá, 2012. 353 p.

SALGADO, C. **El campesinado:** reconocimiento para construir país. Cuaderno del Informe de Desarrollo Humano Colombia 2011. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo-PNUD. Bogotá D. C., 2012.

SERRA, A. B. **Indicadores de sustentabilidade do solo em sistemas alternativos ao uso do fogo, baseados nos princípios da agroecologia, desenvolvidos por agricultores familiares**

na região da Rodovia Transamazônica. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém-PA, 2005.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário.** CDE Plural editores AGRUCO NCCR. La Paz-Bolívia, 2011. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Bolivia/agruco/20170928051030/pdf_551.pdf> acessado em junho de 2021.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **REVISTA NERA.** Ano 8, nº 7, Jul./Dez. de 2005.

SILVA, I. C. **Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu – AP.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). PPGMDR/UNIFAP. Macapá-AP, 2014. 157p.

SILVA, I. C.; FILOCREÃO, A. S. M. A política de assentamentos rurais no estado do Amapá. In: **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.** Vol. 9, nº 3, p. 145-171, dez. Macapá-AP, 2016.

SILVA, J. M. A. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia.** Tópicos da lição proferida na sala dos capelos da Universidade de Coimbra. Centro de História da Sociedade e da Cultura. Coimbra, 2002. Disponível em <<https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>> acessado em janeiro de 2021.

SILVA, L. C. M. Agroecologia: a luta pelo fortalecimento do campesinato. In: **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE.** A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Presidente Prudente-SP, 2015.

SILVA, L. M. S. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará.** Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade de Pelotas. Pelotas-RS, 2008. 203p.

SILVA, M. B.; SILVA, A. A.; MONTÃO, D. P. Agroecologia, campesinato e saberes tradicionais: um diálogo a partir das práticas sustentáveis em um estabelecimento familiar em São Domingos do Capim-PA. In: **Cadernos de Agroecologia – anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF.** Vol. 13, nº 1, jul. Brasília-DF, 2018.

SILVA, M. G. Trabalho, agricultura camponesa e produção do conhecimento agroecológico. In: **Inter-Ação.** Vol. 42, nº 2, p.347-357, mai./ago. Goiânia-GO, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i2.45702>> acessado em junho de 2021.

SILVA, P. H. M. Entre os Andes e o Atlântico, um inferno verde: interpretando as veias abertas e a memória dos povos amazônicos pré-colombianos na construção do paradigma do ecodesenvolvimento. In: COSTA, B. S. (Org.). **Anais do “V congresso internacional de direito ambiental e desenvolvimento sustentável: Pan-Amazônia – integrar e proteger” e do “I congresso da rede Pan-Amazônica”.** Editora Helder, p. 263-277. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, R. B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do carvão, Mazagão-AP, Brasil.** Tese (Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2010. 433p.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista-UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente-SP, 2005. 496p.

_____. A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder.** 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo-SP, 2007. p. 289-312.

Sistema Integrado de Monitoreo de Cultivos Ilícitos-SIMCI. **Informe de monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2017.** Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito-UNODC Bogotá D. C., 2018.

_____. **Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2018.** Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito-UNODC. Bogotá D. C., 2019.

SILVEIRA, J. H. P. (Org.). **Sustentabilidade e responsabilidade social.** Editora Poisson. Volume 3. Belo Horizonte-MG, 2017.

SOUTO, R. D. O papel da geografia em face da crise ambiental. In: **ESTUDOS AVANÇADOS.** Nº 30, vol. 87. São Paulo-SP, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ea/a/7TZFwV9vt4KLtV36NwyXf3L/?format=pdf&lang=pt>> acessado em novembro de 2021.

SOUZA, C. B. G. Geopolítica na Pan-Amazônia: territórios, fronteiras e identidades. In: **Revista GeoAmazônia.** Vol. 01, nº 2, p. 59 - 84, jan./jun. Belém-PA, 2014.

SOUZA, M. Amazônia, população e modernidade. In: SILVA, O. M. A.; HOMMA, A. K. (Org.). **Pan-Amazônia: visão histórica, perspectivas de integração e crescimento.** 1ª edição. Federação das indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM. Manaus-AM, 2015. P. 93-108.

SOUZA, M. M. O. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. In: **Élisée – Revista Geo.** Vol. 1, nº 1, p. 141-155, jan./jun. Universidade Estadual de Goiás. Goiânia-GO, 2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** 6ª edição revisada. Editora Atlas S.A. São Paulo-SP, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). **Legislação da Amazônia.** Disponível em <<http://www.sudam.gov.br/index.php/fno/58-acesso-a-informacao/86-legislacao-da-amazonia>> acessado em fevereiro de 2017.

SUZUKI, J.C.; BORTOLETO, E. M. Identidade e territorialidade da comunidade camponesa Pomerana e a unidade de conservação dos Pontões Capixabas. In: **OLAM – Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. Online). Ano XI, Vol. 11, nº 1, p. 121-146, jan./jun. Rio Claro-SP,

2011. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>> acessado em março de 2018.

SUZUKI, J. C.; RANGEL, K. S. Cultura material das populações tradicionais do Vale do Ribeira (SP). In: **OLAM – Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. Online). Ano XII, nº 12, p. 33-51, jan./dez. Rio Claro-SP, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index>> acessado em março de 2018.

SUZUKI, J. C.; LOPES, A. P. Vida do jovem caiçara na Prainha branca: modo de vida e representações sociais. In: **Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideú, 2009.

SUZUKI, J. C.; SOARES, F. S. Homens de Esparta do tempo presente: história oral de trabalhadores escravizados na Pré-Amazônia maranhense. In: **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Vol. 30, p. 1-22, 2015.

SUZUKI, J. C. **De povoado a cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 1996. 204p.

_____. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. 1ª edição, p.213-223. Buenos Aires/CLACSO/Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2006.

_____. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. In: **Revista NERA**. Ano 10, nº 10, p. 134-150, jan./jun. Presidente Prudente-SP, 2007a.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura. In: **Agrária**. Vol. 6, p. 83-95. São Paulo-SP, 2007b.

_____. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. In: **Espaco & Geografia**. Vol. 16, nº 2, p. 627-640, 2013.

_____. Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. In: **Cadernos Prolam/USP**. Vol. 15, nº 29, p. 136-157, jul./dez. São Paulo-SP, 2016.

_____. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do estado de São Paulo. In: **Revista Tocantinense de Geografia**. Ano 06, nº 10, p. 1-17, mai./ago. Araguaína-TO, 2017.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. In: **GEOUSP – Espaço e tempo**. Nº 29 – especial, p. 107-121. São Paulo-SP, 2011.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Armand Colin. Paris, 1973.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria Editorial. Perspectivas agroecológicas. Primera edición. Barcelona-Espanha, 2008.

TORO, J. A. P. El Conflicto con el Perú 1932 1933 y el inicio de la Política de Industrialización en Colombia. In: **Revista Estudios en Seguridad y Defensa**. Vol. 11, nº 21, p. 27-43. Bogotá D. C., 2016. Disponível em <<https://esdeguerevistacientifica.edu.co/index.php/estudios/article/view/49/172#:~:text=Resumen,entonces%20Comisar%C3%ADa%20colombiana%20del%20Amazonas>> acessado em abril de 2021.

TORRES-LONDOÑO, F. Visiones jesuíticas del Amazonas en la Colonia: de la misión como dominio espiritual a la exploración de las riquezas del río vistas como tesoro. In: Anuario Colombiano de Historia Social y de la cultura. Vol. 39, nº 1, p. 183-213. Bogotá D. C., 2012. Disponível em <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/34166>> acessado em março de 2021.

URIBE, M. V. Caminos de los Andes del sur: los caminos del sur del Cauca y de Nariño. In: ÁNGEL, P. M.; GONZÁLEZ, J. O. M. (Org.). **Caminos reales de colombia**. Fondo FEN-Colombia, p. 61-72. Santafé de Bogotá, 1995.

VALENCIA, H. Y. O. Concepto del campesino y su resignificación desde la protesta social del paro agrario Colombia 2013. In: **Perspectivas Rurales, Nueva Época**. Vol. 13, nº 26, p. 23-37. Costa Rica 2015. Disponível em <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/6603>> acessado em março de 2021.

VASCONCELOS, P. C. S. **Os sistemas agroflorestais de agricultores familiares do município de são Francisco do Pará**: principais barreiras e oportunidades. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém-PA, 2008. 222 p.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. Editora Annablume/Fapesp. São Paulo-SP, 2008.

VÉLEZ, D. A. S. **A Luta pela Vida na Floresta**: um Estudo Comparativo entre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã Baquiá (Brasil) e a Zona de Reserva Campesina El Pato – Balsillas (Colômbia). Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília – UnB. Brasília-DF, 2018. 270 p.

VELENZUELA, A. M. **La Amazonia colombiana**. In: Boletín de la sociedad Geográfica de Colombia. Vol. 36, nº18, Bogotá D. C., 1983.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Editora Zahar. Rio de Janeiro-RJ, 1972.

VINHA, J. F. S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **Revista NERA**. Ano 18, nº 26, p.183-203. Edição especial. Presidente Prudente-SP, 2015.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 1988. (coleção reconquista do Brasil. 2ª série. Vol. 136).

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**: el mercantilismo y la consolidación de la economía mundo 1600-1750. Siglo XXI editores. México, 1984.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Editora da UFRGS. Porto Alegre-RS, 2009.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. In: **Anuário Antropológico/87**. Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro. Brasília, 1990. Disponível em dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf acessado em fevereiro de 2017.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, estratégias de reprodução social. Vol. 2, p. 119-130. Editora UNESP. São Paulo-SP, 2009.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Editora Zahar. Rio de Janeiro-RJ, 1970.

ZÁRATE, G. C. G. Frentes extractivos y fronteras políticas en la Amazonia de la época del caucho. In: **Gestión y Ambiente**. Vol. 9, nº 3, p.55-68, dic. Bogotá D. C., 2006.

APÊNDICE

(Formulário aplicado em campo durante a coleta de dados e entrevistas)

Universidade de São Paulo

Formulário de pesquisa social, econômico, ambiental, político e cultural.

Data: _____ Entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade do entrevistado: _____ Escolaridade: _____

Naturalidade: _____ Tempo de moradia no local: _____

Sexo: M F Tamanho da propriedade: _____

Latitude: _____ Longitude: _____

1. Tipos de arranjos produtivos e tamanho:

- a. Monocultivos:
- b. Tanques de peixe:
- c. Consórcios:
- d. Hortas:
- e. SAF'S:
- f. Outro:

Social

<p>2. Situação conjugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> a- Casado b- Solteiro c- Divorciado d- Viúvo e- União estável f- Separado g- NI (Não Informado) 	<p>3. Categoria de faixa etária dos moradores:</p> <p>Crianças (0 a 10 anos):</p> <p>Adolescentes (11 a 17):</p> <p>Jovens (18 a 24):</p> <p>Adultos (25 a 60):</p> <p>Idosos (mais de 60):</p> <p>Homens:</p> <p>Mulheres:</p>
<p>4. Pratica alguma religião?</p> <ul style="list-style-type: none"> a- Sim b- Não 	<p>5. Quantos dos que moram na casa frequentam a escola?</p>
<p>6. Algum membro que frequenta a escola, algumas vezes deixa de frequentá-la para ajudar nos trabalhos na propriedade?</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Frequentemente b. Às vezes c. Raramente d. Nunca e. NI 	<p>7. Material predominante nas paredes da residência:</p> <p>7a. Material predominante na composição do telhado:</p> <p>7b. Material predominante na composição do piso:</p>

<p>8. Quanto o dinheiro que você obtém da sua produção contribui para:</p> <p>a. Alimentação: M P QN N</p> <p>b. Manutenção da residência: M P QN N</p> <p>c. Compra de roupas/calçados: M P QN N</p> <p>d. Ferramentas e equipamentos para a manutenção dos sistemas: M P QN N</p> <p>M=muito; P=pouco; QN=quase nada; N=nada.</p>	<p>9. Durante as atividades realizadas no sistema de produção ocorre:</p> <p>a. Longa exposição ao sol: F Às R N</p> <p>b. Aplica agrotóxico sem equipamentos de proteção: F Às R N NA</p> <p>c. Posições desfavoráveis (abaixar, sentar, fazer muita força): F Às R N</p> <p>F=frequente; Às=às vezes; R=raro; N=nunca; NA=não aplica</p>
<p>10. As pessoas que moram com você trabalham nos sistemas produtivos:</p> <p>a. Sim, todas;</p> <p>b. Sim, algumas;</p> <p>c. Sim, uma pessoa;</p> <p>d. Nenhuma.</p>	<p>11. Nos sistemas de produção há trabalho para todos os membros da família?</p> <p>a. Frequentemente;</p> <p>b. Às vezes;</p> <p>c. Raramente;</p> <p>d. Não.</p>
<p>12. Motivação para continuar desenvolvendo as atividades nos sistemas de produção:</p> <p>a. Muito motivado</p> <p>b. Pouco motivado</p> <p>c. Desmotivado</p> <p>d. Totalmente desmotivado</p> <p>Motivos:</p>	<p>13. Infraestrutura social (qualidade):</p> <p>a. Escolas: Ótimo Bom Ruim Péssimo Não Existe</p> <p>b. Posto de saúde: Ótimo Bom Ruim Péssimo Não Existe</p> <p>c. Segurança: Ótimo Bom Ruim Péssimo Não Existe</p> <p>d. Energia elétrica: Ótimo Bom Ruim Péssimo Não Existe</p> <p>e. Vias de acesso ao local (estradas e ramais): Ótimo Bom Ruim Péssimo</p>

Econômico

<p>14. Renda mensal da família (considerando o salário mínimo de R\$ 998,00):</p> <p>a. Até um salário mínimo;</p> <p>b. Entre 1 e 2;</p> <p>c. Entre 2 e 3;</p> <p>d. Mais de 3;</p> <p>e. NI.</p>	<p>15. Origem da maior parte da renda no domicílio:</p> <p>a. Agricultura;</p> <p>b. Trabalho assalariado;</p> <p>c. Aposentadoria;</p> <p>d. Pensões;</p> <p>e. Benefícios sociais;</p> <p>f. Extrativismo;</p> <p>g. Outro;</p> <p>h. NI.</p>
<p>16. Realiza outras atividades que contribui para a formação da renda:</p> <p>a. Não</p> <p>b. Artesanato</p> <p>c. Pedreiro</p> <p>d. Mecânico</p> <p>e. Realiza diárias</p> <p>f. Pesca</p> <p>g. Outro:</p>	<p>17. Recebe benefícios sociais? Se sim, qual a contribuição?</p> <p>a. Muita contribuição</p> <p>b. Pouca contribuição</p> <p>c. Quase nada</p> <p>d. Nenhuma contribuição</p> <p>e. Não recebe</p> <p>f. NI</p> <p>g. Benefício:</p>

<p>18. Satisfação com os locais de venda:</p> <ol style="list-style-type: none"> Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Não satisfeito 	<p>19. Possui financiamento agrícola?</p> <ol style="list-style-type: none"> Não Sim Quais:
<p>20. Bens e infraestrutura da propriedade:</p> <ol style="list-style-type: none"> Energia elétrica Televisão Freezer/geladeira Telefone fixo/celular Carro/caminhonete/caminhão Moto/bicicleta Galpão/armazém Galinheiro/chiqueiro Sistema de irrigação Trator Roçadeira Outro: 	<p>21. Comercialização:</p> <ol style="list-style-type: none"> No próprio local: F Às R NV Entrega para associação F Às R NV Em feiras: F Às R NV Empresas: F Às R NV Outros locais: F Às R NV <p>21^a. Como considera a comercialização: Ótima Boa Ruim Péssima</p> <p>F=frequente; Às=às vezes; R=raro; NV=não vende.</p>
<p>22. Com o dinheiro que obtém da produção, você consegue sobreviver sem o adicional de outras receitas?</p> <ol style="list-style-type: none"> Sim, muito bem Sim, bem Sim, precariamente Não consigo sobreviver 	<p>23. Quanto você consome de sua produção?</p> <ol style="list-style-type: none"> Tudo Mais da metade Metade Menos da metade Nada
<p>24. Recorrência dos membros da família a trabalhos fora do estabelecimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> Frequente Às vezes Raramente Não 	<p>25. Pessoas que trabalham com você?</p> <ol style="list-style-type: none"> Cônjuge F Às R N NT Filhos F Às R N NT Parentes F Às R N NT Diaristas F Às R N Sozinho F Às R N <p>F=frequente; Às=às vezes; R=raramente; N=não; NT=não tem</p>
<p>26. Nos últimos 5 anos você introduziu alguma inovação em seu modo de produzir?</p> <ol style="list-style-type: none"> Uso de trator: Sim Não Irrigação Sim Não Semente melhorada Sim Não Novas técnicas dos serviços de assistência técnica: Sim Não Outra: 	<p>27. Maior dificuldade enfrentada na produção?</p> <ol style="list-style-type: none"> Falta de irrigação Falta de mão de obra Baixa fertilidade do solo Dificuldades com transportes Pragas e doenças Outros: <p>27^a. Já mudou de cultura principal? S N</p> <ol style="list-style-type: none"> Antes: Depois: Depois

<p>28. Recebe orientações de serviços de assistência técnica?</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não</p> <p>Qualidade: Ótimo bom ruim péssimo NI</p>	<p>29. Qual o momento que mais precisa de assistência técnica?</p> <p>a. Preparo da área b. Manutenção dos sistemas c. Colheita d. Verão e. Inverno f. Outro: g. Não necessito h. Outro:</p>
<p>30. Satisfeito com a quantidade produzida?</p> <p>a. Muito satisfeito b. Satisfeito c. Pouco satisfeito d. Não satisfeito</p>	<p>31. Vontade de mudar de culturas ou inserir novas:</p> <p>a. Muita vontade b. Pouca vontade c. Não tem vontade d. Não sabe</p> <p>Algum tipo de experimentação: S N</p>

AMBIENTAL

<p>32. Erosão no terreno:</p> <p>a. Alta b. Média c. Baixa d. Não</p>	<p>33. Uso do fogo nas atividades dos sistemas:</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não usa</p>
<p>34. Uso de agrotóxicos (defensivos agrícolas):</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não usa</p>	<p>35. Você utiliza adubo químico?</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não usa</p>
<p>36. Compra de sementes:</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não compra</p>	<p>37. Você utiliza adubo orgânico (esterco)?</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não usa</p>
<p>38. Uso de tratores nos sistemas:</p> <p>a. Frequente b. Às vezes c. Raramente d. Não usa</p>	<p>39. O que faz com as embalagens:</p> <p>a. Joga por onde usa b. Guarda em algum lugar específico c. Queima d. Reutiliza e. Joga em lixo comum</p>

POLÍTICA

<p>40. Participa em grupos organizados e tempo:</p> <p>a. Assoc. de moradores; b. Assoc. de trabalhadores; c. Assoc. de mulheres; d. Não tem associação; e. Outro: f. Não participa</p>	<p>41. Vontade de ser presidente do grupo organizado em que participa?</p> <p>a. Sim, bastante vontade b. Sim, pouca vontade c. Não tenho vontade d. Não participa</p>
---	--

<p>42. Intensidade de participação nas reuniões:</p> <ol style="list-style-type: none"> Toda a reunião Quando considera de interesse a pauta Ocasionalmente É associado, mas não participa Não é associado 	<p>43. Você participa dos debates opinando?</p> <ol style="list-style-type: none"> Sim, sempre Algumas vezes Quase nunca Não dou minha opinião Não participa
<p>44. As ações do grupo organizado em que você participa têm contribuído para o desempenho do seu sistema de produção?</p> <ol style="list-style-type: none"> Sim, muita contribuição Sim, algumas vezes Sim, pouca contribuição Não contribui nada Não participa 	<p>45. Prática de mutirão:</p> <ol style="list-style-type: none"> Frequente Às vezes Não precisa Não tem Há necessidade, mas não fazem

CULTURAL

<p>46. Ocorre troca de conhecimentos com os vizinhos na maneira de como trabalhar na agricultura?</p> <ol style="list-style-type: none"> Frequente Às vezes Raramente Não NI 	<p>47. Como adquiriu conhecimento de como trabalhar na agricultura?</p> <ol style="list-style-type: none"> Desde crianças, repassado pelos pais Por conta própria, praticando Recebeu cursos Outro:
<p>48. Quanto tempo você trabalha na agricultura?</p> <p>Outros lugares em já trabalhou na agricultura:</p>	<p>49. No geral, você tem dificuldade para manter a sua produção?</p> <ol style="list-style-type: none"> Muita dificuldade Pouca dificuldade Raramente Nenhuma dificuldade NI
<p>50. Você recebe cursos de capacitação ou aprimoramento de como realizar atividades na agricultura?</p> <ol style="list-style-type: none"> Sim, frequente Sim, às vezes Sim, raramente Não 	<p>51. Como considera os cursos?</p> <ol style="list-style-type: none"> Ótimo Bom Ruim Péssimo Não recebe cursos
<p>52. Quando ocorre algum tipo de evento (festa, comemorações, outros) na comunidade você deixa de participar porque tem que trabalhar?</p> <ol style="list-style-type: none"> Não, só em dias de muito trabalho As atividades não impedem Às vezes participo Não gosta de participar 	<p>53. Tempo para descanso e lazer da família:</p> <ol style="list-style-type: none"> Sempre tem Às vezes Pouco tempo Não tem tempo <p>54. Pensa em se mudar: S N</p> <p>55. Por que escolheu o sistema atual?</p>

Produção	Animais na propriedade: a. Sim b. Não	Animais	Sim	Não	Quantidade	Venda				
						Total	Mais da metade	Metade	Menos da metade	Não vende
		Galinhas								
		Porcos								
		Peixes								
		Gado								

Produtos	Quantidade	Época de produção (mês)	Venda					Forma de comercialização	
			Total	Mais da metade	Metade	Menos da metade	Não vende	In natura	Processado
1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									
11.									
12.									
13.									
14.									

